

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019

ANO III – 2018

SALVADOR, 2018

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 ANO III - 2018

Copyright Secretaria do Planejamento - SEPLAN

Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA

RUI COSTA
Governador

JOÃO LEÃO
Vice-Governador

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Chefe de Gabinete do Governador

BRUNO DAUSTER MAGALHÃES E SILVA
Casa Civil

CEL. PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA
Casa Militar do Governador

PAULO MORENO CARVALHO
Procurador Geral do Estado - PGE

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
Secretaria da Administração - SAEB

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP

ANDREA ALMEIDA MENDONÇA
JOÃO VITOR DE CASTRO LINO BONFIM (até 06/04/2018)
**Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação,
Pesca e Aquicultura - SEAGRI**

ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO
Secretaria de Comunicação Social - SECOM

RODRIGO MOUSINHO HITA
JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO (até 06/04/2018)
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

ARANY SANTANA NEVES SANTOS
Secretaria de Cultura - SECULT

LUIZA COSTA MAIA
JAQUES WAGNER (até 04/05/2018)
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA
JEANDRO LAYTYNHER RIBEIRO (até 31/10/2018)
JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA (até 13/07/2018)
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

ADMILTON BARBOSA DOS SANTOS
JUSMARI TEREZINHA DE SOUZA OLIVEIRA (até 06/04/2018)
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

ISABELA PAIM ANDRADE (interina)
WALTER DE FREITAS PINHEIRO (até outubro de 2018)
Secretaria da Educação - SEC

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretaria da Fazenda - SEFAZ

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI
Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA

CÁSSIO RAMOS PEIXOTO
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS

PAULO CÉZAR LISBOA
CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA (até 06/04/2018)
**Secretaria de Justiça, Direitos Humanos,
e Desenvolvimento Social - SJDHDS**

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

ANTÔNIO HENRIQUE SOUZA MOREIRA
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO (até 06/04/2018)
Secretaria do Planejamento - SEPLAN

JULIETA MARIA CARDOSO PALMEIRA
Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM

FABY A DOS REIS SANTOS
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI

CIBELE CARVALHO DE OLIVEIRA (em exercício)
JOSIAS GOMES DA SILVA (até 06/04/2018)
Secretaria de Relações Institucionais - SERIN

FÁBIO VILAS-BOAS PINTO
Secretaria da Saúde - SESAB

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretaria da Segurança Pública - SSP

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
MARIA OLÍVIA SANTANA (até 06/04/2018)
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE

JOSÉ ALVES PEIXOTO JÚNIOR
Secretaria de Turismo - SETUR

Governo do Estado da Bahia
RUI COSTA

Secretário do Planejamento - SEPLAN
ANTÔNIO HENRIQUE SOUZA MOREIRA
JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO (até 06/04/2018)

Chefe de Gabinete - SEPLAN
CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA
MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO

Coordenação do Relatório
VERENA DE CARVALHO RAMOS

Equipe Técnica

LÊDA OLIVEIRA DE SOUZA
Diretoria Geral - DG

ALFREDO JAIRO DOS SANTOS
Assessoria de Comunicação - ASCOM

DILMA SANTANA DE JESUS
Assessoria de Planejamento e Gestão - APG

Superintendência de Monitoramento e Avaliação - SMA

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretoria de Acompanhamento e Monitoramento - DAM

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA
Coordenação de Monitoramento

ALACIR DANTAS
ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS
ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA
MATEUS SANTOS SILVA
NADYA MARIA SANTANA FIGUEIREDO
NATACHA DALTRÓ BASTOS
ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS
VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO
Técnicos

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA
Coordenação de Sistematização da Informação

LORENA SANTOS DA SILVA
MATHEUS SENA
SHEILY MARIA BASTOS DE MACÉDO
Técnicos

MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA
CRISTINA XAVIER FERREIRA (até fevereiro de 2018)
Diretoria de Avaliação

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS
Coordenação de Estatística e Análise

FÁBIA SANTOS ALVES
JAILSON ALVES DOS SANTOS (até julho de 2018)
Técnicos

GEIDSON UILSON SEIXAS SANTANA
MARIA DE FÁTIMA SILVEIRA FERREIRA (até fevereiro de 2018)
Coordenação de Pesquisa

MARCELO MENEZES CORDEIRO
SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS
Técnicos

Superintendência de Orçamento Público - SPO

MARA TEREZA BACELAR DE SOUZA (em exercício)
Superintendência de Orçamento Público - SPO

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JR.
Diretoria de Programação Orçamentária da Área Social - DAS

CÍNTIA MARIA LIMA DEIRÓ
Diretoria de Programação Orçamentária da Área Institucional - DIN

CÉSAR BARBOSA
Diretoria de Informações e Sistematização da Informação - DSI

MAGILA SOUZA SANTOS
Técnica da Diretoria de Informações e Sistematização da Informação - DSI

Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia - SEI

ELIANA MARIA SANTOS BOAVENTURA
Diretoria Geral da SEI

GUSTAVO CASSEB PESSOTI
Diretoria de Indicadores e Estatística

ARTHUR SOUZA CRUZ
CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO
ELISSANDRA ALVES BRITTO
PEDRO MARQUES DE SANTANA
Coordenação de Acompanhamento Conjuntural

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO
Diretoria de Pesquisas

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN
ANTÔNIO MARCOS BARRETO SILVA
LUANA GABRIELA DA SILVA RODRIGUES
LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO
LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO
Coordenação de Pesquisas Sociais

Secretaria da Fazenda - SEFAZ

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário

ANDRÉ LUIS SANTOS CORDEIRO DE ALMEIDA
Assessoria de Planejamento e Gestão - APG

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA
Coordenação de Planejamento e Orçamento - COORC

**Superintendência de Coordenação Técnica e Financeira
para o Desenvolvimento - SPF**

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO

**Superintendência de Coordenação Técnica e Financeira
para o Desenvolvimento - SPF**

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO

Diretoria de Captação de Recursos Federais - DCF

RITA ELIZABETH FERNANDES CARDOSO

Coordenação de Captação de Recursos Federais - COCAP

BIANCA BONIFÁCIO DE CARVALHO

**Coordenação de Acompanhamento e Gestão
de Recursos Federais - COGEF**

Superintendência de Administração Financeira - SAF

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

Superintendência de Administração Financeira - SAF

ROBERVAL LOPES LIMA

**Coordenação Geral de Planejamento, Acompanhamento
e Controle Financeiro - COPAF**

Assessores de Planejamento e Gestão

Ana Luiza Vasconcellos - CASA CIVIL

Wilson Moreira Cardoso - SAEB

Juliana Cavalcanti - SDE

Angela Augusta Santos Ribeiro - SJDHDS

Matteus Guimarães Martins - SDR

Jorge Otávio Bezerra Alonso - SEAGRI

Jackson Cerqueira - SEAP

Luiz Henrique Silva Pereira - SEC

Marcela Britto de Souza Freitas - SECOM

Edson Valadares - SECTI

Daniel Uchoa Peixoto - SECULT

Tatiana Maria Santos Chaves - SEDUR

André Luis S. Cordeiro de Almeida - SEFAZ

Adriano Souza de Oliveira - SEINFRA

Eva Cristina de Castro Borges - SEMA

Dilma Santana de Jesus - SEPLAN

Lucy Góes da Purificação - SEPROMI

Osias Ernesto Lopes - SERIN

Ricardo José Menezes Barberino Mendes - SESAB

Tânia Portugal - SETRE

Rita Escolástica Carneiro - SETUR

Ninon F. Fernandes da Silva - SIHS

Yolanda de Souza Checucci - SPM

Silvana Salomão Góes Fontes - SSP

Hilda Cunha Kahn - PGE

Fotografias

- Alberto Coutinho • André Frutuôso • Camila Souza • Carol Garcia • Daniel Puyol • Eloi Correia • Emerson Santos • Fabiola Souza • Heckel Junior •
- João Ramos • Jorge Cordeiro • Luciano Barreto • Maiana Ferreira • Manu Dias • Mateus Pereira • Paula Fróes • Roberto Viana • Rosida Cruz •

Sumário

APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - ECONOMIA BAIANA NOS CENÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E INTERNACIONAL	17
CAPÍTULO 2 - GESTÃO FINANCEIRA - RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS	47
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA E OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	57
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PPA-P 2016-2019, ANO III 2018	71
PROGRAMA 200 - SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ.....	85
PROGRAMA 201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	95
PROGRAMA 202 - CULTURA E IDENTIDADES.....	105
PROGRAMA 203 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO.....	115
PROGRAMA 204 - INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	125

PROGRAMA 205 – PACTO PELA VIDA.....	135
PROGRAMA 206 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	147
PROGRAMA 207 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE.....	157
PROGRAMA 208 – BAHIA TRABALHO DECENTE	167
PROGRAMA 209 – DESENVOLVIMENTO URBANO.....	175
PROGRAMA 210 – TURISMO.....	185
PROGRAMA 211 – MULHER CIDADÃ.....	195
PROGRAMA 212 – EDUCAR PARA TRANSFORMAR.....	205
PROGRAMA 213 – ÁGUA PARA TODOS	215
PROGRAMA 214 – IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	225
PROGRAMA 215 – CIDADANIA E DIREITOS.....	235
PROGRAMA 216 – VIDA MELHOR.....	245
PROGRAMA 217 – ESPORTE E LAZER	255
PROGRAMA 218 – GESTÃO PARTICIPATIVA.....	265
PROGRAMA 219 – PRIMEIRO EMPREGO	275

ANEXO I – DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DO PPA-P POR COMPONENTES (MÍDIA DIGITAL)

ANEXO II – EXECUÇÃO FÍSICA DOS PROGRAMAS DO PPA-P POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE (MÍDIA DIGITAL)

ANEXO III – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DETALHADO (MÍDIA DIGITAL)

Apresentação

Este Relatório de Execução do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) 2016-2019, Ano III - 2018, ora apresentado, é o instrumento por meio do qual o Governo do Estado torna públicas suas realizações no ano de 2018, atendendo aos princípios da transparência e ao compromisso de executar o planejado no referido PPA-P, que foi instituído pela Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015.

O ano de 2018 transcorreu acumulando inúmeras conquistas demonstradas neste Relatório, tendo como foco precípua a busca da transformação da vida dos cidadãos baianos. As políticas públicas contidas no PPA-P vigente têm a sua execução revelada, em detalhe, nas páginas do presente Relatório e em seus três anexos (mídia digital).

No que tange às receitas estaduais, realizadas em 2018, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 45,9 bilhões, alcançando 96,7% da previsão anual.

Merecem destaque as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com participações de 55,8% e 27,5%, respectivamente, do total arrecadado no período.

A continuidade de obras estruturantes foi mantida pelo governo, com investimentos na capital e no interior, especialmente relacionadas à construção e recuperação de rodovias, tendo como destaque a diversificação e integração da matriz de transportes, e a mobilidade na Região Metropolitana de Salvador focada no sistema metroviário e na conclusão de obras dos Corredores I (duplicação da Av. Gal Costa e a Ligação com a Av. Pinto de Aguiar) e II (interligação da Av. 29 de Março até a Estrada Velha do Aeroporto).

A regionalização da saúde, estratégia exitosa empreendida pelo Governo da Bahia, registrou em 2018 investimento da ordem de R\$ 3,5 bilhões, com destaque para a implantação das unidades de te-

rapia intensiva no Hospital Geral de Vitória da Conquista e Hospital Regional de Porto Seguro, o novo Instituto Couto Maia e Policlínicas construídas nas cidades de Feira de Santana, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus e Valença. Com um investimento de R\$ 115 milhões para a construção e cerca de R\$ 70 milhões para a aquisição de equipamentos, o Hospital Metropolitano, em execução no município de Lauro de Freitas, será referência em serviços de alta complexidade no Estado.

A par disso, a Agricultura Familiar, por meio do projeto Bahia Produtiva, tem se apresentado como área estratégica, reconfigurando o meio rural baiano com investimentos da ordem de mais de R\$ 1,2 bilhão e dando visibilidade a produtos oriundos da economia colaborativa e solidária, originada na agricultura baiana, ao tempo em que tem incentivado a transformação do Semiárido da Bahia.

Como promotor do acesso à água em territórios rurais, o Programa Água para Todos – PAT, em execução há mais de dez anos, realizou, em 2018, 86,8 mil ligações domiciliares de água e outras 49,9 mil ligações de esgoto.

Voltada à segurança hídrica, entre um conjunto de ações, cabe destacar a conclusão e inauguração, em 2018, da Barragem do Rio Colônia, que dotou o Território Litoral Sul de importante equipamento de regularização e garantia hídrica; e a conclusão da ampliação da Barragem de Ponto Novo, que expandiu a capacidade de armazenamento da Bacia do Alto Itapicuru.

Na área de energias renováveis, a Bahia ocupa a expressiva liderança como produtor de energia solar no país, figurando como segundo maior produtor de energia eólica. Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), até o final de 2019 a Bahia irá dobrar o número de parques e ultrapassar o Rio Grande do Norte, assumindo também a liderança na geração de energia eólica. As duas fontes de energia geram 42,7 mil empregos em 99 parques, ora em operação.

A captação de recursos prosseguiu em 2018, e a Carteira de Operações de Crédito Externas registrou US\$ 1,3 bilhão, enquanto a de Operações de Crédito Internas totalizaram, neste ano, o valor de R\$ 3,3 bilhões. Já a execução dessas Operações registrou, em 2018, o montante de R\$ 1,6 bilhão e financiou os Programas do PPA-P assegurando a materialidade do planejado.

Ressalte-se o papel do Sistema Estadual de Gestão e Planejamento Estratégico (Sepege) em todo o processo do ciclo de planejamento e gestão estratégica, integrando e institucionalizando informações sobre a execução do planejado e sua eficácia.

Com efeito, o Governo da Bahia manteve volume expressivo de investimentos, consolidando a posição de segundo lugar em nível nacional, com recursos majoritariamente próprios, graças à preservação do equilíbrio fiscal, que vem sendo assegurado com muito esforço e planejamento.

ANTÔNIO HENRIQUE SOUZA MOREIRA
Secretário do Planejamento – SEPLAN

Introdução

O Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019, Ano III 2018, além de cumprir a determinação legal contida na Lei nº 13.468 de dezembro de 29 de dezembro de 2015, tem como objetivo apresentar a execução das ações governamentais tendo como referência o Plano Plurianual – PPA 2016-2019, considerando as informações decorrentes dos processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação – M&A, coordenados pela Secretaria do Planejamento – SEPLAN, que constituem etapas do ciclo de planejamento consubstanciado no Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica – Sepege.

Cumpre enfatizar que os processos de M&A estão ancorados na perspectiva de elaboração do PPA-P, estruturado em diretrizes, programas, indicadores, compromissos, metas e iniciativas, fruto da participação social e do trabalho de gestores e técnicos governamentais

de todas as Secretarias e demais órgãos da Administração Estadual, coordenados pelas Assessorias de Planejamento e Gestão (APG).

A elaboração deste Relatório, sob a coordenação da Secretaria do Planejamento – SEPLAN, contou, em 2018, com a participação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Casa Civil, Gabinete do Governador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, Superintendência de Orçamento Público – SPO e das Assessorias de Planejamento e Gestão – APG das 24 secretarias/órgãos, em um trabalho interinstitucional, pautado pela cooperação de todos os envolvidos.

O Relatório é apresentado em um volume impresso com três anexos em mídia digital e estrutura-se da seguinte forma: esta Introdução, o Contexto Socioeconômico e Financeiro, uma análise

da Execução Orçamentário-Financeira e Operações de Crédito Internas e Externas seguido pela Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA-P 2016-2019¹, Ano III 2018. Em mídia digital, apresenta-se no Anexo I², a evolução dos indicadores, a execução de metas e a execução orçamentário-financeira por programa em 2018. Já o Anexo II³ demonstra a execução física da entrega de bens e serviços, por Programa, de forma territorializada. Por fim, o Anexo III⁴ aborda a execução dos Programas com aspectos avaliativos, configurando-se como uma avaliação parcial de desempenho do PPA-P.

É importante destacar que o propósito da avaliação dos programas do PPA-P é apresentar o desempenho dos Programas de Governo sob duas dimensões, a saber: resultado (considerando indicadores e metas) e esforço (considerando a execução orçamentário-financeira). De acordo com a metodologia adotada (vide Capítulo 4), foram avaliados 20 Programas de Governo, 126 indicadores e 988 metas que compõem o PPA-P.

Quanto ao conteúdo deste relatório (Capítulos e Anexos) é oportuno frisar que, as informações resultantes dos Processos de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação, são registradas ao longo

da execução do PPA-P no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan, pelas secretarias executoras.

Desde 2015 a elaboração do Relatório vem sendo parcialmente informatizada, e, este ano, com a inserção dos Submódulos que suportam o Processo de Avaliação de Desempenho, no Fiplan, alcançamos o nível pleno de informatização, possibilitando um maior grau de transparência na execução do PPA-P.

Abaixo, segue o calendário das atividades de M&A, demonstrando o *modus operandi* do processo de elaboração do Relatório de Execução do PPA-P 2016-2019, Ano III 2018:

RELATÓRIO DE GOVERNO CRONOGRAMA CONSOLIDADO – PROCESSOS DE M&A		
ATIVIDADE	PRAZO/PERÍODO	RESPONSÁVEIS
FEVEREIRO/2018		
Reunião de Alinhamento Conceitual e Processual ¹	19/02	DAM ²
MARÇO E ABRIL/2018		
Reunião de Planejamento das Metas por Programa ³	12/03 a 19/04	DAM e órgãos responsáveis
JULHO/2018		
1ª Apuração parcial das Metas do PPA (data de corte 31/05)	Registro e aprovação pela APG até 28/07	Órgãos responsáveis

Continua

¹ A Avaliação de Desempenho do PPA-P é um processo realizado anualmente, considerando o realizado em cada programa, desde o início da vigência do PPA-P.

² As metas apuradas e a execução orçamentário-financeira possuem data de corte de 31/12/2018. Já os indicadores têm data de corte de 31/10/2018.

³ Apresenta data de corte de 31/12/2018.

⁴ Apresenta data de corte de 31/10/2018.

Continuação

ATIVIDADE	PRAZO/PERÍODO	RESPONSÁVEIS
AGOSTO/2018		
3ª Rodada de Reuniões de Monitoramento do PPA 2016-2019 ⁴	01/08 a 17/08	DAM e órgãos responsáveis
Reunião de Alinhamento Conceitual e Processual da Avaliação de Desempenho com as APG	14/08	DAV ⁵
SETEMBRO/2018		
Reunião para apresentação do Módulo de Avaliação e Indicadores no Fiplan	28/09 ⁶	DAV
Reunião com SPO sobre Capítulo de Execução Orçamentário-financeira	25/09	Superintendente, Assessoria SMA e SPO
OUTUBRO/2018		
Atendimento às setoriais para orientação quanto à apuração dos indicadores e atualização das metas. ⁷	9 a 20/10	DAV e órgãos responsáveis
Reunião com a SEI e SEFAZ sobre os Capítulos do Contexto e Gestão Financeira	até 11/10	Superintendente, Assessoria SMA, SEFAZ e SEI
NOVEMBRO/2018		
Extração dos dados orçamentário-financeiros relativos aos Compromissos dos Programas para efeito da Avaliação de Desempenho (data de corte 31/10)	01/11	DAV
2ª Apuração parcial das Metas do PPA no Fiplan (data de corte 31/10)	Registro e aprovação pela APG até 19/11	Órgãos responsáveis
Apuração dos indicadores de 2018 (data de corte 31/10) e atualização dos valores correspondentes a 2017, no Fiplan.	01 a 19/11	Órgãos responsáveis
Avaliação da execução física das metas no Submódulo de Avaliação no Fiplan (data de corte 31/10)	Até 23/11	Órgãos responsáveis
Extração das informações registradas nos Submódulo de Avaliação e de Indicadores para a elaboração da Avaliação de Desempenho (data de corte 31/10)	26/11	DAV

Continua

Continuação

ATIVIDADE	PRAZO/PERÍODO	RESPONSÁVEIS
DEZEMBRO/2018		
Entrega do Capítulo Economia Baiana no Contexto da Economia Internacional e Brasileira	Até 17/12	SEFAZ
JANEIRO/2019		
Atualização da apuração da execução física da ação orçamentária no Submódulo de Acompanhamento no Fiplan	Até 11/01	Órgãos responsáveis
Apuração final das Metas do PPA no Submódulo de Monitoramento (data de corte 31/12) no Fiplan	Registro e aprovação pela APG até 11/01	Órgãos responsáveis
Bloqueio de sistema Fiplan para inserção de dados	11/01	SEPLAN
Extração dos Anexos I, II e III do Fiplan	14/01	SMA
Entrega do Capítulo da Execução Orçamentário-financeira	15/01/2019	SPO
Extração dos registros dos Submódulos no Fiplan para elaboração do Relatório de Execução do PPA Participativo 2016-2019 - Ano 2018: • de Acompanhamento e Monitoramento (data de corte 31/12 – Anexos I e II); e • de Avaliação (data de corte 31/10).	14/01 (1ª horário)	Assessoria SMA
Encaminha do Relatório completo para impressão	29/01	Agência
Entrega do Relatório impresso à Casa Civil	01/02	Gasec SEPLAN
FEVEREIRO/2019		
Entrega do Relatório impresso à ALBA	04/02	Casa Civil

1 Reunião com o objetivo de informar a todos os APG e equipe a respeito das etapas do Processo de Monitoramento.

2 Diretoria de Acompanhamento e Monitoramento.

3 Reunião para orientação para o planejamento da meta para os anos de 2018 /2019.

4 Reuniões que objetivam a análise do conteúdo da 1ª apuração parcial de 2018 das metas, Orientações quanto às apurações registradas, Registro de Achados de Monitoramento.

5 Diretoria de Avaliação.

6 Data sujeita a alteração.

7 O registro será feito na funcionalidade de Indicadores no Submódulo de Avaliação Anual.

Economia Baiana nos Cenários da Economia Brasileira e Internacional



O Governo da Bahia encerra o ano de 2018 com um balanço positivo, apesar da persistência dos efeitos da crise econômica e da redução proporcional nas transferências da União. Manteve-se volume expressivo de investimentos, com recursos majoritariamente próprios, graças ao equilíbrio fiscal que vem sendo preservado com muito esforço. O equilíbrio é resultado de dois fatores principais: a melhoria contínua da arrecadação de impostos estaduais e o controle dos gastos públicos.

Pautado em estratégias para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, o orçamento para investimentos públicos da Bahia somou R\$ 1,75 bilhão realizado até outubro de 2018, com base nos dados da Secretaria da Fazenda (SEFAZ). Do total

aplicado no ano, R\$ 1,62 bilhão foi de recursos provenientes do Tesouro Estadual.

O governo assegurou a continuidade de obras estruturantes, com investimentos na capital e no interior, destacando-se a diversificação e integração da matriz de transportes, com ênfase nos modais rodoviário, aeroviário e ferroviário e a mobilidade na Região Metropolitana de Salvador focada no sistema metroviário e na implantação de corredores estruturantes; a ampliação da cobertura dos serviços integrados de esgotamento sanitário e a inovação da gestão estadual do saneamento básico; implantação de obras de segurança hídrica que minimizam os efeitos da seca; e, o fortalecimento e regionalização do sistema de saúde e a ampliação da infraestrutura hospitalar; entre outras ações.

O pano de fundo para esses investimentos esteve na continuidade do crescimento global e na leve recuperação nos indicadores econômicos do País, que propiciaram a manutenção do crescimento econômico baiano, ainda que com taxa bastante tímida.

O equilíbrio é resultado de dois fatores principais: a melhoria contínua da arrecadação de impostos estaduais e o controle dos gastos públicos



CENÁRIO MACROECONÔMICO INTERNACIONAL

As projeções econômicas, captadas pelas agências oficiais de estatísticas, sinalizaram um cenário positivo para a economia mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório econômico mais recente¹, prevê um crescimento médio de 3,7% da economia global em 2018 e 2019, que corresponde à mesma taxa observada em 2017.

A expansão tornou-se menos equilibrada e pode ter atingido o pico em algumas economias importantes. Os riscos negativos para o crescimento global aumentaram desde o segundo trimestre em consequência do aumento recente das incertezas advindas do protecionismo comercial nos Estados Unidos (EUA), que reduziram as possibilidades de expectativas positivas no curto/médio prazo. A expansão média das economias avançadas está projetada, pelo FMI, em 2,4% em 2018, contra a alta de 2,3% em 2017, e em 2,1% para 2019.

Os dados recentes de atividade econômica seguem mostrando uma economia aquecida nos Estados Unidos e desaceleração na Área do Euro. No mercado de trabalho, as taxas de desemprego caíram significativamente: no caso dos Estados Unidos, para nível inferior ao que prevalecia antes da crise e à menor taxa dos últimos 48 anos. Na Área do Euro, a despeito da desaceleração da atividade econômica em 2018, a taxa de desemprego também tem caído de forma acentuada, e retornou ao nível de 2008, antes da eclosão da crise.

¹ WORLD ECONOMIC OUTLOOK: Challenges to Steady Growth. Washington: IMF, out. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

A taxa de crescimento esperada para a Área do Euro é de 2,0% em 2018 e de 1,9% em 2019. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre mostrou estabilidade em relação ao segundo, com taxa trimestral de 0,2%, segundo dados do Banco Central Europeu. Esse desempenho contrasta com o ritmo de 2017, quando o crescimento trimestral médio foi de 0,7% por trimestre. A inflação continua muito baixa quando se exclui do índice a variação dos preços de energia. Há expectativas com relação ao final das negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia que pode trazer novas tensões.

Nos EUA, a inflação acelerou ao longo de 2018, de forma consistente, a um patamar em torno da meta de 2,0% a.a., pressionada pela elevação dos preços do petróleo. Diante da elevação da inflação, do comportamento positivo da atividade econômica e da perspectiva de normalização gradual da política monetária, o Federal Reserve Board (Fed) aumentou a taxa básica de juros da economia americana – a taxa Federal Funds – em 0,25 ponto percentual (p.p.) em sua reunião de setembro, para o intervalo 2,00%-2,25% a.a. Após forte crescimento do PIB entre abril e junho (4,2%), o terceiro trimestre do ano apresentou sinais de moderação. O PIB americano do terceiro trimestre aumentou 3,5% em termos de variações trimestrais dessazonalizadas e anualizadas. O aumento do PIB real refletiu aumentos nos gastos do consumidor, investimento em estoques, gastos do governo e investimentos das empresas. O crescimento projetado pelo FMI para a economia norte-americana é de 2,9% em 2018 e de 2,5% em 2019.

A expansão média das economias emergentes e em desenvolvimento ficou estimada em 4,7% em 2018 e 2019, mantendo o mesmo nível de crescimento verificado em 2017, de acordo com o FMI. A China e a Índia, devido às dimensões de seus mercados e à estratégia de inserção na economia mundial, são as grandes locomotivas desse crescimento. A taxa de crescimento estimada para China é de 6,6%, com perspectiva de ligeira desaceleração (6,2%) no próximo ano.

Na China, os sinais recentes também apontam para uma desaceleração, principalmente dos investimentos, movimento que pode estar relacionado ao esforço da política econômica no sentido de reduzir o excesso de endividamento acumulado nos últimos dez anos. E, em resposta, o governo tem reagido com estímulos monetários e fiscais. O PIB da China subiu 6,5% no terceiro trimestre de 2018, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Apesar da taxa de crescimento estar em linha com a meta estabelecida pelo governo para o ano, trata-se do pior resultado trimestral em nove anos. Durante os três primeiros trimestres de 2018, o PIB da China acumulou um crescimento do 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, com aumento anual de 3,4% no setor primário, de 5,8% no secundário ou industrial e de 6,5% no setor terciário ou serviços.

Por outro lado, para a região da América Latina e Caribe, que cresceu 1,3% em 2017, o estudo aponta expansão de 1,2% em 2018 e de 2,2% em 2019. Para o Brasil, o FMI estima alta de 1,4% em 2018 e 2,4% em 2019.

A perspectiva é de que este cenário persista no curto prazo, em razão da gradual redução da liquidez global, aumento das tensões comerciais e geopolíticas, em particular entre EUA e China, e potenciais instabilidades políticas na Europa e em países do Oriente Médio.

CONTEXTO NACIONAL

A economia brasileira vivencia um lento processo de recuperação após ultrapassar um dos ciclos recessivos mais acentuados da sua história recente, que durou entre o segundo trimestre de 2014 e o quarto trimestre de 2016, segundo o Comitê de Datação dos Ciclos Econômicos (CODACE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse período, o PIB apresentou variação positiva de 0,5%, em 2014, e negativa de 3,5% em 2015 e 3,3% em 2016, pelos cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além dos fatores especificamente econômicos, internos e externos, a queda da atividade econômica foi potencializada pelas incertezas geradas a partir do agravamento da instabilidade de natureza política e institucional do país nos últimos anos. Em 2017, a atividade econômica brasileira registrou crescimento de 1,1%.

As incertezas políticas permaneceram em 2018, entretanto a atividade econômica arrefeceu seu ritmo de descenso e começou a apresentar sinais de reversão do ciclo, como pode ser aferido pela retomada tímida de certos indicadores a patamares positivos. A inflação e os juros estão baixos; as famílias e empresas estão menos

alavancadas; o déficit externo é reduzido e há grande ociosidade no mercado de trabalho e na indústria. Em adição, o crédito e o mercado de capitais começam a se expandir de maneira mais consistente e até mesmo a geração de vagas surpreendeu positivamente nos últimos meses.

Com base nos dados trimestrais do IBGE, o PIB nacional atingiu a cifra de R\$ 1.716,2 bilhões em valores correntes no terceiro trimestre do ano, correspondente a um crescimento real de 1,3% em relação ao mesmo trimestre de 2017. No acumulado do ano até o mês de setembro, a variação foi positiva em 1,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano passado, esse indicador havia registrado aumento de 0,7% nessa mesma base de comparação. No acumulado dos últimos quatro trimestres, a atividade econômica cresceu 1,4% contra um resultado negativo de 0,1% no ano anterior.

Na decomposição dos resultados, sob a ótica da demanda interna, verificou-se que a despesa de consumo das famílias manteve o resultado positivo no terceiro trimestre (1,4%) pelo sexto trimestre seguido. No acumulado do ano, o indicador aumentou 2,0%, influenciado pela desaceleração da inflação, menor taxa de juros, acesso ao crédito e crescimento da massa salarial real em comparação com o mesmo período de 2017. Já a formação bruta de capital fixo expandiu 7,8% no terceiro trimestre e 4,5% no acumulado do ano, em relação ao mesmo período de 2017. A magnitude deste avanço é

justificada pela incorporação de bens destinados à indústria de óleo e gás decorrente de modificações no regime REPETRO.

A despesa de consumo do governo teve aumento de apenas 0,3% no acumulado do ano até setembro, na comparação com o mesmo período do ano anterior. As exportações apresentaram alta de 1,5% no acumulado do ano, destacando-se o crescimento das vendas externas de soja, petróleo, veículos automotivos, celulose e minérios de ferro. As importações avançaram no período em análise, registrando alta de 9,4% no acumulado do ano, com aumento relevante nas compras de bens de capital e combustíveis e lubrificantes.

Pela análise da oferta, o setor Agropecuário apresentou queda de 0,3% no acumulado do ano até o mês de setembro. A estimativa de safra nacional é 5,6% menor em relação à produção agrícola de 2017, alcançando 227,2 milhões de toneladas. As culturas de arroz (-5,6%) e milho (-17,9%) registraram quedas relevantes no ano, contribuindo para o resultado. A indústria registrou variação positiva de 0,9% no acumulado do ano. Dentre as atividades da indústria que registraram resultado positivo nesta base de comparação foram indústrias de transformação (2,3%) e eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (1,5%). Indústrias extractivas tiveram variação nula e apenas a construção (-2,6%) acumula queda. O setor de serviços apresentou crescimento de 1,4% no acumulado do ano. Atividades imobiliárias (3,0%); comércio (2,8%); transporte, armazenagem e correio (2,3%); outras atividades de serviços (0,9%) e administração,

As importações avançaram no período em análise, registrando alta de 9,4% no acumulado do ano, com aumento relevante nas compras de bens de capital e combustíveis e lubrificantes.



defesa, saúde e educação públicas e segurança (0,3%) registraram resultado positivo ao longo do ano. O único resultado negativo ficou por conta de informação e comunicação (-0,4).

Ainda de acordo com o IBGE, analisando os indicadores mensais por setores econômicos, observa-se que a produção física da indústria cresceu a uma taxa de 1,9% no acumulado de janeiro a setembro na comparação com mesmo período do ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal². No acumulado dos últimos doze meses, o indicador avançou 2,7%, assinalando perda de ritmo frente aos resultados de julho (3,3%) e de agosto (3,1%). Entre as grandes categorias econômicas, o maior dinamismo foi do segmento de bens de consumo duráveis (11,6%) seguido pelo de bens de capital (8,5%), impulsionados pela ampliação na fabricação de automóveis (15,2%) e eletrodomésticos da “linha marrom” (11,1%) e de equipamentos de transporte (16,4%). Já os setores produtores de bens intermediários (1,0%) e de bens de consumo semi e não-duráveis (0,1%) apresentaram taxas positivas no período, mas abaixo da média nacional (1,9%).

O volume de vendas do comércio varejista ampliado teve expansão de 5,2% no acumulado até setembro, conforme dados da Pesquisa Mensal do Comércio³. As vendas de Veículos, motos, partes e peças

acumularam variação de 15,7% no período. Quanto ao segmento de Material de construção, a variação para o volume de vendas foi de 3,9% nos nove primeiros meses.

O comércio varejista cresceu à taxa de 2,3%, em termos de volume de vendas, no acumulado do ano até setembro. O volume comercializado pelo setor de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo avançou 3,7% no período. O desempenho da atividade vem sendo sustentado pela estabilidade da massa de rendimento real habitualmente recebida, pela deflação do preço dos alimentos em domicílio, assim como pela ampliação de pontos de venda nessa atividade.

A estabilidade da massa real de rendimentos contribuiu para o desempenho do setor de Tecidos, vestuário e calçados, que decresceu à taxa de 3,0% nas vendas de janeiro a setembro. Por seu turno, o setor de Combustíveis e lubrificantes apresentou redução de 5,8% no período. A alta dos preços de combustíveis acima da variação média de preços tem sido relevante no desempenho do setor.

O volume de serviços não financeiros do país registrou queda de 0,4% na taxa acumulada até setembro, conforme dados apresentados pela Pesquisa Mensal de Serviços⁴. Entre os setores, os serviços

2 PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL: produção física: regional. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/230/pim_pfr_2018_set.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2018.

3 PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/231/pmc_2018_set.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

4 PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, set. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2420/pms_2018_set.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

profissionais, administrativos e complementares (-1,9%) e os de informação e comunicação (-1,2%) exerceram os principais impactos negativos. O outro setor que também recuou foi o de serviços prestados às famílias (-0,8%). Já as contribuições positivas ficaram com os segmentos de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (1,3%) e de outros serviços (1,6%).

No tocante ao mercado trabalho, a taxa de desocupação, no terceiro trimestre de 2018, foi de 11,9%. O resultado indica recuo de 0,5 ponto percentual comparativamente ao verificado para o mesmo período em 2017 e queda de 0,6 ponto percentual na comparação com o trimestre imediatamente anterior, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua⁵. O país tinha 12,5 milhões de pessoas desempregadas no terceiro trimestre de 2018, 469 mil a menos do que no mesmo período do ano passado.

No mesmo período de 2018, a população ocupada ficou estimada em 92,6 milhões de pessoas, cerca de 1,5% (1.325 mil pessoas) acima do terceiro trimestre de 2017. Das pessoas ocupadas, 67,5% são empregados (incluindo empregados domésticos), 4,8% empregadores, 25,4% pessoas que trabalharam por conta própria e 2,4% trabalhadores familiares auxiliares.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, foi estimado em R\$ 2.222. Este resultado apresentou estabilidade tanto em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 2.229) e também em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 2.208). A massa de rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, foi estimada em R\$ 200.676 milhões, registrando estabilidade estatística, tanto em relação ao trimestre anterior (R\$ 198.367 milhões), quanto frente ao terceiro trimestre de 2017 (R\$ 196.373 milhões).

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)⁶ apontaram aumento de 790.579 postos de trabalho no país de janeiro a outubro deste ano. O resultado representou uma variação positiva de 2,09% em relação ao estoque de empregos formais reais vivos a dezembro de 2017. Em termos setoriais, com exceção do Comércio, que registrou perda de 10.340 postos de trabalho, todos os demais apresentaram saldo positivo no acumulado do ano até outubro: Serviços (471.181 postos), Indústria de Transformação (145.337 postos), Construção Civil (82.097 postos), Agropecuária (74.507 postos), Administração Pública (14.130 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (10.438 postos) e Extrativa Mineral (3.229 postos).

5 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, jul./set. 2018, 3º trimestre. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2422/pnact_2018_3tri.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

6 BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília: MTE, out. 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

No tocante à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁷ registrou variação de 3,81% no acumulado do ano até outubro, acima dos 2,21% registrados em igual período do ano passado. No acumulado dos últimos doze meses, o índice atingiu 4,56%, ficando ligeiramente acima da meta de 4,5% estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano corrente.

No indicador acumulado em 12 meses, o grupo que registrou a maior alta no período foi o de Transportes, com taxa de 7,38%. O item cujo preço aumentou com mais intensidade, no grupo, foi Combustíveis (veicular) com taxa de 20,1%. Outros grupos também pressionaram a inflação no período, como Habitação (6,54%) e Saúde e cuidados pessoais (5,13%). O grupo Alimentos e bebidas obteve alta de 3,33% no período.

A expectativa do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BACEN)⁸ projeta o IPCA de 4,4% em 2018, 4,2% em 2019 e 4,1% em 2020. Em linhas gerais, o comunicado do Comitê relativo ao mês de outubro, o penúltimo do ano, evidencia uma recuperação gradual da economia brasileira em ritmo mais lento do que o esperado no início do ano. Destaca o alto nível de ociosidade dos fatores de produção, notadamente expresso pelo baixo índice de

utilização da capacidade da indústria e pela alta taxa de desemprego. No cenário externo, o órgão avalia que os principais riscos estão associados ao processo de normalização gradual da política monetária em algumas economias avançadas e às incertezas relativas ao comércio global.

O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 6,5% a.a. em função da compreensão de que o cenário básico da economia brasileira e o balanço de riscos associados ao cenário externo são compatíveis com uma trajetória de convergência da inflação para a meta, no horizonte temporal relevante para a condução da política monetária. Embora o comunicado não apresente sinalização sobre a evolução futura da política monetária, o Comitê projetou que a taxa Selic alcance o patamar de 8,0% a.a. em 2019 mantendo-se no mesmo patamar até o final de 2020.

No setor externo, a conta de transações correntes foi superavitária em US\$ 329 milhões em outubro, comparativamente ao saldo negativo de US\$ 686 milhões ocorrido no mês correspondente de 2017⁹. O resultado em transações correntes foi favorecido pelo superávit comercial de US\$ 5,4 bilhões (ante US\$ 4,9 bilhões em outubro de 2017). O déficit em transações correntes acumulado nos

7 SISTEMA NACIONAL DE ÍNDICES DE PREÇOS AO CONSUMIDOR. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/239/inpc_ipca_2018_out.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018.

8 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ata da 218ª Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil. Brasília: Bacen, 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20181031218.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

9 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Notas econômico-financeiras para imprensa: estatísticas do setor externo. out. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon1-p.asp>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

doze meses encerrados em outubro situou-se em US\$ 15,4 bilhões (0,80% do PIB). No acumulado deste ano até outubro, ante mesmo período de 2017, as exportações cresceram 8,5% e as importações, 22,0%, explicando a redução no saldo comercial, que passou de US\$ 56,1 bilhões para US\$ 43,8 bilhões. Os Investimentos Diretos no País (IDP) registraram ingressos líquidos de US\$ 10,4 bilhões em outubro, atingindo US\$ 75,0 bilhões no acumulado em doze meses, equivalentes a 3,89% do PIB. No período de janeiro a outubro de 2018, os ingressos líquidos de IDP somaram US\$ 67,5 bilhões, volume 10,6% superior ao observado em mesmo período de 2017.

Na área fiscal, no acumulado do ano até outubro, o resultado primário do setor público consolidado foi deficitário em R\$ 51,5 bilhões, comparativamente a déficit de R\$ 77,4 bilhões no mesmo período de 2017¹⁰. No acumulado em doze meses até outubro, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 84,8 bilhões (1,24% do PIB). No tocante ao endividamento público, a dívida líquida do setor público alcançou R\$ 3.642,5 bilhões (53,3% do PIB) em outubro, aumento de 1,1 p.p. do PIB em relação ao mês anterior. No ano, o crescimento de 1,7 p.p. na relação DLSP/PIB refletiu, em especial, a incorporação de juros nominais (aumento de 4,6 p.p.), o déficit primário (aumento de 0,8 p.p.), o efeito da desvalorização cambial acumulada de 12,4% (redução de 1,8 p.p.) e o efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 2,1 p.p.).

10 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Notas econômico-financeiras para imprensa: estatísticas fiscais. out. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon3-p.asp>>. Acesso em: 30 nov. 2018.

11 INFORMATIVO PIB TRIMESTRAL. Salvador: SEI, v. 9, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2018_3.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2018.

A ECONOMIA BAIANA

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)¹¹, apresentou leve crescimento neste ano, após crescer a uma taxa de 1,1%, em 2017. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana expandiu 1,5% (Tabela 1). A Agropecuária e os Serviços variaram positivamente em 16,8% e 1,1%, respectivamente, enquanto a Indústria apresentou queda de 0,9%.

O setor agropecuário apresentou desempenho bastante satisfatório influenciado principalmente pelo clima favorável. A melhora no nível de emprego se refletiu no aumento do consumo e dos gastos do governo e acarretou o crescimento do setor serviços. A fraca demanda doméstica e externa, por sua vez, prejudicou o crescimento da produção industrial, especialmente da indústria de transformação.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana expandiu 1,5%

TABELA 1

PRODUTO INTERNO BRUTO E VALOR ADICIONADO

Bahia, Jan.-Set./2018

ATIVIDADES	%
Agropecuária	16,8
Indústria	-0,9
Indústria de transformação	-1,0
Prod. e distrib. de eletr. e gás, água, esg. e limp. urbana	8,1
Extrativa mineral	-2,8
Construção civil	-4,5
Serviços	1,1
Comércio	1,2
Transportes	-1,2
Atividades imobiliárias	1,7
Administração pública (APU)	1,5
Valor Adicionado básico	1,6
Imposto sobre o produto	0,9
PIB	1,5

Fonte: SEI

Nota: Dados preliminares, sujeitos a revisão.

Atividade Agrícola

No terceiro trimestre de 2017, o valor adicionado pela agropecuária baiana cresceu 0,4% na comparação com o mesmo período de 2017, de acordo com Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No acumulado do ano, o setor registrou uma

variação positiva expressiva de 16,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O décimo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)¹², realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de outubro, estimou produção em cerca de 10 milhões de toneladas dos principais grãos em 2018. Este resultado supera em 16,8% o da safra 2017. Em relação à área plantada, o IBGE registrou uma retração de 1,3% na comparação anual, o que leva a concluir sobre a relevância do impacto da produtividade (18,2%) sobre o resultado global estimado (Tabela 2).

Dentre os principais produtos, destaque para a safra da soja, cuja produção avançou 21,6% em relação a 2017, alcançando 6,2 milhões de toneladas. O LSPA apontou um volume aproximado de 2,0 milhões de toneladas de milho para a atual temporada, correspondendo a uma redução de 1,1% na comparação com a safra anterior, subdividido em 1,9 milhão de toneladas da primeira safra e 47,4 mil toneladas da segunda safra.

A estimativa para o feijão totaliza 172 mil toneladas, declínio de 35,9% em relação à safra anterior. As safras de verão e de inverno registraram, respectivamente, produção de 146,3 mil e 25,7 mil toneladas. A produção cafeeira variou positivamente em 36,7% na comparação com a safra anterior, estimada em 249 mil toneladas.

12 LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2415/epag_2018_out.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

Destaque para a produção do tipo canephora com 117 mil toneladas. A safra do arábica ficou projetada em torno de 108,8 mil toneladas.

A lavoura do algodão teve alta de 49,8% em relação ao ano anterior, com estimativa de 1,2 milhão de toneladas. As culturas da cana-de-açúcar (4,7 milhões de toneladas) e do cacau (123 mil toneladas) registraram alta de 44,8% e 46,1%, respectivamente. A produção de mandioca ficou estimada em 1,5 milhão de toneladas, que representa uma queda de 26,5% na comparação com a safra 2017.

Atividade industrial

O valor adicionado pela Indústria caiu 0,9% no acumulado até o terceiro trimestre do ano, comparado com o mesmo período de 2017. Dentre as atividades do setor, com exceção de Produção e distribuição de elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana que aumentou 8,1%, todas as demais acumularam queda no período, Indústria de transformação (-1,0%), Indústria extrativa (-2,8%) e Construção (-4,5%).

TABELA 2
ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO FÍSICA, ÁREAS PLANTADA E COLHIDA
E RENDIMENTOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

Bahia, 2017/2018

PRODUTOS/SAFRAS	PRODUÇÃO FÍSICA (mil t)			ÁREA PLANTADA (mil ha)			ÁREA COLHIDA (mil ha)			RENDIMENTO (kg/ha) ⁽³⁾		
	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽²⁾	VAR. (%)	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽²⁾	VAR. (%)	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽²⁾	VAR. (%)	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽²⁾	VAR. (%)
Mandioca	2.079	1.528	-26,5	230	251	8,8	192	171	-11,3	10.819	8.959	-17,2
Cana de açúcar	3.231	4.680	44,8	52	91	75,0	47	81	72,3	68.745	57.778	-16,0
Cacau	84	123	46,1	480	480	0,0	430	430	0,0	195	285	46,1
Grãos	8.560	9.998	16,8	3.186	3.146	-1,3	3.159	3.122	-1,2	2.710	3.203	18,2
Algodão	833	1.248	49,8	204	267	30,9	204	267	30,9	4.084	4.672	14,4
Café	182	249	36,7	160	154	-3,8	143	130	-9,1	1.275	1.917	50,4
Feijão	268	172	-35,9	473	427	-9,7	463	427	-7,7	579	402	-30,5
Milho	2.034	2.011	-1,1	667	617	-7,5	667	617	-7,5	3.051	3.262	6,9
Soja	5.136	6.245	21,6	1.584	1.600	1,0	1.584	1.600	1,0	3.242	3.903	20,4
Sorgo	106	72	-31,7	98	80	-18,1	98	80	-18,1	1.080	901	-16,6
TOTAL	-	-	-	3.948	3.967	0,5	3.828	3.803	-0,7	-	-	-

Fonte: IBGE - LSPA

Elaboração: CAC - SEI

(1) LSPA/IBGE safra 2017

(2) LSPA/IBGE previsão de safra (out 2018)

A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, registrou, na mesma base de comparação, acréscimo de 0,2% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída. Menos da metade dos setores da indústria baiana de transformação registraram aumento em 2018.

O desempenho positivo da Indústria de transformação decorreu do aumento na produção física dos segmentos de Veículos automotores (14,4%), Metalurgia (5,3%), Produtos alimentícios (3,3%), Bebidas (11,7%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (29,5%). A explicação para o resultado desses segmentos está relacionada, respectivamente, à maior produção de automóveis e bancos de metal para veículos; de barras, perfis e vergalhões de cobre e de ligas de cobre; de carnes de bovinos frescas ou refrigeradas; de cervejas, chopes e refrigerantes; e de computadores pessoais de mesa (PC desktops).

O setor de Veículos foi o mais dinâmico, tanto em relação à produção como em relação às vendas. No período de janeiro a setembro, enquanto a produção cresceu 14,4%, as vendas avançaram 16,0%. Entre os fatores que favoreceram esse desempenho destacam-se: aumento da demanda das famílias, beneficiadas pela melhoria do mercado do trabalho e da confiança dos agentes econômicos na economia, principalmente no primeiro trimestre do ano; elevado nível do estoque em razão da queda acentuada durante a crise no período 2013/2016; taxas de juros menores e crescentes atrativos na concessão de crédito para compra de veículos por pessoas físicas e jurídicas; e renovação de fro-

tas por parte das locadoras de automóveis. Observa-se, entretanto, que a crise na Argentina e a paralisação dos caminhoneiros no segundo trimestre afetaram o setor, mas sem grandes perdas.

TABELA 3	
PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	
Bahia, Jan.-Set./2018	
CLASSESGÊNEROS	%
Indústria geral	0,2
Indústrias extrativas	-0,6
Indústrias de transformação	0,2
Produtos alimentícios	3,3
Bebidas	11,7
Couros, artigos para viagem e calçados	-12,1
Celulose, papel e produtos de papel	-0,1
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	-2,7
Outros produtos químicos	-5,7
Produtos de borracha e de material plástico	-1,8
Produtos de minerais não-metálicos	-13,4
Metalurgia	5,3
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	29,5
Veículos automotores, reboques e carrocerias	14,4

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal da Indústria

Elaboração: CAC/SEI

O setor de Veículos foi o mais dinâmico, tanto em relação à produção como em relação às vendas

O setor de Alimentos foi beneficiado pela excelente safra agrícola, principalmente de soja, e pela crescente demanda por carnes. Por sua vez, a produção da Indústria metalúrgica beneficiou-se da retomada do segmento de cobre, que foi severamente impactado financeiramente em 2016/2017, mas apresentou melhora gradativa no volume produzido após acordo de investimento com empresa multinacional do ramo. Todavia, no segundo trimestre de 2018 o volume de produção de cobre foi impactado por 31 dias sem fabrico de anodo de cobre por conta da manutenção programada. O retorno ao processo de produção ocorreu de forma mais lenta do que o planejado em razão de alguns ajustes operacionais necessários à retomada do processo produtivo da planta. A greve dos caminhoneiros também prejudicou a produção no período. Mesmo com esses impactos, a produção física do segmento atingiu aumento de 9,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em sentido oposto, os segmentos que exerceram as contribuições negativas sobre o total da indústria baiana foram: Produtos químicos (-5,7%), Derivados do petróleo (-2,7%), Couro, artigos para viagem e calçados (-12,1%), Produtos de minerais não metálicos (-13,4%), Produtos de borracha e de material plástico (-1,8%) e Celulose, papel e produtos de papel (-0,1%). Esses resultados foram influenciados, respectivamente, pela menor produção de propeno não saturado e princípios ativos para herbicidas; de óleos combustíveis e gasolina automotiva; de tênis de material sintético e calçados femininos de couro; de elementos pré-fabricados para construção

civil de cimento ou concreto; tubos ou canos de plástico para construção civil; e de pasta química de madeira.

A Indústria de produtos químicos foi impactada pela interrupção no fornecimento de energia elétrica no primeiro trimestre; pela restrição logística decorrente da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre, e pela redução na produção de fertilizantes em unidade que está na iminência de encerrar as atividades produtivas.

A redução no segmento de Derivados de petróleo deve-se às perdas provocadas pela nova política de preços de combustíveis – com reajustes diários nos preços da gasolina e do diesel – e pela retirada de tarifas de importação dos derivados de petróleo, o que favorece a importação dos produtos e, consequentemente, a substituição da produção nacional pela importada.

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, a Indústria extrativa recuou 0,6% no período, associada ao posicionamento da Petrobras em reduzir suas atividades de exploração de petróleo e de gás natural na Bahia. A produção de petróleo reduziu 9,2% no acumulado até setembro, enquanto, a produção de gás natural disponível registrou aumento de 3,0% no mesmo período, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

O setor de Produção e distribuição de elétrica e gás, água, esgoto e limpeza urbana (8,1%) contribuiu positivamente para o PIB, por

conta especialmente do acréscimo de 1,8% no consumo cativo de energia elétrica no estado, com base nos dados da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e do consumo de gás natural que aumentou 9,2% nos primeiros nove meses do ano, conforme dados da Bahiagás.

E o setor de Construção (-4,5%) segue prejudicado pela conjuntura desfavorável caracterizada pela perda de poder aquisitivo e de restrições ao crédito habitacional. Como o mercado imobiliário encontra-se ainda retraído e com oferta excedente, o governo estadual assume papel de destaque no estímulo à Construção, conduzindo projetos habitacionais populares e de infraestrutura.

Serviços e Comércio

O valor adicionado de Serviços do estado cresceu de 1,1% no acumulado até o terceiro trimestre de 2018, na comparação com o do mesmo período do ano anterior. O desempenho do setor foi influenciado pelas Atividades imobiliárias (2,3%), Administração Pública (1,0%) e Comércio (0,6%).

Com base nos resultados da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE (Tabela 4), houve queda de 3,1% no volume de serviços no acumulado até setembro. Observa-se que a pesquisa acompanha somente o segmento empresarial não-financeiro que compõe o setor de ser-

TABELA 4
VOLUME DE SERVIÇOS

Bahia, Jan.-Set./2018

ATIVIDADES DE SERVIÇOS	%
TOTAL	-3,1
Serviços prestados às famílias	-3,7
Serviços de informação e comunicação	-12,8
Serviços profissionais, administrativos e complementares	0,8
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,9
Outros serviços	-5,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Serviços
Elaboração: CAC/SEI

viços. Tal resultado foi atribuído ao recuo nas atividades de Serviços de informação e comunicação (-12,8%), de Serviços prestados às famílias (-3,7%) e de Outros serviços (-5,9%).

As vendas do comércio varejista ampliado na Bahia cresceram 1,7% no acumulado do ano até setembro, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio divulgada pelo IBGE, comparadas ao mesmo período do ano anterior. As maiores contribuições vieram de Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, que mostraram alta de 8,4% e 2,2%, respectivamente, indicando que os segmentos atrelados à confiança e ao crédito têm tido melhor desempenho que aqueles dependentes da renda. Em igual período do ano passado, a taxa registrada foi de 0,2%. Em sentido contrário, as vendas do comércio varejista restrito baiano apresentaram queda de 0,7%, na mesma base de comparação. Dos oito segmentos que compõem o setor, quatro registraram comportamento negativo (Tabela 5).

TABELA 5
VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Bahia, Jan.-Set./2018⁽¹⁾

ATIVIDADE	%
Comércio Varejista	-0,7
1 – Combustíveis e lubrificantes	-14,3
2 – Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,5
2.1 – Hipermercados e supermercados	1,7
3 – Tecidos, vestuário e calçados	-7,1
4 – Móveis e eletrodomésticos	1,3
4.1 – Móveis	-2,3
4.2 – Eletrodomésticos	3,8
5 – Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	12,2
6 – Equipamentos e material de escritório, informática e comunicação	7,2
7 – Livros, jornais, revistas e papelaria	-1,2
8 – Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,0
Comércio Varejista Ampliado⁽²⁾	1,7
9 – Veículos, motos, partes e peças	8,4
10 – Material de construção	2,2

Fonte: IBGE - Pesquisas Mensais do Comércio

Elaboração: CAC/SEI

Notas: 1. Compara a variação acumulada do período de referência com igual período do ano anterior.
2. O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelos resultados das atividades numeradas de 1 a 10.

A análise por atividade indica que, em 2018, o segmento mais comprometido no âmbito do Comércio varejista foi o de Combustíveis e lubrificantes (-14,3%), seguido por Tecidos, vestuário e calçados (-7,1%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-1,2%).

O comportamento de Combustíveis e lubrificantes chamou atenção ao longo do ano. Segmento de grande representatividade para o

setor de comércio varejista teve sua atividade comprometida em todos os meses de 2018, registrando fortes quedas no volume de vendas. Influenciada pela elevação dos preços dos combustíveis acima da variação média de preços, a retração no volume de negócios foi na Bahia ainda mais intensa do que a do cenário nacional.

Outro segmento a comprometer as vendas no estado foi Tecidos, vestuário e calçados. Com exceção do mês de abril, essa atividade registrou queda em todos os meses de 2018. A razão para reduzirem os gastos com artigos considerados de menor necessidade reflete a queda no poder aquisitivo e em última estância na confiança dos consumidores quanto à retomada do crescimento econômico.

O segmento de Livros, jornais, revistas e papelaria também apresentou recuo das vendas. Entretanto, chama atenção o fato de que esse recuo se verificou apenas no terceiro trimestre do ano, embora com taxas robustas de quedas. Por outro lado, observou-se que, no Brasil, as vendas desse segmento foram comprometidas em todos os meses do ano.

Contrapondo o desempenho registrado por esses segmentos, tem-se o segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, que expandiu 12,2% no acumulado até setembro. Na Bahia, essa atividade registrou crescimento mais expressivo do que no cenário nacional ao longo do ano. A razão para esse movimento se explica pelo aumento da procura de medicamentos em razão

das promoções e concorrência do setor, sendo determinante para trazer novas perspectivas para o setor.

O comportamento de Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o Indicador de Volume de Vendas do Comércio Varejista registrou um comportamento fraco ao longo de 2018, resultando na retração de 0,5% na atividade. Não obstante, em agosto e setembro deste ano foram registradas taxas positivas de 5,6% e 4,5%, respectivamente.

Quando observado o comportamento nos anos anteriores verifica-se que esse segmento registrou quedas consecutivas nas vendas a partir maio de 2015, interrompidas apenas em março deste ano. Uma possível explicação para isso decorre, em parte, de mudanças no comportamento dos consumidores, que passaram a realizar compras em estabelecimentos de atacados e mercadinhos de bairro, os quais não fazem parte da amostra da pesquisa.

A trajetória do comércio varejista ao longo do ano de 2018 corrobora com a percepção de que a retomada das vendas no setor com taxas de crescimentos mais robustas está longe de acontecer. Com exceção do segmento de Móveis e eletrodomésticos, os segmentos mais representativos para o setor, Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, Combustíveis e lubrificantes e Tecidos, vestuário e calçados apresentaram taxas negativas no acumulado do ano (Tabela 5). O desempenho negativo da maioria

dos segmentos esteve atrelado ao desaquecimento da atividade econômica.

Entretanto, quando se observa o comportamento dos segmentos de Móveis e eletrodomésticos, de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, percebe-se uma nova perspectiva para o setor no próximo ano, uma vez que esses segmentos dependem da taxa de juros praticada às pessoas físicas e da recomposição da massa de rendimentos reais, além do fato das compras serem normalmente realizadas a prazo, visto que comercializam bens de maior valor agregado.

Comércio Exterior

Apesar da onda protecionista no cenário internacional, as exportações baianas alcançaram até outubro US\$ 6,95 bilhões – um aumento de 3,2% na comparação com o mesmo período de um ano atrás (Tabela 6).

TABELA 6			
BALANÇA COMERCIAL			
Bahia, Jan.-Out. 2017/2018			
DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	VAR. %
Exportações	6.736.795	6.950.355	3,17
Importações	6.001.669	6.397.328	6,59
Saldo	735.126	553.027	-24,77
Corrente de comércio	12.738.464	13.347.683	4,78

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/11/2018
Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Obs.: importações efetivas, dados preliminares

Os elementos determinantes para o desempenho positivo foram: a melhora dos preços médios dos produtos exportados pelo estado com aumento de 11,6% até outubro, comparados com o mesmo período do ano passado, fruto da valorização das *commodities* no mercado internacional; a maior desvalorização do real em relação ao dólar; e a variação em ritmo mais aproximado entre custo de produção e preços médios que possibilitou um ganho de rentabilidade aos exportadores, após dois anos de recuo nas margens de lucro.

Quanto aos principais segmentos da pauta de exportações baianas, verifica-se que a soja e seus derivados, cuja receita cresceu 12,4% no ano até outubro em relação ao mesmo período do ano anterior, foi o principal destaque em 2018, com vendas que chegaram a US\$ 1,49 bilhão

Quanto aos principais segmentos da pauta de exportações baianas, verifica-se que a soja e seus derivados cuja receita cresceu 12,4% no ano até outubro em relação ao mesmo período do ano anterior foi o principal destaque em 2018, com vendas que chegaram a US\$ 1,49 bilhão. O bom desempenho no ano se deve tanto ao crescimento no volume exportado, que teve safra recorde, bem como aos preços melhores no mercado internacional (em média, 7,0% maiores comparados ao mesmo período do ano anterior).



A forte demanda da China beneficiou as exportações nacionais do grão, sobretudo às tradings responsáveis por essas negociações. No acumulado do ano até outubro, os embarques do setor atingiram recorde histórico para o período, atingindo 3,841 milhões de toneladas, incremento de 5,2% em relação ao ano passado.

Também contribuíram para o bom desempenho das vendas externas, o setor metalúrgico, com crescimento de 21,2% (US\$ 544,8 milhões), influenciado pela melhora dos preços do cobre que subiram em média 17,0% comparados ao mesmo período do ano passado; derivados de petróleo, com incremento de 4,3% (US\$ 516,9 milhões) também beneficiado pela alta das cotações e maior rentabilidade cambial; e o setor de papel e celulose que cresceu 18,8% (US\$ 1,24 bilhão), resultado da aceleração do consumo global (Tabela 7).

Não obstante o crescimento das receitas, houve queda no volume embarcado, que nos dez meses do ano apresentou redução de 7,5% em relação a igual período do ano passado. Essa redução no quantum tem como motivação os efeitos da crise argentina sobre as vendas de veículos, e a redução nas vendas de algodão, celulose e cobre para a China, cuja indústria, nos últimos meses, já apresenta arrefecimento em meio às disputas comerciais com os EUA. A intensificação da crise argentina prejudicou a venda de manufaturados baianos ao exterior nos últimos meses com impactos na balança comercial do estado até o fim do ano.

TABELA 7
EXPORTAÇÕES BAIANAS – PRINCIPAIS SEGMENTOS

Bahia, Jan.-Out. 2017/2018

SEGMENTOS	VALORES (US\$ 1.000 FOB)		VAR. %	PART. %	VAR. % PREÇO MÉDIO
	2017	2018			
Soja e Derivados	1.325.380	1.489.836	12,41	21,44	6,91
Papel e Celulose	1.047.919	1.244.896	18,80	17,91	18,66
Químicos e Petroquímicos	1.278.506	1.237.148	-3,23	17,80	35,34
Metalúrgicos	449.588	544.847	21,19	7,84	16,93
Petróleo e Derivados	495.430	516.895	4,33	7,44	37,91
Automotivo	479.839	490.121	2,14	7,05	3,95
Metais Preciosos	333.557	331.789	-0,53	4,77	90,15
Cacau e Derivados	222.977	169.662	-23,91	2,44	-8,89
Algodão e Seus Subprodutos	216.906	160.773	-25,88	2,31	10,97
Minerais	133.259	130.039	-2,42	1,87	36,04
Borracha e Suas Obras	139.071	128.646	-7,50	1,85	7,96
Frutas e Suas Preparações	126.267	111.820	-11,44	1,61	-0,01
Couros e Peles	104.444	80.206	-23,21	1,15	1,63
Sisal e Derivados	63.125	60.720	-3,81	0,87	2,55
Café e Especiarias	67.741	58.047	-14,31	0,84	-10,43
Calçados e Suas Partes	70.355	45.255	-35,68	0,65	-4,49
Fumo e Derivados	22.246	25.226	13,40	0,36	-0,04
Máquinas, Aparelhos e Materiais Mecânicos e Elétricos	35.687	21.877	-38,70	0,31	-37,37
Carne e Miudezas de Aves	11.991	18.335	52,91	0,26	-1,46
Demais Segmentos	112.508	84.219	-25,14	1,21	23,58
TOTAL	6.736.795	6.950.355	3,17	100,00	11,55

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 07/11/2018
Elaboração: SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

A intensificação da crise argentina prejudicou a venda de manufaturados baianos ao exterior, nos últimos meses com impactos na balança comercial do estado até o fim do ano

As importações alcançaram US\$ 6,40 bilhões com crescimento de 6,6%. Em função da lenta recuperação da economia e do pouco dinamismo na produção industrial, as compras externas de insumos e matérias primas ficaram estáveis em relação ao mesmo período do ano passado, registrando avanço de 0,3%. Por outro lado, as importações de combustíveis e de bens de capital tiveram incremento de 42,3% e 27,2%, respectivamente, sendo, portanto, responsáveis pelo crescimento registrado no ano. É bom salientar que a expansão das compras de bens de capital é positiva por representar investimento das empresas em capacidade produtiva (máquinas e equipamentos) e está diretamente relacionada à implantação de novos parques eólicos e de energia solar no estado (Tabela 8).

DISCRIMINAÇÃO	TABELA 8 IMPORTAÇÕES BAIANAS POR CATEGORIAS DE USO			
	2017	2018	VAR. %	PART. %
Bens intermediários	4.608.684	4.622.588	0,30	72,26
Combustíveis e lubrificantes	480.262	683.502	42,32	10,68
Bens de capital	566.714	721.130	27,25	11,27
Bens de consumo duráveis	278.825	282.954	1,48	4,42
Bens de consumo não duráveis	67.184	87.100	29,64	1,36
Bens não especificados	-	54	-	
TOTAL	6.001.669	6.397.328	6,59	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 08/11/2018

Elaboração: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Obs.: Importações efetivas, dados preliminares.

Com os resultados apurados até outubro, a Bahia acumula um superávit de US\$ 553 milhões em sua balança comercial, 24,8% menor que no mesmo período do ano passado. Por sua vez, a corrente de comércio exterior (soma das exportações e importações) atingiu US\$ 13,35 bilhões, 4,8% acima do mesmo período de 2017.

As disputas comerciais e tarifárias prejudicaram as perspectivas para o crescimento do comércio mundial, que desacelerou para uma taxa de cerca de 3,0% em 2018, ante os 5,0% verificado em 2017. A China, maior parceiro comercial da Bahia, responsável pelo destino de 32,0% das vendas externas baianas no acumulado do ano até outubro, mostra sinais de moderação no crescimento.

A China, maior parceiro comercial da Bahia, responsável pelo destino de 32,0% das vendas externas baianas no acumulado do ano até outubro, mostra sinais de moderação no crescimento

A guerra comercial entre Estados Unidos e China pode, por um lado, refrear o crescimento econômico mundial e, consequentemente, arrefecer a demanda externa por produtos exportados pela Bahia, por outro lado, esse efeito pode ser parcialmente contrabalançado pelo aumento das exportações para a China de alguns setores para os quais devem valer as sobretaxas americanas, como carnes, vinhos e produtos químicos. Ou mesmo reforçar as vendas de *commodities* em que os EUA fazem concorrência com o estado baiano, como soja, milho, algodão e minérios.

PERSPECTIVAS

A análise da conjuntura macroeconômica evidenciou um cenário de incertezas no que se refere às questões econômicas e a seus desdobramentos para o país e para a Bahia em 2018. O PIB brasileiro alcançou crescimento de 1,3% até setembro de 2018, e as expectativas do mercado apontam para taxas de 1,32% em 2018 e 2,53% em 2019¹³. No início do ano, as expectativas do Banco Central sinalizavam um crescimento para a economia brasileira de 2,9% e 3,0%, respectivamente, em 2018 e 2019. Outras projeções, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹⁴, estipulam que o Brasil deverá crescer 1,4% em 2018 e 2,4% em 2019 – as estimativas anteriores, divulgadas em julho deste ano, eram de 1,8% e 2,5%, respectivamente.

O cenário observado no período de janeiro a setembro de 2018 foi um pouco melhor do que o verificado no mesmo período de 2017, haja vista os recentes indicadores econômicos. Há condições de continuidade do processo de recuperação gradual da economia, considerando-se a elevada capacidade ociosa na indústria e a retomada, ainda que lenta, do poder de compra das famílias, com os níveis de preços controlados – o que, segundo expectativas do mercado financeiro¹⁵, será mantido, respectivamente, em 3,89% e 4,11%, em 2018 e 2019. Ao mesmo tempo, estima-se manutenção da

13 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: relatório de mercado. dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20181130.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

14 WORLD ECONOMIC OUTLOOK: Challenges to Steady Growth. Washington: IMF, out. 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

15 BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: relatório de mercado. dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20181130.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2018.

taxa Selic no patamar de 6,5% em 2018 e de 7,75% em 2019, o que propiciará condições favoráveis ao financiamento de despesas de consumo e investimento. Entretanto, a confiança de empresários e consumidores, abalada desde a paralisação dos transportes de cargas e pela indefinição do processo eleitoral, provocou uma retomada ainda mais lenta do que a esperada no início do ano.

As perspectivas elaboradas pela SEI indicam, para a economia da Bahia, ritmo mais intenso na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias a partir de 2019, com crescimento moderado, mas superior ao observado em 2018, que até o terceiro trimestre acumula acréscimo de 1,5%. A contribuição da Agropecuária deverá manter-se positiva, mas com taxa menos expressiva. A Indústria apresentará resultados também positivos, condicionados à redução da capacidade ociosa, queda de estoques, aquecimento da demanda interna e juros mais baixos. Observa-se, no entanto, que importantes atividades industriais, como construção, refino de petróleo e petroquímica, atravessam graves dificuldades que deverão impedir o alcance de taxas mais elevadas no setor durante o ano de 2019.

As perspectivas para os setores de Serviços e Comércio estão pautadas pela retomada da produção industrial. Há expectativas de que a manutenção da taxa de juros em níveis mais baixos e a redução no custo do crédito favoreçam o financiamento para aquisição de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, mas esse aumento do consumo é limitado pelo poder aquisitivo.

As perspectivas elaboradas pela SEI indicam, para a economia da Bahia, ritmo mais intenso na produção, nas vendas internas e externas, na geração de empregos e nas receitas tributárias a partir de 2019

O aumento da ocupação, condicionado ao crescimento da atividade econômica, deverá proporcionar ganhos reais de massa salarial e impulsionar o consumo. Todavia deve-se estar atento às recentes tensões na economia mundial que podem se tornar obstáculos ao cenário interno no próximo ano, mormente o risco de uma guerra comercial com medidas restritivas adotadas pelos Estados Unidos com relação às importações de alguns produtos; a desaceleração da economia argentina, que poderá reduzir as exportações baianas, principalmente de automóveis; assim como o aumento nas taxas de juros americanas e a valorização do Dólar.

INDICADORES SOCIAIS

Com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, cuja cobertura abrange todo o território nacional, e nos dados do Ministério de Desenvolvimento Social, esta seção reúne algumas das principais características sobre a realidade social baiana. Os indicadores selecionados levam em conta aspectos demográficos, educação, ocupação, renda e condições de moradia. Esse conjunto de informações contribui para a compreensão das modificações no perfil social e econômico da população, possibilitando, assim, o monitoramento de políticas sociais.

As políticas sociais foram fundamentais para aliviar o impacto da crise sobre a população do estado e impedir que os avanços sociais fossem refreados. Em 2018, a realidade social baiana apresentou, entre outros, os seguintes destaques: manutenção da trajetória de queda da taxa de analfabetismo, ensino quase universalizado de jovens de 6 a 14 anos, tanto na área urbana, quanto na área rural, maior número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família entre os estados; cobertura de 99,2% dos domicílios com energia elétrica; e ampliação do acesso a bens duráveis e tecnologias vigentes.

População e Educação

A tendência de envelhecimento da população baiana continuou em curso na passagem de 2016 a 2018. Assim, em 2018, o total de jo-

vens (0 a 14 anos) correspondia a 21,2% da população do estado e o de idosos (60 anos ou mais) representava 14,3%.

A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, também, tem mantido trajetória de queda ao longo do tempo, tendo diminuído 3,3 pontos percentuais entre 2012 e 2018, de 16,1% a 12,8% nesse intervalo (Tabela 9). Na zona rural do estado, a redução do analfabetismo foi de 5,7 pontos percentuais, saindo de 28,8% para 23,1%. Na zona urbana, a taxa de analfabetismo dessa população passou de 11,2%, em 2012, para 8,8% em 2018.

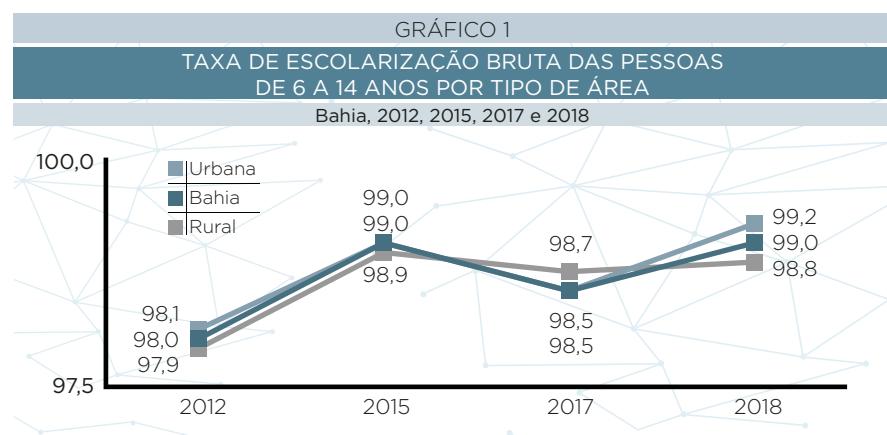
Em 2018, o acesso a escola dos jovens de 6 a 14 anos se encontrava quase universalizado e sem diferenças significativas entre urbana e rural. Tal realidade começou a ser delineada em 2003, ano em que

TABELA 9				
TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO				
Bahia, 2012, 2015, 2017 e 2018				
REGIÃO/UF/ SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	2012	2015	2017	2018
Nordeste	17,2	15,6	14,4	13,8
Urbana	12,7	11,7	10,7	10,2
Rural	29,9	27,8	25,8	24,4
Bahia	16,1	13,5	12,8	12,8
Urbana	11,2	9,3	8,6	8,8
Rural	28,8	26,0	24,5	23,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2012 a 2018
Elaboração: SEI/DIPEQ. Dados sistematizados a partir dos Microdados
Dados referente a PNADC anual para 2012, 2015 e 2017
Dados referente a PNADC 3º Trimestre para 2018



se intensificaram as políticas sociais e de distribuição de renda em todo o país e, em especial, na Região Nordeste (Gráfico 1).



A taxa de analfabetismo para 15 anos ou mais, diminuiu 3,3 pontos percentuais entre 2012 e 2018

Ocupação e Renda

Na Bahia, o ano de 2018 começou com a segunda maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa, em 2012. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, no trimestre de abertura do ano, a desocupação atingiu 17,9% da população na força de trabalho - uma alta de 2,9 pontos percentuais comparativamente ao registrado no último trimestre de 2017 (15,0%). No entanto, após esse repique, a taxa de desocupação no estado experimentou quedas consecutivas, passando a 16,5% e 16,2% no segundo e terceiro trimestres respectivamente - valores, por sinal, inferiores aos encontrados um ano antes (Quadro 1). No contexto brasileiro, houve movimento semelhante: ao longo de 2018, a referida taxa partiu do segundo maior valor da série histórica (13,1%) e foi perdendo força a cada trimestre, chegando a 11,9% no intervalo de julho a setembro deste ano.

Quando se considera, além dos desocupados, os subocupados por insuficiência de horas (indivíduos ocupados com jornada abaixo de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar em um

período maior) e os integrantes da força de trabalho potencial (aqueles que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram, mas não estavam disponíveis para trabalhar) também se vê avanço. Após o ápice no primeiro trimestre deste ano, quando atingiu 40,5%, a taxa composta de subutilização da força de trabalho foi caindo a cada trimestre no território baiano, alcançando 38,5% no terceiro trimestre – significando quedas de 1,2 e 1,6 ponto percentual comparativamente aos valores estimados no trimestre imediatamente anterior (39,7%) e um ano antes (40,1%), respectivamente. Assim, do último dado disponível, 3,226 milhões de pessoas se encontravam na condição de subutilizadas no estado.

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas, no terceiro trimestre do ano, na

Bahia, foi estimado em R\$ 1.530, o que representou um ganho de 7,4% em comparação ao do mesmo trimestre do ano de 2017 (R\$ 1.425) e de 0,1% em relação ao do trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.529), embora essas variações não tenham sido significativas estatisticamente.

A taxa de desocupação no estado experimentou quedas consecutivas, passando a 16,5% e 16,2% no segundo e terceiro trimestres respectivamente

INDICADOR	PERÍODO						
	1º TRI/2017	2º TRI/2017	3º TRI/2017	4º TRI/2017	1º TRI/2018	2º TRI/2018	3º TRI/2018
	Bahia, 1º tri. 2017-3º tri. 2018						
Taxa de desocupação	18,6%	17,5%	16,7%	15,0%	17,9%	16,5%	16,2%
Taxa composta de subutilização da força de trabalho	38,6%	37,9%	40,1%	37,7%	40,5%	39,7%	38,5%
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos ¹ (em reais)	1.496	1.497	1.425	1.569	1.564	1.529	1.530
Massa de rendimento real habitual ¹ (em milhões de reais)	8.535	8.686	8.227	9.282	8.883	8.752	8.995

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - IBGE

Dados sistematizados pela SEI/Dipea/Copes 2018.

Nota: 1 Trata-se do rendimento de todos os trabalhos.

Os números encontrados na PNAD Contínua podem ser explicados em parte pelo comportamento do mercado de trabalho formal. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), no acumulado do ano até outubro, a Bahia apresentou um saldo positivo de 38.151 postos de trabalho com carteira de trabalho assinada, levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Enfatize-se que o interior do estado gerou 29.463 postos de trabalho formais, enquanto a Região Metropolitana de Salvador (RMS) gerou 8.688 postos. Ainda de acordo com a mesma fonte, aferiu-se que o rendimento médio dos admitidos em 2017 correspondeu a 90,4% do rendimento médio dos desligados. Em 2018, o rendimento médio até outubro, dos admitidos, foi aferido em 92,7% do rendimento médio dos desligados, um cenário timidamente melhor, sinalizando ganho de renda do trabalhador formal no ano, porém sem apontar reversão de tendência.

Quanto à inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho também houve um tímido avanço, visto que em 2017 as mulheres admitidas na Bahia recebiam em média 88,6% do salário dos homens admitidos, enquanto em 2018, até outubro, este percentual se ampliou para 90,2% – mantendo assim a histórica diferença salarial entre os gêneros. O salário nominal médio das mulheres admitidas neste ano foi aferido em R\$ 1.228 e o dos homens admitidos em R\$ 1.362.

Nos dez primeiros meses de 2018, entre os oito setores de atividade econômica, sete contabilizaram saldos acumulados positivos: Serviços (+19.924 postos), Agropecuária, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca (+7.000 postos), Indústria de Transformação (+5.082 postos), Construção Civil (+4.248 postos), Administração Pública (+1.549 postos), Serviços Indústria de Utilidade Pública (+1.317 postos) e Extrativa Mineral (+896 postos). Portanto, apenas o Comércio (-1.865 postos) apresentou saldo acumulado negativo.

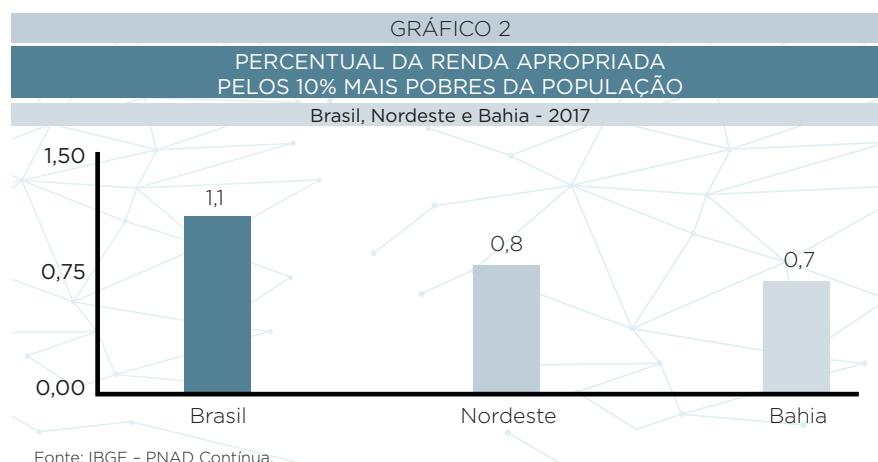
Dos 27 Territórios de Identidade, 23 registraram saldos positivos de emprego, entre janeiro e outubro de 2018, com destaque para: Metropolitano de Salvador (+8.688 postos), Sertão do São Francisco (+6.418 postos) e Bacia do Rio Grande (+5.257 postos). Em contrapartida, Litoral Sul (-1.052 postos), Médio Sudoeste da Bahia (-280 postos) e Irecê (-174 postos) foram os principais Territórios de Identidade a registrar redução de trabalhadores com carteira assinada.

Em 2017, o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda, variando de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), foi aferido em 0,599 para o estado (Tabela 10). O referido índice para o Nordeste (0,559), região mais desigual do Brasil, se situou em patamar inferior ao da Bahia, indicando que neste ano o estado registrou uma distribuição mais desigual do rendimento que o restante da região.

TABELA 10	
ÍNDICE DE GINI DO RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS	
Brasil, Nordeste e Bahia, 2018	
País / Região / UF	Gini
Brasil	0,524
Nordeste	0,559
Bahia	0,599

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Cálculos da SEI.

O Gráfico 2 apresenta o percentual da renda apropriada pelos 10% mais pobres da população. Este estrato populacional baiano se apropriava de 0,7% do total da renda em 2017, enquanto na Região Nordeste correspondia a 0,8%. Os números reforçam a desigualdade regional brasileira, que tem o Nordeste como a região mais desigual do país.



O rendimento médio mensal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido no mês de referência, de todos os trabalhos em 2017 na Bahia foi de R\$ 1.546. O valor situou-se acima da renda média do Nordeste (R\$ 1.477) e abaixo da renda média do país (R\$ 2.106) (Tabela 11).

TABELA 11	
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS	
Brasil, Nordeste e Bahia, 2017	
País / Região / UF	2017
Brasil	2.106
Nordeste	1.477
Bahia	1.546

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Nota: Valores em R\$ de 2017.

O rendimento médio mensal de todos os trabalhos na Bahia (R\$ 126) para o décimo mais pobre da população se situou em patamar levemente inferior ao da Região Nordeste (R\$ 130). Contudo, este rendimento médio é cerca de 52% do rendimento médio do mesmo decil da população nacional (R\$ 251), reforçando a disparidade regional do Nordeste para com o resto do país. Quanto ao último decil (pertencente aos 10% mais ricos da população), observa-se novamente que a disparidade para com o resto do país é grande. A população pertencente ao 10º decil na Bahia possuía, em 2017, uma renda média do trabalho equivalente a

R\$ 7.379. No Nordeste, este contingente populacional registrou no mesmo ano uma renda média de R\$ 6.503 e, no Brasil, R\$ 8.687 (Tabela 12).

TABELA 12		
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DE TODOS OS TRABALHOS DAS PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS		
Brasil, Nordeste e Bahia, 2017		
País / Região / UF	1º DECIL.	10º DECIL.
Brasil	251	8.687
Nordeste	130	6.503
Bahia	126	7.379

Fonte: IBGE-PNAD Contínua. Cálculos da SEI.
Nota: Valores em R\$ de 2017.

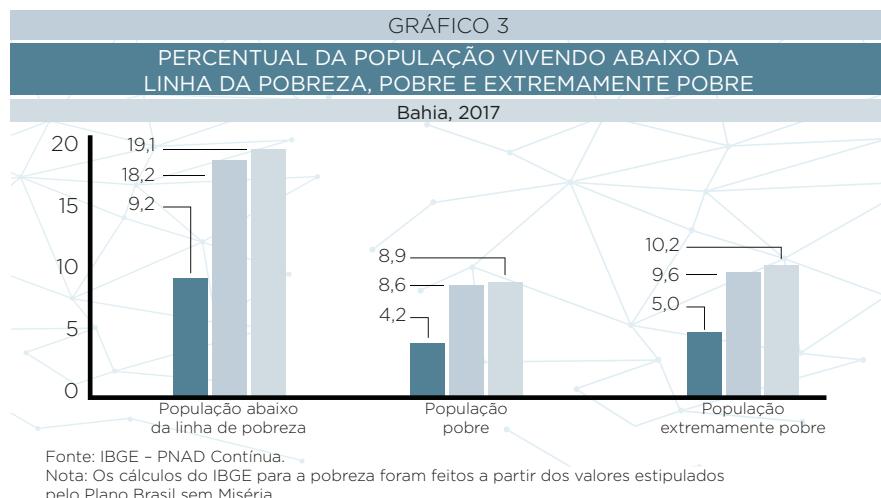
Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do governo federal, com base em informações disponibilizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), a Bahia é o estado brasileiro com maior número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) – cerca de 1,8 milhão de pessoas, o que corresponde a 13,0% do existente no país (com dados de agosto de 2018). De 2010 a 2018, houve um aumento de 171.842 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família na Bahia, que passou de 1.662.069 para 1.833.911 famílias – um acréscimo equivalente a 10,3% no período (Tabela 13). Enquanto isso, Nordeste e Brasil ampliaram o número de famílias cadastradas em 9,1% e 12,8% respectivamente.

Do valor total repassado, de janeiro a agosto de 2018, através do PBF, às famílias beneficiárias em todo o Brasil (R\$ 20,1 bilhões), aproximadamente R\$ 2,7 bilhões foram direcionados à Bahia – quase um quinto do total destinado à região Nordeste (R\$ 13,9 bilhões). No intervalo de 2010 a 2017, o repasse anual de recursos do PBF para a Bahia apresentou aumento nominal de cerca de 99%. Nesse intervalo, o ano de 2017 foi o que contou com o maior número de famílias beneficiárias (1.833.933).

TABELA 13		
NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR TOTAL REPASSADO (R\$ MILHÕES) PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		
Bahia, 2010 a 2018		
ANO	FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	REPASSE (R\$ MILHÕES)
2010	1.662.069	1.939
2011	1.752.766	2.262
2012	1.808.346	2.745
2013	1.800.055	3.258
2014	1.808.376	3.521
2015	1.797.610	3.600
2016	1.772.853	3.776
2017	1.833.993	3.864
2018 ⁽¹⁾	1.833.911	2.655

Fonte: Matriz de Informações Sociais/Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).
Nota: (1) Os dados se referem aos meses de janeiro a agosto de 2018.

Em 2017, a Bahia registrou um percentual da população abaixo da linha de pobreza (19,1%), pobre (8,9%) ou extremamente pobre (10,2%), superior (ainda que timidamente) aos percentuais do Nordeste e do Brasil. Foi observado neste ano que 9,2% da população brasileira vivia com rendimento abaixo da linha da pobreza. No Nordeste este percentual foi quase o dobro (18,2%), indicando intensa desigualdade regional (Gráfico 3). Em números absolutos, cerca de 3 milhões de baianos viveram abaixo da linha da pobreza naquele ano.



Condição dos Domicílios

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, anual, em 2017, na Bahia, do total de 5.170

mil domicílios, 88,2% eram casas (4.562 mil domicílios), 11,6% eram apartamentos (602 mil domicílios) e 0,1% se enquadrava na categoria casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco (7 mil domicílios).

Em 2017, acerca de esgotamento sanitário, 2.885 mil domicílios estavam conectados à rede geral ou fossa ligada à rede (55,8%) e 1.970 mil domicílios (38,1%) possuíam fossa não ligada à rede. Na categoria outra forma de esgotamento se enquadravam 207 mil domicílios, ou seja, 4,0% (Tabela 14).

TABELA 14
**DOMICÍLIOS (MIL DOMICÍLIOS E PERCENTUAL)
POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**
Bahia, 2016/2017

TIPO DE ESGOTAMENTO	2016		2017	
	MIL	%	MIL	%
Rede geral ou fossa ligada à rede	2.894	56,3	2.885	55,8
Fossa não ligada à rede	1.866	36,3	1.970	38,1
Outra forma de esgotamento	189	3,7	207	4,0

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

Ainda em matéria de saneamento básico, o acesso à água era o que mais se destacava. Para o ano de 2017, no estado, a água utilizada em 4.880 mil domicílios era canalizada (94,4%) (Tabela 15). O percentual de cobertura revelava o comprometimento do governo com programas de acesso, como o Água para Todos.

A coleta direta por serviço de limpeza era o destino do lixo produzido em 3.526 mil domicílios (68,2%); e 734 mil residências tinham os resíduos coletados em caçamba de serviço de limpeza (14,2%). Um percentual também elevado, 15,8% (817 mil domicílios), ainda queimava o lixo na propriedade.

FORMA DE ABASTECIMENTO	2016		2017	
	MIL	%	MIL	%
Com canalização	4.872	94,8	4.880	94,4

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

Em 2017, a rede geral ou fonte alternativa iluminava 5.129 mil domicílios, cujo percentual total (99,2%) aproximou o estado da universalização e revelou a importância dos programas de eletrificação (Tabela 16).

FORMA DE ABASTECIMENTO	2016		2017	
	MIL	%	MIL	%
Rede geral ou fonte alternativa	5.105	99,3	5.129	99,2

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

A televisão e a geladeira, nessa ordem, eram as possessões mais comuns nos dois anos em análise. Em 2017, 95,2% no caso da televisão e 95,1% no caso da geladeira. Ainda, o índice de 32,7% das residências (1.690 mil domicílios) usufruía da praticidade oferecida pela máquina de lavar roupa (Tabela 17).

Os residentes do total de 1.467 mil domicílios (28,4%) possuíam o carro para locomoção e do total de 1.273 mil domicílios (24,6%) tinham motocicleta. Enquanto 365 mil domicílios (7,1%) detinham ambos os veículos de locomoção.

BENS DURÁVEIS	2016		2017	
	MIL	%	MIL	%
Televisão	4.914	95,6	4.920	95,2
Geladeira	4.910	95,5	4.918	95,1
Máquina de lavar roupa	1.599	31,1	1.690	32,7
Carro	1.422	27,7	1.467	28,4
Motocicleta	1.287	25,0	1.273	24,6
Carro e motocicleta	360	7,0	365	7,1

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Sistematização da SEI.

Em 2017, o telefone móvel celular era utilizado como instrumento de comunicação em 4.589 mil domicílios (88,8%) e representou um

acréscimo de 93 mil (2,1%) em relação ao ano anterior. Em contrapartida, o número de residências com o telefone fixo convencional retrocedeu (-72 mil) a apenas 868 mil residências (16,8%). A posse do computador ocorria em 31,9% dos domicílios nos dois anos em análise, e passou de 1.640 mil, em 2016, para 1.649, em 2017. Em 1.443 mil residências (27,9%), o acesso à Internet acontecia nesse tipo de equipamento. Porém, em 3.050 mil domicílios (59,0%) o aparelho celular era utilizado para esse fim, em adição a 369 mil domicílios que acessavam a Internet no tablet (7,1%) e 419 mil na televisão (8,1%) (Tabela 18). Enquanto o acesso à Internet via tablet parece seguir trajetória decrescente, o uso da televisão para esse objetivo se intensificou, pois a ampliação foi de 66,3%, ou seja, incremento de 167 mil domicílios.

TABELA 18

DOMICÍLIOS (MIL DOMICÍLIOS E PERCENTUAL)
POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR, TELEFONE E INTERNET

Bahia, 2016/2017

MICROCOMPUTADOR, TELEFONE E INTERNET	2016		2017	
	MIL	%	MIL	%
Tem microcomputador	1.640	31,9	1.649	31,9
Acesso à Internet no microcomputador	1.385	26,9	1.443	27,9
Acesso à Internet no telefone celular	2.557	49,8	3.050	59,0
Acesso à Internet no tablet	424	8,3	369	7,1
Acesso à Internet na televisão	252	4,9	419	8,1
Telefone fixo convencional	940	18,3	868	16,8
Telefone móvel celular	4.496	87,5	4.589	88,8

Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Sistematização da SEI.



Gestão Financeira Receitas e Despesas Públicas



1. GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do Estado e, dentro deste contexto, o resultado apresentado referente ao exercício de 2018, demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparéncia Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento *on line* das ações governamentais e da aplicação dos

recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal [www. SEFAZ.ba.gov.br](http://www.SEFAZ.ba.gov.br) e nos sites das secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios/convenentes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e Organizações Não Governamentais – ONGs).

1.1 Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2018, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 45,9 bilhões, alcançando

96,7% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o exercício de 2017, observa-se um crescimento nominal na ordem de 1,4%, conforme se observa na Tabela 1.

TABELA 1
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
BAHIA, 2015-2018

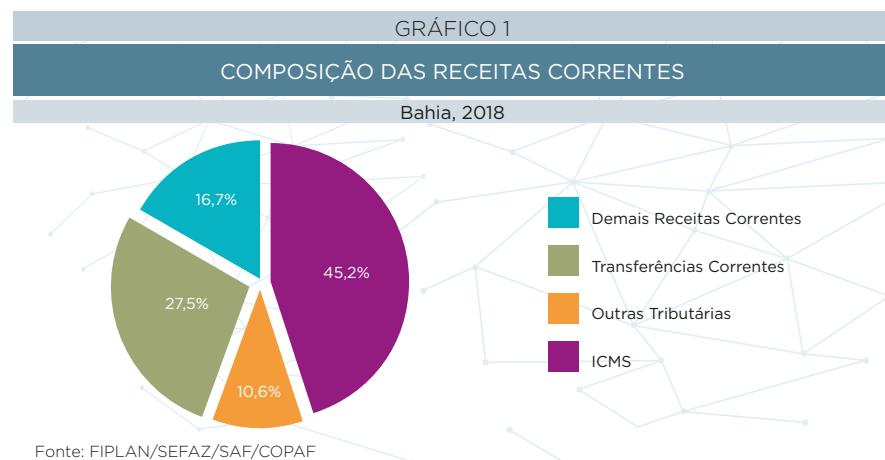
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADO (EM R\$ 1.000)				REALIZAÇÃO %	VARIAÇÃO % 2018/2017
		2018	2017	2016	2015		
Receitas Correntes	44.349.705	44.494.826	43.138.685	40.200.250	37.657.504	100,33	3,14
Receita Tributária	24.268.960	24.830.111	21.982.528	20.501.902	19.630.984	102,31	12,95
ICMS	19.703.941	20.104.192	17.751.045	16.421.373	15.636.440	102,03	13,26
Outras Tributárias	4.565.019	4.725.919	4.231.483	4.080.528	3.994.544	103,52	11,68
Receita de Contribuições	2.570.785	2.719.614	2.624.594	2.605.276	2.232.630	105,79	3,62
Receita Patrimonial	552.483	417.828	774.485	826.945	979.432	75,63	-46,05
Receita Agropecuária	686	336	7	239	394	49,03	4.874,58
Receita Industrial	352	496	490	266	-	140,96	-
Receita de Serviços	221.048	197.900	182.161	158.248	150.478	89,53	8,64
Transferências Correntes	12.334.136	12.249.285	11.682.654	11.704.595	10.874.906	99,31	4,85
FPE	6.706.400	6.663.479	6.232.923	6.485.613	5.741.614	99,36	6,91
Outras Transferências	5.627.736	5.585.806	5.449.732	5.218.981	5.133.292	99,25	2,50
Outras Receitas Correntes	1.456.120	1.004.409	1.325.399	1.133.125	918.137	68,98	-24,22
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	2.945.136	3.074.845	4.566.365	3.269.655	2.870.542	104,40	-32,66
Receitas de Capital	3.106.867	1.382.529	2.086.926	1.845.557	1.555.666	44,50	-33,75
Operações de Crédito	1.449.610	646.128	1.156.475	907.500	1.015.196	44,57	-44,13
Operações de Crédito Internas	561.147	76.358	837.785	726.405	937.130	13,61	-90,89
Operações de Crédito Externas	888.463	569.770	318.690	181.095	78.066	64,13	78,79
Alienação de Bens	34.617	33.620	22.869	10.865	18.416	97,12	47,01
Amortização de Empréstimos	117.581	156.551	192.386	168.959	168.821	133,14	-18,63
Transferências de Capital	1.505.059	546.230	715.196	758.233	353.233	36,29	-23,63
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	47.456.572	45.877.355	45.225.611	42.045.807	39.213.170	96,67	1,44

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF

1.2 Receitas Correntes

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2018, foram arrecadadas nesta categoria R\$ 44,5 bilhões, representando uma realização de 100,3% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 3,1% em relação a 2017. O Gráfico 1 traz a composição das Receitas Correntes.

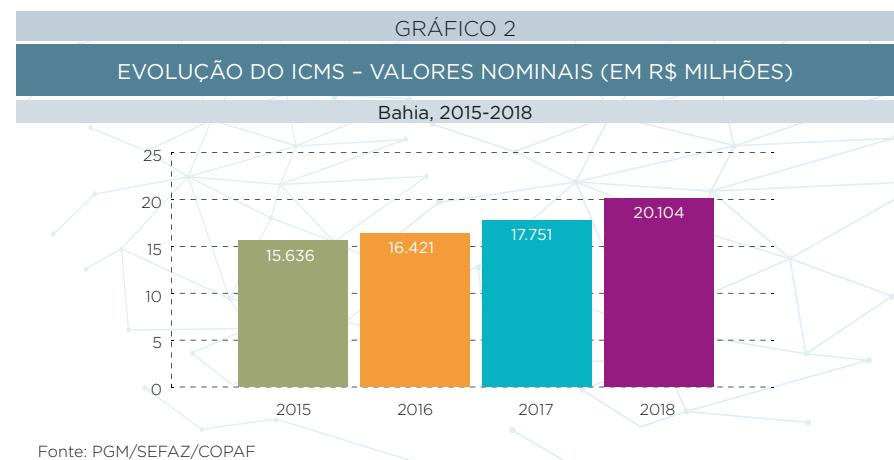
As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 55,8% destas e totalizaram R\$ 24,8 bilhões em 2018,



sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal (ICMS) representou 45,2% do total das receitas correntes.

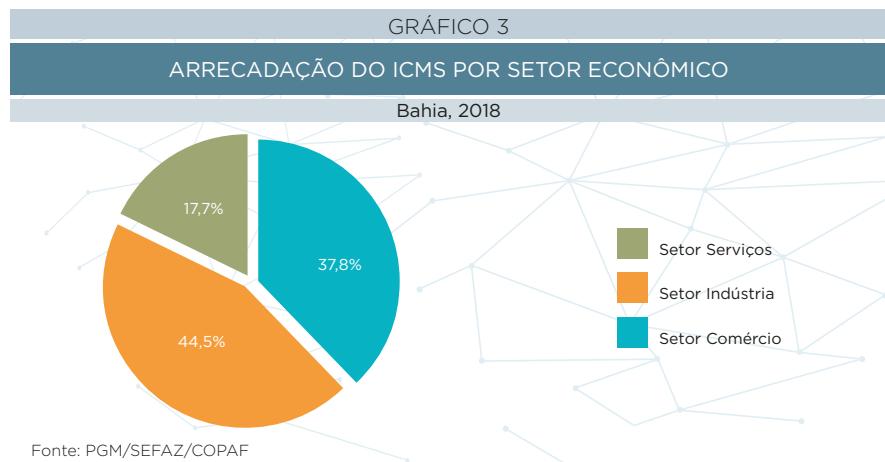
1.3 Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 81% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 20,1 bilhões em 2018, conforme demonstrado no Gráfico 2¹. Este montante representa um crescimento nominal de 13,3% em comparação com 2017.



¹ No gráfico 2, os valores realizados de ICMS, do período 2015-2018, estão informados com as respectivas deduções das Contas retificadoras de receitas (restituições, FUNDEB), uniformizando o quadro comparativo desta conta, considerando que este procedimento tornou-se obrigatório a partir de 2014 pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 3 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.



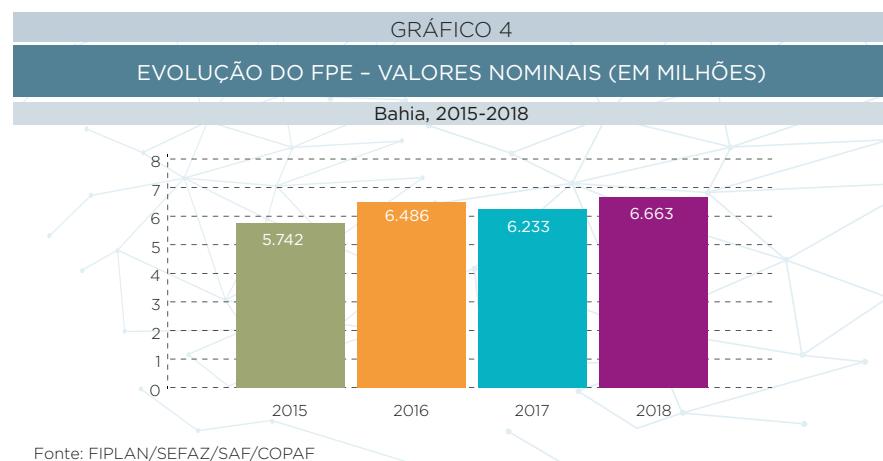
No exercício de 2018, ocorreu um crescimento no setor de indústria (+13,5%), comércio (+11%) e serviços (+6%), que contribuiu para um melhor desempenho da arrecadação do ICMS, em relação a 2017. No setor de indústria, o segmento Petróleo, apresentou uma variação nominal positiva de 15,7%. No setor de comércio, o segmento varejista obteve variação nominal positiva de 11,4% e o setor atacadista apresentou uma variação nominal positiva de 11%, se comparados ao mesmo período do ano anterior.

1.4 Arrecadação do IPVA

O IPVA apresentou, no ano de 2018, uma variação nominal positiva de 13% quando comparado com o realizado de 2017, sendo arrecadados R\$ 1,1 bilhão.

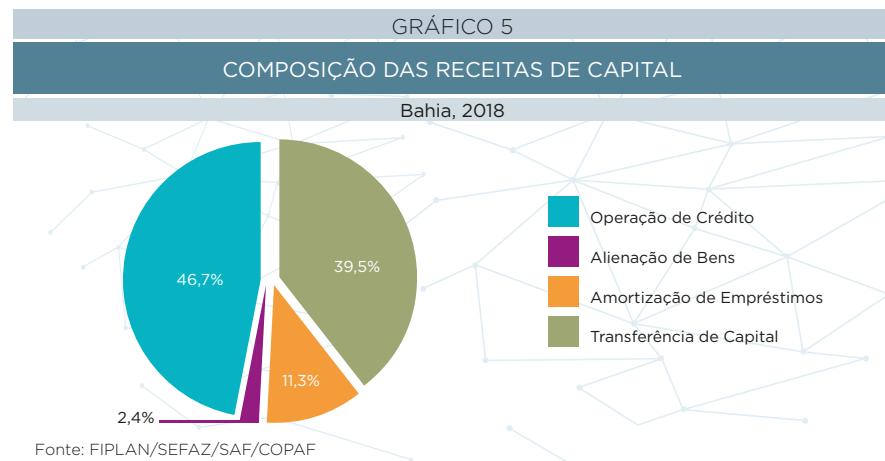
1.5 Receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE)

As Transferências Correntes representam 27,5% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE que participa com 54,4% do total realizado de transferências e apresentou em 2018 uma variação nominal positiva de 6,9% em relação a 2017, atingindo o montante de R\$ 6,7 bilhões. O Gráfico 4 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.



1.6 Receitas de Capital

As Receitas de Capital totalizaram em 2018, R\$ 1,4 bilhão e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 646,2 milhões), de Alienações de Bens (R\$ 34 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 156,6 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 546,2 milhões). Foi realizada nessa rubrica 44,5% da previsão anual. A composição das Receitas de Capital está apresentada no Gráfico 5.



1.7 Receita Corrente Líquida (RCL)

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é sobre esse parâmetro que se cal-

culam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2018, conforme Gráfico 6, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 6,8% em relação a 2017, representando um montante aproximado de R\$ 32 bilhões.



1.8 Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2018 foi de R\$ 50,4 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 46,8 bilhões, o que representa uma realização de 92,8% e um crescimento de 2,7% quando comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista no exercício foi de R\$ 45,7 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 42,2

bilhões, o que representa uma realização de 92,2%. Desse total, as despesas Correntes totalizaram R\$ 38,3 bilhões e as Despesas de Capital, R\$ 3,9 bilhões.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. No exercício em análise, as despesas correntes atingiram o montante de R\$ 42,8 bilhões representando 91,4% do total gasto pelo Estado, com realização de 97,5% da dotação atualizada.

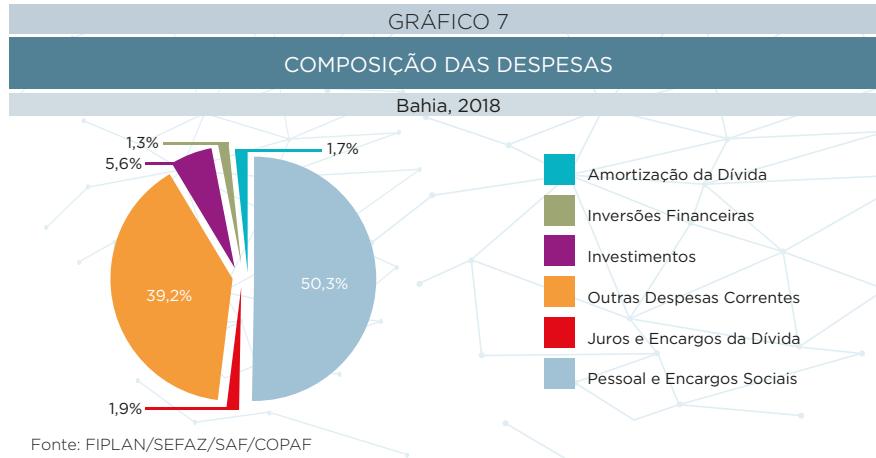
As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 23,6 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram R\$ 879,1 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 18,4 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 4 bilhões com uma realização de 61,1% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,6 bilhões, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras com R\$ 777 milhões e R\$ 624 milhões, respectivamente. O Gráfico 7 demonstra a composição das despesas em 2018.

TABELA 2
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA
BAHIA, 2015-2018

DESPESAS	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADO (EM R\$ 1.000)				REALIZAÇÃO %	VARIAÇÃO % 2018/2017
		2018	2017	2016	2015		
Despesa Correntes	43.871.445	42.785.990	41.921.693	38.481.711	35.907.395	97,5	2,1
Pessoal e Encargos Sociais	23.700.403	23.548.246	22.467.612	21.687.895	20.431.063	99,4	4,8
Juros e Encargos da Dívida	883.516	879.050	608.406	556.602	633.857	99,5	44,5
Outras Despesas Correntes	19.287.526	18.358.694	18.845.674	16.237.214	14.842.474	95,2	-2,6
Transf. Const. aos Municípios	6.527.241	6.399.480	5.780.433	5.356.068	5.147.555	98,0	10,7
Demais Despesas Correntes	12.760.286	11.959.214	13.065.242	10.881.146	9.694.920	93,7	-8,5
Despesa de Capital	6.566.771	4.011.959	3.648.467	4.280.406	3.528.084	61,1	10,0
Investimentos	5.085.327	2.611.031	2.607.418	3.241.531	2.292.138	51,3	0,1
Inversões Financeiras	704.114	623.953	328.656	250.438	281.031	0,0	89,8
Amortização da Dívida	777.329	776.976	712.392	788.437	954.915	100,0	9,1
Reservas de Contingência	350	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	50.438.566	46.797.950	45.570.160	42.762.117	39.435.478	92,8	2,7

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF



1.9 Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida do exercício, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF, conforme evidencia a Tabela 3.

TABELA 3
DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

BAHIA, 2015-2018

PODER	% LIMITE PRUDENCIAL	% LIMITE MÁXIMO	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA / RCL			
			2018	2017	2016	2015
Executivo e Defensoria	46,2	48,6	46,1	43,6	46,3	47,6

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF
RCL Ajustada 2018 = R\$ 31.965.033 mil

1.10 Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 4 demonstra que do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2018, um total de R\$ 7,3 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 25,6% destas receitas, significando o cumprimento do limite legal de 25%.

TABELA 4
APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

BAHIA, 2015-2018

DESCRÍÇÃO	REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2018	2017	2016	2015	
Receita Líquida de Impostos	28.559.698	26.042.458	25.212.835	23.715.743	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	7.324.192	6.968.468	6.570.136	6.630.691	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,6%	26,8%	26,1%	28,0%	25,0%

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF

1.11 Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 3,5 bilhões, em 2018, correspondendo a 12,4% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, cumprindo o limite de 12% estabelecido pela Lei Complementar 141/2012. A Tabela 5 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

TABELA 5

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

BAHIA, 2015-2018

Descrição	Realizado (Em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2018	2017	2016	2015	
Receita Líquida de Impostos	28.559.698	26.042.458	25.212.835	23.715.743	
Total das Despesas Próprias com Saúde	3.540.261	3.476.466	3.149.567	3.010.066	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,4%	13,3%	12,5%	12,7%	12,0%

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF

1.12 Dívida Pública

TABELA 6
RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL

BAHIA, 2015-2018

ANO	DCL / RCL
2015	0,59
2016	0,56
2017	0,58
2018	0,64

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Conforme Tabela 6, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,64 no exercício de 2018, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL.

Conforme observado na Tabela 7, entre 2010 e 2014 temos como tendências o alongamento do prazo médio de vencimento e a redução da taxa de juros média da dívida pública, o que configura uma melhora no perfil de endividamento ao longo dos anos avaliados. Estas tendências, explicadas principalmente pelo desembol-

so de recursos de operações de crédito externas, contratadas em expressivo volume no período 2012 – 2014, com longos prazos de resgate e a taxas de juros declinantes, apresentaram uma reversão a partir do ano de 2016, em razão da redução das contratações e dos desembolsos destas mesmas operações de crédito externas, cujas taxas de juros também entraram em elevação a partir do final do ano de 2015.

1.13 Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A Tabela 8 demonstra que, no exercício de 2018, a Bahia obteve o resultado primário negativo de (R\$ 76,5 milhões), superior à meta estabelecida na LDO, no valor negativo de (R\$ 1,3 bilhão).

TABELA 7
EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS

BAHIA, 2010-2018

DESCRÍCÃO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
DÍVIDA EXTERNA									
Prazo Médio	12,47	12,18	17,18	18,86	20,14	19,67	19,23	18,86	18,60
Juros Médios	2,32%	2,26%	1,58%	1,36%	1,21%	1,48%	1,95%	2,20%	3,17%
DÍVIDA INTERNA									
Prazo Médio	12,43	12,29	12,15	13,40	13,15	13,31	13,80	12,98	13,61
Juros Médios	5,81%	5,85%	5,84%	5,75%	5,77%	5,89%	5,97%	6,07%	4,71%
DÍVIDA TOTAL									
Prazo Médio	12,44	12,27	13,80	15,65	16,42	16,59	16,33	15,56	15,98
Juros Médios	5,11%	5,09%	4,45%	3,94%	3,64%	3,62%	3,70%	4,37%	3,98%

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB(Sistema da Dívida Pública(SPD)
LDO/LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2018 = R\$ (1.292.423) mil

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

TABELA 8
RESULTADO PRIMÁRIO

BAHIA, 2015-2018

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS REALIZADO (EM R\$ 1.000,00)			
	2018	2017	2016	2015
Receitas Fiscais Correntes	41.104.459	42.553.848	39.448.023	36.743.194
Receitas Fiscais de Capital	546.230	715.196	758.233	353.233
Receitas Fiscais	41.650.689	43.269.044	40.206.256	37.096.427
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS			
	2018	2017	2016	2015
Despesas Fiscais Correntes	38.791.441	41.313.287	37.925.109	35.273.538
Despesas Fiscais de Capital	2.935.695	2.798.816	3.398.985	2.393.376
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	41.727.135	44.112.103	41.324.094	37.666.914
Resultado Primário	(76.446)	(843.059)	(1.117.839)	(570.487)

Fonte: Fiplan/ SEFAZ/SAF/COPAF
LDO/LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2018 = R\$ (1.292.423) mil

Análise da Execução Orçamentário-Financeira e Operações de Crédito Externas e Internas



1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

O Governo do Estado da Bahia, diante das incertezas da conjuntura econômica, em 2018, adotou medidas de redução e controle dos gastos públicos. Assim, por meio do estabelecimento legal do Limite das Despesas Primárias Correntes, financiadas com recursos do Tesouro, alcançou-se o controle do crescimento das despesas correntes e, consequentemente, a manutenção do equilíbrio das contas públicas (receita x despesa).

Essa medida proporcionou o cumprimento dos compromissos firmados junto à sociedade, em conformidade com a disciplina fiscal e com os dispositivos constitucionais e legais vigentes.

O presente capítulo tem particular interesse na análise das despesas do Estado e objetiva apresentar, de forma geral, a execução orçamentário-financeira do Plano Plurianual Participativo – PPA-P 2016-2019, do ano de 2018, e, em alguns casos, uma análise comparativa com os anos anteriores, 2016 e 2017.

Para comprehendê-lo melhor, é importante entender que a composição do orçamento é representada pelos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e Investimento das Empresas¹.

Desta maneira, o orçamento 2018 atingiu o valor liquidado de R\$ 46,2 bilhões para Todos os Poderes, representando um incre-

¹ Ressalta-se que a execução do orçamento de Investimento das Empresas, correspondendo às estatais não dependentes, é realizada em ambiente externo ao do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan e, por esta razão, não haverá abordagem direta de sua execução.

mento de 2,7% em relação ao ano anterior. Desse valor, R\$ 30,6 bilhões correspondem ao Orçamento Fiscal e R\$ 15,6 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social. Apenas no Poder Executivo foram aplicados R\$ 41,6 bilhões, alcançando, durante o período, uma execução de 91%, aproximadamente. As Tabelas 1 e 2 demonstram esses resultados.

Os programas que compõem o PPA-P são instrumentos de organização da atuação governamental, que integram um conjunto de ações articuladas concorrendo para um objetivo comum, visando atender às demandas da sociedade. Para garantir a sua execução, com base nos recursos disponíveis, é definido um Orçamento Inicial, abrangendo os quatro anos de vigência do PPA-P, conforme

demonstrado na Coluna A da Tabela 3. Importante destacar, que o Orçamento Público reflete em seu processo de elaboração e execução, o desempenho das políticas públicas em vigência, e como tal, as diretrizes e redirecionamentos das decisões tomadas referentes a cada política.

A Tabela 3 ilustra, também, a execução orçamentário-financeira do PPA-P por Programas do Poder Executivo (finalísticos e meio) no período de 2016 a 2018. A sua análise evidencia que a execução orçamentário-financeira, nos três primeiros anos (2016 a 2018), esteve muito próxima do valor inicialmente planejado. Os Programas apresentaram execução de, aproximadamente, 45,9% em 2016, 48,7% em 2017 e de 49,9% em 2018.

TABELA 1
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – TODOS OS PODERES

Bahia, 2018

ESFERA ORÇAMENTÁRIA	VALORES (EM R\$ 1.000,00)						
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	PART. % COLUNA LIQUIDADO	% EXEC. FINANCEIRA
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]=(D)/TOTAL	[G]=(D/B)*100
Fiscal	30.646.305	34.290.467	30.979.964	30.593.874	30.336.117	66,3	89,2
Seguridade Social	13.935.414	16.148.099	15.817.986	15.585.721	15.480.782	33,7	96,5
Total Geral	44.581.719	50.438.566	46.797.950	46.179.595	45.816.899	100,0	91,6

Fonte: Fiplan (Plan 61, acesso dia 14/01/2018 às 10:00).

TABELA 2
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – PODER EXECUTIVO

Bahia, 2018

ESFERA ORÇAMENTÁRIA	VALORES (EM R\$ 1.000,00)						
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	PART. % COLUNA LIQUIDADO	% EXEC. FINANCEIRA
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]=(D)/TOTAL	[G]=(D/B)*100
Fiscal	26.437.367	29.651.085	26.418.597	26.065.135	25.827.225	62,6	87,9
Seguridade Social	13.877.194	16.099.604	15.776.281	15.544.016	15.439.745	37,4	96,6
Total Geral	40.314.560	45.750.689	42.194.877	41.609.152	41.266.970	100,0	90,9

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018, às 10:00).

TABELA 3
EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO PPA-P 2016-2019 (PODER EXECUTIVO)

Bahia, 2016-2018

PROGRAMAS	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)								
	PPA 2016/2019	2016	EXEC. %	2017	EXEC. %	2018	EXEC. %	TOTAL	EXEC. %
	[A]	[B]	[C]=(B)/ (A)*100	[D]	[E]=(D)/ (A)*100	[F]	[G]=(F)/ (A)*100	[H]=[B+D+F]	[I]=(H)/ (A)*100
Programas Finalísticos	83.371.096	17.915.484	21,5	18.339.218	22,0	19.175.811	23,0	55.430.513	66,5
200 Saúde Mais Perto de Você	17.683.820	4.318.283	24,4	4.752.770	26,9	5.153.009	29,1	14.224.061	80,4
201 Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	722.280	67.126	9,3	79.317	11,0	73.752	10,2	220.195	30,5
202 Cultura e Identidades	386.976	108.621	28,1	63.158	16,3	75.555	19,5	247.334	63,9
203 Desenvolvimento Produtivo	2.396.654	144.388	6,0	109.246	4,6	225.955	9,4	479.589	20,0
204 Infraestrutura para o Desenvolvimento	6.014.514	1.516.022	25,2	1.441.933	24,0	1.437.288	23,9	4.395.243	73,1
205 Pacto pela Vida	20.781.093	4.609.606	22,2	4.544.528	21,9	4.844.499	23,3	13.998.633	67,4
206 Desenvolvimento Rural Sustentável	1.797.817	199.019	11,1	250.504	13,9	286.535	15,9	736.058	40,9
207 Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.985	58.969	24,4	78.301	32,4	73.313	30,3	210.583	87,0
208 Bahia Trabalho Decente	95.489	18.038	18,9	13.899	14,6	13.389	14,0	45.326	47,5
209 Desenvolvimento Urbano	3.397.014	640.128	18,8	409.055	12,0	303.020	8,9	1.352.203	39,8
210 Turismo	270.611	25.513	9,4	74.319	27,5	89.069	32,9	188.901	69,8
211 Mulher Cidadã	55.991	2.443	4,4	3.468	6,2	1.599	2,9	7.510	13,4
212 Educar para Transformar	17.419.105	4.706.849	27,0	4.823.866	27,7	4.812.173	27,6	14.342.888	82,3
213 Água para Todos	6.171.483	394.072	6,4	378.712	6,1	381.147	6,2	1.153.931	18,7
214 Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	75.225	1.306	1,7	6.286	8,4	6.359	8,5	13.952	18,5
215 Cidadania e Direitos	1.776.170	439.531	24,7	476.921	26,9	505.024	28,4	1.421.475	80,0
216 Vida Melhor	727.660	96.014	13,2	93.419	12,8	80.376	11,0	269.809	37,1
217 Esporte e Lazer	670.581	186.572	27,8	190.603	28,4	221.669	33,1	598.844	89,3
218 Gestão Participativa	2.611.228	382.984	14,7	507.868	19,4	449.946	17,2	1.340.798	51,3
219 Primeiro Emprego	75.400	0	0,0	41.043	54,4	142.135	188,5	183.178	242,9
Programas Meios	0	20.384.111	0	22.255.399	0	22.433.340	0,0	65.072.850	0,0
502 Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo	-	12.074.977	0,0	12.444.007	0,0	5.579.094	0,0	30.098.078	0,0
900 Operação Especial	-	8.309.134	0,0	9.811.392	0,0	16.854.247	0,0	34.974.772	0,0
999 Reserva de Contingência	-	-	0,0	-	0,0	-	0,0	0	0,0
TOTAL	83.371.096	38.299.595	45,9	40.594.616	48,7	41.609.152	49,9	120.503.363	144,5

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018 às 10:00).

Comparando as participações dos Programas Finalísticos com os Programas Meios é possível destacar que os primeiros participam com 46% e os segundos com 54% do total Liquidado. Vale lembrar que os Programas Meio não geram produtos diretos à sociedade, a exemplo dos programas relacionados às Ações de Apoio Administrativo do Poder Executivo (gestão da máquina pública) e de Operação Especial que está relacionado aos compromissos firmados pelo Governo, como os serviços da dívida, gastos com Previdência, dentre outros.

Assim, o PPA-P 2016-2019, em seu terceiro ano de vigência, apresentou um grau de execução financeira em torno de 84,8%, seis pontos percentuais (p.p.) a mais que em 2016 (78,4%) e 2017 (78,8%). Tal indicador revela um comportamento BOM para os três anos ao utilizar a métrica da Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP.

QUADRO 1	
ÍNDICE DE DESEMPENHO	
Bahia, 2018	
ÓTIMO	> 90
BOM	> 70 ≥ 90
REGULAR	> 50 ≥ 70
DEFICIENTE	> 30 ≥ 50
ALTAMENTE DEFICIENTE	≤ 30

Fonte: Adaptação do Índice ABOP pela SEPLAN

Com foco no desempenho de cada Programa Finalístico, considerando o Orçado Inicial do PPA-P, a partir da Tabela 4 evidenciou-se que a execução orçamentário-financeira dos Programas Desenvolvimento Urbano (34,5%), Água Para Todos (39,3%) e Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais (46,2%), segundo a ABOP, foi DEFICIENTE.

Nota-se ainda, que os Programas Mulher Cidadã (50,4%), Infraestrutura Para o Desenvolvimento (58,8%), Cultura e Identidades (61,5%) e Desenvolvimento Rural Sustentável (69,9%) enquadram-se no nível de desempenho REGULAR.

Os Programas Desenvolvimento Produtivo (71,2%), Meio Ambiente e Sustentabilidade (71,7%), Vida Melhor (72,6%), Turismo (73,3%), Gestão Participativa (79,2%), Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento (83,3%) e Bahia Trabalho Decente (87,0%) apresentaram uma execução orçamentário-financeira com nível de desempenho BOM.

Já os Programas Primeiro Emprego (90,4%), Cidadania e Direitos (92,1%), Educar Para Transformar (94,5%), Saúde Mais Perto de Você (95,4%), Esporte e Lazer (95,9%) e Pacto pela Vida (96,5%), alcançaram classificação com um nível de desempenho ÓTIMO.

Para entender melhor a execução orçamentária dos Programas, uma questão a ser considerada, se refere às Fontes de Financiamento e sua relação direta com a continuidade das propostas de trabalho. Assim, no contexto atual, de conjuntura econômica incerta e res-

tritiva impactam a execução daqueles programas que dependem das Fontes de Transferências da União através de convênios ou de recursos de Operações de Crédito. São exemplos, os Programas de Infraestrutura para o Desenvolvimento (energia e transportes), Desenvolvimento Produtivo (desenvolvimento regional), Água para Todos (barragens), dentre outros.

Da mesma forma, se faz necessário elencar os Programas com baixa execução orçamentário-financeira, cujos recursos para investimentos

são provenientes de empresas não dependentes e que não são capturados pelo sistema Fiplan, mas que geram entregas para a sociedade. São exemplos desses programas, Água para Todos (39,3%), Desenvolvimento Urbano (34,5%) e Infraestrutura para o Desenvolvimento (58,8%).

Por outro lado, é possível evidenciar que aqueles Programas com percentuais da receita definidos em lei, possuem elevado grau de execução, a exemplo dos programas como Saúde Mais Perto de Você (95,4%) e Educar para Transformar (94,5%).

TABELA 4
EXECUÇÃO DO PPA-P 2016-2019 POR PROGRAMAS FINALÍSTICOS, PODER EXECUTIVO
Bahia, 2018

PROGRAMAS FINALÍSTICOS		VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)								
		PPA 2016-2019	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	PART %	EXEC.%	EXEC.% PPA
		[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]=(E)/Liq. Total	[H]=(E)/(C)*100	[I]=(E)/(A)*100
205	Pacto pela Vida	20.781.093	4.793.256	5.019.520	4.849.817	4.844.499	4.794.514	25,3	96,5	23,3
217	Espor te e Lazer	670.581	200.772	231.030	221.669	221.669	196.631	1,2	95,9	33,1
200	Saúde Mais Perto de Você	17.683.820	4.462.447	5.402.576	5.260.301	5.153.009	5.131.152	26,9	95,4	29,1
212	Educar para Transformar	17.419.105	4.589.006	5.092.797	4.880.156	4.812.173	4.747.704	25,1	94,5	27,6
215	Cidadania e Direitos	1.776.170	418.924	548.549	505.554	505.024	502.326	2,6	92,1	28,4
219	Primeiro Emprego	75.400	116.300	157.162	154.835	142.135	140.997	0,7	90,4	188,5
208	Bahia Trabalho Decente	95.489	13.152	15.389	13.461	13.389	13.320	0,1	87,0	14,0
201	Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	722.280	144.137	88.486	73.914	73.752	73.652	0,4	83,3	10,2
218	Gestão Participativa	2.611.228	457.689	568.142	461.095	449.946	446.817	2,3	79,2	17,2
210	Turismo	270.611	72.696	121.472	93.141	89.069	89.001	0,5	73,3	32,9
216	Vida Melhor	727.660	114.439	110.718	80.390	80.376	79.506	0,4	72,6	11,0
207	Meio Ambiente e Sustentabilidade	241.985	53.305	102.202	76.643	73.313	70.672	0,4	71,7	30,3
203	Desenvolvimento Produtivo	2.396.654	197.935	317.470	228.449	225.955	225.734	1,2	71,2	9,4
206	Desenvolvimento Rural Sustentável	1.797.817	348.768	409.701	289.973	286.535	285.462	1,5	69,9	15,9
202	Cultura e Identidades	386.976	78.033	122.832	76.622	75.555	75.490	0,4	61,5	19,5
204	Infraestrutura para o Desenvolvimento	6.014.514	1.622.175	2.444.482	1.511.176	1.437.288	1.412.469	7,5	58,8	23,9

Continua

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

Continuação

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)								
	PPA 2016-2019	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	PART %	EXEC.%	EXEC.% PPA
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G]=(E)/Liq. Total	[H]=(E)/(C)*100	[I]=(E)/(A)*100
211 Mulher Cidadã	55.991	4.192	3.175	1.599	1.599	1.599	0,0	50,4	2,9
214 Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	75.225	3.841	13.763	6.776	6.359	6.101	0,0	46,2	8,5
213 Água para Todos	6.171.483	673.244	969.280	381.748	381.147	365.185	2,0	39,3	6,2
209 Desenvolvimento Urbano	3.397.014	717.045	879.060	303.181	303.020	299.549	1,6	34,5	8,9
TOTAL	83.371.096	19.081.354	22.617.805	19.470.499	19.175.811	18.957.879	100,0	84,8	23,0

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018 às 10:00).

A estrutura programática dos orçamentos tem correspondência com a estrutura estabelecida no PPA-P, observando-se sua distribuição em categorias programáticas de Atividades, Projetos e Operações Especiais, sendo acrescida uma reserva denominada Reserva de Contingência.

A Tabela 5 apresenta a execução do orçamento por Classificação da Ação, representadas na tabela como as ações incluídas no PPA-P

(de acordo com a classificação do PPA-P) e agregando as outras em Demais Atividades e Operações Especiais. As ações incluídas no PPA-P totalizaram em 2018 cerca de R\$ 22,1 bilhões, representando um incremento de 4,4% com relação à 2017, superando o incremento de 2017 com relação a 2016, que foi de 2,5%. Estas ações, que integram o PPA-P, representam a execução orçamentário-financeira dos investimentos.

CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)				
	2016	2017	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2017/2016	2018	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2018/2017
Ações Incluídas no PPA	20.657.829	21.164.082	2,5	22.100.309	4,4
Atividade Finalística de Custeio	4.628.758	5.029.753	8,7	5.373.136	6,8
Atividade Finalística de Pessoal Folha	11.347.021	11.698.007	3,1	11.865.824	1,4
Atividade Finalística de Pessoal REDA	312.108	429.379	37,6	484.843	12,9
Projeto e Atividades Finalísticas	4.369.942	4.006.943	-8,3	4.376.506	9,2

Continua

Continuação

CLASSIFICAÇÃO DA AÇÃO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)				
	2016	2017	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2017/2016	2018	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2018/2017
Demais Atividades e Operações Especiais	21.771.123	23.821.128	9,4	24.079.286	1,1
Custeio	3.743.262	3.848.422	2,8	3.681.333	-4,3
Operação Especial*	8.408.907	9.915.409	17,9	17.001.025	71,5
Pessoal Folha	9.446.056	9.897.463	4,8	3.230.607	-67,4
Pessoal REDA	172.898	159.834	-7,6	166.321	4,1
Reserva de Contingência	0	0	-	0	-
TOTAL GERAL	42.428.952	44.985.210	6,0	46.179.595	2,7

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018 às 10:00).

* Ação 8065 (Administração e encargos com Inativo Civil e Militar do Estado) foi classificada como Operação Especial a partir de 2018.

Ao analisar a Tabela 5, evidencia-se que o maior volume de recursos, em 2018, foi empregado nas Atividades Finalísticas de Pessoal Folha, correspondendo ao valor de R\$ 11,9 bilhões, seguido pelos gastos em Atividade Finalística de Custeio com cerca de R\$ 5,4 bilhões, Projetos e Atividades Finalísticas com R\$ 4,4 bilhões e Atividade Finalística de Pessoal Reda com R\$ 484,8 milhões.

Os projetos envolvem um conjunto de operações limitadas no tempo, resultando num produto que concorre para a melhoria, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo e de oferta de bens e serviços de interesse social, econômico, ambiental e cultural, que em 2018 teve um incremento de 9,2% quando comparado com 2017.

Já as Demais Atividades e Operações Especiais, alcançou uma execução de R\$ 24,1 bilhões. Esta classificação representou um crescimento de 1,1% com relação a 2017. A execução orçamentário-financeira das

despesas com Operação Especial² não contribuem para manutenção da ação governamental, e, consequentemente, para a entrega de produtos e contraprestação sob a forma de bens ou serviços.

Sob o ponto de vista da classificação da evolução financeira por função, afirma-se que ela é composta por um rol de funções e subfunções legalmente pré-fixadas. Trata-se de uma classificação independente dos programas, sendo a função entendida como o maior nível de agregação das despesas segundo as áreas de atuação.

Com a finalidade de demonstrar as informações sobre gastos públicos, os grupos de funções para os exercícios de 2016 a 2018 foram agregados em áreas de atuação, conforme Tabela 6.

Chama-se atenção para a Área de Produção, apresentando a melhor execução orçamentário-financeira quando comparado ao mesmo

² A ação 8065 (Administração e Encargos com Inativo Civil e Militar do Estado) foi classificada como Operação Especial a partir de 2018.

TABELA 6
EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FUNÇÃO

Bahia, 2016-2018

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)				
	2016	2017	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2017/2016	2018	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2018/ 2017
Área Social	26.627.926	27.274.163	2,4	28.295.098	3,7
Saúde	6.497.851	6.761.130	4,1	7.118.696	5,3
Educação	5.539.621	5.683.932	2,6	5.724.115	0,7
Previdência Social	6.206.794	6.737.245	8,5	7.477.954	11,0
Segurança Pública	4.842.791	4.909.702	1,4	5.147.652	4,8
Saneamento	390.598	421.401	7,9	390.069	-7,4
Direitos da Cidadania	469.494	501.574	6,8	532.557	6,2
Urbanismo	1.656.712	1.379.687	-16,7	994.768	-27,9
Assistência Social	312.328	297.389	-4,8	265.937	-10,6
Cultura	211.376	178.250	-15,7	180.433	1,2
Energia	7.464	9.400	25,9	7.854	-16,4
Trabalho	94.936	123.171	29,7	191.860	55,8
Habitação	205.245	73.962	-64,0	43.944	-40,6
Desporto e Lazer	192.716	197.320	2,4	219.259	11,1
Área de Produção	1.681.941	1.844.524	9,7	2.277.887	23,5
Agricultura	445.038	453.412	1,9	580.542	28,0
Transportes	466.575	544.667	16,7	880.505	61,7
Comércio e Serviços	162.084	195.919	20,9	222.926	13,8
Ciencia e Tecnologia	96.786	109.123	12,7	94.771	-13,2
Gestão Ambiental	181.452	201.172	10,9	206.267	2,5
Indústria	156.724	137.536	-12,2	152.790	11,1
Comunicações	150.023	184.292	22,8	125.451	-31,9
Organização Agrária	23.259	18.403	-20,9	14.635	-20,5
Gestão Pública	1.562.645	1.547.146	-1,0	1.508.354	-2,5
Administração	1.562.645	1.547.146	-1,0	1.508.354	-2,5
Encargos Especiais	8.299.907	9.786.386	17,9	9.415.456	-3,8
Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública	4.256.536	4.532.986	6,5	4.682.798	3,3

Continua

Continuação

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)				
	2016	2017	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2017/2016	2018	% TAXA DE CRESC. ANUAL 2018/2017
Judiciária	2.452.822	2.605.295	6,2	2.657.993	2,0
Legislativa	900.911	971.633	7,9	1.003.905	3,3
Essencial à Justiça	902.803	956.058	5,9	1.020.900	6,8
Reserva de Contingência	0	0	-	0	-
TOTAL GERAL	42.428.955	44.985.205	6,0	46.179.593	2,7

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018 às 10:00).

período de 2017, atingindo um crescimento de 23,5%. Neste contexto, evidenciam-se as funções de Agricultura (28%), Transportes (61,7%), Comércio e Serviços (13,8%) e Indústria (11,1%).

Em seguida, evidencia-se a Área Social com um crescimento de 3,7%. Dentre as Funções de destaque estão a de Trabalho (55,8%), de Previdência Social (11%), Desporto e Lazer (11,1%), Direitos e Cidadania (6,2%), Saúde (5,3%) e Segurança Pública (4,8%). Quanto às Funções relacionadas aos demais Poderes, chegaram ao fim de 2018 com um crescimento de 3,3%, tendo a função Essencial à Justiça alcançado o melhor desempenho (6,8%).

Por último, apresenta-se a execução orçamentário-financeira por Fonte de Recursos. Uma análise da Tabela 7 demonstra a execução das despesas por Fontes de Recurso, considerando as Fontes do Tesouro com aplicação de 91,3% e Outras Fontes de 92,6%.

A Fonte discricionária do Estado, também chamada de Fonte Ordinária, é a Fonte 100 que alcançou, em 2018, execução financeira de 97,8%.

No Tesouro Estadual, existem também, Fontes de Recursos vinculadas, aquelas que somente poderão ser aplicadas a determinados órgãos e ações, respeitando o previsto em dispositivos constitucionais, legais, ou mesmo contratuais. Nessa perspectiva, destacam-se as Fontes 107 e 114, relacionadas aos recursos aplicados na Educação e a Fonte 130 atreladas às despesas de Saúde. A execução dessas Fontes alcançaram um percentual de 99,5%; 98,7% e 98,9%, respectivamente.

As Fontes 113 e 213 apresentaram execução de 76% e 72,6%, respectivamente, em 2018. Nas referidas Fontes estão compreendidas as receitas diretamente arrecadadas pelas entidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundações e Empresas Públicas).

As Outras Fontes, em sua maioria, estão vinculadas a Fundos Especiais ou algum tipo de despesa específica. Cabe destacar a execução das Fontes 241 (99,9%), 242 (87%) e 258 (99,6%). A primeira corresponde à Contribuição para o Plano de Previdência Social do

Servidor (Funprev), a segunda para Contribuições para o Plano de Saúde do Servidor (Planserv) e a última está relacionada aos Recur-

sos do Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia (Baprev).

TABELA 7
EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS
Bahia, 2018

DISCRIMINAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS		VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)					
		ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	% Exec. Financeira
	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]=(D)/(B)*100	
Fontes do Tesouro¹	36.932.800	41.388.247	38.242.110	37.803.052	37.468.699	91,3	
100 ORDINÁRIO	18.149.977	18.439.823	18.236.585	18.036.039	17.851.135	97,8	
102 ICMS/MUNICÍPIO	5.258.418	5.758.418	5.672.417	5.672.417	5.664.251	98,5	
103 IPVA/MUNICIPIO	619.491	659.491	630.183	630.183	626.184	95,6	
106 IPI EXPORT/ MUNICÍPIO	56.285	60.051	59.814	59.814	59.814	99,6	
107 FUNDEB	2.928.436	3.040.852	3.039.635	3.025.333	2.991.959	99,5	
109 ROYALTIES	57.633	58.955	52.386	50.028	48.246	84,9	
113 RDA DIR	152.461	356.004	288.749	270.397	246.623	76,0	
114 VINC EDUCAÇÃO	1.753.716	1.857.033	1.850.236	1.833.550	1.818.269	98,7	
121 OCI/MOEDA	548.932	570.588	66.199	64.679	64.091	11,3	
128 FUNCEP	829.109	829.109	776.836	762.503	758.668	92,0	
130 VINC SAÚDE	3.252.532	3.430.532	3.426.773	3.393.272	3.373.446	98,9	
131 TR VOL FEDERAL/DIR	1.078.351	1.393.775	307.058	297.778	296.978	21,4	
Demais fontes do Tesouro	2.247.459	4.933.616	3.835.239	3.707.059	3.669.035	75,1	
Outras Fontes²	7.648.919	9.050.319	8.555.841	8.376.543	8.348.199	92,6	
209 ROYALTIES - EC 19/2014	41.882	41.882	38.147	38.147	38.147	91,1	
213 RDA INDIR	464.928	473.344	346.182	343.651	342.348	72,6	
231 TR VOL FEDERAL/IND	40.541	142.408	46.707	42.753	41.706	30,0	
241 FUNPREV	3.374.267	3.410.774	3.408.319	3.408.319	3.408.224	99,9	
242 PLANSERV	1.648.635	1.648.635	1.557.429	1.433.617	1.433.617	87,0	
258 BAPREV	365.122	378.848	377.522	377.522	377.510	99,6	
281 TR SUS- BL ATEN MAC	1.320.000	1.562.324	1.560.526	1.558.431	1.555.438	99,8	
Demais fontes	393.544	1.392.104	1.221.009	1.174.101	1.151.207	84,3	
TOTAL GERAL	44.581.719	50.438.566	46.797.951	46.179.595	45.816.898	91,6	

Fonte: Fiplan (Plan 61, 14/01/2018 às 10:00).

Nota: 1 e 2 Correspondem as Fontes do Exercício 2018 mais as Fontes do exercício anterior.

2. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS

2.1. Carteira de Operações de Crédito Internas

A Carteira de Operações de Crédito Internas, em curso, totalizou em 2018 o montante de R\$ 3,3 bilhões, de recursos contratados junto à Caixa Econômica Federal (CEF), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco do Brasil (BB). Do total captado, R\$ 3,3 bilhões referem-se aos valores de financiamento e R\$ 67,2 milhões a valores de contrapartida estadual. A

partir da análise da Tabela 8 destaca-se a operação que financia o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE), com o maior aporte de recursos, cerca de R\$ 1,5 bilhão, que representa 45,6% do valor total da Carteira de Operações de Crédito Internas em 2018.

2.2. Carteira de Transferências Voluntárias

No exercício de 2018, a carteira de Transferências Voluntárias, cujos recursos são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e demais repassadoras públicas e privadas, totalizou um montante da ordem

TABELA 8
CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
Bahia, 2018

OPERAÇÃO DE CRÉDITO INTERNO	SITUAÇÃO	VIGÊNCIA FINAL	EXECUTOR	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)		
				VALOR DO FINANCIAMENTO	VALOR DA CONTRAPARTIDA	TOTAL
Pavimentação e Qualificação das Vias Urbanas do CAS	Execução	31/01/2020	SEDUR/CONDER	115.101	10.345	125.446
CEF Moradia/ Saneamento IV – (Falha Geológica)	Execução	31/01/2021	SEDUR/CONDER	52.997	3.703	56.700
Programa Manejo Águas Pluviais – MAP 1 – Lauro de Freitas	Execução	31/03/2020	SEDUR	177.175	9.498	186.673
Programa Manejo Águas Pluviais – MAP 2 – Salvador	Execução	31/12/2019	SEDUR	29.165	1.535	30.700
PAC Mobilidades de Grandes Cidades – Metrô 1	Execução	31/01/2020	SEDUR	800.000	42.105	842.105
Programa Integrado de Infraestrutura na Área Urbana, Hídrica, Regional, Viária e Educação (PROINFRA)	Execução	31/12/2018*	SEDUR/SEINFRA/SEC / SEFAZ	600.000	0	600.000
Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE)	Execução	31/12/2018*	SEINFRA/SEDUR	1.487.700	0	1.487.700
TOTAL				3.262.138	67.185	3.329.324

Fonte: Fonte: SPF/ SEFAZ 31/12/2018

* Aditivo em tramitação.

de R\$ 8,8 bilhões, sendo R\$ 7,8 bilhões de repasse e R\$ 1,03 bilhão de contrapartida estadual, conforme Tabela 9. Merece destaque em 2018 a assinatura de 55 instrumentos jurídicos, entre Convênios e Contratos de Repasses, com recursos da ordem de R\$ 93,6 milhões, sendo R\$ 90,3 milhões referente ao valor do financiamento e R\$ 3,9 milhões ao de contrapartida estadual.

TABELA 9			
CARTEIRA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS			
QUALIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)		
	TOTAL DE REPASSE	TOTAL DE CONTRAPARTIDA	TOTAL DOS INSTRUMENTOS
Contrato de Repasse	4.921.058	852.529	5.773.587
Convênio	2.395.846	164.603	2.560.449
Outras Contribuições e Auxílios	504.783	14.114	518.897
TOTAL	7.821.687	1.031.246	8.852.933

Fonte: SPF/ SEFAZ 31/12/2018

2.3. Carteira de Operações de Crédito Externas

Em 2018, a Carteira de Operações de Crédito Externas contou com recursos globais da ordem de US\$ 1,3 bilhão, sendo US\$ 906 milhões, recursos de financiamento e US\$ 411 milhões referente à contrapartida estadual. Merece destaque no exercício de 2018, a conclusão do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA, com investimento total da ordem de US\$ 16,7 milhões.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO	SITUAÇÃO	EXECUTOR	VALORES LIQUIDADOS (EM US\$ 1.000,00)		
			TOTAL DE REPASSE	VALOR DA CONTRAPARTIDA	TOTAL
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR NACIONAL - BAHIA)	Execução	SETUR	50.823	33.882	84.705
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (PDRS)	Execução	SEDIR / CAR	150.000	110.000	260.000
Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Semiárido (PROSEMIÁRIDO)	Execução	SEDIR / CAR	50.405	50.405	100.810
Programa de Fortalecimento da Saúde Pública da Reg. Metropolitana de Salvador (PROSUS)	Execução	SESAB	200.000	85.000	285.000
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR II	Execução	SEINFRA	200.000	100.000	300.000
Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias Estaduais da Bahia - PREMAR II - SEGUNDA ETAPA	Em Negociação	SEINFRA	200.000	20.000	220.000
Programa de Modernização e Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado da Bahia (PROFISCO)	Execução	SEFAZ	45.270	5.030	50.300
Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA)	Execução	SEMA / INEMA	10.000	6.700	16.700
TOTAL			906.498	411.017	1.317.514

Fonte: SPF/SEFAZ 31/12/2018

3. RECURSOS CAPTADOS PARA FINANCIAMENTO DO PPA-P

Em conformidade com a Tabela 11, foram captados recursos junto aos agentes financeiros nacionais, internacionais e também à OGU, com execução da ordem de R\$ 1,6 bilhão, para financiar Programas do PPA-P 2016-2019 – Poder Executivo e o Programa 260 – Proteção à Sociedade e Fomento à Cidadania, executado pelo Ministério Público (MP), visando atender aos Compromissos, Metas e Iniciativas que estruturaram o PPA-P.

Uma análise da Tabela 11 evidencia, também, que em 2018 o Programa 204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento foi o que executou

maior volume de recursos captados, cerca de R\$ 657 milhões, materializando as ações de governo referentes à implantação e restauração de trechos rodoviários, contenção de encostas, construção de pontes e a construção do Aeroporto de Vitória da Conquista, com valor previsto de R\$ 45 milhões.

O segundo Programa com maior execução de recursos captados foi o 213 – Água para Todos, com recursos aplicados da ordem de R\$ 209,7 milhões, na implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água - SAA, implantação e ampliação de Manejo de Água, Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES e implantação de dessalinizadores.

TABELA 11
PROGRAMAS DO PPA-P FINANCIADOS COM RECURSOS CAPTADOS EM 2018

Bahia, 2018

PROGRAMAS	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)					
	OCI		OGU		OCE	
	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	Executado
200 Saúde Mais Perto de Você	597	567	5.005	231	226.329	167.378
201 Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	0	0	16.295	6.533	0	0
202 Cultura e Cidadania	0	0	11.763	1.081	0	0
203 Desenvolvimento Produtivo	0	0	107.844	76.017	16.000	0
204 Infraestrutura para o Desenvolvimento	749.337	325.280	319.542	199.295	495.808	132.476
205 Pacto Pela Vida	0	0	19.197	2.603	0	0
206 Desenvolvimento Rural Sustentável	0	0	106.223	20.503	137.222	124.557
207 Meio Ambiente e Susentabilidade	0	0	23.249	12.752	17.193	7.966
209 Desenvolvimento Urbano	153.719	120.162	551.092	17.727	0	0
210 Turismo	0	0	7.322	3.491	40.200	12.763

Continua

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

Continuação

PROGRAMA	VALORES LIQUIDADOS (EM R\$ 1.000,00)					
	OCI		OGU		OGU	
	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	EXECUTADO	ORÇADO	Executado
211 Mulher Cidadã	0	0	1.700	767	0	0
212 Educar para Transformar	58.007	33.490	72.124	17.413	0	0
213 Água para Todos	98.283	18.714	643.484	166.140	31.500	24.810
214 Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais	0	0	10.088	3.062	0	0
215 Cidadania e Direitos	0	0	38.920	15.990	0	0
216 Viver Melhor	0	0	3.746	537	0	0
217 Esporte e Lazer	0	0	19.291	12.273	0	0
218 Gestão Participativa	0	0	5.911	69	103.517	62.534
260 Proteção da Sociedade e Fomento à Cidadania	0	0	214	178	0	0
TOTAL	1.059.942	498.213	1.963.009	556.662	1.067.769	1.587.359

Fonte: SPF/ SEFAZ 31/12/2018

Avaliação de Desempenho do PPA-P 2016-2019, Ano III 2018



O Plano Plurianual Participativo - PPA-P é o instrumento de planejamento público de médio prazo, que sistematiza, a partir de diretrizes estratégicas, os programas governamentais, materializando, por meio das ações governamentais, os objetivos intencionados para um período de quatro anos. Avaliar o seu processo de execução permite um conjunto de informações qualificadas que podem fundamentar a tomada de decisão, melhorar a execução e propiciar o alcance dos resultados, além de retroalimentar o Ciclo do Planejamento. Nessa perspectiva, a avaliação é instrumento de gestão estratégica.

Construir e implementar uma sistemática de avaliação de programas do PPA-P, no âmbito do Poder Executivo Estadual, de modo

a atender aos requisitos normativos que orientam a gestão dessa peça de planejamento, tem sido um grande desafio e constitui um esforço contínuo. Esforço este que passa não apenas pela definição de procedimentos criteriosos de avaliação, como também pela consolidação da função avaliativa integrada aos processos gerenciais, inclusive, de formulação e planejamento.

Parte-se da concepção de que a avaliação compreende a apreciação sistemática e objetiva do valor ou mérito de um programa governamental quanto à sua concepção, execução e resultados, explorando os aspectos sobre os quais incide, a fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento e a melhoria do processo decisório. Constitui, portanto, requisito indispensável à compreensão da eficácia,

eficiência e efetividade da ação pública. Nessa perspectiva, buscouse construir um modelo específico de desempenho que agregasse definições de mensuração, evidenciando aspectos relacionados ao resultado, com foco na execução dos programas e no comportamento dos seus indicadores, e ao esforço necessário para gerar os resultados, com foco na execução orçamentário-financeira.

1. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A Avaliação de Desempenho busca demonstrar, a partir do estágio de execução dos Programas integrantes do PPA-P, os resultados alcançados pelos mesmos, considerando os esforços empreendidos na sua direção. Dada a amplitude de conceitos e significados, vale registrar que se parte da concepção de resultados alcançados como o atendimento de demandas, de interesses e expectativas dos beneficiários da ação pública, por meio de bens e serviços (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009).

Vale mencionar que a presente metodologia tem como referência o Guia Referencial para a Medição de Desempenho e Manual para a Construção de Indicadores, publicado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), com a proposta de oferecer subsídios à construção de modelos de mensuração do desempenho. Nessa perspectiva, apresenta um modelo de mensuração do desempenho, com base no conceito de cadeia de valor, que está associado ao levantamento e representação de toda ação pública (recursos,

atividades e processos) necessária para gerar produtos (bens ou serviços) e resultados. A cadeia de valor evidencia duas dimensões de desempenho (resultado e esforço) e a cada uma delas é possível associar indicadores específicos relacionados aos componentes da cadeia (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009).

Dessa forma, o presente Modelo de Avaliação de Desempenho está consubstanciado em duas dimensões de mensuração do desempenho - Resultado e Esforço -, às quais estão associados indicadores que buscam demonstrar o alcance dos objetivos no sentido de gerar os resultados pretendidos, sinalizando os meios para a intervenção pública. Esses indicadores correspondem a métricas sobre objetos específicos e revelam informações importantes sobre o desempenho dos programas governamentais, retratando em que medida o esforço empreendido leva aos resultados alcançados.

O Quadro 1 sintetiza as duas dimensões do desempenho e seus respectivos componentes de análise. Como se verifica, o Resultado está relacionado aos fins propostos - representados pelos Compromissos e Metas; já o Esforço está associado aos meios empreendidos para alcançar os resultados propostos - nesse caso, o volume de recursos utilizado no cumprimento dos Compromissos.

Para verificar o desempenho dos Programas do PPA-P, é utilizado um indicador sintético, denominado Indicador de Desempenho de Programa - IDP, o qual é composto por três indicadores específicos

QUADRO 1		
DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO		
Bahia, 2018		
DIMENSÕES DE DESEMPENHO	COMPONENTES DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO
Resultado	Evolução dos Indicadores de Programa	Expressa, direta ou indiretamente, a capacidade dos resultados gerados criar valor na realidade sobre a qual incide a intervenção pública, apontando em que medida os objetivos dos programas, expressos em seus Compromissos, contribuíram para a sua evolução.
	Eficácia das Metas	Expressa o alcance do objetivo descrito no Compromisso do Programa, permitindo demonstrar em que medida os resultados esperados são gerados.
Esforço	Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos	Expressa os recursos empreendidos para alcançar o objetivo proposto no Compromisso, apresentado em termos do nível de utilização dos recursos orçamentários.

Fonte: Elaboração DAV/SMA/SEPLAN, 2018.

correspondentes às dimensões de análise do desempenho, associadas ao Resultado e ao Esforço. A cada um dos indicadores é atribuída uma ponderação, em razão da representatividade estabelecida para o Resultado e para o Esforço, ou seja, peso 0,4 para os indicadores associados à Dimensão Resultado e peso 0,2 para o indicador relacionado à Dimensão Esforço, como demonstrado na fórmula:

$$IDP = (EV_{IP}) * 0,4 + (Ex_M) * 0,4 + (\bar{Ex}_{OFC}) * 0,2$$

Onde:

- EV_{IP} – Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa;
- Ex_M – Indicador da Eficácia das Metas do Programa;
- \bar{Ex}_{OFC} – Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa.

No Quadro 2 está detalhado, com descrição e fórmulas de cálculo, cada um dos indicadores associados às Dimensões do Desempenho.

QUADRO 2		
DETALHAMENTO DO INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA (IDP)		
Bahia, 2018		
INDICA-DOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULA
EV_{IP}	Expressa a evolução do conjunto de Indicadores de Programa, com valor padronizado variando entre 0 e 1. É obtido pela relação entre o somatório dos valores atribuídos à evolução dos Indicadores, com base na sua respectiva polaridade, e a quantidade total de indicadores válidos do Programa. Indicadores válidos são aqueles que estão aptos à verificação da sua evolução, pois seus dados são conhecidos e existentes.	$EV_{IP} = \left(\sum P_{IP} / QTIP_v \right)$ Sendo: P_{IP} a evolução de cada Indicador IP válido do Programa em função da sua polaridade; e $QTIP_v$ a quantidade total de Indicadores válidos.
Ex_M	Expressa a eficácia do conjunto de Metas associadas aos Compromissos do Programa, cujo valor padronizado varia entre 0 e 1. Resulta da relação entre o somatório dos graus de eficácia atribuídos à execução das Metas associadas aos Compromissos do Programa (cujos valores variam de 1 a 4) e a quantidade total de Metas do Programa.	$Ex_M = \left(\sum G_{EficáciaM} / 4 * QT_M \right)$ Sendo: $G_{EficáciaM}$ é o grau de eficácia de cada da Meta do Programa, podendo assumir valores entre 1 a 4; QT_M é quantidade total de Metas do Programa; “4” é valor máximo possível do grau de eficácia atribuído das metas do Programa.

Continua

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

Continuação

INDICA-DOR	DESCRIÇÃO	FÓRMULAS
\overline{Ex}_{OFC}	Expressa a média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas.	$(\overline{Ex})_{OFC} = \left(\sum_{i=1}^N Ex_{OFCi} / N \right)$ <p>Onde:</p> <p>Ex_{OFCi} é o Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas no ano i ($i=1, \dots, N$).</p>

Fonte: Elaboração DAV/SMA/SEPLAN, 2018.

Após a apuração do IDP de cada Programa do PPA-P, é atribuído um Grau de Desempenho, cuja métrica padronizada está apresentada no Quadro 3.

QUADRO 3		
MÉTRICA DE DESEMPENHOS DO PROGRAMA		
Bahia, 2016-2018		
GRAU	DESCRIÇÃO	VALOR
1	Insuficiente (I)	$> 0 \text{ e } < 0,3$
2	Regular (R)	$\geq 0,3 \text{ e } < 0,6$
3	Bom (B)	$\geq 0,6 \text{ e } < 0,9$
4	Ótimo (O)	$\geq 0,9 \text{ e } \leq 1$

Fonte: Adaptação do Índice da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Cabe mencionar que, uma vez apurado o Indicador de Programa, a sua Evolução é demonstrada atribuindo-se um valor em função da sua polaridade, podendo ser: (i) no sentido da sua polaridade, assumindo valor "+1"; (ii) no sentido contrário à sua polaridade, assumindo valor "-1"; ou (iii) nula, assumindo valor "0". O Quadro 4 apresenta as situações.

QUADRO 4			
CONCEITO PADRONIZADO DA EVOLUÇÃO DO INDICADOR			
Bahia, 2016-2018			
POLARIDADE DO INDICADOR	SENTIDO DA APURAÇÃO	EVOLUÇÃO DO INDICADOR	CONCEITO DE EVOLUÇÃO
Positiva	Crescente	Positiva	+1
	Decrescente	Negativa	-1
	Constante	Nula	0
Negativa	Crescente	Negativa	-1
	Decrescente	Positiva	+1
	Constante	Nula	0

Fonte: DAV/SMA/SEPLAN, 2018.

Nas situações de indisponibilidade dos dados para a apuração do Indicador de Programa no período estabelecido, o mesmo é considerado como inexistente, não sendo computado na análise e, portanto, enquadrado com “não válido”.

Com relação à Eficácia das Metas, a sua verificação compreende o percentual de execução física das Metas associadas aos Compromissos do Programa, observado a cada ano do quadriênio do PPA-P, de forma cumulativa, considerando:

- (Valor apurado da Meta até o exercício/Meta Planejada no Exercício) * 100, para os anos I, II e III do PPA-P; e
- (Valor apurado da Meta até o exercício/Meta do PPA-P) * 100, para o último ano do PPA-P.

Para ambas as fórmulas de cálculo, são consideradas apenas as Metas válidas, ou seja, aquelas Metas cujos valores planejados e apurados até a data de corte da Avaliação não sejam, ao mesmo tempo, iguais a zero.

A partir dos valores da execução percentual das Metas, atribui-se um Grau de Eficácia, com base em uma métrica de desempenho, cujo valor pode variar entre um (1) e quatro (4), de acordo com o nível de execução percentual alcançado. O Quadro 5 apresenta a métrica adotada para o comportamento da execução física das Metas.

QUADRO 5
MÉTRICA DE EXECUÇÃO DAS METAS

Bahia, 2016-2018

GRAU	DESCRÍCÃO	EXECUÇÃO (%)
1	Insuficiente (I)	> 0 e < 30
2	Regular (R)	> 30 e < 60
3	Bom (B)	≥ 60 e < 90
4	Ótimo (O)	≥ 90 e ≤100

Fonte: Adaptação do Índice da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Com o objetivo de gerar informações qualitativas sobre a execução da Meta, é exigida uma explicação nas situações em que o Grau de Eficácia for: (i) igual ou inferior a 2; ou (ii) igual a 4, quando a sua execução for superior a 100%. Essa é uma oportunidade de pontuar as questões relevantes e pertinentes que contribuíram para o comportamento da execução física da Meta aquém ou acima do programado.

Com relação à Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas, é verificada para cada exercício i do quadriênio do PPA. Para o seu cálculo, considera-se o percentual de execução da despesa em relação ao orçamento, conforme fórmula a seguir:

$$\frac{\text{Valor Liquidado do Compromisso no Exercício } i}{(\text{Valor Orçado Atual}-\text{Valor Contingenciado do Compromisso}) \text{ no Exercício } i} \times 100$$

Na fórmula de cálculo acima são contabilizados apenas os Compromissos válidos, ou seja, aqueles cujo Orçamento Atual é maior que zero no ano de cálculo ou que o Orçamento Atual não tenha sido contingenciado totalmente.

A partir dos valores encontrados, é atribuído um Grau de Execução Orçamentário-Financeira para cada Compromisso, podendo variar entre um (1) e quatro (4), conforme o Quadro 6.

QUADRO 6
MÉTRICA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS

Bahia, 2016-2018

GRAU	DESCRÍCÃO	EXECUÇÃO (%)
1	Insuficiente (I)	> 0 e < 30
2	Regular (R)	≥ 30 e < 60
3	Bom (B)	≥ 60 e < 90
4	Ótimo (O)	≥ 90 e ≤100

Fonte: Adaptação do Índice da Associação Brasileira de Orçamento Público - ABOP

Isto feito, chega-se ao Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa no exercício, que representa um valor padronizado da relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, no exercício, e a quantidade total de Compromissos do Programa com Grau de Execução Orçamentário-Financeira no exercício I, conforme fórmula abaixo:

$$Ex_{OFci} = \left(\frac{\frac{\sum G_{ExecuçãoCi}}{4 * QT_{Ci}} - 0,25}{1 - 0,25} \right) * 100 = \left(\frac{\frac{\sum G_{ExecuçãoCi}}{4 * QT_{Ci}} - 0,25}{0,75} \right) * 100 =$$

2. DESEMPENHO DOS PROGRAMAS

A Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA-P, Ano III, com data de corte 31/10/2018, considera todos os 20 Programas vinculados ao Poder Executivo Estadual. A partir da metodologia adotada, conforme apresentado na seção anterior, a avaliação considerou componentes de ação, para a realização das entregas programadas, associados às dimensões do Resultado e do Esforço, mais especificamente, os Compromissos, as Metas e os Indicadores.

De um modo geral, observa-se, até o momento, uma quantidade expressiva de programas identificados com Bom Desempenho, considerando a execução em relação aos valores planejados até o exercício em análise. Dos 20 Programas avaliados, 1 apresentou

Desempenho Ótimo, 15 um Bom Desempenho e 4, Desempenho Regular. Na maioria dos Programas o componente do IDP que apresentou maior valor foi o Indicador de Eficácia das Metas (para 57,5% dos Programas), seguido do Indicador da Evolução dos Indicadores (para 42,5% dos Programas). A Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira não se sobressaiu para nenhum dos Programas. O Quadro 7 sintetiza esse resultado.

QUADRO 7
DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DO PPA-P
Bahia, 2016-2018

PROGRAMA ¹	INDICADOR DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES	INDICADOR DE EFICÁCIA DAS METAS	MÉDIA DO INDICADOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	IDP	DESEMPENHO DO PROGRAMA
200	71,43	82,01	64,2	74,22	Bom
201	50	66,67	39,39	54,55	Regular
202	66,67	84,31	47,62	69,92	Bom
203	70	62,38	39,68	60,89	Bom
204	100	58,77	40,91	71,69	Bom
205	50	82,96	62,12	65,61	Bom
206	100	69,92	41,27	76,22	Bom
207	79,17	81,82	43,33	73,06	Bom
208	33,33	81,48	38,89	53,7	Regular
209	83,33	67,62	54,14	71,21	Bom
210	50	66,67	26,67	52	Regular
211	100	77,78	40,37	79,19	Bom
212	60	79,65	53,97	66,65	Bom

Continua

Continuação

PROGRAMA ¹	INDICADOR DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES	INDICADOR DE EFICIÁCIA DAS METAS	MÉDIA DO INDICADOR DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	IDP	DESEMPENHO DO PROGRAMA
213	78,57	75,19	25,62	66,63	Bom
214	80	80	40,74	72,15	Bom
215	60	73,02	46,67	62,54	Bom
216	50	73,33	46,67	58,67	Regular
217	85,71	82,05	51,11	77,33	Bom
218	65,38	84,5	49,06	69,76	Bom
219	100	88,1	75	90,24	Ótimo

Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

1 Vide relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

Sob a perspectiva da Evolução dos Indicadores, dos 126 Indicadores de Programa, 117 (92,86%) foram considerados válidos para a avaliação. Conforme descrito na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação de Desempenho, um Indicador é considerado válido quando está apto à verificação da sua evolução, pois seus dados são conhecidos e existentes. Considerando as respectivas polaridades, dos 117 indicadores válidos, 78 (66,67%) obtiveram evolução positiva; 10 (8,55%) apresentaram evolução nula; e 28 (23,93%) tiveram evolução negativa. Além disso, um Indicador (0,85%) se encontra na situação “Desconhecido”, ou seja, situação aplicada quando, apesar de conhecidos os dados, não foi informado, pela Unidade Setorial de Planejamento (USP) responsável, o valor do Indicador no momento da sua apuração. Indicadores nessa situação compõem a fórmula de cálculo do Indicador de Evolução dos Indicadores, por meio do quantitativo de Indicadores considerados no denominador da fórmula. O Quadro 8 relaciona o quantitativo total de Indicadores de Programa válidos para avaliação.

PROGRAMA ¹	QUADRO 8							
	COMPORTAMENTO DOS INDICADORES POR PROGRAMA							
	Bahia, 2016-2018							
	INDICADORES							
	TOTAL	NÃO VÁLIDOS	VÁLIDOS	DESCONHECIDA	POSITIVA	NULA	NEGATIVA	
200	7	0	7	0	5	0	2	
201	4	2	2	0	1	0	1	
202	3	0	3	0	2	0	1	
203	6	1	5	0	3	1	1	
204	5	0	5	0	5	0	0	
205	8	0	8	0	4	0	4	
206	3	2	1	0	1	0	0	
207	12	0	12	0	9	1	2	
208	3	0	3	0	1	0	2	
209	6	0	6	0	4	2	0	
210	5	0	5	1	1	2	1	
211	5	0	5	0	5	0	0	
212	12	2	10	0	6	0	4	
213	7	0	7	0	5	1	1	
214	5	0	5	0	3	2	0	
215	5	0	5	0	3	0	2	
216	6	2	4	0	2	0	2	
217	7	0	7	0	6	0	1	
218	13	0	13	0	8	1	4	
219	4	0	4	0	4	0	0	
TOTAL GERAL	126	9	117	1	80	10	26	

FONTE: ELABORAÇÃO DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (POSIÇÃO 31/10/2018).

1 Vide relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

O Quadro 9 apresenta as quantidades totais de Metas e as Metas válidas para avaliação de cada Programa por ano. Conforme descri-

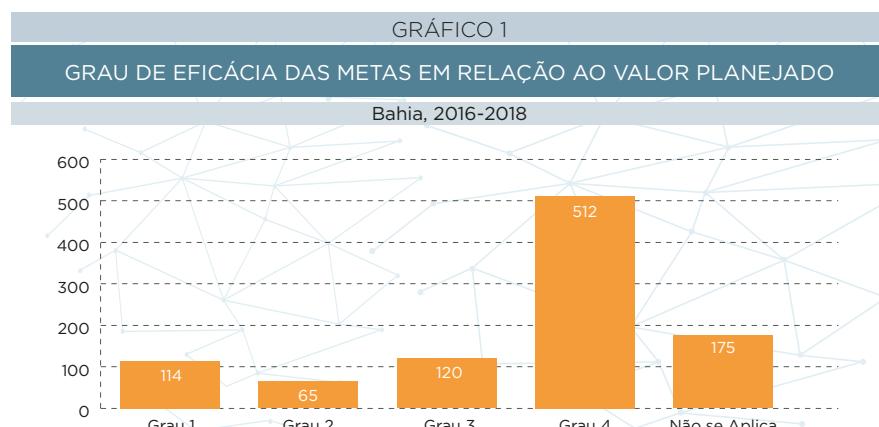
to na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação de Desempenho, uma Meta é considerada válida para o cálculo do Indicador da Eficácia das Metas quando os valores planejados e apurados até a data de corte da Avaliação não são, ao mesmo tempo, iguais a zero. Além disso, duas metas não apresentaram registros de apuração no período. Dessa forma, do total de 988 Metas, 986 estavam aptas para a Avaliação, das quais 811 foram consideradas válidas.

PROGRAMA ¹	QUADRO 9		
	QUANTIDADE DE METAS POR PROGRAMA		
	Bahia, 2018		
	TOTAL	NÃO SE APLICA	VALIDAS
200	71	8	63
201	46	6	39
202	39	5	34
203	90	20	70
204	50	12	38
205	56	11	45
206	47	6	41
207	44	11	33
208	19	1	18
209	44	9	35
210	20	1	19
211	18	6	12
212	104	9	95
213	59	16	43
214	28	3	25
215	77	13	63
216	35	10	25
217	14	1	13
218	112	26	86
219	15	1	14
TOTAL	988	175	811

FONTE: ELABORAÇÃO DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (POSIÇÃO 31/10/2018).

1 Víde relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

O Gráfico 1 aponta o comportamento das Metas, por Grau de Eficácia, até a data de corte 31/10/2018. Observa-se que, das 811 Metas válidas para a Avaliação, 512 apresentam Grau de Eficácia 4, o que significa uma execução igual ou superior a 90%. Por sua vez, 120 Metas encontram-se no Grau 3, representando uma execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%. Já em relação ao Grau 2 (execução igual ou superior a 30% e inferior a 60%), 65 Metas estão nesta situação. Além disso, 114 Metas se enquadram no Grau 1 (execução inferior a 30%), destacando-se que 83 Metas desse grupo apresentam 0% de execução até a data de corte 31/10/2018. Por fim, destaca-se que 175 Metas se enquadram na situação “Não se Aplica”, ou seja, situação onde se observa não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

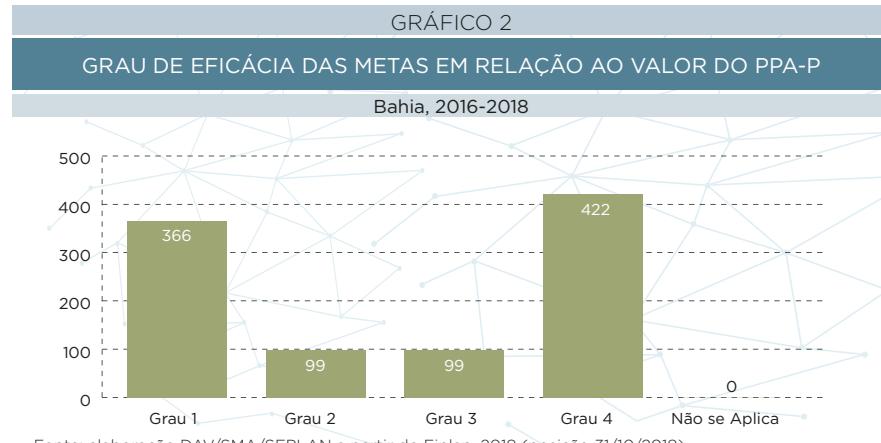


Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

Apesar do Modelo de Avaliação de Desempenho considerar a execução das Metas em relação aos seus respectivos valores planejados, até o exercício de 2018, considerou-se importante fazer uma análise em relação ao valor programado no PPA. Nesse sentido, levou-se em conta que, sendo quatro anos o período da sua execução, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis.

Dessa forma, das 986 Metas aptas para a Avaliação, 422 apresentam uma execução igual ou superior a 75% (Grau de Eficácia 4). Por sua vez, 99 Metas se encontram com execução igual ou superior a 50% e inferior a 75% (Grau de Eficácia 3). Outras 99 Metas apresentam execução igual ou superior a 25% e inferior a 50% (Grau de Eficácia 2). Além disso, 366 Metas têm execução inferior a 25% (Grau de Eficácia 1), destacando-se que 258 Metas deste grupo estão com 0% de execução até a data de corte 31/10/2018. Cabe salientar que, neste último grupo, estão contidas as 175 Metas na situação “Não se Aplica” até o exercício 2018. O Gráfico 2 retrata o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P.

Complementarmente, o Gráfico 3 compara o comportamento das Metas nas duas situações anteriormente retratadas, ou seja, considerando a execução realizada com os valores planejados até 2018 e os valores esperados para o PPA-P. Chama a atenção que, ao rela-

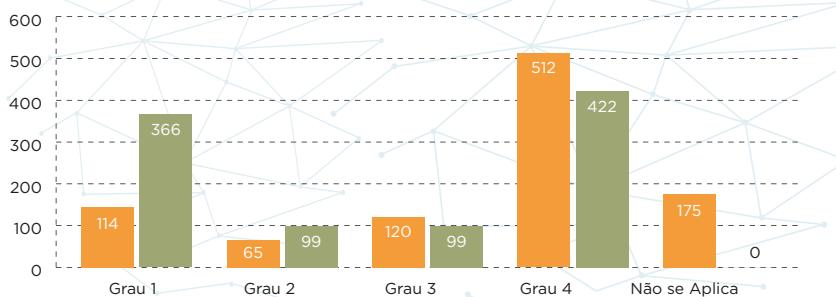


cionar o que foi executado ao valor do PPA-P, 366 Metas (37,12% do total de Metas) apresentam valores de execução muito baixos, no terceiro ano de execução, observando que 258 (26,17% do total de Metas) estão com 0% de execução.

Dois aspectos merecem atenção: o primeiro diz respeito ao fato de que esse comportamento pode indicar maior dificuldade de, no último ano do PPA-P, alcançar os valores programados; o segundo refere-se ao caso desse resultado não demonstrar o real desempenho do Programa, ou seja, o Programa pode apresentar um Bom Desempenho, até o exercício de 2018, em função, por exemplo, do valor planejado para o exercício estar muito aquém do programado para o PPA-P como um todo, de modo que sua execução pode se revelar diferente ao final do período de execução do PPA-P.

GRÁFICO 3
COMPARATIVO DO GRAU DE EFICÁCIA

Bahia, 2016-2018



Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

O Quadro 10 elenca o comportamento das Metas de todos os Programas, por tipo de Grau, comparando os valores alcançados até o momento (Ano III do PPA-P, com data de corte 31/10/2018) aos valores obtidos quando utilizado o montante esperado para o quadriênio. Esse quadro detalha os resultados apresentados no Gráfico 3, podendo ser observado o hiato entre o que foi executado até o momento e o montante planejado para os quatro anos do PPA-P. Cabe lembrar que os Graus 3 e 4 correspondem, respectivamente, às situações Bom e Ótimo do ponto de vista da Eficácia das Metas.

Dante de condições regulares de execução (como disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros, adequação legal e burocrática), essas situações podem ser consideradas como desejáveis. Nesse sentido, é importante observar que a maioria dos Programas

apresenta um hiato entre o executado até o exercício em análise e o programado quadrienalmente, acima de 30%, quando se compara a quantidade de Metas válidas para a Avaliação com a quantidade de Metas com Graus 3 e 4. Esta situação chama mais a atenção ao se considerar o montante esperado para o PPA-P, pois a quantidade de Metas com Grau de Eficácia 1 exerce maior influência nesse comportamento, incluindo aquelas com 0% de execução, o que requer um acompanhamento mais próximo, por parte do gestor. Entretanto, é importante considerar que o desempenho dos Programas pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

QUADRO 10										
QUANTIDADE DE METAS POR GRAU DE EFICÁCIA EM RELAÇÃO AO PLANEJADO ATÉ 2018 E AO VALOR DO PPA-P										
Bahia, 2016-2018										
PROGRAMA ¹	TOTAL	NÃO SE APLICA	VÁLIDAS	EM RELAÇÃO AO PLANEJADO ATÉ 2018			EM RELAÇÃO AO VALOR DO PPA-P			
				GRAU DE EFICÁCIA		HIATO	GRAU DE EFICÁCIA		HIATO	HIATO
				3 E 4	1 E 2		3 E 4	1 E 2		
200	71	8	63	53	10	25,35%	47	24	33,80%	
201	46	6	39	27	12	40,00%	20	25	56,52%	
202	39	5	34	31	3	20,51%	26	13	33,33%	
203	90	20	70	44	26	51,11%	36	54	60,00%	
204	50	12	38	23	15	54,00%	19	31	62,00%	

Continua

Continuação

PROGRAMA ¹	TOTAL	NÃO SE APLICA	VÁLIDAS	EM RELAÇÃO AO PLANEJADO ATÉ 2018				EM RELAÇÃO AO VALOR DO PPA-P			
				GRAU DE EFICÁCIA		HIATO	GRAU DE EFICÁCIA		HIATO		
				3 E 4	1 E 2		3 E 4	1 E 2			
205	56	11	45	37	8	33,93%	29	27	48,21%		
206	47	6	41	31	10	34,04%	25	22	46,81%		
207	44	11	33	27	6	38,64%	23	21	47,73%		
208	19	1	18	15	3	21,05%	8	11	57,89%		
209	44	9	35	25	10	43,18%	20	24	54,55%		
210	20	1	19	13	6	35,00%	13	7	35,00%		
211	18	6	12	10	2	44,44%	6	12	66,67%		
212	104	9	95	78	17	25,00%	68	36	34,62%		
213	59	16	43	34	9	42,37%	22	37	62,71%		
214	28	3	25	20	5	28,57%	19	9	32,14%		
215	77	13	63	48	15	36,84%	38	38	50,65%		
216	35	10	25	19	6	45,71%	14	21	60,00%		
217	14	1	13	11	2	21,43%	9	5	35,71%		
218	112	26	86	73	13	34,82%	68	44	39,29%		
219	15	1	14	13	1	13,33%	11	4	26,67%		
TOTAL	988	175	811	632	179	34,91%	521	465	47,97%		

Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

1 Vide relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

Assim, o comportamento dos Programas, observando a execução das Metas em relação aos valores esperados ao final do PPA-P, indica a necessidade de manutenção do empenho e de ampliação das estratégias de gestão e execução, que se configuram na Dimensão Esforço e na Dimensão Resultado, para propiciar o alcance dos resultados esperados ao final do período quadrienal (2016-2019).

Para o cálculo do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Programas, considerou-se o Orçamento Atual de cada Compromisso válido para a avaliação. Como descrito na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação de Desempenho, um Compromisso é definido como válido para o cálculo do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira caso o seu Orçamento Atual seja maior do que zero, considerando ainda os respectivos valores contingenciados. Nesse sentido, para o exercício 2018, dos 229 Compromissos, 205 são considerados válidos; para o exercício 2017, dos 231 Compromissos, 199 são válidos; e, para o exercício 2016, dos 228 Compromissos, 191 enquadram-se como válidos. O Quadro 11 apresenta o quantitativo total de Compromissos de cada Programa, por ano, e a correspondente quantidade de Compromissos válidos para avaliação.

PROGRAMA ¹	COMPROMISSOS					
	TOTAL 2018	VÁLIDOS 2018	TOTAL 2017	VÁLIDOS 2017	TOTAL 2016	VÁLIDOS 2016
200	9	9	9	9	9	9
201	12	11	12	11	12	11
202	8	8	8	7	8	5
203	19	14	20	14	21	14
204	11	11	12	12	12	11

Continua

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

Continuação

PROGRAMA ¹	COMPROMISSOS					
	TOTAL 2018	VÁLIDOS 2018	TOTAL 2017	VÁLIDOS 2017	TOTAL 2016	VÁLIDOS 2016
205	16	14	16	14	16	11
206	15	14	15	14	15	14
207	6	6	6	6	6	5
208	3	2	3	2	3	2
209	14	10	14	8	14	9
210	5	4	5	5	5	5
211	7	6	7	5	7	4
212	15	14	15	14	15	14
213	10	9	10	8	10	8
214	7	6	7	6	7	6
215	16	15	16	15	16	15
216	11	10	11	10	11	10
217	5	5	5	5	5	5
218	37	35	37	32	36	33
219	3	2	3	2	-	-
Total Geral	229	205	231	199	228	191

Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

¹ Vide relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

O Quadro 12 apresenta a Execução Orçamentário-Financeira, por ano, e a Média da Execução Orçamentário-Financeira dos respectivos Programas do PPA-P. Vale frisar que os valores para o exercício 2018 são parciais, referindo-se à data de corte 31/10/2018. Destaca-se que, dos 20 Programas, 6 apresentaram média de execução

superior a 70%. Dentre os possíveis motivos para esse bom desempenho, está o fato de alguns Programas possuírem percentuais da receita do Estado definidos em lei ou recursos discricionários vinculados às suas despesas. Os Programas com esse tipo de vinculação tende a ter um grau de execução mais significativo. Por outro lado, três Programas apresentaram execução média abaixo de 30%, quais sejam: 203 – Desenvolvimento Produtivo, 213 – Água para Todos e 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais. Os fatores que podem ter contribuído para essa situação são impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo. Além disso, outro fator que pode exercer influência é a inexistência, no Fiplan, de registros orçamentários dos investimentos programados com recursos provenientes de empresas não dependentes.

QUADRO 12
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS PROGRAMAS
Bahia, 2016-2018

Programa ¹	Execução 2016 (%)	Execução 2017 (%)	Execução 2018 (%)	Média da Execução (%)
200	90,4	92,29	81,53	88,07
201	69,65	66,64	38,04	58,11
202	82,35	60,53	50,6	64,49

Continua

Continuação

Programa ¹	Execução 2016 (%)	Execução 2017 (%)	Execução 2018 (%)	Média da Execução (%)
203	21,16	24,27	24,74	23,39
204	51,37	48,49	38,33	46,07
205	96,06	95,63	70,37	87,36
206	51,5	51,13	48,9	50,51
207	55,37	78,78	54,65	62,93
208	30,61	61,13	49,26	47
209	61,33	51,85	26,42	46,53
210	32,39	68,56	60,71	53,89
211	48,87	60,78	25,4	45,02
212	90,52	92,4	69,91	84,28
213	37,11	28,19	24,54	29,95
214	14,86	33,99	24,49	24,45
215	92,66	91,37	78,6	87,54
216	66,62	65,52	41,95	58,03
217	92,06	80,27	28,95	67,09
218	75,82	74,98	65,82	72,21
219	-	83,36	85,11	84,24

Fonte: elaboração DAV/SMA/SEPLAN a partir do Fiplan, 2018 (posição 31/10/2018).

¹ Vide relação com os nomes dos Programas, no Quadro 13, no final deste capítulo.

A partir da metodologia adotada, a estratégia de avaliação considerou como componentes de ação, para a realização das entregas programadas, o Esforço e o Resultado, sendo atribuído maior peso à Dimensão Resultado.

A seção a seguir descreve, de forma mais detalhada, a Avaliação de Desempenho de cada Programa do PPA-P, vinculado ao Executivo Estadual, considerando a execução até o ano III do PPA-P 2016-2019, com data de corte 31/10/2018. Cabe ressaltar que, conforme apresentado, esse desempenho foi aferido com base em componentes de ação associados às Dimensões do Resultado, por meio da Evolução dos Indicadores de Programa e da Eficácia das Metas, e do Esforço, por meio da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos. Isso implica uma avaliação cumulativa desses três componentes de cada um dos Programas.

Por fim, é importante ressaltar o grau de transversalidade presente nesses Programas, conforme a sua natureza e especificidade. A transversalidade é observada pelo fato dos Programas refletirem o conjunto de ações de governo para um determinado tema estratégico e não apenas as ações que um órgão específico pretende desenvolver. Em sendo assim, nos programas transversais, a participação das Unidades Setoriais de Planejamento (USP), envolve, sempre, mais de um Órgão na concepção, planejamento, gestão e execução das ações propostas no PPA-P.

QUADRO 13
RELAÇÃO DE NOMES DOS PROGRAMAS

Bahia, 2016-2018

Programa	Programa
200 – Saúde Mais Perto de Você	210 – Turismo
201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento	211 – Mulher Cidadã
202 – Cultura e Identidades	212 – Educar para Transformar
203 – Desenvolvimento Produtivo	213 – Água para Todos
204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento	214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais
205 – Pacto pela Vida	215 – Cidadania e Direitos
206 – Desenvolvimento Rural Sustentável	216 – Vida Melhor
207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade	217 – Esporte e Lazer
208 – Bahia Trabalho Decente	218 – Gestão Participativa
209 – Desenvolvimento Urbano	219 – Primeiro Emprego



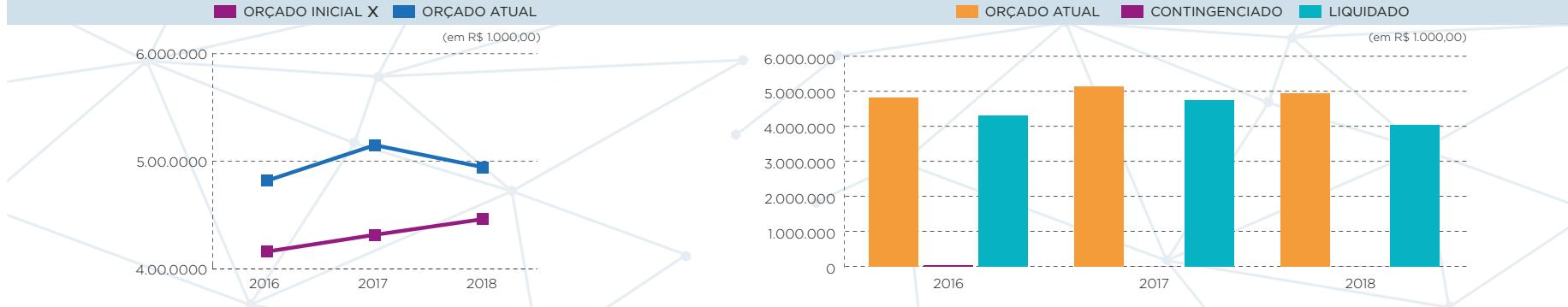
PROGRAMA 200
SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

PROGRAMA 200 – SAÚDE MAIS PERTO DE VOCÊ

Temas Estratégicos	Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Vigilância proteção e promoção da saúde; Atenção integral à saúde com ampliação do acesso às ações e serviços de saúde; Saúde com inclusão social das populações historicamente excluídas, discriminadas e ou estigmatizadas (população negra, indígena, quilombola, assentados, acampados, lésbica, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, pessoa com deficiência e pessoas em privação de liberdade); Cuidado integral e humanizado no curso da vida; Política de Sangue; Planejamento, rede e regulação em saúde; Gestão do trabalho e educação na saúde; Gestão democrática e participativa do SUS; Controle Social.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SEAP	0	0	1	1
SEPROMI	0	0	0	1
SESAB	7	9	70	90
TOTAL	7	9	71	92

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	4.159.970,79	4.818.782,55	42.000,00	4.318.283,28	4.308.572,31
2017	4.316.225,46	5.150.076,70	0,00	4.752.769,53	4.707.012,70
2018	4.462.447,17	4.944.807,35	0,00	4.031.449,19	4.007.911,51



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa - Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa - Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa - Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa - IDP (%)	Grau	Situação
71,43	82,01	64,20	74,22	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 200 – Saúde Mais Perto de Você, conforme o PPA-P vigente, possui 9 Compromissos, 71 Metas e 7 Indicadores, cuja execução envolve 3 Órgãos (Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP) e 16 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 6 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de **Saúde e Assistência Social** (presente em todos os 9 Compromissos) e **Gestão Governamental e Governança Socioeconômica** (presente em 2 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em 6 Compromissos e 25 Metas, dizendo respeito a:

- Ampliação da Infraestrutura Hospitalar; e
- Fortalecimento e Regionalização do Sistema de Saúde.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Saúde Mais Perto de Você apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **74,22%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **71,43%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **82,01%**; e

Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **64,20%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de cinco Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os indicadores:

- IP3 – Percentual de atendimento às solicitações de hemocomponentes recebidas pela Fundação HEMOBA;
- IP4 – Proporção de internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB);
- IP6 – Proporção de registro de óbitos com causa básica definida;
- IP5 – Proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal; e
- IP2 – Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP1 – Cobertura vacinal de Pentavalente em menores de 01 ano; e
- IP7 – Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, destaca-se a otimização de formas ou estratégias de atuação, que favoreceram a realização de ações e entregas relacionadas às respectivas variáveis dos Indicadores. Por outro lado, sobre o desempenho negativo dos Indicadores, foram apontadas dificuldades com relação ao envio, registro ou recebimento de informações necessárias ao cálculo, impactando a sua apuração.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa dos indicadores IP1 e IP7 não corresponde ao desempenho da maioria das Metas dos três Compromissos ao quais estão vinculados. Pois, das 34 Metas desses Compromissos, 22 apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4, e 2 apresentam uma execução igual ou superior a 60% e inferior a 90% (Grau de Eficácia 3). Por outro lado, 7 Metas apresentam uma execução inferior a 60% (Graus de Eficácia 1 e 2). Os Compromissos, associados aos respectivos Indicadores, são:

- IP1: C1 – Fortalecer as ações de vigilância à saúde para promoção e proteção da saúde, prevenção de doenças/agravos e controle de riscos; e
- IP7: C3 – Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde da atenção especializada ambulatorial e hospitalar, com resolutividade, fortalecendo a regulação do Sistema de Saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente e C4 – Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das Redes de Atenção à Saúde.

Ainda em relação à representatividade, percebe-se que todos os Indicadores do Programa são sensibilizados por pelo menos um Compromisso, sendo que dois deles se relacionam diretamente a dois Compromissos, a saber:

- IP5: C2 – Consolidar as ações e serviços de saúde da atenção básica, com resolutividade e C4 – Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das Redes de Atenção à Saúde;
- IP7: C3 – Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde da Atenção Especializada ambulatorial e hospitalar, com resolutividade, fortalecendo a Regulação do Sistema de Saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente e C4 – Promover a integração das ações e serviços de saúde por meio das Redes de Atenção à Saúde.

Também merece ser observado o fato de que, dos nove Compromissos do Programa, quatro não estão vinculados diretamente a Indicador, embora os seus resultados, em função da natureza dos seus objetivos, contribuam indiretamente para o comportamento dos Indicadores. São eles:

- C5 – Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas;
- C6 – Fortalecer a gestão da assistência farmacêutica assegurando o acesso aos medicamentos e apoiando a produção de insumos estratégicos para a saúde;
- C8 – Fortalecer a gestão do trabalho e educação na saúde valorizando o trabalho e o trabalhador do SUS-Ba; e
- C9 – Fortalecer a capacidade de gestão estadual do SUS, qualificando as ações de sistematização, monitoramento e fiscalização, ampliando os canais de diálogo com a sociedade e o exercício do controle social.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter validade a partir de 2018. São eles: IP2 e IP7.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 10 Metas (14,08%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 8 Metas (11,27%) apresentam execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Graus de Eficácia 3 (Bom);
- 45 Metas exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 21 (29,58% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 15 (21,13% do total de Metas), uma execução superior a 100%;
- 8 Metas (11,27%) estão enquadradas na situação “Não se aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades, parcerias e adesões e a implementação de novas formas ou estratégias de atuação; e ii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, majoritariamente, associadas à insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros e impeditivos de ordem legal ou normativa.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua execução, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial

de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 39 Metas (54,93%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 18 Metas (25,35%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 14 Metas (19,72%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 13 (18,31% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas oito Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e cinco com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 49 Metas relacionadas aos 5 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 36 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, influenciando positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Saúde Mais Perto de Você.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 5.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um Grau de Execução para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **66,67%** em 2016, **74,07%** em 2017 e **51,85%** em 2018, resultando na média de **64,20%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual do Programa, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 90,40%;
- 2017: 92,29%; e
- 2018: 81,53% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Portanto, o Programa Saúde Mais Perto de Você se destaca pela execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018). Essa performance se reflete no bom desempenho alcançado pelo Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

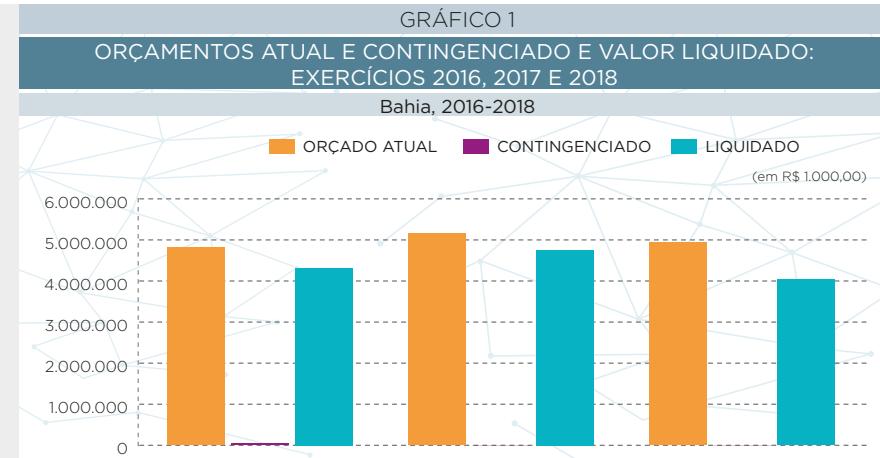
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 89,52% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca 67,80%:

- C3 - Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde da Atenção Especializada ambulatorial e hospitalar, com resolutividade, fortalecendo a Regulação do Sistema de Saúde, com ganho de eficiência e garantia da segurança do paciente;
- C8 - Fortalecer a gestão do trabalho e educação na saúde valorizando o trabalho e o trabalhador do SUS-Ba.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 89,75% e 89,93%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem, principalmente, Metas com perfil de implantação, requalificação, ampliação e aparelhamento de unidades de saúde, de administração de pessoal e de encargos da rede própria e de capacitação profissional dos profissionais de trabalho. Esse perfil está associado às realizações de infraestrutura física e à qualificação de capital humano, itens que tendem a demandar grande volume de recursos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com o fortalecimento, a gestão e o apoio ao SUS, bem como ações e campanhas de saúde voltadas para segmentos específicos da sociedade. São itens que, relativamente, demandam menor volume de recurso.

A **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa alcançou um bom resultado (**64,20%**). Um dos fatores que possivelmente favorece para este nível de execução é o fato de o Programa Saúde Mais Perto de Você possuir percentuais da receita do Estado definido em lei. Os Programas com esse tipo de vinculação tende a ter um grau de execução mais significativo, assim como aqueles Programas com recursos discricio-



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/10/2018)

nários vinculados às suas despesas. Caba salientar ainda que, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP, contribuindo, parcialmente, para o Bom Desempenho do IDP do Programa Saúde Mais Perto de Você.

2.3 Conclusão

O Programa Saúde Mais Perto de Você alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. No entanto, merece atenção o fato de haver uma concentração na participação média do Orçamento Atual em dois dos nove Compromissos, sendo que um Compromisso representa 67,80% do valor alocado. Por fim, destaca-se que a oferta de bens e serviços públicos de saúde se configura como um desafio permanente, tanto do ponto de vista da gestão quanto do volume de recursos necessários para o funcionamento e resolutividade de um sistema direcionado a todos os cidadãos. A demanda por esse tipo de bem e serviço é permanente e o seu custo elevado. Isso se deve, de um lado, aos avanços científicos que levam ao emprego de procedimentos e tecnologias sofisticados e dinâmicos, com custos crescentes; de outro, às necessidades inerentes à transição demográfica pela qual a sociedade passa.

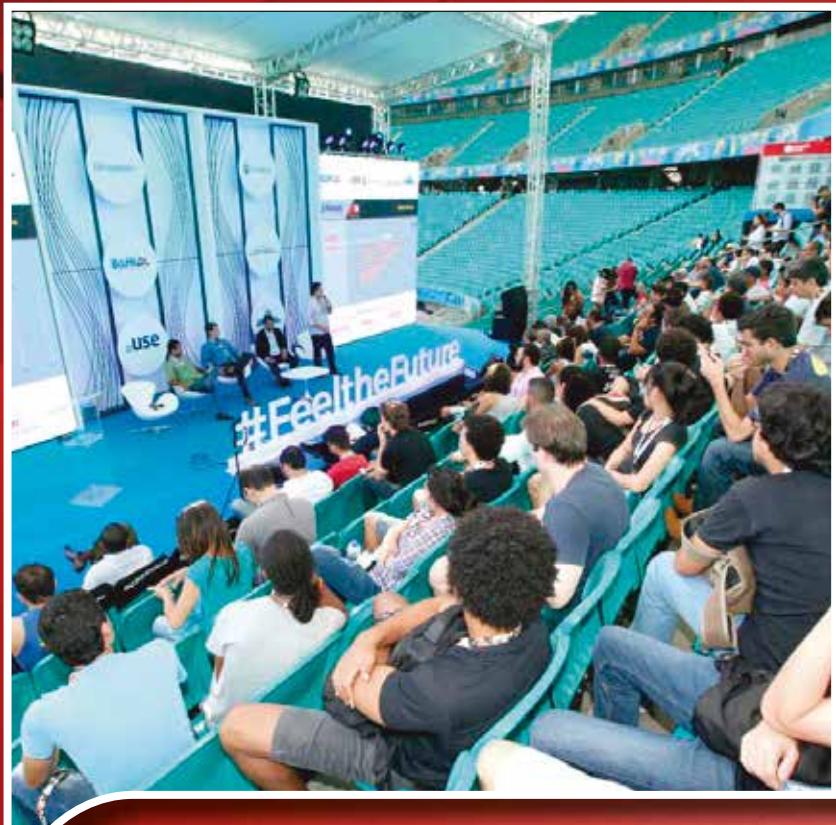
Diante disso, o desempenho alcançado pelo Programa Saúde Mais Perto de Você se materializa, especialmente, em ações voltadas à regionalização do atendimento à saúde e à ampliação e descentralização do acesso aos serviços de saúde:

- Requalificação de 24 unidades hematológicas/hemoterápicas;
- realização de 775 transplantes;
- habilitação de 18 Centros Transplantadores;
- implantação do Instituto Couto Maia – ICOM, em Salvador, especializado em doenças infectocontagiosas, com concessão de serviços não clínicos, por meio de Parceria Público Privado – PPP, em uma estrutura com 120 leitos, sendo 64 adultos, 16 pediátricos, 16 isolamentos adulto, 4 isolamentos pediátrico, 10 de UTI adulto e 10 de UTI pediátrica;
- implantação de 8 Policlínicas de Saúde, com gestão compartilhada entre o Governo Estadual e os municípios consorciados;
- construção, requalificação e ampliação de 190 unidades de saúde, destacando-se:
 - Hospital Geral Roberto Santos, em Salvador, com a implantação de 30 novos leitos para a Unidade de Terapia Intensiva – UTI cardiológica;
 - Hospital Geral do Estado – HGE, em Salvador, com a implantação de 46 leitos de ortopedia;
 - Centro Estadual de Oncologia- Cican, com a ampliação de cerca de 70% do setor de quimioterapia;
 - Hospital Geral de Vitória da Conquista, com ampliação da emergência em 39 novos leitos, 01 sala para atendimento de pacientes com Agudo do Miocárdio, 20 leitos UTI adulto e dez leitos de UTI Neonatal;
 - Hospital Regional Deputado Luís Eduardo Magalhães, em Porto Seguro, com a ampliação de 10 leitos a Unidade de Terapia Intensiva – UTI;
 - Hospital Geral Clériston Andrade, em Feira de Santana, com ampliação da emergência com 74 novos leitos;

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

- Hospital Geral Prado Valadares, em Jequié, com a implantação de 101 novos leitos e de serviços de endoscopia digestiva alta, colonoscopia, co-langiopancreatografia retrógrada endoscópica, eletroencefalograma, ultrassonografia com doppler e ecocardiograma;
- implantação de 25 Unidades de Pronto Atendimento - UPA
- qualificação de 27,6 mil profissionais em saúde;
- distribuição de 22,9 mil doses de imunobiológico em 2017 e 21.975.755 em 2018;
- implantação de:
 - três serviços de nefrologia (Teixeira de Freitas, Itapetinga e Itaberaba);
 - um serviço de Obesidade e sobre peso (Ilhéus);
 - um Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Processo Transexualizador (Hospital Universitário Professor Edgar Santos – Hupes, Salvador);
 - um Serviço de Queimados do Hospital Regional (Santo Antônio de Jesus);
- realizadas 22 campanhas para mobilização da população para adoção de práticas saudáveis de vida
- gestão direta de 29 unidades de Saúde em funcionamento;
- gestão indireta de 24 unidades de saúde em funcionamento;
- aparelhamento do Hemocentro Regional de Barreiras
- credenciamento de 8 Comissões Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante;
- cofinanciamento de 224 municípios para o desenvolvimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



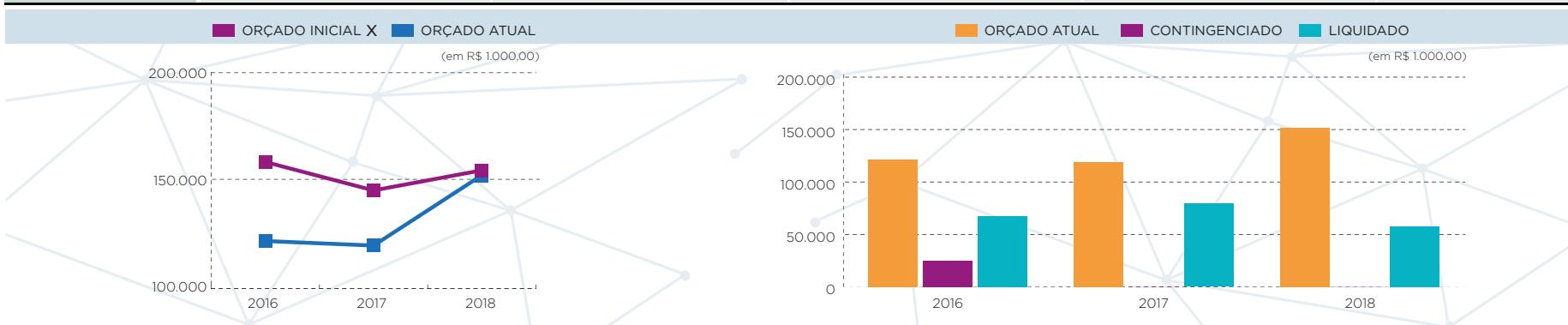
PROGRAMA 201
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA 201 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Editais de Demanda Induzida; Redes de pesquisa e laboratorial; Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; Inovação tecnológica; Incubadoras de empresas; Tecnologia Industrial Básica – TIB; Popularização da ciência; Cooperação técnica e institucional; Tecnologias apropriadas à produção; Tecnologias limpas; Bolsas para pesquisa.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SDE	1	2	20	35
SDR	0	1	2	3
SECTI	3	8	23	40
SEFAZ	0	1	1	1
TOTAL	4	12	46	79

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LÍQUIDADO	PAGO
2016	158.011,70	121.141,28	24.771,35	67.125,99	66.994,14
2017	144.805,50	119.028,11	0,00	79.317,43	79.019,67
2018	154.137,11	151.683,67	0,00	57.693,48	56.435,11



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
50,00	66,67	39,39	54,55	2	REGULAR

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O programa 201 – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento, conforme o PPA vigente, possui 12 Compromissos, 46 Metas e 4 Indicadores, cuja execução envolve quatro Órgãos (Secretaria da Fazenda – SEFAZ; Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE; Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI) e 15 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 10 temas estratégicos associados à sua ementa presentes nos 12 Compromissos, predominando os que tratam da **Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional** (presente em oito Compromissos), da **Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual** (presente em oito Compromissos) e da **Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte** (presente em sete Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento apresentou um **Desempenho Regular** no ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **54,55%**, o que corresponde ao Grau 2. Contribuíram para esse resultado os Indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **50%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **66,67%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **39,39%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de um Indicador no sentido da sua polaridade, um Indicador no sentido contrário da sua polaridade, enquanto dois Indicadores foram classificados como inexistentes (“não válidos”). São representativos do desempenho positivo e negativo, respectivamente, os Indicadores:

- IP1- Índice de empresas ou instituições incubadas, instaladas em parques tecnológicos ou com projetos de pesquisa em inovação apoiados pelo Governo do Estado; e
- IP2 – Índice de fiscalizações realizadas pelo IBAMETRO.
- Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se na situação “inexistentes” (“não válidos”):
- IP3 – Participação de artigos indexados da Bahia no total de artigos indexados no Brasil; e
- IP4 – Participação percentual de Mestres e Doutores titulados na Bahia em grandes áreas selecionadas em relação ao Brasil.

O comentário sobre a evolução do Indicador no sentido de sua polaridade, apresentado pela respectiva Unidade Setorial de Planejamento - USP responsável, aponta para a ocorrência de novas oportunidades ou formas de atuação e o favorecimento de ordem legal, normativa ou institucional. Por outro lado, a insuficiência de pessoal é indicada como elemento que influencia a evolução contrária à polaridade esperada do Indicador. Vale ressaltar que os Indicadores IP3 e IP4 não foram calculados pelo fato da CAPES ainda não ter divulgado, até a data da sua apuração, os dados para o exercício 2018.

Com relação à sua representatividade, observa-se que todos os indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas.

Ainda em relação à representatividade, ressalta-se que tanto existem Compromissos vinculados, individualmente, a mais de um Indicador, quanto Indicadores sensibilizados por, pelo menos, dois Compromissos, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que, dos 12 Compromissos, cinco estão vinculados diretamente a Indicador.

No que se refere ao Indicador de Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 12 Metas (26,09%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- seis Metas (13,04%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Graus de Eficácia 3 (Bom);
- 21 Metas (45,65%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 8 (17,39% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 10 (21,74% do total de Metas), uma execução superior a 100%;
- sete Metas (15,22%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e de parcerias; e ii) as demandas não previstas. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, majoritariamente, associadas ao fato de: i) algumas dessas Metas se encontrarem em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018; ii) ao ocorrência de dificuldades contratuais, operacionais ou institucionais; e a insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 12 Metas (26,09%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 16 Metas (34,78%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 18 Metas (39,13%) estão com execução inferior a 25%. Observando que destas, 15 (32,61% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA e contemplam todas aquelas seis Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e nove com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 26 Metas relacionadas aos 5 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 15 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, influenciando positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento. Observa-se, por um lado, que o comportamento da Eficácia das Metas do Programa apresenta melhor performance na Dimensão Resultado; por outro, apesar de 41,67% dos Compromissos não sensibilizarem diretamente nenhum Indicador do Programa, o seu resultado sobre o IDP é capturado pela Eficácia das Metas, observando que envolvem 41,30% das Metas. Por fim, reitera-se o fato de dois dos cinco indicadores não possuírem dados disponíveis para esta data de corte.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 5.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um Grau de Execução para cada Compromisso do Programa;

- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, este foi **45,45%** em 2016, **42,42%** em 2017 e **30,30%** em 2018, resultando na média de **39,39%**. Vale destacar que dois Compromissos do Programa não tiveram execução orçamentária nos três exercícios dp PPA-P, são eles:

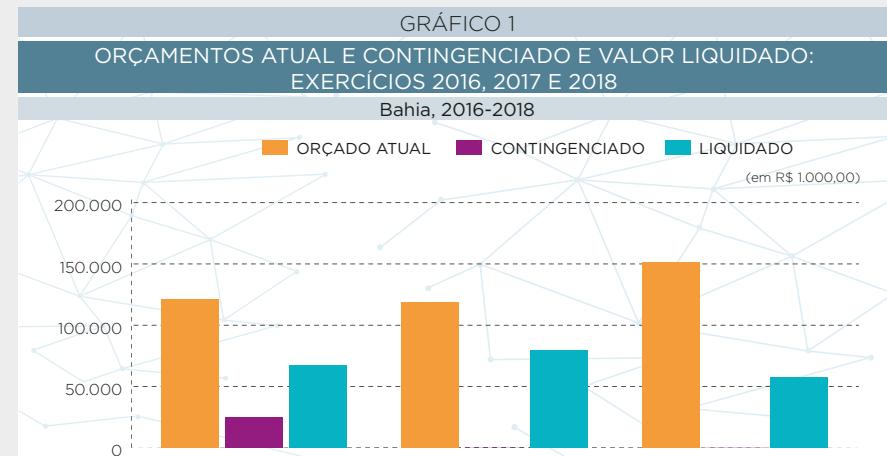
- C7 – Promover a aproximação entre a sociedade e a área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Ressaltando que houve disponibilidade de orçamento apenas no exercício 2018;
- C10 – Apoiar projetos de tecnologias sociais e ambientais que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais, por meio da disponibilização de crédito.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 69,65%;
- 2017: 66,64%; e
- 2018: 38,04% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 67,64% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que cada um abarca, em média, 32,82% e 34,81% do valor do Orçamento Atual, respectivamente:

- C1 – Apoiar o desenvolvimento de projetos, pesquisa e infraestrutura na área de ciência, tecnologia e inovação, para a consolidação e diversificação da economia baiana; e
- C2 – Promover a ampliação e o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação, através do apoio à formação e à capacitação de recursos humanos, de acordo com as necessidades do Estado.



Sob a perspectiva da **Média da Execução Orçamentário-Financeira**, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 37,60%, e 33,98%.

Por sua vez, Compromisso C10 – Apoiar projetos de tecnologia sociais e ambientais que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais, por meio da disponibilização de crédito, cuja participação representa uma média de 7,75% do Orçamento Atual do Programa para o período (2016-2018), tem uma execução orçamentário-financeira de 0%. Chama atenção o fato de que a Meta associada a esse Compromisso tenha Grau 4 em relação à sua eficácia. Isso se deve à natureza da Meta que visa a disponibilização de uma linha de financiamento, o que foi realizado, embora sem acesso. Deve-se ainda mencionar que esse Compromisso também guarda uma relação estrita com o C3 – Apoiar projetos de tecnologia sociais e ambientais que visem à inovação para a solução de problemas socioeconômicos e ambientais, diferenciando-se apenas pelo fato do apoio, no C10, se configurar por meio da disponibilização de crédito. É possível que um único Compromisso fosse suficiente para atender às ações planejadas pelo Programa nessa perspectiva.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com a maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil de fomento ao desenvolvimento de CT&I; de implantação de laboratórios, unidades de base tecnológicas e espaços de CT&I; realização de estudos e análises voltados ao desenvolvimento de CT&I; e de concessão de bolsas de pesquisa. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação e que compreendem 69,57% das Metas do Programa possuem Metas, em sua maioria, têm como característica a atuação em segmentos específicos dos setores econômicos e em processos de articulação, de fomento, de divulgação e de realização de eventos voltado para o desenvolvimento da base tecnológica do Estado. É possível que o primeiro grupo de Metas requeira maior disponibilidade de recursos que o segundo.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é regular (**39,39%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento é suavizado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado regular da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo. Por fim, deve-se ponderar que a execução orçamentário-financeira pode melhorar sensivelmente ao fechamento do exercício, o qual será contemplado pela segunda data de corte da Avaliação de Desempenho dos Programas, o que implicaria em uma melhor performance desse indicador.

2.3 Conclusão

Até o momento, o Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento apresenta um **Desempenho Regular** do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se que a Dimensão de Esforço, representada pelo desempenho orçamentário-financeiro, não logrou resultados satisfatórios que pudessem contribuir com mais força para a performance geral do Programa. Contudo, esse comportamento pode melhorar quando for observado o exercício 2018 de forma completa. Por sua vez, na Dimensão Resultado, a Evolução dos Indicadores teve um comportamento mediano, enquanto o componente Eficácia das Metas apresentou o melhor desempenho entre os demais, mas não o suficiente para alavancar desempenho geral do Programa.

Este desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas ao fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação e ao fomento e popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), merecendo destaque:

- o Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – Fapesb, concedendo 6.720 bolsas;
- o fomento a 309 projetos de CT&I;
- realização de duas Edições do Campus Party, em Salvador, dos Hackathons Desafios Bahia e da Semana Nacional de CT&I;
- atração de empresas e instituições para o Pasque Tecnológico da Bahia, contando com 23 empresas residentes e incubadas e 6 instituições, dentre elas: Centro de Integração de Dados e Conhecimento para Saúde (CIDACS) do Instituto Gonçalo Moniz, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); e o LabSolar – Laboratório de Certificação de Placas Fotovoltaicas;
- realização de 137 mil análises físico-químicas e bactereológicas de água de bacias hidrográficas e praias da Bahia;
- implantação de 20 Praças da Ciência, nos municípios: Andaraí, Aracatu, Araci, Barra do Rocha, Belo Campo, Catu, Cruz das Almas, Jitaúna, Juazeiro (com duas unidades), Lapão, Muquém do São Francisco, Nazaré, Oliveira dos Brejinhos, Queimadas, Salvador, Santo Estevão, Senhor do Bomfim, Uauá e Uruçuca.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



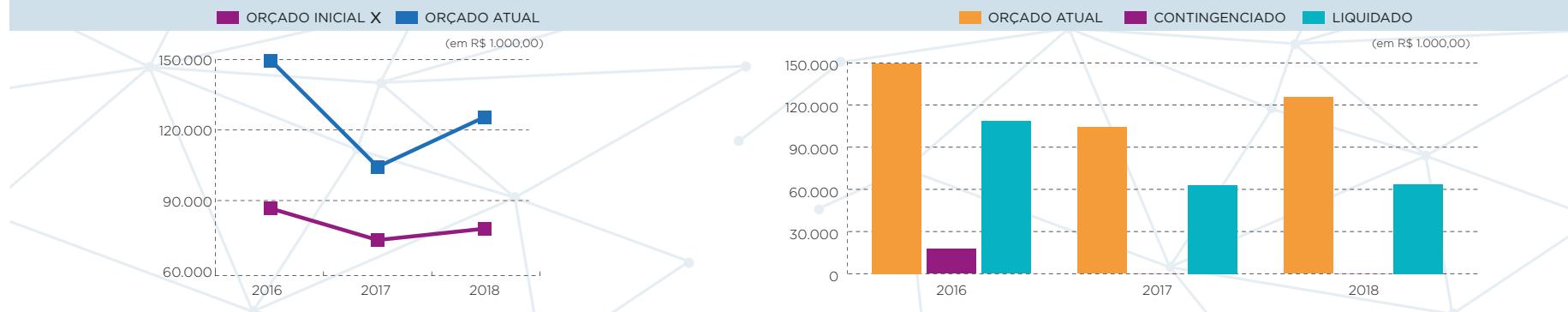
PROGRAMA 202
CULTURA E IDENTIDADES

PROGRAMA 202 – CULTURA E IDENTIDADES

Temas Estratégicos	Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Valorização da diversidade e direitos humanos; Valorização e preservação da cultura; Comunicação para o desenvolvimento; Gestão do Conhecimento; Valorização das identidades; Economia Criativa (geração de novos negócios, emprego e renda); Memória/Patrimônio Artístico Cultural (preservação e desenvolvimento da cultura material e imaterial); Infraestrutura e espaços culturais (ampliação e restauração de espaços) e Arranjos Institucionais.

ÓRGÃO(s)	INDICADORES	Componentes do Programa		
		COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SDE	0	0	4	6
SDR	0	0	1	1
SECULT	3	6	28	49
SERIN	0	0	1	2
SETRE	0	2	4	5
SETUR	0	0	1	3
TOTAL	3	8	39	66

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	86.622,75	149.587,49	17.691,00	108.621,10	107.253,31
2017	73.207,53	104.350,37	0,00	63.158,28	62.811,12
2018	78.032,60	125.466,84	0,00	63.490,20	62.873,51



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
66,67	84,31	47,62	69,92	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 202 - Cultura e Identidade, conforme o PPA-P vigente, possui 8 Compromissos, 39 Metas e 3 Indicadores, cuja execução envolve 6 Órgãos (Secretaria De Desenvolvimento Econômico - SDE, Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR, Secretaria de Cultura -SECULT, Secretaria de Relações Institucionais - SERIN, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE e Secretaria de Turismo - SETUR) e 18 Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos cinco temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente em oito Compromissos) e Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em cinco Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Cultura e Identidade apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **69,92%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **66,67%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **84,31%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **47,62%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de dois Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto um apresentou evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP2 – Índice de apoio às Culturas Populares e Identitárias; e
- IP3 – Proporção de municípios assistidos tecnicamente pela Secult;

Já o Indicador abaixo relacionado enquadra-se no desempenho negativo:

- IP1 – Índice da frequência de público em equipamentos culturais sob a responsabilidade do Estado.

Os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis informam que, para aqueles que apresentaram evolução positiva, houve ocorrência de novas formas de atuação e aporte de investimentos ou recursos financeiros e, para o que apresentou evolução negativa, ocorreram descontinuidades ou reduções de atividades ou entregas.

Com relação à sua representatividade, observa-se que todos os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP1, a sua evolução negativa não corresponde ao bom desempenho da maioria das Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados (C3 – Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural). Pois, das 12 Metas do Compromisso, 8 apresentam uma execução igual ou superior a 100%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4, e duas tem mais de 65% de execução (Grau de Eficácia 3). Além disso, 2 Metas estão na situação “Não se Aplica”. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, tanto elementos internos quanto externos ao Programa podem influenciar direta ou indiretamente esse Indicador. Assim, o Indicador em tela pode refletir efeitos indiretos de outros Programas ou Políticas de mesma natureza ou do seu campo de influência, a exemplo de Programas voltados para a educação ou turismo.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que existe Compromisso vinculado a mais de um Indicador e que todos os Indicadores são sensibilizados por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que apenas dois Compromissos não estão vinculados a Indicador, a saber:

- C11 – Qualificar o artesanato baiano para torná-lo mais competitivo, por meio do estímulo à produção de excelência e aos princípios da responsabilidade socioambiental; e
- C14 – Preservar a memória do artesanato baiano.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP1), que passou a ter viabilidade a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 3 Metas (7,69%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 8 Metas (20,51%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 23 Metas (58,97%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 11 (28,21% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 10 (25,64% do total de Metas), com execução superior a 100%;
- 5 Metas (12,82%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) novas formas e estratégias de atuação; ii) ocorrência de oportunidades e parcerias; iii) alteração na forma de apuração da meta; e iv) demandas não previstas. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas ao fato de ter havido prorrogação ou alteração no cronograma.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 21 Metas (53,85%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 8 Metas (20,51%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 10 Metas (25,64%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 7 (17,95% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 5 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e as 2 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 34 Metas relacionadas aos 6 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 30 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Cultura e Identidade. Destaca-se que o comportamento das Metas do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado, mas os Indicadores também exibem comportamento satisfatório.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 5.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um Grau de Execução para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **66,67%** em 2016, **42,86%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **47,62%**. Vale destacar que um Compromisso do Programa não teve execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, a saber: C14 – Preservar a memória do artesanato baiano. Resalte-se que ocorreu contingenciamento total no exercício 2016 e que houve disponibilidade de Orçamento apenas no exercício 2018.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 82,35%;
- 2017: 60,53%; e
- 2018: 50,60% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 99,38% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 45,62% do valor do Orçamento Atual:



- C10 – Ampliar o investimento em cultura consolidando e aperfeiçoando os mecanismos de financiamento com o objetivo de democratizar o acesso e contemplar diferentes expressões artístico-culturais;
- C4 – Promover o acesso aos bens e serviços artísticos e culturais, com vistas à sua universalização;
- C3 – Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural;

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 52,69%, 78,06% e 65,04%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de conservação, restauração, modernização e implantação de bens e espaços relacionados ao patrimônio cultural e ao acesso a bens e serviços artísticos e culturais. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com a preservação da memória do artesanato baiano, a qualificação do atendimento na área cultural, a qualificação do artesanato baiano para melhorar sua competitividade e a com a promoção do desenvolvimento territorial da cultura. O primeiro grupo de Metas tende a concentrar o maior volume de recurso por contemplar o núcleo das atividades desenvolvidas pelo Programa. O segundo grupo de Metas possui característica de complementariedade às realizações planejadas no primeiro grupo, atuando nos segmentos mais específicos do Programa.

Apesar do baixo resultado relativo alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa (**47,62%**), o seu impacto no IDP do Programa Cultura e Identidade é relativizado pelo comportamento positivo dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de tratar-se de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo.

É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Cultura e Identidade alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se o comportamento da Dimensão Resultado, com uma forte atuação do Indicador de Eficácia das Metas seguido do bom desempenho da Evolução dos Indicadores. Por outro lado, a Dimensão Esforço não apresenta boa performance. Esse

ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Este desempenho do Programa se materializa, primordialmente, em ações voltadas ao incentivo e valorização da diversidade cultural, à modernização de espaços culturais, ao apoio a eventos e projetos culturais, à diversificação e regionalização da produção cultural, destacando:

- Apoio a eventos voltados às áreas de arte e cultura, como:
 - Festa Literária Internacional de Cachoeira (Flica) e de Salvador (Flipelô);
 - Feira Literária de Mucugê (Fligê);
 - Projeto Concha Negra;
- recuperação do Complexo do Teatro Castro Alves;
- implantação de três Espaços de Leitura em unidades prisionais (dois na Penitenciária Lemos de Brito e um na Cadeia Pública de Salvador), resultante do Termo de Cessão de Uso entre a Fundação Pedro Calmon - FPC e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP;
- apoio a 270 Pontos de Cultura e funcionamento de 17 espaços culturais;
- conclusão dos Tombamentos Provisórios da Igreja Nossa Senhora do Monte – São Francisco do Conde; da Casa de Câmara e Cadeia – São Francisco do Conde; do Centro Histórico de São Francisco do Conde; da Igreja São Jorge de Ilhéus – Ilhéus; e dos Tombamentos Definitivos do Terreiro Asipá – Salvador; do Terreiro Mokambo.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 203 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

PROGRAMA 203 – DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Temas Estratégicos

Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Igualdade Racial e Identidades • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

Ementa

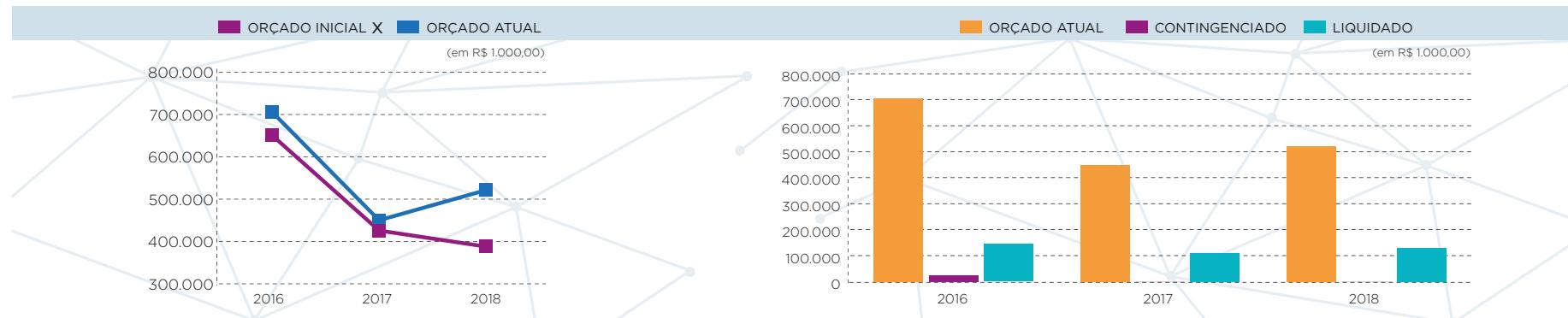
Atração de investimentos; Infraestrutura (logística de transportes, hídrica, comunicações e energética); Criação e fortalecimento de Cadeias e Arranjos Produtivos (Agropecuária; Pesca; Turismo; Indústria; Economia Criativa; Comércio; Serviços especializados; Mineração); Diversificação da matriz produtiva; Inovação Tecnológica; Educação Superior e para o Mundo do Trabalho; Financiamento produtivo; Cooperação técnica; Fortalecimento institucional; Inserção comercial (nacional e global).

Componentes do Programa

ÓRGÃO(S)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
GAB GOV	0	0	0	2
SAEB	1	0	1	1
SDE	3	6	26	44
SEAGRI	0	6	40	52
SECTI	0	1	2	3
SECULT	1	1	11	13
SEDUR	0	1	1	2
SEFAZ	1	3	3	3
SETUR	0	1	6	6
TOTAL	6	19	90	126

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	650.549,00	705.569,04	23.211,50	144.388,32	142.158,12
2017	425.797,44	450.061,14	0,00	109.246,36	109.108,28
2018	387.935,00	521.291,82	0,00	128.987,29	105.061,26



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
70,00	62,38	39,68	60,89	3	BOM

Descriptivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 203 – Desenvolvimento Produtivo, conforme o PPA-P vigente, possui 19 Compromissos, 90 Metas e 6 Indicadores, cuja execução envolve 9 Órgãos (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, Secretaria de Cultura – SECULT, Secretaria de Turismo – SETUR, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Administração – SAEB e Gabinete do Governador – GABGOV) e 23 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos nove temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam da Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual e Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional (ambos presentes em 16 Compromissos) e do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (presente em 11 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em 2 Compromissos e 3 Metas, dizendo respeito a:

- Requalificação de Equipamentos Turísticos e Implantação de Infraestrutura Náutica – PRODETUR.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Produtivo apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **60,89%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **70,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **62,38%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **39,68%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de três Indicadores no sentido da sua polaridade, dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e nula, enquanto que um indicador foi considerado como inexistente (“não válido” para a avaliação). São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP2 – Número médio de dias para abertura de empresas na JUCEB;
- IP3 – Participação percentual dos empreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte nas compras governamentais; e
- IP6 – Proporção de municípios conveniados com a Rede sim.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nessa ordem:

- IP1 – Índice de capacitação para o desenvolvimento das cadeias produtivas em Cultura; e
- IP5 – Proporção de áreas industriais implantadas.

A destacar o indicador considerado como inexistente em função da indisponibilidade de dados para a sua apuração até a data de corte e, portanto, “não válido” para a avaliação:

- IP4 – Percentual de execução orçamentária da linha de crédito do Programa.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar: i) a ocorrência de oportunidades; ii) novas formas de atuação e de facilidades de ordem legal e normativa que favoreceram a

realização de ações; e iii) entregas relacionadas às respectivas variáveis do indicador. Por outro lado, alterações na fórmula de cálculo de indicadores contribuíram evolução negativa.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP1, a sua evolução negativa não corresponde ao bom desempenho da maioria das Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C6 – Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento), visto que, das suas 11 Metas, 6 apresentam execução igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4. Por outro lado, 2 Metas apresentam execução inferior a 60% (Graus de Eficácia 1 e 2), cujo resultado pode ter influenciado o comportamento desses Indicadores. Da mesma forma, em relação ao IP5, a sua evolução nula não condiz com o desempenho da maior parte das Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C18 – Promover a Implantação de Infraestrutura Produtiva para os Segmentos Estratégicos Prioritários do Estado), qual seja: das seis Metas, quatro possuem execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4, enquanto que uma delas se enquadra nos Graus de Eficácia 1 e 2 (execução inferior a 60%). Cabe ressaltar que, em geral, os indicadores podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente aos respectivos Compromissos vinculados. Nesse sentido, outros elementos, internos e externos ao Programa Desenvolvimento Produtivo, podem influenciar indiretamente esses Indicadores.

Ainda em relação à representatividade, apesar de existir compromissos vinculados, individualmente, a dois Indicadores e Indicador sensibilizado por mais de um Compromisso, verifica-se que, dos 19 Compromissos, 14 não possuem qualquer vinculação com Indicadores, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de três novos Indicadores (IP1, IP3 e IP5), que passaram a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 26 Metas (28,89%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 9 Metas (10,00%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 35 Metas (38,89%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 23 (25,56% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 11 (12,22% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 20 Metas (22,22%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e, dentre estas, 10 podem ser definidas como Metas com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P. Isso implica que o registro da sua apuração será realizado apenas no momento da conclusão, o que inviabiliza o conhecimento sobre o que ocorre entre o inicio da execução da Meta e a sua finalização.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: (i) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do seu planejamento; e (ii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão predominantemente associadas a: (i) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros; e (ii) identificação de inadequações, inviabilidades e não continuidades de diversas ordens, que suscitaram estudos e reavaliações da Meta.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 30 Metas (33,33%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 15 Metas (16,67%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 45 Metas (50,00%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 34 (37,78% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 20 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 14 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 21 Metas relacionadas aos cinco Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 14 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores do Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia, em certa medida, a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Desenvolvimento Produtivo. Destaca-se que o comportamento dos Indicadores do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado, mas a Eficácia das Metas também exibe desempenho satisfatório.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um Grau de Execução para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);

- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **47,62%** em 2016, **40,48%** em 2017 e **30,95%** em 2018, resultando na média de **39,68%**. Vale destacar o fato de dois Compromissos (C9 – Fomentar a ampliação da biomassa energética a fim de viabilizar a produção de biocombustíveis, biogás, briquetes e pellets; e C27 – Qualificar as equipes técnicas para atendimento a agricultores, pecuaristas, pescadores e marisqueiras) não possuirem ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P. Além disso, cabe salientar que quatro Compromissos do Programa não tiveram execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P. São eles:

- C2 – Fortalecer os Segmentos Turísticos e a Cadeia Produtiva Associada nas Zonas Turísticas;
- C8 – Apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito;
- C26 – Melhorar a gestão do agronegócio com uso de tecnologia da informação e comunicação. Ressaltando que houve disponibilidade de orçamento apenas no exercício 2017; e
- C28 – Promover a divulgação de informações do agronegócio, garantindo à sociedade conhecimento e transparência das ações de governo. Ressaltando que houve disponibilidade de orçamento apenas no exercício 2016.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 21,16%;
- 2017: 24,27%; e
- 2018: 24,74% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 69,36% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 39,51% do valor do Orçamento Atual:



- C8 – Apoiar a agroindústria, o comércio e serviços, a indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito; e
- C13 – Apoiar a agroindústria, comércio e serviços, indústria e mineração e suas cadeias produtivas por meio da disponibilização de crédito e soluções financeiras.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 39,51% e 28,93%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento apresentam similaridade entre si, cujas Metas abrangem o perfil de disponibilização de linhas de financiamento, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com atividades de apoio técnico, elaboração de projetos e outras ações cuja execução requer menor volume de recursos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**39,68%**), cujo impacto no IDP do Programa Desenvolvimento Produtivo é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores – 70,00% e Eficácia das Metas do Programa – 62,38%). Por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada compromisso do Programa, fosse mais expressivo. Nesse sentido, os compromissos com menor participação no Orçamento Atual do Programa e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador.

É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo. Outro fator que pode exercer influência é a inexistência, no Fiplan, de registros orçamentários dos investimentos programados com recursos provenientes de empresas não dependentes.

2.3 Conclusão

O Programa Desenvolvimento Produtivo alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Contudo alguns pontos merecem atenção. O primeiro é o fato de que 22,22% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018). A forma de conceber algumas Metas pode ter contribuído para esse comportamento, impossibilitando a observação do que ocorre entre o início da execução destas Metas e a sua conclusão. O segundo refere-se à concentração

(69,36%) do Orçamento Atual em dois Compromissos, os quais apresentaram uma Média da Execução Orçamentário-Financeira baixa. No entanto, esse segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Esse desempenho do Programa se materializa, primordialmente, em ações voltadas à atração de investimentos em diversos setores, especialmente, de alimentos, papel, mineração e de energias renováveis; à diversificação e fortalecimento de cadeias produtivas; ampliação da competitividade; interiorização da produção; ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e assistência técnica para a indústria, comércio, serviços e mineração; e oferta de linhas de crédito, através do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico (Fundese), para empresas localizadas na Bahia, que atuam nos setores de comércio e serviços, agroindústria, indústria e mineração.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



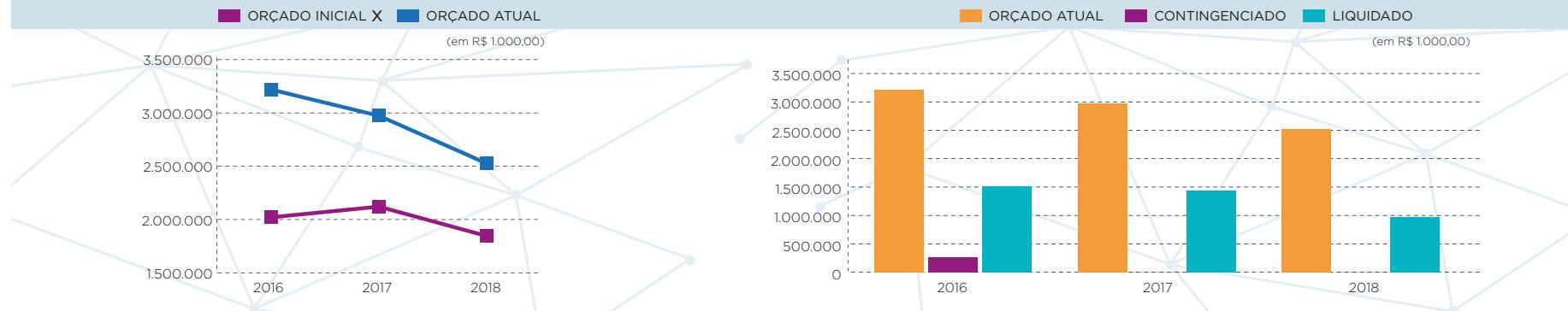
PROGRAMA 204
INFRAESTRUTURA PARA
O DESENVOLVIMENTO

PROGRAMA 204 – INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Temas Estratégicos	Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Logística de transportes (construção e recuperação de ferrovias, implantação de sistemas viários, construção e modernização de portos e aeroportos, implantação de plataformas logísticas, construção, pavimentação e recuperação de estradas e revitalização da Hidrovia do São Francisco); Telecomunicações (ampliação e melhoria da qualidade da rede de banda larga, TV digital); Energia (aumento da produção de energias renováveis: eólicas, solar, biomassa energética, ampliação e modernização da rede de transmissão de energia elétrica) e Urbanização (melhoria de acessos e pavimentação de estradas, subestações, rede e iluminação pública).

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SAEB	0	0	1	1
SDE	0	0	1	1
SECTI	2	1	2	5
SEDUR	1	2	9	12
SEINFRA	2	8	29	60
SETUR	0	0	8	11
TOTAL	5	11	50	90

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	2.020.951,27	3.218.127,40	267.151,92	1.516.021,60	1.514.677,48
2017	2.120.849,55	2.973.405,58	0,00	1.441.932,96	1.402.098,52
2018	1.846.053,50	2.527.782,92	0,00	969.011,64	962.486,41



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
100,00	58,77	40,91	71,69	3	BOM
Desritivo do Desempenho do Programa					

1 INTRODUÇÃO

O Programa 204 – Infraestrutura para o Desenvolvimento, conforme o PPA-P vigente, possui 11 Compromissos, 50 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 6 Órgãos (Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Turismo – SETUR e Secretaria da Administração – SAEB) e 13 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 5 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam do Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades e da Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável (ambos presentes nos 11 Compromissos).

Com relação às prioridades associadas ao Programa, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em três Compromissos e 14 Metas, dizendo respeito a:

- Prevenção aos Riscos Ambientais;
- Diversificação e Integração da Matriz de Transportes, com Ênfase nos Modais Rodoviário, Aeroportuário e Ferroviário;
- Diversificação da Matriz Energética, Priorizando as Fontes Renováveis;
- Bahia Mais Digital – Acesso a Banda Larga;
- Mobilidade Sustentável na Região Metropolitana de Salvador focada no Sistema Metroviário; e
- Implantação de Corredores Estruturantes

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **71,69%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **100%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **58,77%**; e

Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos compromissos do Programa – com **40,91%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de todos os cinco Indicadores no sentido da sua polaridade. São representativos dessa situação os Indicadores:

- IP1 – Desempenho operacional do sistema metroviário;
- IP2 – Índice de clientes consumindo gás natural;
- IP3 – Índice de pontos de acesso à banda larga;
- IP4 – Participação percentual da capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis na capacidade instalada total de geração de energia elétrica do estado; e
- IP5 – Velocidade média contratada de enlaces da Infovia Digital da Bahia.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, destaca-se o fato de que a ampliação de serviços e as entregas realizadas pelo Programa contribuíram com as respectivas variáveis que compõem tais Indicadores.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que existe um Indicador sensibilizado por mais de um Compromisso, assim como Compromissos vinculados, individualmente, a mais de um Indicador. Também merece ser observado o fato de que, dos 11 compromissos, seis (54,55%) não estão vinculados a indicador, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa. São eles:

- C3 – Promover a infraestrutura urbana e rural para o desenvolvimento sustentável no Estado;
- C5 – Diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais;
- C7 – Realizar ações integradas de segurança viária para reduzir acidentes de trânsito;

- C8 – Promover a utilização racional e eficiente de energia elétrica nos setores público e privado;
- C10 – Fortalecer a regulação e a fiscalização dos serviços públicos delegados a terceiros na área de transporte, garantindo a qualidade, a eficiência e a modalidade tarifária; e
- C11 – Acompanhar a política energética por meio dos principais indicadores de situação de evolução do sistema energético.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter validade a partir de 2018. São eles: IP1 e IP2.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 15 Metas (30,00%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 9 Metas (18,00 %) estão com execução igual ou superior a 60%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 14 Metas (28,00%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 7 (14,00% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 6 (12,00% do total de Metas), uma execução superior a 100%; e
- 12 Metas (24,00%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

O principal motivo apresentado pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, refere-se à ocorrência de demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão predominantemente associadas a: (i) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros; e (ii) Metas com execução em andamento, cuja conclusão está prevista para o final do exercício ou do PPA, o que não foi capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA, verifica-se a seguinte situação:

- 15 Metas (30,00%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 10 Metas (20,00%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%;
- 25 Metas (50,00%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 19 (38,00% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA e contemplam todas aquelas 12 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e sete com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas podem se encontrar em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA.

Considerando as 11 Metas relacionadas aos cinco Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, quatro apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia. Possivelmente, essas Metas exercem maior influência sobre

o comportamento dos Indicadores do Programa. Cabe mencionar que três Metas apresentam execução inferior a 60% (Graus 1 e 2) e cinco se enquadram na situação “Não se aplica” por não ter sido programada execução até o exercício em análise. Vale registrar que, em geral, indicadores podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, é possível que outros Compromissos do Programa, mesmo não possuindo associação direta com os Indicadores, possam ter influenciado o seu comportamento.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso de Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, nos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa**, considerando os três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018).

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **48,48%** em 2016, **50,00%** em 2017 e **24,24%** em 2018, resultando na média de **40,91%**. Cabe destacar que: (i) o Compromisso 12 – Expandir o mercado de gás natural com ênfase na interiorização, massificação e diversificação dos segmentos industrial, automotivo, comercial e residencial não apresentou execução orçamentária no período; e ii) o Compromisso 11 – Acompanhar a política energética por meio dos principais indicadores de situação de evolução do sistema energético também não apresentou execução orçamentária no período, embora tenha recursos contingenciados no exercício de 2016.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 51,37%;
- 2017: 48,49%; e
- 2018: 38,33% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

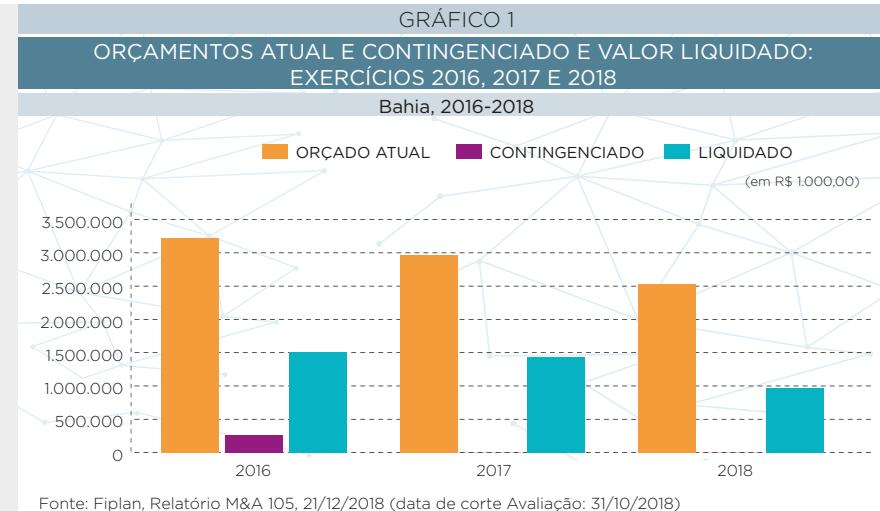
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 81,45% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são os elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 45,82% do valor do Orçamento Atual:

- C2 – Promover a mobilidade urbana e interurbana, contemplando transporte sobre trilhos, infraestrutura e equipamentos necessários visando a implantação do Sistema Estrutural de Transporte Público; e
- C5 – Diversificar a matriz de transportes do estado aumentando a integração entre os modais.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 53,80% e 45,86%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil de execução de obras de infraestrutura, dentre as quais: construção e reestruturação de vias de tráfego na Capital e cidades do entorno da Região Metropolitana de Salvador (RMS); expansão e recuperação da malha rodoviária; e implantação, ampliação e reforma da estrutura aeroportuária regional. Possivelmente, o porte dessas obras justifica o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação, predominantemente, com a realização de estudos, a implantação de projetos e o desenvolvimento de outras ações, o que, em geral, não requer maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**40,91%**). Entretanto, o seu impacto no IDP do Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de tratar-se de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa, fosse mais expressivo. Compromissos com menor participação no Orçamento Atual do Programa e com baixa execução orçamentário-financeira influenciam o resultado desse Indicador, inclusive considerando o fato de dois Compromissos não possuírem execução orçamentário-financeira no período.



É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se o comportamento da Dimensão Resultado, com uma forte atuação da Evolução dos Indicadores seguido do desempenho regular do Indicador de Eficácia das Metas. No entanto, a Dimensão Esforço, representada pela Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira, não apresenta boa performance. Chama atenção o fato de 24% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano de execução do PPA-P, implicando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Outro ponto refere-se à concentração do Orçamento Atual em três Compromissos. Por outro lado, é possível que o Programa tenha conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Esse desempenho do Programa Infraestrutura para o Desenvolvimento se materializa, primordialmente, em ações voltadas à:

- implantação do Sistema Metroviário Salvador-Lauro de Freitas (SMSL);
- melhoria da malha rodoviária, com construção de estradas e reestruturação de rodovias;
- execução de obras de infraestrutura viária (construção, restauração, pavimentação ou duplicação) – Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas; Anel Viário e rotatória de Candeias; Via Atlântica; Vias do Polo; Via do Cobre; Via Cascalheira;
- ampliação e reforma da estrutura aeroportuária regional – terminais aeroviários de Canavieiras, Itaberaba, Jequié e Prado;
- execução de obras de contenção de encostas em mais de 100 áreas de risco de Salvador e Região Metropolitana; e
- desenvolvimento da base de dados georreferenciada da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



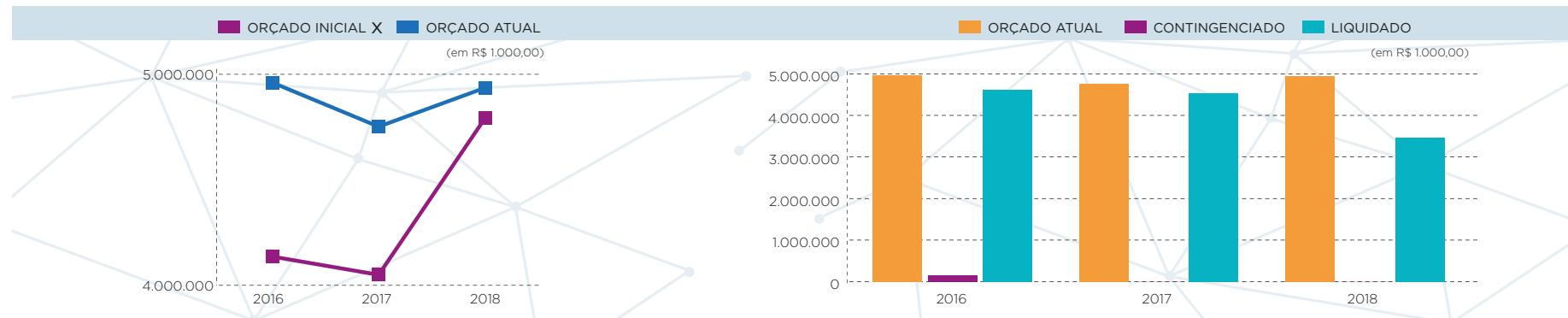
PROGRAMA 205 PACTO PELA VIDA

PROGRAMA 205 – PACTO PELA VIDA

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Drogas e violência; Cidadania e Direitos humanos; Grupos sociais vulneráveis; Qualificação dos serviços de segurança; Juventude; Inteligência policial; Espaço público e segurança comunitária; Mulheres, gênero e diversidade; Igualdade racial; Gestão de riscos; Comunicação; Proteção ao Patrimônio; Planejamento e regionalização de unidades de segurança.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
GAB GOV	0	1	1	1
SEAP	1	1	3	7
SEC	0	0	1	4
SECTI	0	0	0	2
SECULT	0	0	1	2
SEDUR	0	1	1	1
SEINFRA	0	0	0	1
SEMA	0	0	1	3
SEPROMI	0	0	0	3
SERIN	0	0	1	1
SETRE	0	0	3	5
SJDHDS	3	5	17	28
SPM	0	0	0	3
SSP	4	8	27	62
TOTAL	8	16	56	123

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	4.136.382,57	4.961.098,51	162.596,62	4.609.606,38	4.568.915,44
2017	4.049.771,60	4.751.973,21	0,00	4.544.528,20	4.499.191,85
2018	4.793.255,76	4.936.194,96	0,00	3.473.753,55	3.471.363,49



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
50,00	82,96	62,12	65,61	3	BOM

Descriptivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 205 – Pacto pela Vida, conforme o PPA-P vigente, possui 16 Compromissos, 56 Metas e 8 Indicadores, cuja execução envolve 14 Órgãos (Gabinete do Governador – GAB GOV, Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, Secretaria da Educação – SEC, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Cultura – SECULT, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e Secretaria da Segurança Pública – SSP) e 30 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 8 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Segurança Pública Cidadã (presente em todos os 16 Compromissos), Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (presente em 9 Compromissos) e Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em 7 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em dois Compromissos e cinco Metas, dizendo respeito a:

- Ampliação do Policiamento Comunitário Preventivo; e
- Melhoria da Infraestrutura Física do Sistema Penitenciário.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Pacto pela Vida apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **65,61%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores - com **50,00%** - e pela Eficácia das Metas do Programa - com **82,96%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa - com **62,12%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de quatro Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto quatro outros apresentam evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 – Índice do número de acolhimentos transitórios a pessoas que tem problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas (SPA) e estão em situação de vulnerabilidade social;
- IP4 – Índice do número de atendimentos a pessoas que estão em situação de rua e fazem uso de SPAs;
- IP7 – Índice do número de vagas no sistema penitenciário; e
- IP8 – Taxa de cobertura do Corpo de Bombeiros Militar.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo:

- IP2 – Índice do número de adolescentes atendidos pelo Sistema Socioeducativo em meio fechado;
- P3 – Índice do número de apreensões de armas de fogo;
- IP5 – Índice do número de Inquéritos Concluídos com Autoria; e
- IP6 – Índice do número de laudos emitidos.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis, em relação àqueles que apresentaram evolução positiva, merece destaque o aumento de demanda de serviço social para pessoas em situação de rua e que fazem uso de Substâncias Psicoativas (SPA), as entregas realizadas que se referem a construções e ampliações de unidades penitenciárias, o que resulta no aumento do número de vagas, e a otimização das estruturas e capacidades instaladas. Em relação àqueles que apresentaram evolução negativa, destaca-se o aumento dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, conduzindo-os a medida socioeducativa de internação.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa dos indicadores IP2, IP3, IP5 e IP6 não corresponde ao bom desempenho da maioria das Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados. Pois, das 29 Metas dos 7 Compromissos a eles vinculados, 18 apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4, e uma apresenta uma execução igual ou superior a 60% e inferior a 90% (Grau de Eficácia 3). Por outro lado, três Metas apresentam uma execução inferior a 60% (Graus de Eficácia 1 e 2), resultado que pode ter influenciado o desempenho desses Indicadores. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, tanto elementos internos quanto externos ao Programa Pacto Pela Vida podem influenciar indiretamente esses Indicadores. Assim, os Indicadores em tela podem refletir efeitos indiretos de outros Programas ou Políticas de mesma natureza ou do seu campo de influência, a exemplo de Programas voltados para a educação ou emprego. Os Compromissos associados aos respectivos Indicadores são:

- IP2: C7 – Garantir o cumprimento das medidas socioeducativas restritivas de liberdade e ações para reinserção de egressos;
- IP3: C21 – Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública;
- IP5: C10 – Ampliar o emprego de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); C15 – Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública; C17 – Ampliar a repressão qualificada ao crime organizado; C20 – Fortalecer a infraestrutura física do Sistema Estadual de Segurança Pública; e C21 – Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública; e
- IP6: C10 – Ampliar o emprego de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); C15 – Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública; C17 – Ampliar a repressão qualificada ao crime organizado; C18 – Fortalecer a gestão organizacional do Sistema Estadual de Segurança Pública; C20 – Fortalecer a infraestrutura física do Sistema Estadual de Segurança Pública e C21 – Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que tanto existem Compromissos vinculados, individualmente, a vários Indicadores, quanto Indicadores sensibilizados por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que sete Compromissos não estão vinculados a Indicador.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de três novos Indicadores (IP1, IP2 e IP4), que passaram a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 8 Metas (14,29%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 1 Meta (1,79%) está com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 36 Metas (64,29%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 22 (39,29% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 11 (19,64% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 11 Metas (19,64%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e, dentre estas, sete podem ser definidas como Metas com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P. Isso implica que o registro da sua apuração será realizado apenas no momento da conclusão, o que inviabiliza o conhecimento sobre o que ocorre entre o inicio da execução da Meta e a sua finalização.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento (USP) responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) aumento da demanda; ii) ocorrência de oportunidades e parcerias; e iii) novas formas de estratégias de atuação. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros ou materiais; e ii) impedimentos de ordem legal, normativa ou institucional.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 20 Metas (35,71%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 15 Metas (26,79%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 21 Metas (37,50%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 16 (28,57% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 11 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 6 com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas se encontram em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA

Considerando as 35 Metas relacionadas aos 9 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 24 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Pacto pela Vida. Destaca-se que o comportamento das Metas do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado, enquanto os Indicadores apresentaram comportamento mediano.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **69,70%** em 2016, **66,67%** em 2017 e **50,00%** em 2018, resultando na média de **62,12%**. Vale destacar que um Compromisso do Programa não teve execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, a saber: C17 – Ampliar a repressão qualificada ao crime organizado. Ressaltando que houve disponibilidade de orçamento nos exercícios de 2016 e 2018.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 96,06%;
- 2017: 95,63%; e
- 2018: 70,37% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

O Programa Pacto Pela Vida se destaca pela execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018). Essa performance se reflete no bom desempenho alcançado pelo Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

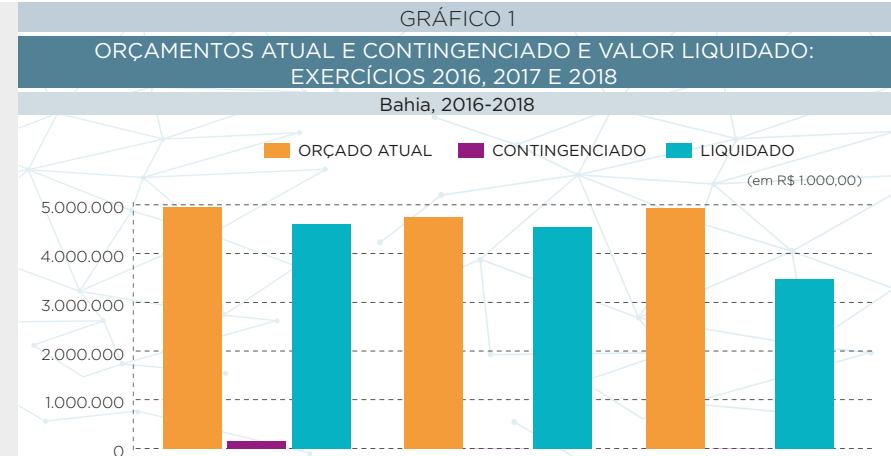
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 92,61% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 84,61% do valor do Orçamento Atual:

- C15 – Promover a formação, a capacitação, a valorização e a qualidade de vida dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública; e
- C21 – Fortalecer o funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 90,19% e 79,97%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de formação, capacitação e valorização dos servidores do Sistema Estadual de Segurança Pública, bem como relacionadas à aquisição de equipamentos e ao funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com a adequação da estrutura física do Sistema Penitenciário, a reinserção de egressos, a repressão qualificada contra o crime organizado, ações voltadas para integração com a comunidade, a garantia de direto aos segmentos mais vulneráveis e a gestão organizacional. O primeiro grupo de Metas tende a concentrar o maior volume de recurso por envolver o capital humano e o aparelhamento necessário ao funcionamento do Sistema Estadual de Segurança Pública.

A **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa atingiu um bom resultado (**62,12%**), reflexo da boa execução orçamentário-financeira no período de análise (2016-2018), mesmo com a execução do exercício 2018 sendo parcial. Por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP, mas esse resultado contribuiu para o IDP alcançar pelo Programa Pacto



pela Vida. Um dos fatores que pode ter contribuído para este nível de execução é o fato do Programa Pacto Pela Vida possuir volume significativo (92,49% - média do período) de recursos discricionários vinculados às suas despesas.

2.3 Conclusão

O Programa Pacto pela Vida alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Contudo alguns pontos merecem atenção. O primeiro é o fato de que 19,64% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018). O segundo refere-se ao fato de que 87,50% dos Compromissos, envolvendo 89,29% das Metas do Programa, possuírem baixa participação média no montante do Orçamento Atual (7,40%). No entanto, esse segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva e que as Metas em questão demandam um volume menor de Orçamento para atender à programação planejada.

Esse desempenho do Programa se materializa, primordialmente, em ações voltadas à prevenção social, à melhoria e ampliação da estrutura física do sistema penitenciário e de segurança e à ressocialização, destacando-se:

- Construção do Centro de Detenção Provisória em Brumado;
- requalificação de sete unidades prisionais: Presídio Salvador, Conjunto Penal de Teixeira de Freitas, Conjunto Penal de Jequié, Cadeia Pública de Salvador, Hospital de Custódia e Tratamento e Colônia Penal Lafayete Coutinho;
- aparelhamento das unidades de Bacia do Rio Grande e Metropolitano de Salvador;
- implantação da Base Comunitária de Narandiba (Salvador) e de Barreiras;
- realização de projetos sociais em Bases Comunitárias de Segurança – BCS da capital, Região Metropolitana de Salvador e interior da Bahia, com atividades de esportes, reforço escolar, música, xadrez, informática básica, teatro, atividades de arte, cultura e cidadania;
- realização de projetos sociais unificados e dispostos em três eixos estruturados (Esporte e Saúde; Arte, Cidadania e Cultura; e Sócio-educacional);
- realização de processo para capacitação de Policiais Militares através do Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária – CNPPC;
- realização do I Ciclo de Aperfeiçoamento das Visitas Comunitárias, capacitando 70 policiais integrantes de unidades operacionais (Bases Comunitárias de Segurança) da Capital e RMS;
- implantação de treze núcleos de formação musical, nos territórios Metropolitano de Salvador, Sudoeste Baiano, Costa do Descobrimento, Portal do Sertão e território médio Rio de Contas (Jequié);
- implantação de 82 núcleos de iniciação esportiva, lazer e inclusão social, nos municípios de Vitoria da Conquista, Camaçari, Salvador e Porto Seguro;
- implantação de novas unidades do Sistema Socioeducativo nos municípios de Itabuna e Feira de Santana;

- implantação do Sistema de Ocorrência Policial (SIGIP) em 173 unidades policiais;
- implantação de implantação de infraestrutura de TIC em unidades da rede física do Sistema Estadual de Segurança; e
- construção de 46 unidades policiais para atender a diversos serviços de segurança pública e seus respectivos órgãos, entre as quais destacam-se: o Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos - BEPE, o Batalhão de Operações Policiais Especiais - BOPE, a Base Avançada do Grupamento Aéreo da Polícia Militar - BAVAN, unidades do Corpo de Bombeiros Militar, além do Centro de Operações e Inteligência da Segurança Pública - COI e dos Distritos Integrados de Segurança Pública - DISEP.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 206 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

PROGRAMA 206 – DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

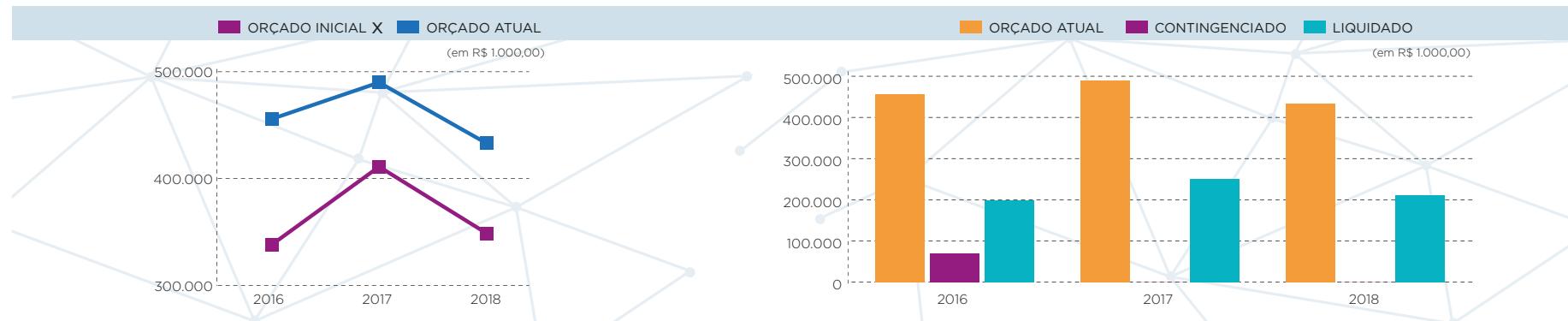
Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Saúde e Assistência Social • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Acesso e permanência a terra, regularização fundiária e apoio à reforma agrária; infraestrutura rural e segurança hídrica; desenvolvimento e disseminação de tecnologias e inovações contextualizadas; povos e comunidades tradicionais; agricultura familiar; segurança alimentar e nutricional; rede de assistência técnica e extensão rural; cadeias e arranjos produtivos agrícolas e não agrícolas; associativismo e cooperativismo; fomento à agroindústria, financiamento produtivo; apoio à gestão de empreendimentos.

Componentes do Programa

ÓRGÃO(s)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SAEB	1	0	1	1
SDE	0	0	2	2
SDR	2	8	31	63
SEAGRI	0	4	6	7
SECTI	0	1	1	1
SEINFRA	0	2	2	5
SEMA	0	0	3	3
SEPROMI	0	0	1	1
TOTAL	3	15	47	83

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	338.035,00	455.774,53	69.327,08	199.019,34	198.149,39
2017	411.094,23	489.954,55	0,00	250.503,75	249.803,36
2018	348.767,96	433.055,60	0,00	211.745,03	208.269,91



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
100,00	69,92	41,27	76,22	3	BOM

Descritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 206 – Desenvolvimento Rural Sustentável, conforme o PPA vigente, possui 15 Compromissos, 47 Metas e 3 Indicadores, cuja execução envolve 8 Órgãos (Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria do Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI) e 23 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 10 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (presente nos 15 Compromissos), seguido de Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho, Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável, Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade e Igualdade Racial e Identidades (todos presentes em 6 Compromissos) e Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual (presente em 5 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em 7 Compromissos e 5 Metas, dizendo respeito a:

- Acesso à Terra via Reforma Agrária e Regularização Fundiária aos Agricultores Familiares, aos Assentados e aos Povos e Comunidades Tradicionais; e
- Assistência Técnica e demais Instrumentos de Políticas Agropecuárias Adequadas ao Uso Social da Terra.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Rural Sustentável apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **76,22%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **100%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **69,92%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **41,27%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de um Indicador no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros foram considerados inexistentes e, portanto, classificados como “não válidos” para a avaliação, em função da indisponibilidade dos dados para o cálculo desses Indicadores até a data de corte. É representativo da primeira situação o Indicador:

- IP1 – Índice do número de agricultores familiares com acesso a ATER.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se como “não válidos”:

- IP2 – Número de famílias assentadas; e
- IP3 – Proporção das compras do PNAE Estadual de produtos oriundos da agricultura familiar.

Dentre os comentários sobre os Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, destaca-se a dificuldade de apurar o Indicador tempestivamente, pois os valores para o seu cálculo são disponibilizados após no exercício seguinte.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados. Assim, a evolução positiva do Indicador avaliado (IP1) captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito do Compromisso a ele vinculado, expressos pelo nível de execução das Metas.

Vale destacar o comportamento dos Compromissos associados aos Indicadores na situação “Não Válido”, ou seja, situação na qual os valores necessários para o cálculo do Indicador ainda não estão disponíveis e, consequentemente, sem a possibilidade de capturar o comportamento dos Componentes do Programa que os sensibilizam e, dessa forma, não são considerados para a avaliação. O IP2 está vinculado a um Compromisso (C14 – Promover o acesso à terra e o acompanhamento das ações para o desenvolvimento dos assentamentos de famílias de trabalhadores rurais), cujas Metas exibem o seguinte comportamento: duas com execução igual ou superior a 60% (Graus de Eficácia 3 e 4) e uma com 25% de execução (Grau de Eficácia 1). Por sua vez, o IP3 está vinculado a um Compromisso (C8 – Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais), com oito Metas vinculadas, das quais seis apresentam execução igual ou superior a 60% (Graus de Eficácia 3 e 4) e duas estão enquadradas no Grau de Eficácia 1.

Ainda sobre a representatividade, ressalte-se que a relação entre os Indicadores e os Compromissos a eles vinculados, diretamente, é de um para um, ou seja, não há Indicador sensibilizado por mais de um Compromisso e nem Compromisso associado diretamente a mais de um Indicador. Também merece ser observado o fato de que, dos 15 Compromissos, 12 não estão vinculados a Indicador, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

No que se refere ao Indicador de Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 10 Metas (21,28%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 10 Metas (21,28%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 21 Metas (44,68%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 9 (19,15% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 7 (14,89% do total de Metas) uma execução superior a 100%;
- 6 Metas (12,77%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: (i) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do seu planejamento; e ii) a otimização de formas e estratégias de atuação que favoreceram a execução acima do programado para o exercício. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, predominantemente, associadas à ocorrência de impeditivos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 18 Metas (38,30%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 10 Metas (21,28%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 19 Metas (40,43%) estão com execução inferior a 25%, observando que, destas, 8 se encontram com 0% de execução no ano III do PPA e contemplam todas aquelas 6 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 2 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 14 Metas relacionadas aos 3 Compromissos associados diretamente aos Indicadores do Programa, 11 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores do Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável. Compete destacar que o valor alcançado pela evolução dos Indicadores do Programa reflete o comportamento do único Indicador válido para a avaliação, influenciando de forma mais expressiva a Dimensão Resultado. Por sua vez, a Eficácia das Metas, que visa capturar o comportamento de todas as Metas do Programa, apresenta uma boa performance, cuja contribuição também é representativa para a dimensão em questão.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 5.1 – Metodologia de Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do Indicador de **Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **50,00%** em 2016, **40,48%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **41,27%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 51,50%;
- 2017: 51,13%; e
- 2018: 48,90% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

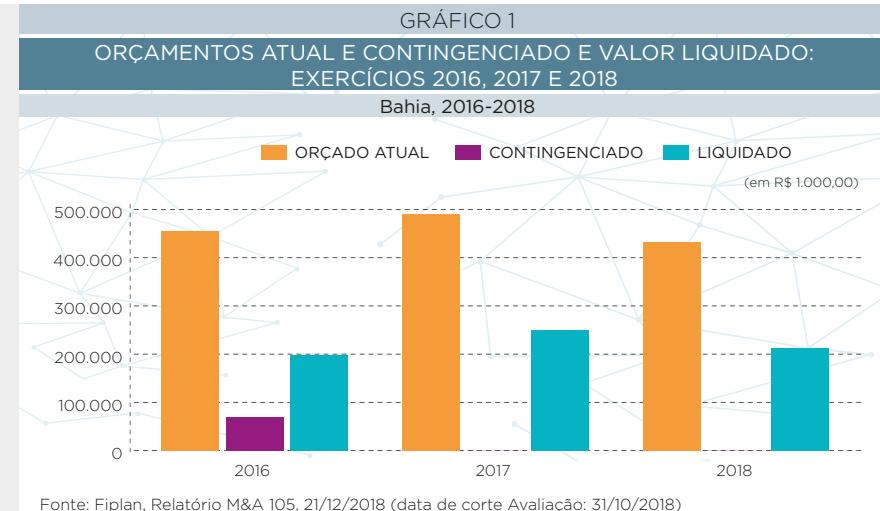
Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 74,83% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 29,09% do valor do Orçamento Atual:

- C8 – Fomentar a agroindustrialização, a comercialização, a gestão, a organização, o empreendedorismo, o cooperativismo da agricultura familiar e economia solidária, dos povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais;
- C9 – Disponibilizar serviço continuado de ater e atendimento integrado às políticas públicas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, jovens, negros e mulheres; e
- C10 – Fomentar os sistemas produtivos sustentáveis da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, jovens e mulheres, considerando as particularidades e potencialidades territoriais.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 25,64%, 26,71% e 19,39%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil de implantação de infraestrutura física, empreendimentos e logísticas produtivas, além de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação no montante do Orçamento Atual possuem Metas que guardam relação direta com atividades administrativas, de fiscalização e outras ações cuja execução pode requerer menor volume de recursos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**41,27%**), entretanto seu impacto no IDP do Programa Desenvolvimento Produtivo é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do



Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus compromissos, fosse mais expressivo. Nesse sentido, os compromissos com menor participação no Orçamento Atual do Programa e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador. É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Desenvolvimento Rural Sustentável alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se o comportamento da Dimensão Resultado, com uma forte atuação da Evolução dos Indicadores seguida do bom desempenho do Indicador de Eficácia das Metas. No entanto, a Dimensão Esforço, representada pela Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira, não apresenta boa performance. Isso pode ser reflexo do comportamento individual de cada Compromisso que influencia no resultado final da dimensão. Portanto, destaca-se que há 12 Compromissos com baixa participação média no Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira. Além disso, aqueles Compromissos com maior volume de Orçamento Atual, que poderiam contribuir fortemente para o indicador dessa dimensão, mantiveram uma execução regular. Por outro lado, é possível que o Programa tenha conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Esse desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e dos assentados da reforma agrária, à oferta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e à consolidação do meio rural como área estratégica, destacando iniciativas para:

- o fortalecimento da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais e dos assentados da reforma agrária;
- a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER);
- o fomento à gestão e organização dos produtores rurais;
- a reforma agrária e regularização fundiária;
- a inclusão produtiva;
- o acesso à terra e à água para a produção;
- a distribuição de mudas e sementes;
- a melhoria da pecuária em pequenas propriedades;

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

- a expansão de cadeias produtivas no meio rural, a exemplo da fruticultura, caprinocultura, bovinocultura de leite e do cacau;
- o fomento da produção, comercialização e melhoria da infraestrutura no campo;
- a segurança alimentar de rebanhos (caprino, ovino e bovino);
- a convivência produtiva com o Semiárido;
- a implantação de tecnologias sociais para acesso à agua;
- a mecanização da produção agrícola, por meio de distribuição de máquinas e equipamentos;
- a segurança alimentar dos agricultores familiares sujeitos à perda de safra (Garantia-Safra).

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 207

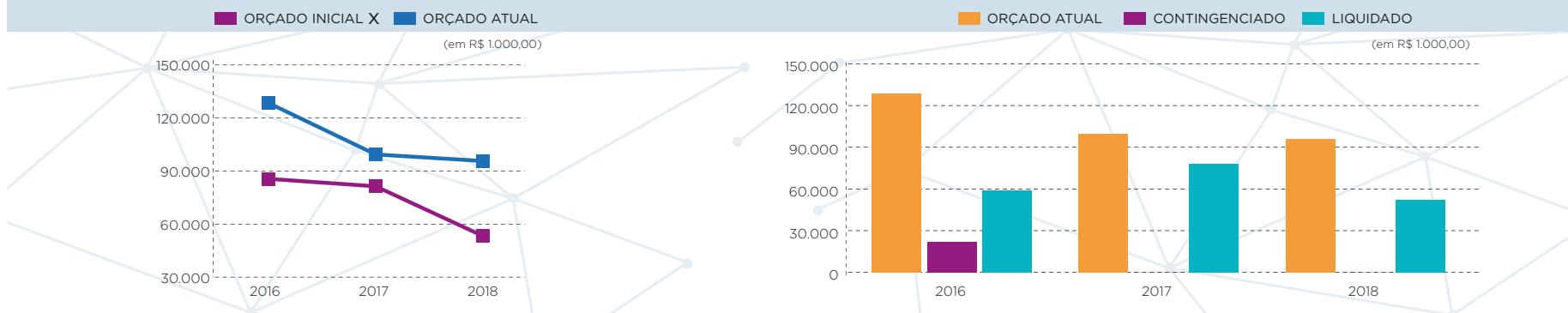
MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA 207 – MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Temas Estratégicos	Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Desenvolvimento Sustentável; Áreas protegidas; Manejo sustentável de bacias; Energias renováveis; Resíduos e reciclagem; Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE); Proteção dos recursos naturais; Serviços ambientais; ICMS Verde; Economia Verde e Empregos Verdes.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
CASA CIVIL	0	0	2	2
SDE	0	1	4	8
SEAGRI	2	1	4	6
SEMA	10	4	34	67
TOTAL	12	6	44	83

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	85.581,00	128.456,17	21.950,14	58.969,30	58.877,67
2017	81.358,00	99.388,54	0,00	78.300,92	77.804,21
2018	53.305,00	95.683,78	0,00	52.292,75	51.807,91



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa - EV_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa - Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa - Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa - IDP (%)	Grau	Situação
79,17	81,82	43,33	73,06	3	BOM

Descritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 207 – Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme o PPA vigente, possui seis Compromissos, 44 Metas e 12 Indicadores, cuja execução envolve quatro Órgãos (Secretaria do Meio Ambiente – SEMA; Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE e Casa Civil) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos cinco temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade (presente em seis Compromissos) e Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (presente em três Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **73,06%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **79,17%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **81,82%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **43,33%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de nove Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e um com evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 - Área total em restauração;
- IP2 - Nº de caranguejos distribuídos para repovoamento;
- IP4 - Passivo de Processos de Licenciamento Ambiental (exceto Atos Florestais, Atos Declaratórios e outorgas);
- IP5 - Proporção da implementação de instrumentos de gestão de Recursos Hídricos; e
- IP6 - Proporção de áreas de pequenos imóveis rurais cadastrados no Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR);
- IP7 - Proporção de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade - APCB com estratégia de conservação implementada;
- IP9 - Proporção de Lista de espécies ameaçadas e Planos de Ação concluídos;
- IP10 - Proporção de municípios acompanhados pelo Programa Gestão Ambiental Compartilhada - GAC; e
- IP12 - Proporção dos instrumentos de Planejamento e Ordenamento Territorial Ambiental implementados.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nessa ordem:

- IP3 - Passivo de Processos de Fiscalização Ambiental e IP11 - Proporção de Unidades de Conservação Estaduais com Planos de Manejo e Conselho Gestor ativo; e
- IP8 - Proporção de lagoas urbanas repovoadas com carpas prateadas na RMS.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores, apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis, merece destacar como condições favoráveis: (i) a ampliação de serviços e da capacidade instalada, no âmbito dos órgãos e unidades envolvidos; e (ii) a ocorrência de oportunidades de financiamentos externos. Por outro lado, impeditivos de ordem institucional, a exemplo de redução ou insuficiência de recursos orçamentários, financeiros ou humanos, contribuíram para a não evolução do indicador.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que, dos seis Compromissos, quatro estão vinculados, individualmente, a vários Indicadores, enquanto que apenas um dos Indicadores é sensibilizado por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que um Compromisso do Programa não está vinculado a Indicador, a saber:

- C7 - Promover o uso sustentável dos resíduos oriundos das principais cadeias produtivas.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter validade a partir de 2018. São eles: IP2 e IP8.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 6 Metas (13,64%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 1 Meta (2,27%) está com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 26 Metas (59,09%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 13 (29,55% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 11 (25,00% do total de Metas), uma execução superior a 100%; e
- 11 Metas (25,00%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização dos recursos orçamentários, financeiros e da produtividade técnica; ii) a ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação não vislumbradas ou praticadas; e iii) a realização de investimentos na infraestrutura física e capacidade instalada. Por outro lado, o impeditivo de ordem normativa ou institucional e a insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros contribuíram para a execução abaixo de 60%.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA, verifica-se a seguinte situação:

- 21 Metas (47,73% do total de Metas) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 5 Metas (11,36% do total de Metas), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 15 (34,09% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 11 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 4 com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas podem se encontrar em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA.

Considerando as 40 Metas relacionadas aos 5 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 27 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso de Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos graus de **Execução Orçamentário-Financeira** dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa**, considerando os três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018).

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **46,67%** em 2016, **55,56%** em 2017 e **27,78%** em 2018, resultando na média de **43,33%**. Vale destacar o fato de um Compromisso (C7 - Promover o uso sustentável dos resíduos oriundos das principais cadeias produtivas) não possuir execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, embora tenha havido previsão de recurso orçamentário para sua execução.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 55,37%;
- 2017: 78,78%; e
- 2018: 54,65% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por **96,42%** do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir:



- C2 – Promover a restauração das áreas prioritárias e estratégicas para conservação e uso da biodiversidade e dos recursos hídricos – com 24,59%;
- C3 – Fortalecer os sistemas estaduais de meio ambiente e recursos hídricos – com 27,94%; e
- C4 – Aprimorar a qualidade e o controle ambiental – com 43,89% .

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 81,73%, 50,45% e 61,22%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem 61,36% do total de Metas. Além disso, tais Metas têm como característica a implantação de planos, programas e projetos, a operacionalização de fiscalizações e regularizações ambiental, a requalificação e funcionamento de estruturas físicas e unidades. Esses dois elementos possivelmente motivam o maior aporte de recursos direcionados e esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com a realização de estudos, apoios, campanhas de sensibilização e demais ações, cuja execução, em geral, não requer maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**43,33%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Gestão Meio Ambiente e Sustentabilidade é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais vigoroso. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado relativamente baixo da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

2.3 Conclusão

O Programa Meio Ambiente e Sustentabilidade alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Contudo, dois pontos merecem atenção. O primeiro é o fato de que 25% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P. A forma de conceber algumas Metas pode ter contribuído para esse comportamento, impossibilitando a observação do que ocorre entre o início da execução destas Metas e a sua conclusão. O segundo refere-se ao fato de metade dos Compromissos, envolvendo 38,64% das Metas do Programa, possuir participação média inexpressiva no montante do Orçamento Atual (3,60%). No entanto, este segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Por fim, cabe salientar que o **Bom Desempenho** se materializa, primordialmente, em ações de governo voltadas à:

- Regularização ambiental de 189 mil cadastros de imóveis rurais da agricultura familiar, com até quatro módulos fiscais, beneficiando todos os municípios baianos;
- regularização ambiental de, aproximadamente, 9,7 mil processos de atividades e empreendimentos impactantes;
- realização de, aproximadamente, 1,3 mil fiscalizações ambientais;
- operação de cinco redes de monitoramento (climatológica, de qualidade de rios e reservatórios, de balneabilidade das praias, hidrometeorológica e hidrogeológica);
- reconhecimento de cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN, visando promover a conservação da diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos e o manejo de recursos naturais, dos Territórios Litoral Sul e Baixo Sul, beneficiando os municípios de Maraú, Ituberá, Piraí do Norte e Jaguaripe; e
- implementação da ação de gestão de fauna no Estado, através do cadastramento da primeira área de soltura no município de Campo Formoso, que irá compor o mapeamento de áreas para soltura de animais silvestres.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



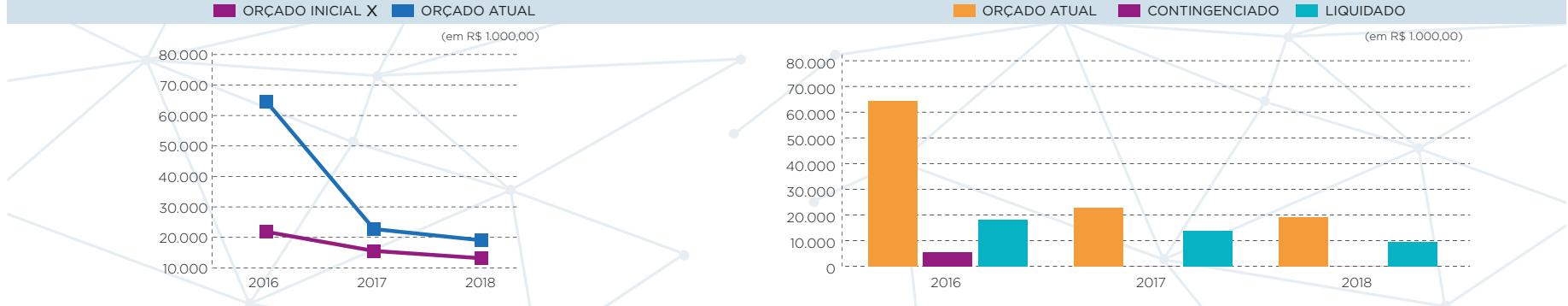
PROGRAMA 208 BAHIA TRABALHO DECENTE

PROGRAMA 208 – BAHIA TRABALHO DECENTE

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Geração de trabalho e renda; Segurança e saúde do trabalhador; Combate à discriminação no trabalho; Qualificação profissional; Economia Solidária, cooperativismo e associativismo; Erradicação de formas degradantes de trabalho; Empreendedorismo de negros e mulheres; Fomento a setores Trabalho-intensivos e a micro, pequenos e médio empreendedores; Apoio ao trabalho protegido de adolescentes e ao trabalho de jovens.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa				INICIATIVAS
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS		
SEAGRI	3	3	19		24
TOTAL	3	3	19		24

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	21.805,00	64.434,54	5.500,00	18.037,73	17.792,65
2017	15.558,00	22.736,15	0,00	13.898,68	13.877,96
2018	13.152,00	19.054,81	0,00	9.386,02	9.256,46



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
33,33	81,48	38,89	53,70	2	REGULAR

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 208 – Bahia Trabalho Decente, conforme o PPA-P vigente, possui 3 Compromissos, 19 Metas e 3 Indicadores, cuja execução envolve um Órgão (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE) e uma Unidade Setorial de Planejamento – USP responsável por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos quatro temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho (presente nos 3 Compromissos), Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte e Geração, Cidadania e Direitos Humanos (ambos presentes em dois Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DE PROGRAMA

O Programa Bahia Trabalho Decente apresentou um **Desempenho Regular** no Ano III de execução do PPA, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **53,70%**, o que corresponde ao Grau 2. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **33,33%** e pela Eficácia das Metas do Programa – com **81,48%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **38,89%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de um Indicador no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentaram evolução contrária à sua polaridade. É representativo da primeira situação o Indicador:

- IP3 – Proporção de municípios com unidades de serviço do SINEBAHIA implantada.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP1 – Número de participações de pessoas em eventos de disseminação da Agenda do Trabalho Decente; e
- IP2 – Participação percentual das colocações realizadas pelo SineBahia nas admissões do Caged.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva do Indicador apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destaque a realização de entregas, no âmbito dos Compromissos, que favoreceram às variáveis que compõem o Indicador. Com relação à evolução negativa dos Indicadores, destaca-se a ocorrência de retrações no mercado de trabalho e a utilização de uma projeção como valor de referência, o que pode ter levado a uma superestimação do seu valor.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP1 e IP2, as respectivas evoluções negativas não correspondem ao desempenho do conjunto de Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados (C7 – Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional e C8 – Promover o trabalho decente na geração de mais e melhores empregos, com respeito à adversidade e igualdade de oportunidades, fortalecendo o diálogo social, garantindo condições de liberdade, saúde, segurança, dignidade humana e proteção social de acordo com as diretrizes da Agenda Bahia do Trabalho Decente), pois das 18 Metas dos Compromissos, 15 apresentam execução superior a 60%, enquadrando-as nos Graus de Eficácia 3 e 4. Por outro lado, três Metas apresentam uma execução inferior a 60% (Graus de Eficácia 1 e 2), resultado que pode ter influenciado o desempenho desses Indicadores. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, tanto elementos internos quanto externos ao Programa podem influenciar indiretamente esses Indicadores.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que existem Compromissos vinculados, individualmente, a mais de um Indicador, entretanto os Indicadores são sensibilizados apenas por um Compromisso. Também merece ser observado o fato de que apenas um Compromisso não está vinculado a Indicador, embora possa contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa, a saber:

- C2 – Promover ações de qualificação para empreendedores individuais e de micro e pequenos negócios.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP1), que passou a ter viabilidade a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 3 Metas (15,79%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 3 Metas (15,79%) apresentam execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 12 Metas exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 3 (15,79% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 4 (21,05% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 1 Meta (5,26%) está enquadrada na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do seu planejamento; e ii) otimização de formas e estratégias de atuação. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas ao fato de que tais Metas foram prorrogadas ou se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não foi capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA, verifica-se a seguinte situação:

- 7 Metas (36,84%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 5 Metas (26,32%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 7 Metas (36,84%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 2 se encontram com 0% de execução no ano III do PPA e contemplam a única Meta enquadrada na situação “Não se Aplica” e outra com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 18 Metas relacionadas aos dois Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 12 apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau 4 em relação à sua Eficácia, influenciando positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Bahia Trabalho Decente.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

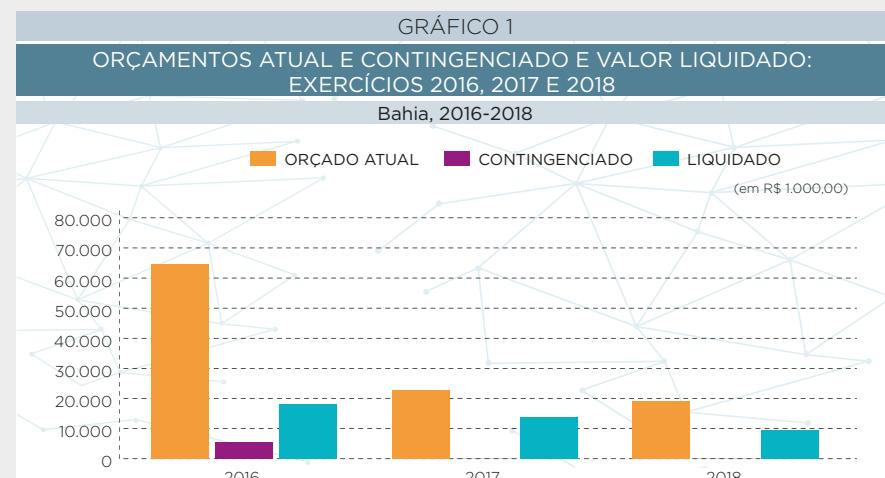
Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, este foi **50,00%** em 2016, **33,33%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **38,89%**. Vale destacar o fato do Compromisso 2 – Promover ações de qualificação para empreendedores individuais e de micro e pequenos negócios não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 30,61%;
- 2017: 61,13%; e
- 2018: 49,26% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que um Compromisso concentra o maior volume de recursos, sendo responsável por 97,39% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esse Compromisso apresenta o valor de 47,56%. Esse Compromisso está elencado a seguir:

- C7 – Fortalecer ações de emprego, trabalho e renda ampliando a rede de serviços e promovendo ações de qualificação social e profissional.



É possível verificar que o Compromisso relacionado com maior participação no montante do Orçamento Atual abrange Metas com perfil de operacionalização das ações de qualificação e intermediação profissionais, além de funcionamento de unidades e serviços de atendimento ao trabalhador, o que possivelmente justifica o maior aporte de recursos a ele direcionados. Além disso, é nesse Compromisso que se encontra a maior parte das Metas (68,42%) do Programa. Por sua vez, o Compromisso com menor participação possui Metas que guardam relação direta com ações institucionais voltadas à Agenda Bahia do Trabalho Decente, cuja execução requer menor volume de recursos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**38,89%**) e, mesmo se tratando do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP, seu efeito no IDP do Programa Bahia Trabalho Decente é acentuado. Isso porque também houve uma baixa performance em um dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores – 33,33%). No entanto, sua contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus compromissos, fosse mais expressivo. Isso pode ser verificado pelo desempenho regular na média da execução orçamentário-financeira dos Compromissos, tanto aquele com maior volume de Orçamento Atual quanto aquele com pouco representatividade orçamentária.

2.3 Conclusão

O Programa Bahia Trabalho Decente alcançou um **Desempenho Regular**, apresentando resultados pouco satisfatórios. Contribuíram para esse resultado os baixos valores alcançados pela Evolução dos Indicadores, um dos componentes da Dimensão Resultado, e pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, que configura a Dimensão Esforço. Por outro lado, a Eficácia das Metas, que também compõe a Dimensão Resultado, obteve uma boa performance. Isso pode indicar que, mesmo com os outros componentes do Programa apresentando resultados pouco satisfatórios, as entregas do Programa, por meio das suas Metas, tenham alcançado bons níveis.

Esse desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas à geração de emprego e renda, à intermediação de trabalho e à qualificação de mão de obra, destacando:

- Implantação do programa de intermediação de mão de obra autônoma – Contrate.Ba – disponibilizando site e aplicativo;
- oferta de cursos gratuitos de aperfeiçoamento profissional, por meio do programa Qualifica Bahia;
- oferta do Serviço de Intermediação para o Trabalho – SineBahia, em 90 unidades da rede, para trabalhadores do mercado de trabalho;
- intermediação de serviços de profissionais autônomos, nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Jequié, Vitória da Conquista e Juazeiro;
- captação de vagas de emprego para intermediação de trabalhadores inscritos no SineBahia; e
- inauguração de cinco unidades do SineBahia: Gentio do Ouro e Simões Filho II, Cocos, Amélia Rodrigues e Jeremoabo.



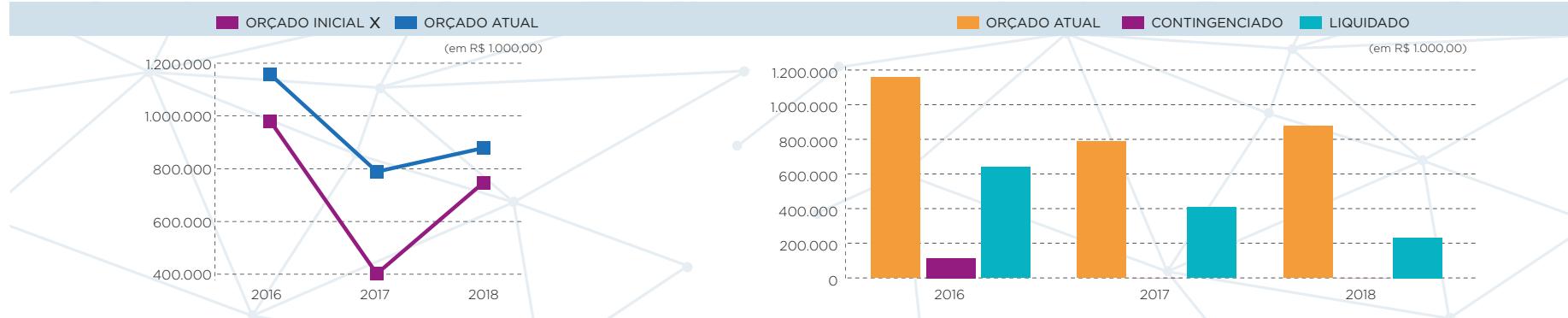
PROGRAMA 209 DESENVOLVIMENTO URBANO

PROGRAMA 209 – DESENVOLVIMENTO URBANO

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica • Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido
Ementa	Melhoria da qualidade de vida urbana; Infraestrutura urbana; habitação; saneamento; mobilidade e acessibilidade; comunicação; serviços especiais; segurança pública; comunicação e proteção ao meio ambiente; turismo; fortalecimento da rede de cidades.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SAEB	1	1	6	6
SEDUR	5	12	37	91
SEFAZ	0	1	1	1
TOTAL	6	14	44	98

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	980.500,08	1.157.679,57	113.900,00	640.127,59	640.055,91
2017	401.895,00	788.921,67	0,00	409.055,46	408.118,67
2018	747.045,00	878.431,82	0,00	232.100,82	225.946,09



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
83,33	67,62	54,14	71,21	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 209 – Desenvolvimento Urbano, conforme o PPA-P vigente, possui 14 Compromissos, 44 Metas e 6 Indicadores, cuja execução envolve 3 Órgãos (Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria da Administração – SAEB) e 12 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 7 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades (presente nos 14 Compromissos), a Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (ambos presentes em 6 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em quatro Compromissos e cinco Metas, dizendo respeito a:

- Habitação de Interesse Social; e
- Revitalização do Centro Antigo.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Desenvolvimento Urbano apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **71,21%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **83,33%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **67,62%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **54,14%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de quatro Indicadores no sentido da sua polaridade e dois outros com evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 - Número de Conselhos Municipais das Cidades;
- IP4 - Percentual de execução do Plano de requalificação urbana do Centro Antigo de Salvador;
- IP5 – Proporção de autuações em abordagens a veículos realizadas pelo Governo do Estado; e
- IP6 - Títulos de regularização fundiária emitidos para imóveis urbanos.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho nulo:

- IP2 – Número de equipamentos de infraestrutura implantados; e
- IP3 – Percentual de áreas do frontispício revitalizadas.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destaque o fato de que situações normativas e institucionais favoráveis, bem como a ocorrência de oportunidades e novas formas de atuação contribuíram para a realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores. Por outro lado, a insuficiência ou indisponibilidade de recursos, sejam orçamentários, financeiros ou organizacionais não favoreceram as ações e entregas necessárias para a evolução negativa do Indicador no sentido da sua polaridade.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. Vale destacar que o desempenho nulo do indicador IP2 não corresponde ao desempenho das respectivas Metas do Compromisso ao qual está vinculado, visto que, das três Metas a ele associadas, duas apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4. O Compromisso, associado ao respectivo Indicador, é:

C12 – Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico.

Ainda em relação à representatividade, todos os Indicadores do Programa são sensibilizados por, pelo menos, um Compromisso, sendo que três Indicadores (IP2, IP3 e IP4) são sensibilizados diretamente por um mesmo Compromisso (C12 – Implementar o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador em suas dimensões urbano-ambiental, habitacional, social, cultural, turístico e econômico). Também merece ser observado o fato de que, dos 14 Compromissos do Programa, 10 (67,56%) não possuem vínculo direto a nenhum dos Indicadores, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter vigência a partir de 2018. São eles: IP1 e IP5.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 10 Metas (22,73% do total de Metas) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 7 Metas (15,91% do total de Metas) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais nove (20,45% do total de Metas) têm execução igual a 100% e seis (13,64% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 9 Metas (20,45% do total de Metas) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018). Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) oportunidades, parcerias ou formas de atuação não vislumbradas no momento do seu planejamento; ii) a ocorrência de demandas não previstas inicialmente; e iii) a existência de apurações acumuladas de exercícios anteriores. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas à insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros e ao fato de que tais Metas se encontrarem em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que ainda não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 15 Metas (34,09% do total de Metas) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 11 Metas (25,00% do total de Metas), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 18 Metas (40,91% do total de Metas) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 13 (29,54% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 9 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 4 com Grau de Eficácia 1. Vale registrar que algumas dessas Metas podem se encontrar em processo de execução, com conclusão prevista para o final do PPA.

Considerando as 19 Metas relacionadas aos 4 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 10 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicado-

res de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Desenvolvimento Urbano. Observa-se, por um lado, que o comportamento dos Indicadores do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado; por outro, apesar de 67,56% dos Compromissos não sensibilizarem diretamente nenhum Indicador do Programa, o seu resultado sobre o IDP é capturado pela Eficácia das Metas, observando que envolvem 56% das Metas.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia de Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **74,07%** em 2016, **58,33%** em 2017 e **30,00%** em 2018, resultando na média de **54,14%**. Vale destacar que, dos 14 Compromissos do Programa, 3 não tiveram execução orçamentária nos três exercícios do PPA. São eles:

- C3 – Implementar ações de planejamento e de integração da gestão pública das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do Estado;
- C6 – Promover a implantação do Sistema Estadual de Mobilidade Urbana, por meio da instituição de políticas e planos de mobilidade urbana sustentável; e
- C10 – Apoiar o desenvolvimento urbano dos municípios baianos por meio da disponibilização de crédito

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual para os três exercícios e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 61,33%;
- 2017: 51,85%; e
- 2018: 26,42% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

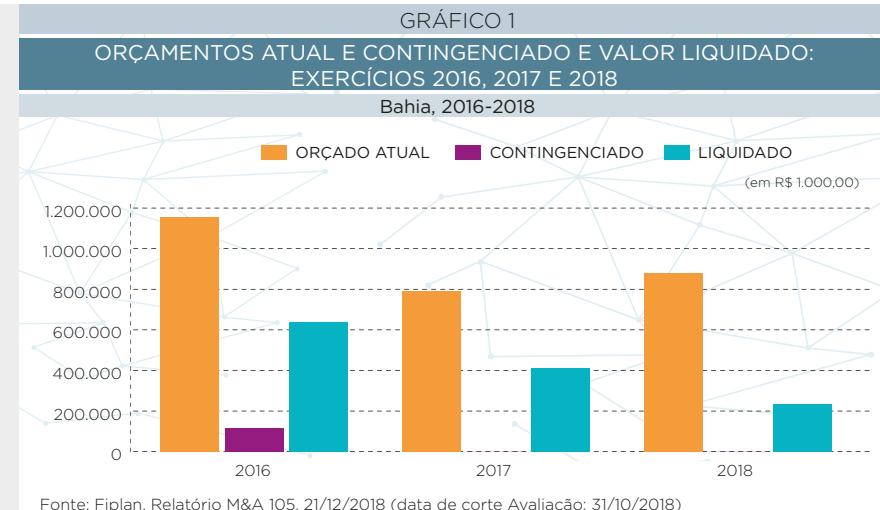
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 70,00% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 52,56% do valor do Orçamento Atual:

- C5 – Promover a mobilidade e acessibilidade por meio de implantação de infraestrutura e equipamentos necessários em áreas urbanas e rurais, valorizando o meio de transporte coletivo e não motorizado; e
- C7 – Promover o acesso à moradia digna nas áreas urbanas e rurais, visando a redução da inadequação habitacional, priorizando os segmentos populacionais e regiões de maior vulnerabilidade.

Sob a perspectiva da **Média da Execução Orçamentário-Financeira**, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 49,24% e 24,35%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com a maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil de implantação de infraestrutura urbana, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação, compreendendo 56,8% das Metas do Programa, possuem Metas cuja relação é, predominantemente, com a realização de apoios, projetos e outras ações que, em geral, não requerem maior volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é regular (**54,14%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Desenvolvimento Urbano é amenizado pela performance positiva dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira, inclusive considerando o fato de três Compromissos não possuirem execução orçamentário-financeira no período, contribuem para o resultado desse Indicador.



É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Desenvolvimento Urbano alcançou um **Bom Desempenho**, apresentando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Apesar disso, dois aspectos merecem atenção e que sinalizam a necessidade de um acompanhamento das ações a elas relacionadas, com perspectiva de alcançar os resultados esperados: o primeiro diz respeito a 22,73% das Metas apresentarem uma execução inferior a 60% do que foi planejado para o exercício de 2018; o segundo refere-se ao fato de que 20,45% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e todas elas sem execução nos três exercícios do PPA (2016, 2017 e 2018).

Este desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas à realização de obras de habitação e de urbanização integrada; implantação de obras de infraestrutura viária em centros urbanos, valorizando o meio de transporte coletivo; implantação de obras de requalificação urbana, destacando:

- implantação de passarelas e infraestrutura de acesso às estações de Metrô;
- duplicação e alargamento de Avenidas, no município de Salvador;
- implantação de ciclovia contígua à Linha 2 do Sistema Metroviário Salvador/Lauro de Freitas - SMSLF, ao longo da Avenida Luís Viana Filho (Paralela);
- execução de obras de infraestrutura para implantação do Corredor Alimentador de Transporte I (Lobato-Pirajá-Gal Costa-Linha Azul);
- construção de novas unidades habitacionais e unidade sanitárias na localidade de Lagoa Grande/Coceição de Feira (Feira de Santana);
- construção de unidades habitacionais, nos municípios de Camaçari, Salvador e Simões Filho;
- realização de obras de pavimentação, infraestrutura, sinalização e vias de ligação, na localidade de Águas Claras, de obras complementares de urbanização, na localidade de São Bartolomeu, obra de urbanização da pista de borda de São João do Cabrito/Orla Azul e a obra de urbanização, produção habitacional e infraestrutura em Mangueira III (todas em Salvador); e
- implementação do Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Salvador, com realização de obras de infraestrutura, pavimentação e requalificação.



PROGRAMA 210 TURISMO

PROGRAMA 210 – TURISMO

Temas Estratégicos

Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Mulheres, Gênero e Diversidade • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

Ementa

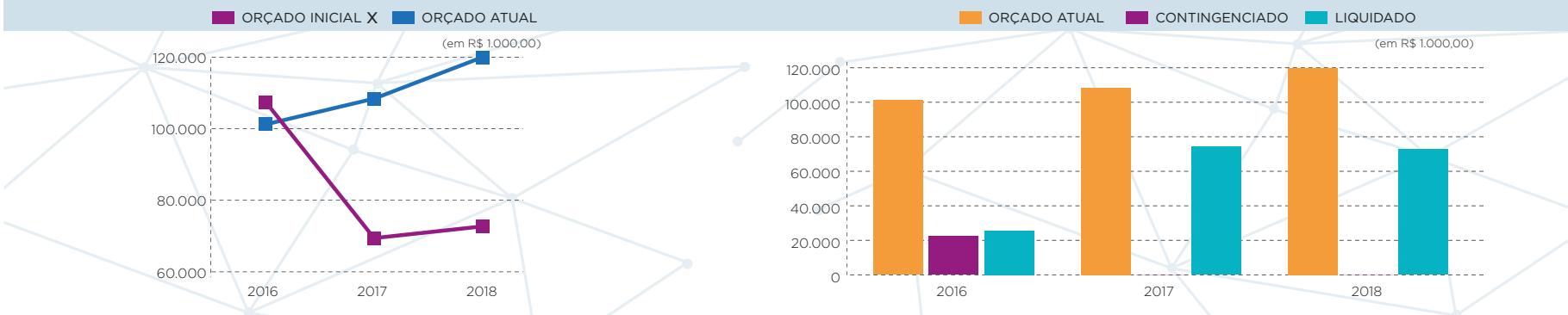
Turismo; Turismo sustentável; Qualificação no setor de turismo; Segurança.

Componentes do Programa

ÓRGÃO(s)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SEDUR	1	1	1	2
SETUR	4	4	19	22
TOTAL	5	5	20	24

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	107.408,00	101.219,24	22.448,23	25.513,08	25.511,59
2017	69.433,00	108.396,28	0,00	74.318,81	74.316,71
2018	72.696,00	119.962,05	0,00	72.828,74	72.359,87



Desempenho do Programa					
COMPONENTES			RESULTADO		
Evolução dos Indicadores - EV _{IP} (%)	Indicador de Execução das Metas- EX _{FM} (%)	Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeiro - EX _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho do Programa - ID _{PROG} (%)	Grau	Situação
50,00	66,67	26,67	52,00	2	REGULAR

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 210 – Turismo, conforme o PPA-P vigente, possui 5 Compromissos, 20 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 2 Órgãos (Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR e Secretaria de Turismo – SETUR) e 5 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 9 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades (presente em 4 Compromissos), Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em 4 Compromissos), Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente em 3 Compromissos), Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual (presente em 3 Compromissos) e Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável (presentes em 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que está abrigada em um Compromisso e uma Meta, dizendo respeito a:

- Requalificação de Equipamentos Turísticos e Implantação de Infraestrutura Náutica – PRODETUR.

2 INDICADOR DE DESEMPENHDO PROGRAMA

O Programa Turismo apresentou um **Desempenho Regular**, no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho de Programa (IDP) alcançando **52,00%**, o que corresponde ao Grau 2. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **50,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **66,67%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **26,67%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de um Indicador no sentido da sua polaridade, enquanto um outro apresenta evolução contrária à sua polaridade e dois com evolução nula. Além disso, um Indicador encontra-se na situação “Desconhecido”, ou seja, a USP responsável não realizou a apuração do Indicador na data de corte 31/10/2018, mas o Indicador faz parte do cálculo da Evolução dos Indicadores. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP4 - Número de pessoas qualificadas pelo programa, que atuam na área turística.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulos, nessa ordem:

- IP1 - Índice de ações promocionais efetuadas para divulgação do destino Bahia;
- IP2 - Índice do número de campanhas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes em destinos turísticos; e
- IP5 - Proporção de municípios com base georreferenciada de interesse turístico.

O Indicador na situação “Desconhecido” é o IP3 - Número de equipamentos requalificados até o ano de aferição.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, em relação aqueles que apresentaram evolução positiva, destaca-se a ocorrência de oportunidades e o aumento da demanda e novas formas de atuação. Por outro lado, para aqueles que apresentaram evolução negativa, foram identificadas dificuldades para a apuração dos mesmos.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa do indicador IP1 não corresponde ao desempenho da maioria das Metas dos dois Compromissos aos quais está associado. Das 16 Metas desses Compromissos, 11 apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4; e 2 exibem uma execução igual ou superior a 60% e inferior a 90% (Grau de Eficácia 3). Por outro lado, uma Meta apresenta execução inferior a 30% (Graus de Eficácia 1), cujo resultado pode ter influenciado o comportamento desse Indicador. Além disso, duas Metas encontram-se na situação “Não se Aplica”. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, tanto elementos internos quanto externos ao Programa podem influenciar indiretamente esses Indicadores. Os Compromissos vinculados ao Indicador são:

- C3 - Promover a divulgação intersetorial do destino Bahia nos mercados emissores nacional e internacional, do Programa 210 - Turismo; e
- C3 - Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural, do Programa 202 - Cultura e Identidade.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que quatro dos cinco Compromissos do Programa estão vinculados, individualmente, a algum Indicador. Além disso, quatro Indicadores são sensibilizados por Compromissos de outros Programas, aspecto que evidencia a transversalidade captada no conjunto de Indicadores, com destaque para o IP5 que não é sensibilizado por nenhum Compromisso do Programa 210 – Turismo. Os Indicadores sensibilizados por Compromissos de outros Programas são:

- IP1: C3 – Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas à sua sustentabilidade e o atendimento à sua função sociocultural, do Programa 202 – Cultura e Identidade;
- IP2: C8 – Fortalecer o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, visando a assegurar a sua proteção integral em consonância com a política estadual de direitos humanos da criança e do adolescente, do Programa 215 – Cidadania e Direitos;
- IP4: C2 – Fortalecer os Segmentos Turísticos e a Cadeia Produtiva Associada nas Zonas Turísticas, do Programa 203 – Desenvolvimento Produtivo; e
- IP5: C23 – Prover o Estado de geoinformação oficial de referência e temática, de qualidade e em escalas compatíveis com os temas relacionados, visando atender as demandas dos projetos e ações do Governo e sociedade civil, do Programa 218 – Gestão Participativa.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 6 Metas (30,00%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 2 Metas (10,00%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 11 Metas (55,00%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 5 (25,00% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 4 (20,00% do total de Metas), uma execução superior a 100%; e
- 1 Meta (5,00%) está enquadrada na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018, podendo ser definida como Meta com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e parcerias; e ii) aquecimento do setor de turismo. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) casos onde houve prorrogação ou alteração no cronograma, com conclusão prevista para o exercício 2019; e iii) dependência de recursos externos.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua execução, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 12 Metas (60,00%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;

- 1 Meta (5,00%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 7 Metas (35,00%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 4 (20,00% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contempla aquela Meta enquadrada na situação “Não se Aplica” e três com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 16 Metas relacionadas aos 4 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 9 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia. Contudo, esse comportamento não se refletiu em um melhor desempenho dos Indicadores. No entanto, vale salientar que um dos indicadores encontra-se na situação “Desconhecido”, influenciando negativamente a Evolução dos Indicadores. Por fim, cabe destacar que a Eficácia das Metas, que visa capturar o comportamento de todas as Metas do Programa, apresenta um bom desempenho, alcançando o melhor resultado dentre os componentes do IDP.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira anual do Programa, em cada exercício, este foi **20,00%** em 2016, **26,67%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **26,67%**. Vale destacar que o Compromisso 7 – Fortalecer o processo de enfrentamento à exploração sexual no setor de turismo apresentou Execução Orçamentário-Financeira igual a zero no período 2016 – 2018, salientando-se que houve orçamento disponível apenas nos exercícios 2016 e 2017.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 32,39%;
- 2017: 68,56%; e
- 2018: 60,71% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 94,71% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange 46,01%:

- C3 – Promover a divulgação intersetorial do destino Bahia nos mercados emissores nacional e internacional;
- C18 – Fortalecer as áreas turísticas garantindo a infraestrutura urbana e a qualificação de novos espaços urbanos; e
- C19 – Fortalecer o sistema estadual de gestão do turismo.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 55,99%, 12,20% e 22,71%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas com perfil, principalmente, de realização de eventos e promoções de divulgação do destino Bahia e de requalificação urbanística dos espaços turísticos e capacitação de gestores, modernização da infraestrutura e realização de estudos. Em função da sua natureza, é possível que este grupo de Metas exija maior volume de recursos para realizar as entregas programadas. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas com possibilidade de execução com recursos organizacionais, por apresentar um caráter complementar em relação ao primeiro grupo, possivelmente guardando relação com ações voltadas à articulação e à elaboração de projetos e planos. Neste segundo grupo estão Metas relacionadas com a sustentabilidade da atividade turística e ao enfrentamento da exploração sexual.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é baixo (**26,67%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Turismo é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Pro-



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/10/2018)

grama fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado baixo da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa. Observa-se, ainda, que dois Compromissos, respondendo por 48,69% da média do Orçamento total, apresentaram uma execução orçamentário-financeira fraca, o que contribuiu para esse desempenho. Por fim, é importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Turismo alcançou um **Desempenho Regular**, apresentando resultados pouco satisfatórios. Contribuiu para esse resultado o desempenho regular alcançado pela Evolução dos Indicadores, um dos componentes da Dimensão Resultado, e a baixa performance da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, que configura a Dimensão Esforço. Mesmo como esse desempenho aquém do desejado, cabe destacar que a Eficácia das Metas, que também compõe a Dimensão Esforço, obteve um bom resultado, mas não o suficiente para elevar o IDP do Programa Turismo. Isso pode indicar que, mesmo com os outros componentes do Programa apresentando resultados pouco satisfatórios, as entregas programadas por meio das Metas do Programa tenham alcançado bons níveis de eficácia.

Esse desempenho se materializa, primordialmente, em ações estruturantes voltadas ao fortalecimento da indústria do turismo; à geração de emprego nos segmentos da cadeia produtiva; à ampliação da malha aérea, com voos internacionais regulares; à dinamização de segmentos produtivos da indústria do turismo; requalificação de espaços; à oferta de novos produtos turísticos.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



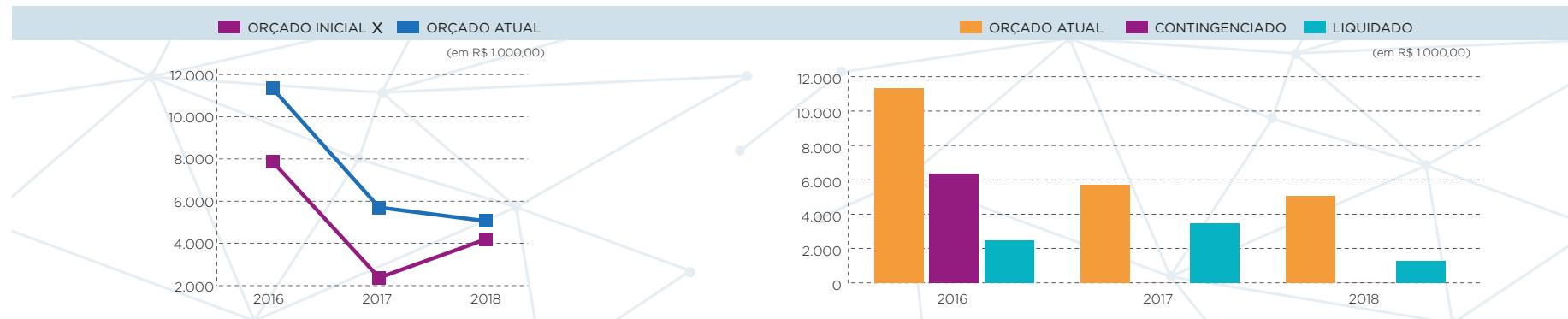
PROGRAMA 211 MULHER CIDADÃ

PROGRAMA 211 – MULHER CIDADÃ

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Empoderamento e autonomia das mulheres; Violência e exploração sexual; Gênero e trabalho; Empreendedorismo de negros e de mulheres; Juventude; Infância e Adolescência; Direitos LGBT.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SDR	0	0	1	1
SEAGRI	1	1	1	1
SECTI	0	0	0	1
SEPROMI	0	0	0	1
SESAB	0	0	0	1
SETRE	0	1	3	3
SJDHDS	0	1	1	1
SPM	4	4	12	25
TOTAL	5	7	18	34

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	7.877,00	11.338,27	6.340,00	2.442,59	2.442,59
2017	2.377,00	5.705,39	0,00	3.467,51	3.467,51
2018	4.192,00	5.060,06	0,00	1.285,37	1.262,13



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
100,00	77,78	40,37	79,19	3	BOM

Descriptivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 211 – Mulher Cidadã, conforme o PPA-P vigente, possui 7 Compromissos, 18 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 8 Órgãos (Desenvolvimento Social – SJDHDS, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI e Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM) e 6 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos sete temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Mulheres, Gênero e Diversidade (presente em todos os sete Compromissos) e Pobreza, Inclusão Sócioprodutiva e Mundo do Trabalho (presente em cinco Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em um Compromisso e uma Meta, dizendo respeito a:

- Suporte aos Empreendimentos Rurais e Urbanos Focados na Inclusão Social e Econômica das Famílias.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Mulher Cidadã apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **79,19%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **100%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **77,78%**; e

Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **40,37%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de todos os cinco Indicadores no sentido da sua polaridade. São eles:

- IP1 – Número de beneficiárias nas ações de assistência à mulher e de prevenção à violência;
- IP2 – Numero de Kits de EPIs distribuídos;
- IP3 – Número de mulheres trabalhadoras rurais com acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- IP4 – Número de organizações e organismos de políticas para mulheres apoiados; e
- IP5 – Proporção dos empreendimentos apoiados pela SPM, que são dirigidos por mulheres.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destaque o fato de que as ações empreendidas, no âmbito dos Compromissos, favorecem à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores.

Com relação à sua representatividade, observa-se que uma boa parte dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP2, a sua evolução positiva não corresponde ao desempenho do conjunto de Metas do Compromisso ao qual está vinculado, visto que uma das três Metas do Compromisso, que guarda um alto grau de similaridade ou redundância com o Indicador, tem uma execução de pouco menos que 50%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 2. O Compromisso é o seguinte:

- IP2: C6 – Promover segurança e saúde ocupacional para grupos produtivos de mulheres pescadoras e marisqueiras.

Ainda em relação à representatividade, todos os Indicadores do Programa são sensibilizados por, pelo menos, um Compromisso, sendo que dois deles estão vinculados, individualmente, a um mesmo Compromisso, a saber:

- IP3 e IP5: C3 – Promover a autonomia social e econômica da mulher.

Também merece ser observado o fato de que apenas dois Compromissos não estão vinculados a Indicador, quais sejam:

- C5 – Promover a inserção no mundo do trabalho de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social; e
- C7 – Articular ações de assistência social para promoção da diversidade, dos direitos de mulheres vítimas de violência e outras situações de vulnerabilidade social.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter viabilidade a partir de 2018. São eles: IP1 e IP2.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 2 Metas (11,11%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 3 Metas (16,67%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 7 Metas (38,89%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 4 (22,22% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 3 (16,67% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 6 Metas (33,33%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) demandas não previstas inicialmente; e ii) a ocorrência de oportunidades não vislumbradas no momento do seu planejamento. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão predominantemente associadas à insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros. Vale destacar que uma das Metas do Programa Mulher Cidadã tem a sua execução por meio de outra Meta do Programa Desenvolvimento Rural Sustentável, dado o caráter eminentemente transversal entre elas. São elas:

- Programa Mulher Cidadã: C3 – Promover a autonomia social e econômica da mulher, M2 – Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para mulheres trabalhadoras rurais;
- Programa Desenvolvimento Rural Sustentável: C9 – Disponibilizar serviço continuado de ATER e atendimento integrado às políticas públicas para a agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, assentados de reforma agrária, M1 – Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade para o desenvolvimento rural.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 como o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 4 Metas (22,22%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 3 Metas (16,67%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 11 Metas (61,11%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 7 (38,89% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 6 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 1 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 16 Metas relacionadas aos cinco Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 8 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que pode influenciar positivamente o comportamento da maioria dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que pode dar indícios sobre a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Mulher Cidadã.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **50,00%** em 2016, **60,00%** em 2017 e **11,11%** em 2018, resultando na média de **40,37%**. Vale destacar o fato do Compromisso 5 – Promover a inserção no mundo do trabalho de jovens mulheres em situação de vulnerabilidade social não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P. Além disso, um outro Compromisso do Programa (C1 – Ampliar oportunidades de negócios para mulheres com foco nas áreas de ciência, tecnologia e inovação) não teve execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, ressaltando que ocorreu contingenciamento total no exercício 2016 e que houve disponibilidade de orçamento apenas no exercício 2018.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 48,87%;
- 2017: 60,78%; e
- 2018: 25,40% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

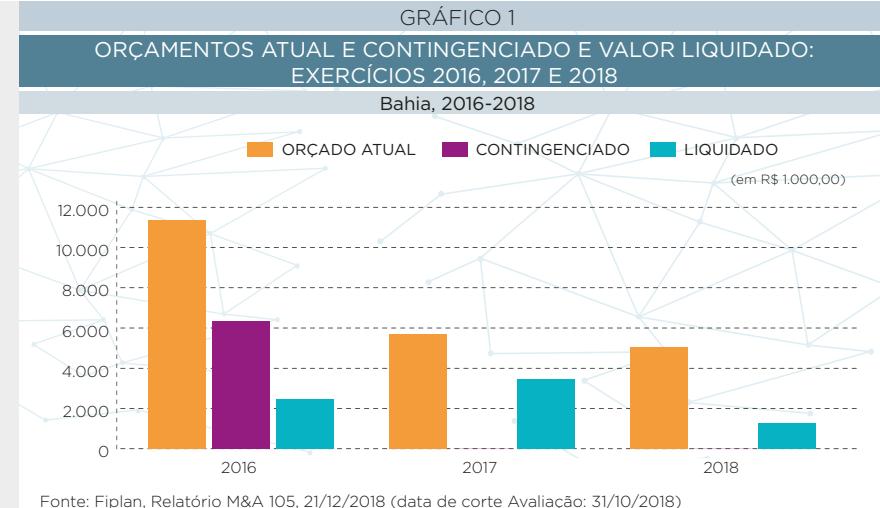
Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 87,44% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 50,92% do valor do Orçamento Atual:

- C3 – Promover a autonomia social e econômica da mulher;
- C2 – Promover o fortalecimento e integração das ações de assistência à mulher e de prevenção à violência; e
- C4 – Promover a transversalização da temática de gênero e suas interseções na gestão e execução das políticas públicas.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 45,90%, 49,46% e 68,59%.

É possível verificar que os Compromissos com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfis relacionados às prioridades da temática do Programa Mulher Cidadã, qual seja, a inclusão social e econômica, a partir, majoritariamente, do suporte a empreendimentos rurais e urbanos, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. As Metas dos Compromissos com menor participação no orçamento guarda um caráter de complementaridade às Metas dos Compromissos com maior participação orçamentária.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**40,37%**) e o seu efeito no IDP do Programa Mulher Cidadã é mitigado pelo comportamento positivo dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus Compromissos, fosse mais expressivo. Nesse sentido, os Compromissos com



menor participação no Orçamento Atual do Programa e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador. Por fim, dois fatores podem contribuir para o baixo desempenho dessa dimensão no Programa Mulher Cidadã. O primeiro diz respeito ao fato de dois Compromissos, que absorvem 77,28% da média do valor Orçado Atual, apresentarem uma execução orçamentário-financeira inferior a 50%; o segundo refere-se à existência de um Compromisso que, apesar de contar com aporte de recursos orçamentários no exercício 2018 e, consequentemente, foi considerado para o cálculo do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira, não apresentou execução orçamentário-financeira. Esses dois fatores pesam negativamente para o desempenho da Dimensão Esforço do Programa.

2.3 Conclusão

O Programa Mulher Cidadã alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Apesar disso, mesmo com um bom desempenho da Evolução da Eficácia das Metas, chama atenção o fato de que 33,33% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Também chama atenção a baixa performance da Dimensão de Esforço, contribuindo negativamente, ainda que com menor peso, para o desempenho do Programa como um todo.

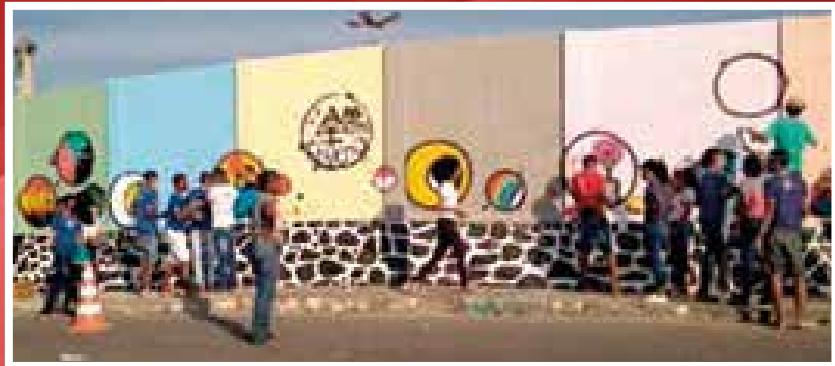
No entanto, é importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo. Por sua vez, cabe ressaltar que o Programa Mulher Cidadão tem como forte característica a transversalidade com outros programas e políticas, sustentada pela articulação e interlocução com as áreas finalísticas do Governo, para a construção de ações e iniciativas em parceria, o que contribui fortemente para o maior alcance dos seus objetivos e dos resultados pretendidos.

Este desempenho do Programa se materializa, primordialmente, em ações voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, à assistência a mulheres vítimas de violência e outras situações de vulnerabilidade social e à promoção da autonomia social e econômica das mulheres, destacando:

- Atendimento de mais de 23 mil mulheres rurais com o serviço de assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- apoio a comunidades de marisqueiras, com a distribuição de insumos e equipamentos para produção de moluscos, incluindo kits de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), nos municípios de Maragogipe, Canavieiras, Itaparica, Vera Cruz (Cacha Prego), Sobradinho (Lago do Sobradinho), Maraú e Salvador;
- apoio técnico às Rondas Maria da Penha da Policia Militar da Bahia – PMBA, abrangendo capacitações sobre a temática de gênero e violência para agentes da rede de enfrentamento a violência contra à mulher;
- apoio técnico e financeiro para a implantação e funcionamento de Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Violência, em 31 municípios;
- atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da Unidade Móvel de Atendimento à Mulher, em 23 municípios;

- implantação do Centro de Referência de Atendimento à Violência contra a Mulher do Município de Camacan;
- realização das campanhas informativas Vá na moral ou vai se dar mal, Respeita as Mina e Quem Ama Abraça.
- realização e apoio aos projetos Mulher com a Palavra, Fala Menina, Lavadeiras Ampliando Horizontes, Meninas na Música (participação de estudantes dos Núcleos Neojiba), Edital Março Mulher e Margaridas;
- entrega de 11 casas móveis de farinha a mulheres e comunidades quilombolas; e
- realização do Prêmio Bahia pela Diversidade – Mulheres nas Ciências.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 212

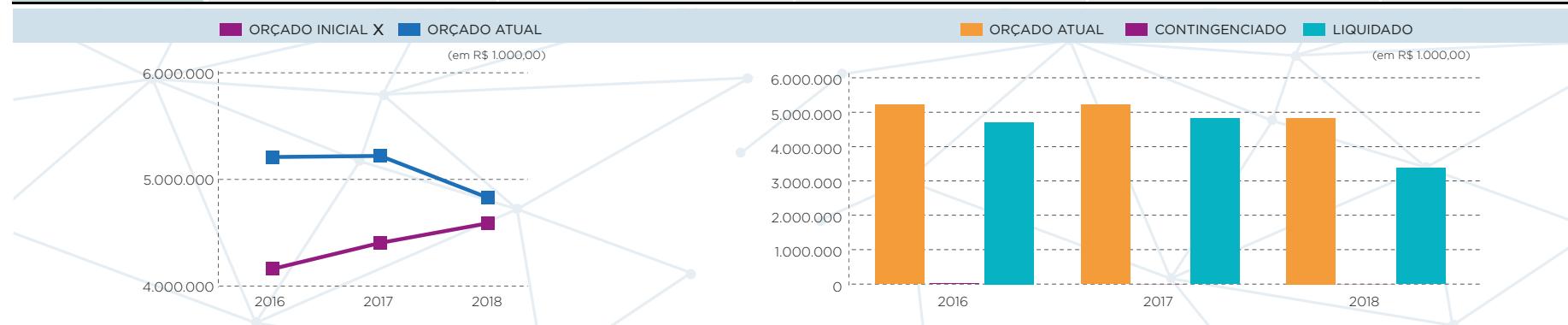
EDUCAR PARA TRANSFORMAR

PROGRAMA 212 – EDUCAR PARA TRANSFORMAR

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Educação Básica; Educação Integral; Educação Contextualizada; Diversidade e direitos humanos; Integração família-escola; Esporte educativo; Lazer; Educação Profissional; Ensino Superior, Pesquisa e Extensão; Empreendedorismo.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SEAP	0	0	1	1
SEC	12	14	99	143
SEPROMI	0	1	3	5
SPM	0	0	1	1
SSP	0	0	0	1
TOTAL	12	15	104	151

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	4.162.550,38	5.210.510,54	10.675,00	4.706.849,42	4.669.603,62
2017	4.405.500,05	5.220.561,10	0,00	4.823.866,38	4.783.038,06
2018	4.589.005,64	4.830.841,04	0,00	3.377.200,66	3.371.511,44



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
60,00	79,65	53,97	66,65	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 212 – Educar para Transformar, conforme o PPA-P vigente, possui 15 Compromissos, 104 Metas e 12 Indicadores, cuja execução envolve cinco Órgãos (Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, Secretaria da Educação – SEC, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM e Secretaria da Segurança Pública – SSP) e 15 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos nove temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente nos 15 Compromissos), Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho (presente em 5 Compromissos) e Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em 5 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em seis Compromissos e 20 Metas, dizendo respeito a:

- Fortalecimento da Integração Família Escola na Educação Básica;
- Inserção do Jovem no Mundo do Trabalho – Primeiro Emprego;
- Infraestrutura da Rede Física de Ensino; e
- Incentivo à Permanência Estudantil.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Educar para Transformar apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **66,65%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **60,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **79,65%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **53,97%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de seis Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto quatro outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e dois foram classificados como inexistentes (“não válido” para a avaliação). São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 – Número de bolsas institucionais de iniciação científica, tecnológica e de inovação concedidas pelas universidades estaduais;
- IP2 – Número de cursos de graduação presencial regular ofertados pelas Universidades Estaduais;
- IP3 – Número de matrículas do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITEC) na rede estadual;
- IP6 – Número de matrículas na Educação Profissional da rede estadual;
- IP7 – Número de matrículas nos cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Stricto Sensu, ofertadas pelas universidades estaduais; e
- IP10 – Proporção de unidades escolares estaduais com Sistema de Bibliotecas Escolares implantado.

Os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP5 – Número de matrículas em cursos de graduação presencial;
- IP4 – Número de matrículas em cursos de graduação EAD de oferta regular e especial;
- IP7 – Número de matrículas nos cursos de pós-graduação presencial nas modalidades Lato Sensu, ofertadas pelas universidades estaduais; e
- IP9 – Número de vagas do projeto Universidade para Todos para atendimento de estudantes da rede pública estadual.

Já os indicadores a seguir são aqueles classificados como inexistentes em função da indisponibilidade de dados para o seu cálculo até a data de corte e, portanto, não foram considerados para a avaliação (“Não Válido”):

- IP11 – Taxa de aprovação no ensino fundamental dos anos finais da rede estadual de ensino; e
- IP12 – Taxa de aprovação no ensino médio da rede estadual de ensino.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar como condições favoráveis: (i) a ocorrência de novas oportunidades ou parcerias; (ii) e otimização de estratégias e formas de atuação. Por outro lado, a insuficiência de recursos materiais ou financeiros e a ocorrência de evasão escolar contribuíram para a evolução negativa em relação à polaridade.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa dos indicadores IP4, IP5, IP7 e IP9 não correspondem ao bom desempenho da maioria das Metas dos dois Compromissos aos quais estão vinculados. Pois, das 46 Metas desses Compromissos, 32 apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4, e 8 apresentam uma execução igual ou superior a 60% e inferior a 90% (Grau de Eficácia 3). Por outro lado, três Metas apresentam execução inferior a 60% (Graus de Eficácia 1 e 2), cujo resultado pode ter influenciado o comportamento desses Indicadores. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, tanto elementos internos quanto externos ao Programa Educar para Transformar podem influenciar indiretamente esses Indicadores. Assim, os Indicadores em tela podem refletir efeitos indiretos de outros Programas ou Políticas de mesma natureza ou do seu campo de influência. Os Compromissos associados aos respectivos Indicadores são:

- IP4: C12 – Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais, em prol da melhoria da qualidade de vida da população baiana;
- IP5: C12 – Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais, em prol da melhoria da qualidade de vida da população baiana;
- IP7: C12 – Consolidar e ampliar as ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais, em prol da melhoria da qualidade de vida da população baiana; e
- IP9: C20 – Contribuir para a elevação do índice de aprovação e redução do índice de abandono na Educação Básica na rede estadual de ensino.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que existem Compromissos vinculados, individualmente, a vários Indicadores, mas cada um dos Indicadores é sensibilizado por apenas um Compromisso, aspecto que contribui em certa medida para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que 12 Compromissos (80%) não estão vinculados a Indicador, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de seis novos Indicadores (IP4, IP5, IP7, IP8, IP11 e IP12), que passaram ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 17 Metas (16,35%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 11 Metas (10,58%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 67 Metas (64,42%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 42 (40,38% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 17 (16,35% do total de Metas), com execução superior a 100%; e

- 9 Metas (8,65%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) otimização de formas e estratégias de atuação ou ampliação da oferta; e ii) aumento da demanda. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) atraso de repasse de recurso federal ou insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros; ii) impedimentos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional; iii) em andamento ou com conclusão prevista no final do exercício 2018; iv) alteração na forma de apuração; e v) prorrogada ou com alteração de cronograma.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 62 Metas (59,62%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 14 Metas (13,46%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 28 Metas (26,92%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 17 (16,35% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 9 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 8 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 54 Metas relacionadas aos 3 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 46 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes dessa dimensão para o comportamento geral do Programa Educar para Transformar. Destaca-se que o comportamento das Metas do Programa apresenta maior vigor na Dimensão Resultado, mas os Indicadores também exibem comportamento satisfatório.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **61,90%** em 2016, **66,67%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **53,97%**. Vale destacar o fato do Compromisso 5 – Fortalecer a integração Família-Escola, a fim de promover avanços no funcionamento das escolas e no desempenho dos estudantes não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P, apesar de estar associado às prioridades da Administração Pública. Contudo, a Meta relacionada a esse Compromisso apresenta uma execução de 88,89%, enquadrando-se no Grau 3 de Eficácia das Metas. Essa Meta tem como natureza a promoção de articulação junto à comunidade, contemplando a sensibilização dos pais e responsáveis e representantes da comunidade local para a participação na Jornada Pedagógica e a vivência escolar.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 90,52%;
- 2017: 92,40%; e
- 2018: 69,91% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

O Programa Educar Para Transformar apresenta execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018), destacando-se que o valor do exercício 2018 é parcial. Essa performance se reflete em um desempenho relevante da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, o qual tende a melhorar com os valores consolidados do exercício 2018.



Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 95,74% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 76,82% do valor do Orçamento Atual:

- C19 – Prover infraestrutura e suprimentos adequados nas unidades escolares da rede estadual; e
- C12 – Promover consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 85,56% e 87,55%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de prover infraestrutura e suprimentos adequados na rede escolar estadual e de promoção da consolidação e ampliação de ações de ensino, pesquisa e extensão nas universidades estaduais. Destaca-se, além disso, que estão alocados nesses Compromissos os recursos do Grupo de Pessoal e Encargos Sociais diretamente associados à atividade finalística de ensino. Por contemplar os recursos humanos e materiais necessários ao pleno funcionamento da rede de escolar e universitária estadual e a oferta de vagas nesses segmentos, este grupo de Metas tende a exigir maior alocação de orçamento.

Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com: o fortalecimento do regime de colaboração entre União, Estado e municípios; o fortalecimento da integração família-escola; a alfabetização de jovens, adultos e idosos; a modernização e ampliação da infraestrutura das universidades estaduais; a integração da universidade com a sociedade; as ações de assistência estudantil para a educação superior; o alcance e a qualidade do sinal do sistema de radiofusão pública do Estado; as ações educacionais voltadas para a correção e reparação de desigualdades sociais, abrigando as diversidades raciais, étnicas, culturais, de gênero e de povos e comunidades tradicionais; a infraestrutura e suprimentos adequados às unidades escolares da rede estadual; a gestão democrática e participativa no órgão central, nos Núcleos Regionais de Educação das unidades escolares da Educação Básica; e com as políticas de educação no campo, educação ambiental e atendimento à diversidade, nas unidades escolares da Educação Básica na rede estadual. Essas Metas apresentam, como característica, a complementação às ações relativas ao pleno funcionamento do serviço público de educação sob a responsabilidade do Estado, pertinentes ao primeiro grupo, o que pode demandar proporção de orçamento relativamente menor à sua implementação.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente satisfatório (**53,97%**), reflexo da boa execução orçamentário-financeira no período de análise (2016-2018), mesmo com a execução do exercício 2018 sendo parcial. Por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP, mas esse resultado contribuiu para o Programa Educar Para Transformar alcançar Bom Desempenho. Um dos fatores que pode ter influenciado este nível de execução é o fato do Programa possuir percentuais da receita do Estado definido em lei. Os Programas com esse tipo de vinculação tende a ter um grau de execução mais significativo, assim como aqueles Programas com recursos discricionários vinculados às suas despesas. Por outro lado, esse valor poderia alcançar melhor desempenho

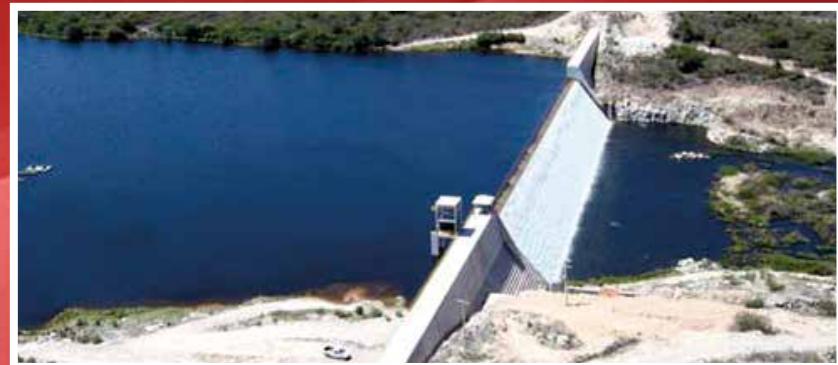
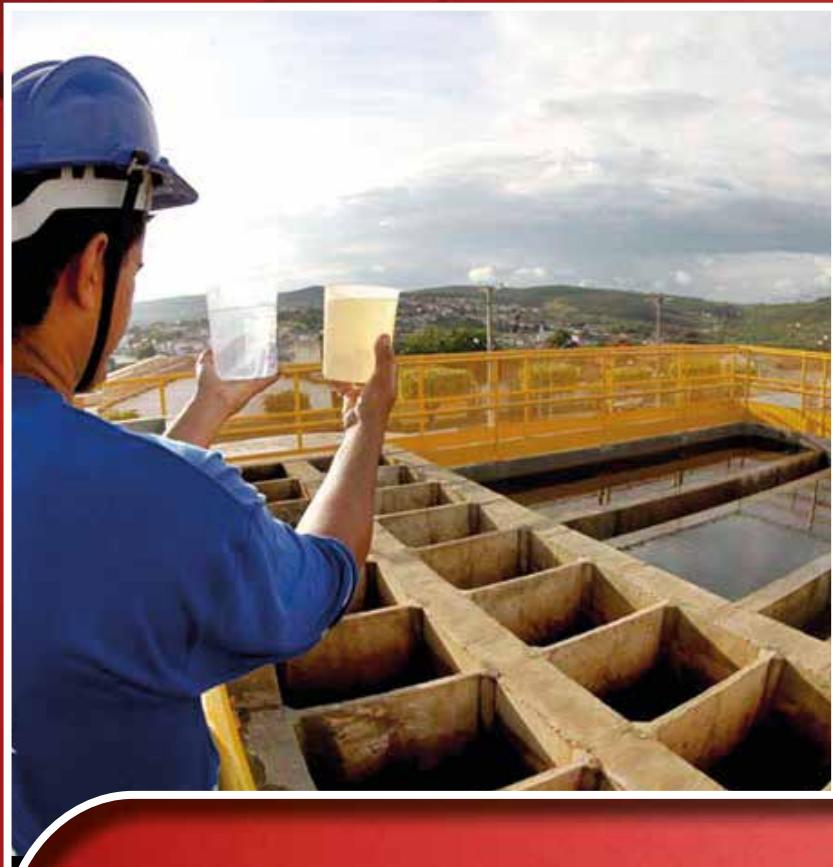
se a execução orçamentário-financeira do conjunto de Compromissos seguisse o padrão dos dois Compromissos que envolvem o maior volume de Orçamento Atual. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira afetam negativamente o resultado da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

2.3 Conclusão

O Programa Educar para Transformar alcançou um **Bom Desempenho**, registrando bons resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se que o comportamento das Metas contribuiu de forma mais significativa para esse resultado, seguido da evolução dos Indicadores do Programa, ambos componentes da Dimensão Resultado. A Dimensão Esforço, representado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, também teve importância relevante, mas em menor proporção em relação aos demais indicadores. Um fato que chama atenção é que 12 dos 14 Compromissos com Orçamento Atual, envolvendo 57,69% das Metas do Programa, possuem participação média inexpressiva no montante do Orçamento Atual (4,26%). No entanto, esse segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva.

Esse desempenho do Programa se materializa em ações voltadas à qualificação do sistema público de educação, por meio da formação continuada de educadores, da expansão da Educação Profissional para estudantes do ensino médio da rede pública estadual, da assistência Técnica Pedagógica, da ampliação da Educação de Jovens e Adultos, de melhorias da estrutura física de unidades escolares e universitárias, da implementação de programas e projetos de extensão, do apoio a projetos de pesquisa, iniciação científica e tecnológica nas universidades estaduais e de assistência estudantil, destacando-se ainda:

- Realização de ações socioeducacionais e culturais em 11 mil unidades escolares;
- oferta de Educação em Tempo Integral em 99 unidades escolares em 24 Territórios de Identidade;
- distribuição de 1,2 milhão de uniformes em todos os Territórios de Identidade;
- fornecimento de alimentação saudável para 765,2 mil alunos, em 416 municípios, utilizando gêneros alimentícios da Agricultura Familiar;
- concessão de 266 bolsas de mestrado e doutorado aos profissionais da educação superior;
- oferta de 47,2 mil vagas no Programa Universidade para Todos;
- oferta de 248 cursos presenciais nas universidades estaduais (UNEBA, UEFS, UESB e UESC);
- oferta de 4.157 bolsas de monitoria;
- realização de 485 ações de integração da universidade com a sociedade através da arte e cultura;
- funcionamento de 259 laboratórios nas universidades para a prática de ensino, pesquisa de extensão; e
- apoio a 5,5 mil projetos de pesquisa, iniciação científica e tecnológica nas universidades estaduais.



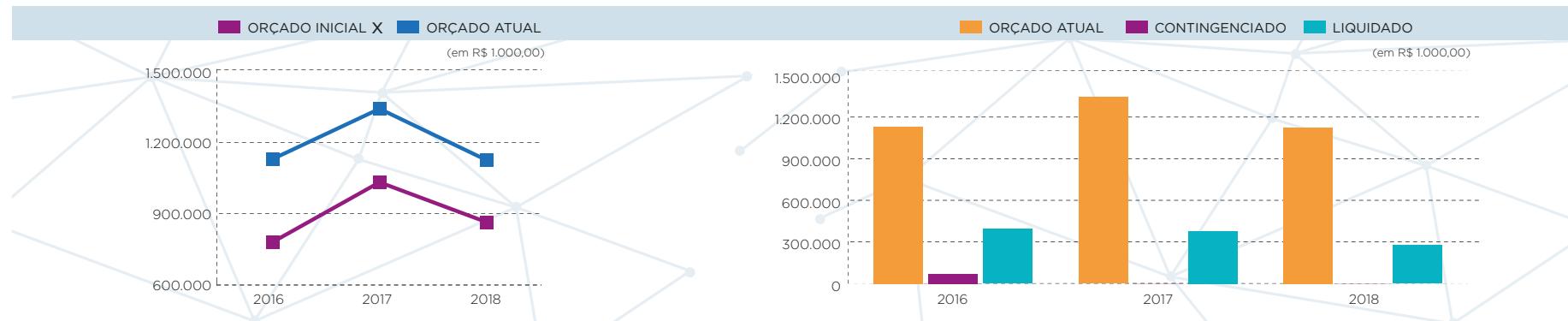
PROGRAMA 213 ÁGUA PARA TODOS

PROGRAMA 213 – ÁGUA PARA TODOS

Temas Estratégicos	Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Gestão Governamental e Governaança Socioeconômica
Ementa	Ampliação e fortalecimento da segurança hídrica; Oferta de água para consumo humano e produtivo; Acesso aos serviços de saneamento, tratamento e distribuição de água para consumo humano; Tratamento de esgoto; Resíduos sólidos; Educação ambiental, meio ambiente, manejo de recursos hídricos e conservação; Segurança alimentar e nutricional; Articulação, integração e descentralização de ações.

ÓRGÃO(S)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
CASA CIVIL	0	1	1	1
SDR	0	1	2	5
SEAGRI	0	0	1	1
SEDUR	1	2	8	11
SEMA	0	1	3	3
SETUR	0	0	2	2
SIHS	6	5	40	42
SJDHDS	0	0	2	2
TOTAL	7	10	59	67

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	778.405,00	1.130.354,67	68.388,38	394.071,63	384.371,15
2017	1.032.058,09	1.343.312,37	0,00	378.712,44	376.577,26
2018	863.105,57	1.126.024,66	0,00	276.370,21	275.300,59



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
78,57	75,19	25,62	66,63	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 213 – Água para Todos, conforme o PPA-P vigente, possui 10 Compromissos, 59 Metas e 7 Indicadores, cuja execução envolve 8 Órgãos (Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e Secretaria de Turismo – SETUR) e 21 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 6 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades (presente nos 10 Compromissos) e Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade (presente em 10 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em seis Compromissos e 16 Metas, dizendo respeito a:

- Ampliação da Infraestrutura Hídrica e da Oferta Sustentável de Água de Qualidade para o Abastecimento Humano e a Produção Agropecuária;
- Ampliação da Cobertura dos Serviços Integrados de Esgotamento Sanitário;
- Manejo de Águas Pluviais na Região Metropolitana de Salvador – RMS; e
- Inovação da Gestão Estadual do Saneamento Básico.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Água para Todos apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **66,63%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **78,57%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **75,19%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **25,62%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de cinco Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP2 – Proporção da população rural atendida com abastecimento de água;
- IP3 – Proporção da população rural atendida com esgotamento sanitário adequado;
- IP4 – Proporção da população urbana atendida com abastecimento de água;
- IP5 – Proporção da população urbana atendida com esgotamento sanitário adequado; e
- IP6 – Proporção de poços perfurados.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nesta ordem:

- IP1 – Proporção da efetividade do atendimento a manifestações/reclamações dos usuários dos serviços de água e esgoto; e
- IP7 – Proporção de produtos aprovados do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destaque o fato de que as ações empreendidas no âmbito dos Compromissos favorecem à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP1, a sua evolução negativa não corresponde ao desempenho do conjunto de Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C2 – Reestruturar a atividade de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, garantindo a eficiência, a qualidade e o bom atendimento). Pois, das quatro Metas do Compromisso, três apresentam uma execução igual ou superior a 100%, enquadrando-as no Grau de Eficácia 4, e uma tem pouco mais de 57% de execução (Grau de Eficácia 2).

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que tanto existem Compromissos vinculados, individualmente, a vários Indicadores, quanto Indicadores sensibilizados por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que apenas dois Compromissos não estão vinculados a Indicador, a saber:

- C8 – Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem; e
- C15 – Promover o manejo das águas pluviais, em parcerias com os municípios, priorizando as áreas de maior sensibilidade e risco ambiental, bem como aqueles objeto de implantação de infraestrutura urbana e turística.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP1), que passou a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 9 Metas (15,25) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 10 Metas (16,95%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 24 Metas (40,68%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 14 (23,73% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 5 (8,47% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 16 Metas (27,12%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e, dentre estas, 11 podem ser definidas como Metas com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P. Isso implica que o registro da sua apuração será realizado apenas no momento da conclusão, o que inviabiliza o conhecimento sobre o que ocorre entre o inicio da execução da Meta e a sua finalização.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ampliação de recursos organizacionais (equipe técnica ou recursos financeiros); ii) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do seu planejamento; e iii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas ao fato de que tais Metas se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não foi capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 14 Metas (23,73%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 14 Metas (23,73%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 31 Metas (52,54%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 19 (32,20% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 16 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e três com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 56 Metas relacionadas aos 8 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 33 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Água para Todos.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **37,50%** em 2016, **20,83%** em 2017 e **18,52%** em 2018, resultando na média de **25,62%**. Vale destacar o fato do Compromisso 9 – Implementar ações a partir de pesquisas e estudos técnicos para viabilizar

soluções sustentáveis e inovadoras na área de saneamento básico não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P. Além disso, um Compromisso do Programa não teve execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, a saber: C8 – Implantar soluções hídricas emergenciais para viabilizar a convivência com a estiagem. Cabe a ressalva de que houve disponibilidade de orçamento apenas nos exercícios 2016 e 2018.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

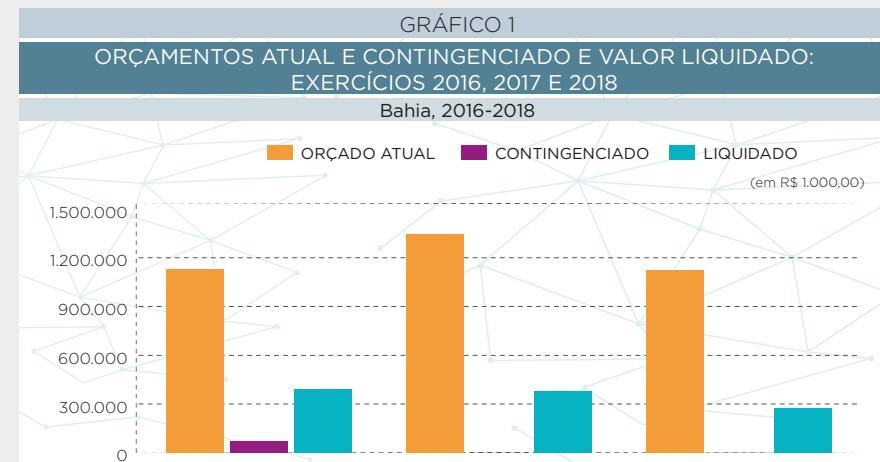
- 2016: 37,11%;
- 2017: 28,19%; e
- 2018: 24,54% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que três Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 87,39% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 50,43% do valor do Orçamento Atual:

- C7 - Ampliar a infraestrutura hídrica para a oferta de água de uso múltiplo e sustentável, com qualidade e em quantidade suficiente, visando principalmente a universalização do abastecimento humano;
- C6 - Ampliar a cobertura de esgotamento sanitário compreendendo coleta, tratamento e destinação adequados; e
- C15 - Promover o manejo das águas pluviais, em parcerias com os municípios, priorizando as áreas de maior sensibilidade e risco ambiental, bem como aqueles objeto de implantação de infraestrutura urbana e turística.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 40,02%, 9,25% e 7,11%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com a maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de implantação de obras, dentre as quais, obras de grande porte, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com me-



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/10/2018)

nor participação possuem Metas que guardam relação direta com a elaboração de projetos, planos e pesquisas, cuja execução requer menor volume de recursos.

Apesar do baixo resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa (**25,62%**), o seu impacto no IDP do Programa Água para Todos é relativizado pelo comportamento positivo dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo.

É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo. Outro fator que pode exercer influência é a inexistência, no Fiplan, de registros orçamentários dos investimentos programados com recursos provenientes de empresas não dependentes, a exemplo da EMBASA.

2.3 Conclusão

O Programa Água para Todos alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa.

Esse desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas à ampliação e fortalecimento da infraestrutura hídrica, combinando sistemas de armazenamento e abastecimento de água, destacando:

- Recuperação e construção de três Barragens nos Territórios da Chapada Diamantina, Litoral Sul (concluída e entregue) e Sudoeste Baiano;
- perfuração de 681 Poços Artesianos Tubulares;
- implantação de:
 - 35 Sistemas de Abastecimento de Água - SAA;
 - 550 Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água - SSAA;
 - 124 Sistemas de Dessoralização de Água;
 - 30,5 mil tecnologias sociais para acesso à água (cisternas de placas familiares de 16 mil litros para consumo humano) e cisternas para produção;
 - cinco Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES;
 - 1.500 Módulos Sanitários Domiciliares - MSD; e

- ampliação de:
 - dois Sistemas Integrados de Abastecimento de Água - SIAA; e
 - 12 Sistemas de Esgotamento Sanitário - SES.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 214
IGUALDADE RACIAL, POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

PROGRAMA 214 – IGUALDADE RACIAL, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

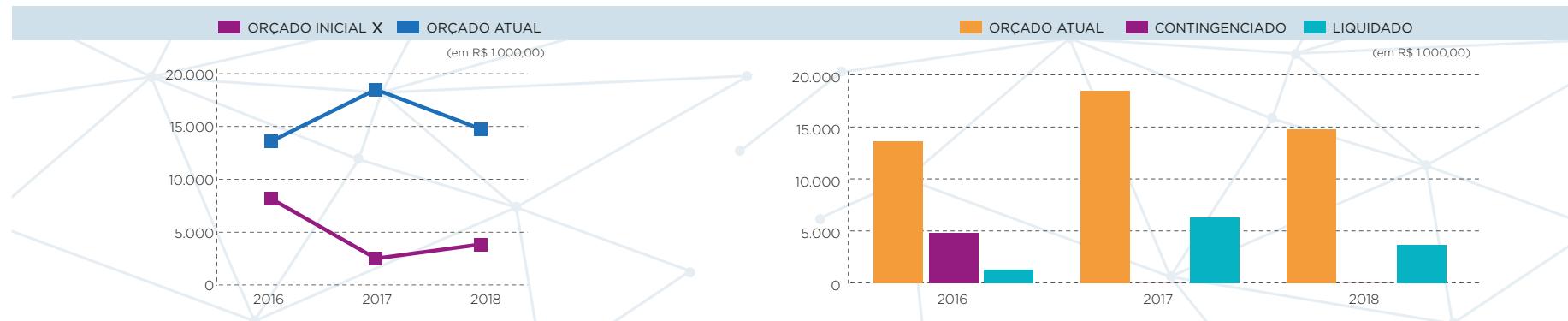
Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Igualdade racial; Participação Política e Gestão Democrática, Combate ao Racismo Institucional, Sistema Estadual de Promoção da Igualdade Racial; Povos e Comunidades Tradicionais; Povos Indígenas, ciganos e de terreiros; Comunidades Tradicionais de Quilombo, Geraizeiros, Marisqueiras, Pescadores, Fundo e Fecho de Pasto e Extrativistas; Regularização Fundiária; Juventude negra; Empreendedorismo de Negros e de Mulheres; Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância; Educação em diversidade étnico racial; Direito ao Esporte e ao Lazer; Trabalho e geração de renda; Comunicação Social; Saúde da população negra; Saúde da população indígena; Ações afirmativas; Desenvolvimento sustentável e inclusão socioprodutiva; Economia solidária; Segurança pública e acesso à justiça; Cultura, diversidade e identidades

Componentes do Programa

ÓRGÃO(s)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SECULT	0	1	2	2
SEPROMI	5	5	22	45
SERIN	0	0	0	4
SETRE	0	0	1	1
SETUR	0	0	1	1
SIHS	0	1	1	1
SPM	0	0	1	1
TOTAL	5	7	28	55

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	8.150,00	13.609,86	4.820,00	1.306,13	1.281,03
2017	2.510,00	18.496,65	0,00	6.286,23	6.269,05
2018	3.840,66	14.779,01	0,00	3.619,97	3.619,48



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
80,00	80,00	40,74	72,15	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 214 – Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais, conforme o PPA-P vigente, possui 7 Compromissos, 28 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 7 Órgãos (Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Cultura – SECULT, Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Secretaria de Turismo – SETUR, Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM e Secretaria de Relações Institucionais – SERIN) e 7 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos nove temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Igualdade Racial e Identidades (presente nos sete Compromissos), da Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho e do Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (ambos presentes em quatro Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em seis Compromissos e duas Metas, dizendo respeito a:

- Suporte aos Empreendimentos Rurais e Urbanos Focados na Inclusão Social e Econômica das Famílias.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **72,15%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **80,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa também – com **80,00%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **40,74%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de três Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 – Número de atendimentos de denúncias de casos de racismo e intolerância religiosa;
- IP3 – Proporção de comunidades de fundo ou fecho de pasto certificadas; e
- IP4 – Proporção de municípios que receberam ações de apoio institucional e de fortalecimento da política de Promoção da Igualdade Racial.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho nulo:

- IP2 – Número de Planos de Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental Sustentável – PLANSEAS elaborados para Povos e Comunidades Tradicionais; e
- IP5 – Proporção de segmentos de povos e comunidades tradicionais mapeados.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores, apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar a ocorrência de estratégias ou novas formas de atuação como condições favoráveis à realização de entregas, no âmbito dos Compromissos do Programa, relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de

execução das Metas. No entanto, em relação aos Indicadores IP2 e IP5, as respectivas evoluções nulas não correspondem ao desempenho do conjunto de Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C4 – Promover acesso a terra e permanência nos territórios tradicionais dos povos e comunidades tradicionais e C7 – Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável de povos e comunidades tradicionais, contribuindo assim para a redução das desigualdades e melhoria da qualidade de vida dos mesmos), visto que, das suas 10 Metas, 7 apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4. Por outro lado, uma Meta apresenta 50% de execução (Grau de Eficácia 2) e outra, sem execução (Grau de Eficácia 1), resultados que podem ter influenciado o desempenho desses Indicadores. Merece registrar os comentários realizados pela USP responsável sobre a evolução nula dos Indicadores, segundo os quais, as ações que podem influenciar positivamente os Indicadores se encontram em andamento, não sendo ainda captadas no momento da data de corte.

Ainda em relação à sua representatividade, ressalte-se que, dos sete Compromissos, três (C4, C7 e C13) estão vinculados, individualmente, a Indicadores, inclusive dois deles (C4 e C13), a mais de um Indicador. Também merece ser observado o fato de que quatro Compromissos não estão vinculados diretamente a qualquer Indicador, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

No que se refere ao Indicador de Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 5 Metas (17,86%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 2 Metas (7,14%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 18 Metas (64,29%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 8 (28,57% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 9 (32,14% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 3 Metas (10,71%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejado qualquer execução para o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são, predominantemente, a otimização de estratégias e ampliação das formas de atuação. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas ao fato de que: i) algumas Metas apresentaram alterações na forma de calcular a sua apuração; e ii) outras possuem incorreções de registro da sua apuração ou se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressaltadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 13 Metas (46,43%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;

- 10 Metas (35,71%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 5 Metas(17,86%) estão com execução inferior a 25%, observando que todas se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 3 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 2 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 16 Metas relacionadas aos 3 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 12 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído, em parte, para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que pode dar alguns indícios sobre a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da execução orçamentário-financeira do Programa, em cada exercício, este foi **44,44%** em 2016, **61,11%** em 2017 e **16,67%** em 2018, resultando na média de **40,74%**. Vale destacar o fato do Compromisso 6 – Promover o reconhecimento e o fortalecimento das identidades de povos e comunidades tradicionais não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 14,86%;

- 2017: 33,99%; e
- 2018: 24,49% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 83,99% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 57,11% do valor do Orçamento Atual.

- C16 – Ampliar a oferta de água em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais; e
- C13 – Promover o combate ao racismo e à intolerância religiosa, segundo o Estatuto da Igualdade Racial e Intolerância Religiosa.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 10,49% e 60,55%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento Atual abrangem Metas voltadas à implantação de infraestrutura hídrica em áreas de povos e comunidades tradicionais e em assentamentos rurais, ações de promoção da igualdade social e ao enfrentamento da intolerância religiosa. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com ações institucionais voltadas a estudos, articulações, apoios, campanhas e capacitações, apresentando caráter complementar à maioria das Metas do primeiro grupo, o que, possivelmente, exige menor volume de recurso.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**40,74%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais é atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de tratar-se de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus Compromissos, fosse mais expressivo. Dessa forma, Compromissos com baixa execução influenciam negativamente os resultados da Dimensão Esforço, a exemplo do C16 que responde por mais de 57% da média do Orçado Atual e que apresenta, em média, uma execução orçamentário-financeira em torno de 10%.



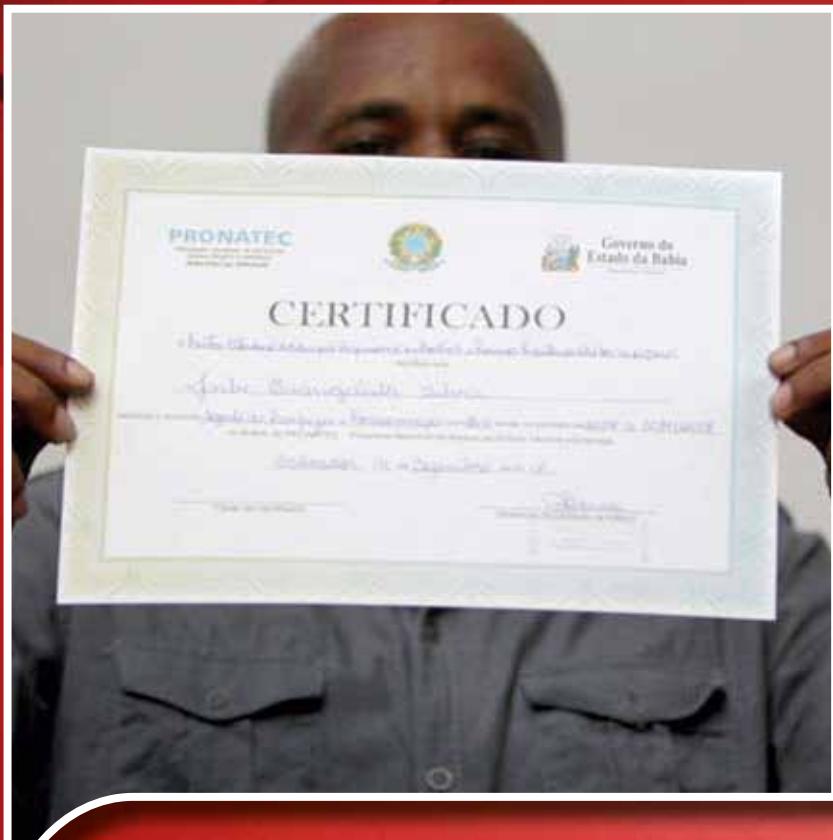
Por sua vez, Compromissos com baixa execução-financeira e com participação orçamentária menos significante também contribuíram negativamente para o desempenho da Dimensão Esforço do Programa.

2.3 Conclusão

O Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. A Dimensão resultado contribui de forma mais expressiva para esta performance, com os seus componentes expressando os mesmos valores. Por sua vez, o comportamento da Dimensão Esforço teve menor participação no resultado do IDP. No entanto, esse segundo ponto pode evidenciar que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas de forma suficiente, mesmo diante de uma conjuntura política e econômica restritiva. Nesse sentido, o caráter transversal do Programa, sustentado pela articulação com outras ações e iniciativas governamentais e construção de parcerias com outros órgãos, contribui fortemente para o maior alcance dos seus objetivos e dos resultados pretendidos. Assim, é importante não perder de vista essa singularidade do Programa, cujas ações resultam da articulação e interlocução com as áreas finalísticas do Governo.

Esse desempenho do Programa Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais se materializa, primordialmente, em ações voltadas à igualdade racial, à articulação e implementação de ações afirmativas, ao combate ao racismo e outras formas de intolerância e à promoção do desenvolvimento sustentável, destacando:

- Atendimento e acompanhamento de denúncias de casos de racismo, intolerância religiosa e fatos correlatos, no Centro de Referência Nelson Mandela;
- realização de visitas técnicas aos municípios baianos, para a interiorização da política de igualdade racial;
- implantação de Sistemas de Abastecimento do Água, inclusive Simplificados, em áreas de assentamento rural e em comunidades indígenas e de fundo e fecho de pasto, beneficiando mais de 21.000 pessoas;
- perfuração de poços tubulares em comunidades quilombolas, indígena e de fundo de pasto;
- realização de visitas técnicas nas comunidades de fundo e fecho de pasto em 33 municípios; e
- apoio Institucional a 62 povos e comunidades tradicionais que se encontram em situação de conflitos fundiários, através da mediação e articulação junto a órgãos governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal.



PROGRAMA 215 CIDADANIA E DIREITOS

PROGRAMA 215 – CIDADANIA E DIREITOS

Temas Estratégicos

Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

Ementa

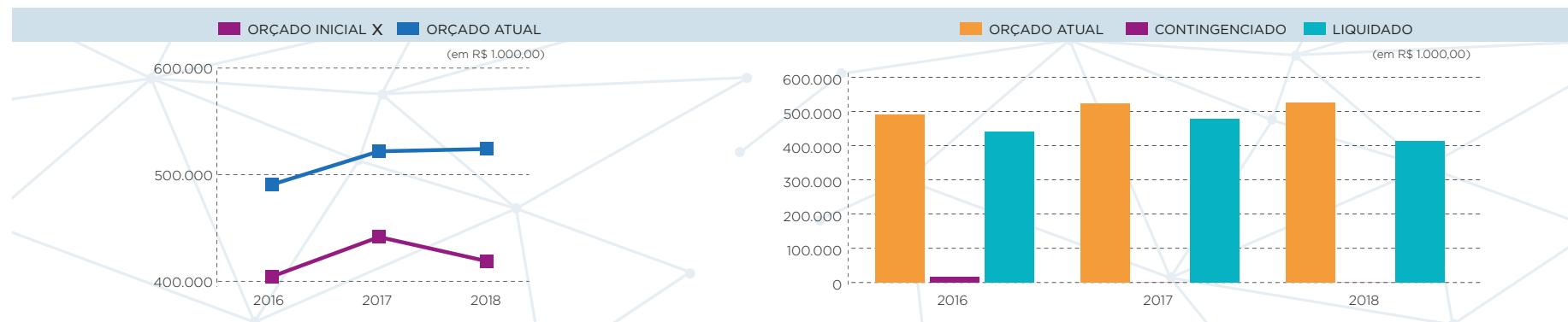
Direitos humanos; Pessoas com deficiência ou necessidades especiais; População em privação de liberdade; População em situação de rua; Infância e Adolescência; Sistema de Garantia de Direitos; Direito à Comunicação; Juventude; Direitos do trabalhador; Diversidade LGBT.

Componentes do Programa

ÓRGÃO(S)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
CASA CIVIL	0	1	3	6
SDE	0	0	1	1
SEAP	1	3	6	15
SERIN	0	0	3	3
SESAB	0	0	1	1
SETRE	0	1	1	1
SJDHDS	4	11	62	84
TOTAL	5	16	77	111

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	404.385,54	490.684,69	16.331,00	439.531,09	437.069,38
2017	441.522,00	521.947,30	0,00	476.920,61	475.511,64
2018	418.924,00	524.103,72	0,00	411.942,89	400.354,44



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
60,00	73,02	46,67	62,54	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 215 – Cidadania e Direitos, conforme o PPA-P vigente, possui 16 Compromissos, 77 Metas e 5 Indicadores, cuja execução envolve 7 Órgãos (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN e Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP) e 14 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 10 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente nos 16 Compromissos), Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente em 7 Compromissos) e Saúde e Assistência Social (presente em 6 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Cidadania e Direitos apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **62,54%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **60,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **73,02%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **46,67%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de três Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 – Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA;
- IP4 – Proporção de pessoas privadas de liberdade com acesso efetivos a atividades ressocializadoras; e
- IP5 – Taxa de cobertura do PROCON.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP2 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de alta complexidade apoiados; e
- IP3 – Proporção de municípios com cofinanciamento dos serviços de proteção social especial de média complexidade apoiados.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar a ocorrência de oportunidades ou novas formas de atuação como condições favoráveis à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores. Por outro lado, sobre o desempenho negativo dos Indicadores, foram apontados impeditivos de ordem legal ou normativa.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação aos IP2 e IP3, as respectivas evoluções negativas não correspondem ao bom desempenho da maioria das Metas do Compromisso ao qual está vinculado (C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social), visto que, das suas 9 Metas, 7 apresentam execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4.

As outras duas Metas encontram-se na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Cabe ressaltar, ainda, que indicadores em geral podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, elementos tanto internos quanto externos ao Programa Cidadania e Direitos podem influenciar indiretamente o comportamento desses Indicadores.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que, dos 16 Compromissos, 4 estão vinculados, individualmente, a Indicadores, inclusive um deles, a mais de um Indicador São eles:

- C1 – Fortalecer a ressocialização do interno e egresso do Sistema Penitenciário, por meio de atividades de educação, profissionalização, trabalho de assistência social, religiosa e à saúde, resguardando as especificidades de gênero, identidade e igualdade social: IP4;
- C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social: IP2 e IP3;
- C15 – Promover acesso às políticas públicas do Estado e às pessoas com deficiências e necessidades especiais, nos municípios polos dos territórios de identidade: IP1; e
- C16 – Ampliar o acesso à informação e proteção entre os participantes das relações de consumo: IP5.

Merece ser observado o fato de que 12 Compromissos não estão vinculados a qualquer Indicador.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP1 – Número de atendimentos de pessoas surdas pela Central de Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – CILBA), que passou a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 15 Metas (19,48%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 11 Metas (14,29%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom)
- 37 Metas (48,05%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 20 (25,97% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 12 (15,58% do total de Metas), com execução superior a 100%; e
- 14 Metas (18,18%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejado qualquer execução para o exercício 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização de formas e estratégias de atuação; e (ii) exigências de ordem legal ou institucional favoráveis. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão especialmente associadas a: (i) impedimentos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional; (ii) obstáculos ocasionados pela falta de adesão, parcerias ou de demandas; e (iii) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros. Dentre outros motivos apresentados para a evolução de algumas Metas (seja superior a 100%, seja inferior a 60%), vale destacar as alterações ocorridas na forma de suas apurações, assim como o fato de que elas se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não pode ser capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 30 Metas (38,96%) estão com execução igual ou superior a 75 %;
- 12 Metas (15,58%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 35 Metas (45,45%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 20 (25,97% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam 14 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 1 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 27 Metas relacionadas aos 4 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 20 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, o que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Cidadania e Direitos.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **48,89%** em 2016, **60,00%** em 2017 e **31,11%** em 2018, resultando na média de **46,67%**. Vale destacar o fato de um Compromisso (C4 - Ampliar a oferta de vagas de qualificação profissional para as

pessoas privadas de liberdade visando à inserção produtiva), não possuir execução orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 92,66%;
- 2017: 91,37%; e
- 2018: 78,60% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

O Programa Cidadania e Direitos apresenta execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018), destacando-se que o valor do exercício 2018 é parcial. Contudo, essa performance não influenciou significativamente a Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 84,45% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 73,27% do valor do Orçamento Atual:

- C3 – Promover a modernização e a melhoria contínua do Sistema Penitenciário com ênfase na racionalização da gestão das práticas operacionais e no aprimoramento das condições materiais e de segurança do interno; e
- C12 – Fortalecer as ações de proteção social voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 95,20% e 72,40%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfis relacionados à prestação de apoio financeiro e cofinanciamentos, à reforma de imóveis e ao funcionamento e segurança do Sistema Penitenciário, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados a esses Compromissos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**46,67%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Cidadania e Direitos é, de certa forma, atenuado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resul-



tado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto se deve ao fato de tratar-se de um indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, cujo peso é menor no cálculo do IDP. No entanto, chama atenção o fato da execução orçamentário-financeira ser elevada no período em análise (2016-2018), mas não contribuir de maneira mais significativa no resultado da **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** e, consequentemente, no resultado do IDP. Esse comportamento pode ser explicado pela existência de Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira, afetando negativamente o resultado da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa. Dessa maneira, a contribuição da Dimensão Esforço poderia ter sido maior caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa, que é influenciado pelo comportamento de cada um dos seus Compromissos, fosse mais expressivo.

2.3 Conclusão

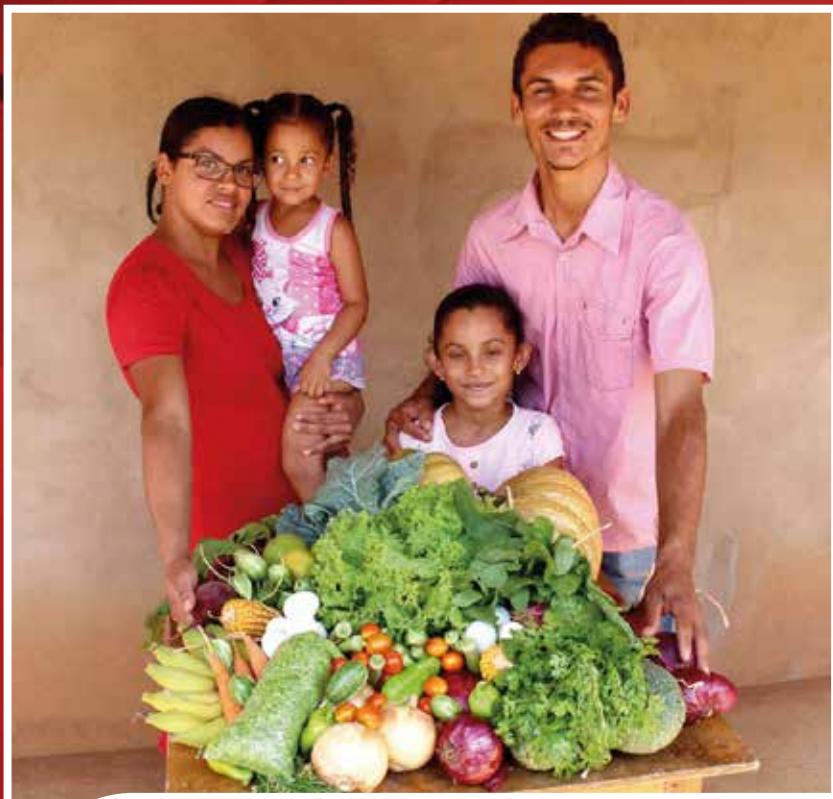
O Programa Cidadania e Direitos alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se que o comportamento das Metas contribuiu de forma mais expressiva para esse resultado, seguido da evolução dos Indicadores do Programa, ambos componentes da Dimensão Resultado. A Dimensão Esforço, representado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, alcançou menor desempenho em relação aos demais componentes do IDP. Por sua vez, chama atenção o fato de 18,18% das Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica”, ou seja, não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018, no III ano do PPP-P. Outro elemento de atenção é a concentração de 84,45% do Orçamento Atual em dois Compromissos, apesar de elevada a sua execução. Como o indicador da Execução Orçamentário-Financeira é influenciado pelo comportamento de cada um dos Compromissos do Programa, os Compromissos com menor participação no Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado desse Indicador, conduzindo a um baixo desempenho da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira.

Esse desempenho do Programa Cidadania e Direitos se materializa, primordialmente, em ações de caráter transversal e voltadas à promoção e proteção dos direitos humanos; à assistência social; à prevenção do uso de substâncias psicoativas, bem como à redução de riscos e danos sociais e à saúde, causados pelo seu uso; à inclusão social e ressocialização; à proteção de pessoas em situações de vulnerabilidades e riscos sociais; e à segurança e assistência alimentar e nutricional, destacando-se:

- Implantação do Serviço de Monitoração Eletrônica do Estado da Bahia;
- implantação da Central de Monitoração Eletrônica;
- manutenção e assistência material a equipamentos do Sistema Penitenciário;
- criação do Fundo Penitenciário do Estado da Bahia – FUNPEN/BA, através da Lei 13.714/2017;
- Recebidos onze veículos cela, doados pelo DEPEN para conduzir as pessoas privadas de liberdades, sob custodia do Estado, em movimentação

- para audiências, atendimento médico, transferências entre os estabelecimentos penais, etc;
- capacitação de servidores penitenciários;
 - apoio financeiro a municípios para execução de serviços de Proteção Social Especial de Alta e Média Complexidade;
 - apoio financeiro a municípios para execução de serviços de Proteção Social Básica;
 - atendimento, através de serviços complementares, a pessoas com transtornos mentais, bem como crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social;
 - apoio a municípios, através do cofinanciamento do serviço de proteção integral a família, realizado pelos Centro de Referencia da Assistência Social – CRAS e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 216 VIDA MELHOR

PROGRAMA 216 – VIDA MELHOR

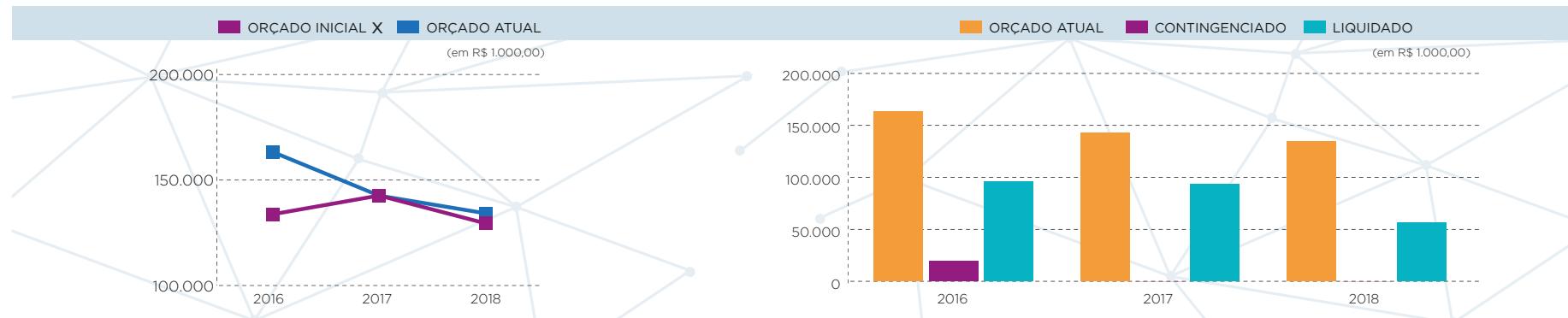
Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica
Ementa	Pobreza, Inclusão socioprodutiva; Trabalho; Educação; Emprego; Geração de Renda; Juventude; Empreendedorismo; Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER; Economia solidária; Associativismo e cooperativismo; Financiamento produtivo; Apoio à gestão de empreendimentos.

Componentes do Programa

ÓRGÃO(s)	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SDE	0	0	4	6
SDR	1	1	2	4
SEAGRI	2	1	7	7
SEFAZ	0	2	2	2
SEMA	0	0	1	1
SETRE	2	6	15	20
SJDHDS	0	1	2	3
SPM	0	0	2	2
TOTAL	5	11	35	45

Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)

ANO	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	133.746,78	163.329,86	19.215,00	96.013,67	95.849,57
2017	142.629,52	142.591,61	0,00	93.419,33	93.169,44
2018	129.439,00	134.196,96	0,00	56.295,59	53.519,65



Desempenho do Programa					
COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
50,00	73,33	46,67	58,67	2	REGULAR

Descriptivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 216 – Vida Melhor, conforme o PPA-P vigente, possui 11 Compromissos, 35 Metas e 6 Indicadores, cuja execução envolve 8 Órgãos (Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA e Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM) e 17 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 7 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho (presente nos 11 Compromissos), Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (presente em 5 Compromissos) e Mulheres, Gênero e Diversidade e Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade (presentes em 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associada ao Programa, cabe registrar que está abrigada em 5 Compromissos e 5 Metas, dizendo respeito a:

- Suporte aos Empreendimentos Rurais e Urbanos Focados na Inclusão Social e Econômica das Famílias.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Vida Melhor apresentou um **Desempenho Regular** no ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **58,67%**, o que corresponde ao Grau 2. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **50,00%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **73,33%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **46,67%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de dois Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto dois outros apresentam evolução contrária à sua polaridade e dois foram considerados inexistentes e, portanto, classificados como “não válidos” para a avaliação, em função da indisponibilidade dos dados para o seu cálculo até a data de corte. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP4 – Número de Carteiras Nacionais do Artesão emitidas; e
- IP6 – Proporção de agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra.

Os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se no desempenho negativo:

- IP3 – Número de alevinos distribuídos; e
- IP5 – Número de Prestações de Assistência Técnica Realizadas;

Já os indicadores a seguir são aqueles classificados como inexistentes (“não válido”):

- IP1 – Índice real da receita do artesanato; e
- IP2 – Índice real da renda oriunda das atividades produtivas apoiadas pelo Programa.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destacar como condições favoráveis: (i) a ocorrência de novas oportunidades ou formas de atuação; (ii) e o aumento da demanda. Por outro lado, a insuficiência de recursos organizacionais (infraestrutura e recursos humanos) contribuiu para a evolução negativa em relação à polaridade.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa dos Indicadores IP3 e IP5 não corresponde ao bom desempenho da maioria das Metas do Compromisso ao qual estão vinculados (C4 – Fortalecer as atividades de pesca e aquicultura no Estado). Pois, das oito Metas desse Compromisso, cinco apresentam uma execução igual ou superior a 90%, enquadrando-as nos Graus de Eficácia 3 e 4. Por outro lado, uma Meta apresenta execução inferior a 60%, cujo resultado pode ter influenciado o comportamento desses Indicadores. Cabe registrar que, em geral, indicadores podem ser afetados por outros fatores que não estão associados diretamente. Nesse sentido, é possível que, elementos tanto internos quanto externos ao Programa Vida Melhor, mesmo não possuindo associação direta com esses Indicadores, possam ter influenciado o seu comportamento. :

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que existem Compromissos vinculados, individualmente, a vários Indicadores e a maioria dos Indicadores são sensibilizados por apenas um Compromisso, exceto o IP2 que é sensibilizado por todos os Compromissos, contribuindo para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que esse componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores (IP3 e IP5), que passaram a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 6 Metas (17,14%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
 - 5 Metas (14,29%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
 - 14 Metas (40,00%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 9 (25,71% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 5 (14,29% do total das Metas), com execução superior a 100%; e
 - 10 Metas (28,57%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejado qualquer execução para o exercício 2018.
- Pode ocorrer, no entanto, que algumas dessas Metas se encontrem em andamento, cuja execução será registrada em exercício posterior.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a otimização de formas e estratégias de atuação; e ii) o aumento da demanda. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) insuficiência de recursos orçamentários ou financeiros ou humanos; ii) impedimentos ou dificuldades de ordem legal, contratual ou institucional; iii) em andamento ou conclusão prevista no exercício 2019; iv) inadequação na forma de apuração; e v) dificuldades de estabelecer adesão e parcerias.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial

de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 14 Metas (40,00%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 4 Metas (11,43%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 17 Metas (48,57%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 12 (34,29% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 10 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 3 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 34 Metas relacionadas aos 10 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 18 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Vida Melhor.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da execução orçamentário-financeira do Programa, em cada exercício, este foi **50,00%** em 2016, **56,67%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **46,67%**. Vale destacar o fato do Compromisso 5 – Promover a qualificação social e profissional de trabalhadores (as) e jovens em situação de insegurança alimentar e nutricional não possuir ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P.

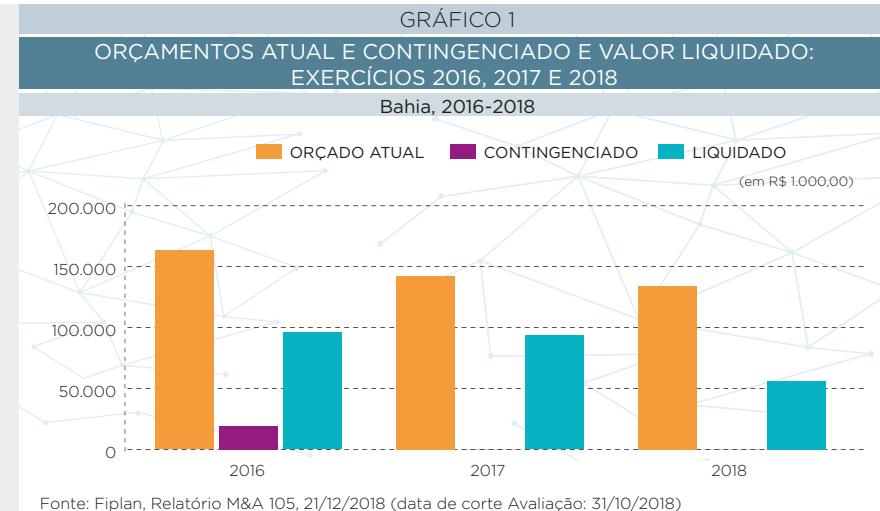
Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 66,62%;
- 2017: 65,52%; e
- 2018: 41,95% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que quatro Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 83,77% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o segundo deles abarca, em média, 25,56% do valor do Orçamento Atual:

- C1 – Promover o desenvolvimento da economia popular e solidária, considerando as diversidades dos territórios, das cadeias produtivas, as necessidades de gênero, raça/etnia, das comunidades tradicionais e das pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- C6 – Ampliar a participação da produção da agricultura familiar, de povos e comunidades tradicionais e de assentados da reforma agrária na política estadual de segurança alimentar e nutricional;
- C8 – Apoiar o financiamento para o empreendimento individual, de micro e pequenas empresas e de economia solidária por meio da disponibilização de crédito; e
- C9 – Apoiar o financiamento para o crescimento e desenvolvimento das atividades produtivas organizadas como empreendimentos individuais, micro e pequenas empresas e empreendimentos de economia solidária, por meio da disponibilização de crédito.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 59,02, 99,97%, 39,99% e 2,93%. Cabe observar que o C9 possui uma única Meta (M1 – Disponibilizar linhas de financiamento à microempreendedores e instituições repassadoras de microcrédito para o Programa Vida Melhor), cujo perfil indica que a sua execução depende de outros fatores, tais como: demanda, capacidade de endividamento do demandante, atendimento a exigências legais e burocráticas. Do ponto de vista da disponibilização do crédito, verifica-se que a Meta foi eficaz, pois o orçamento necessário foi alocado nos exercícios. Contudo, o acesso às linhas de financiamentos não se materializou, o que reflete na baixa execução orçamentário-financeira do Compromisso, cujo valor do seu Orçamento Atual representa a disponibilização das linhas de financiamento.



É possível verificar que os Compromissos relacionados com maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de liberação de linhas de crédito, contratações, disponibilização de apoio financeiro e apoio técnico, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionados aos mesmos. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com capacitação, elaboração de programa ou planos, articulação de linha de financiamento e viabilização de contratos de microcréditos, cuja execução requer menor volume de recursos.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é regular (**46,67%**). Esse resultado é reflexo do comportamento individual dos Compromissos do Programa. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento da execução de cada Compromisso do Programa. Nessa perspectiva, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem negativamente para o comportamento da Dimensão Esforço, assim como aqueles com grande participação no Orçamento Atual e com baixa execução. Dos dez Compromissos válidos para a análise, cinco tiveram, em média, execução orçamentário-financeira, abaixo de 60%, com dois deles apresentando Grau 1 (execução menor que 30%) e três apresentando Grau 2 (execução maior ou igual a 30% e menor que 60%). Assim, a Dimensão Esforço poderia ter contribuído mais com o IDP do Programa Vida Melhor se a execução orçamentário-financeira dos seus Compromissos fosse mais expressiva.

Por fim, é importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Vida Melhor alcançou um **Desempenho Regular**, resultado que reflete o desempenho pouco satisfatório da Evolução dos Indicadores, que compõe a Dimensão Resultado, e da Média do Indicador da Execução Orçamentário-financeira, que representa a Dimensão Esforço. Chama a atenção o fato de que a execução orçamentário-financeira de cada um dos Compromissos do Programa foi baixa tanto para aqueles com maior participação no Orçamento Atual quanto para os que tiveram uma menor participação.

No entanto, o bom comportamento da Eficácia das Metas, que também integra a Dimensão Resultado, reduziu o impacto do comportamento daqueles dois indicadores sobre o desempenho final do Programa, mesmo ocorrendo de 28,57% das Metas do Programa se encontrarem na situação “Não se Aplica” no III ano do PPA-P, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018. Isto demonstra que o Programa tem conseguido dinamizar sua gestão para a consecução de suas entregas, apesar da conjuntura política e econômica restritiva.

Cumpre registrar a existência do Decreto Nº 13.167 de 11 de agosto de 2011 e, posteriormente, autorizado pela Lei Nº 13.460 de 10 de dezembro de 2015, que institui um conjunto mais amplo de estratégias que buscam incluir socioprodutivamente pessoas em situação de pobreza. Esse conjunto de estratégias leva o mesmo nome do Programa Vida Melhor e envolve outros Programas de Governo, inclusive o Programa Vida Melhor. É possível que essa organização de ações socioprodutivas envolva a redundância e pulverização de esforços entre os Programas envolvidos, o que pode, de alguma forma, influenciar o desempenho do Programa Vida Melhor tanto na sua Dimensão Resultado quanto na sua Dimensão Esforço.

Esse desempenho do Programa Vida Melhor se materializa, primordialmente, em ações voltadas à disponibilização de linhas de crédito, à sensibilização para adesão dos municípios e de agricultores familiares ao Programa Garantia Safra e à contratação de empresas para prestação de Assistência Técnica, destacando:

- Liberação de linhas de crédito, através do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico – Fundese, para o empreendimentos de economia solidária, empreendedores individuais e de micro e pequena empresa;
- adesão de 254,7 mil famílias de agricultores ao Programa Garantia Safra, em 231 municípios do estado contemplados na Safra Verão e Inverno 2016/2017, com aplicação de mais de R\$34 milhões;
- Contratação de 27 Empresas de Assistência Técnica, com atuação em todos os Territórios de Identidade do Estado da Bahia, beneficiando 4.126 famílias nos subprojetos socioambientais; e
- Realização de assistência técnica e apoio para comercialização a 1,7 mil estabelecimentos.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



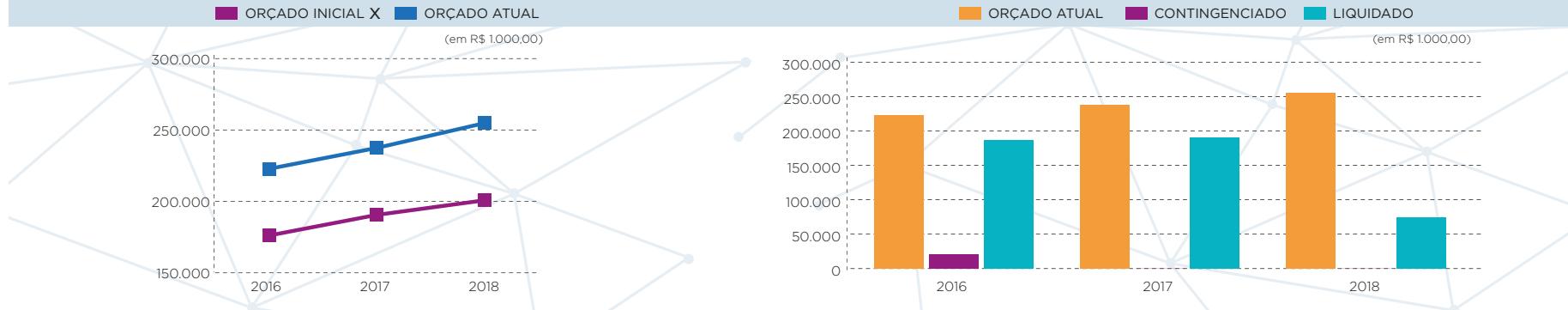
PROGRAMA 217 ESPORTE E LAZER

PROGRAMA 217 – ESPORTE E LAZER

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos
Ementa	Esporte profissional, de alto rendimento e competitivo; Esporte comunitário, educativo e inclusivo; Lazer e convivência comunitária; Grandes eventos desportivos.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SEDUR	0	1	1	4
SERIN	0	0	0	1
SETRE	7	4	13	18
TOTAL	7	5	14	23

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2016	176.150,90	222.833,26	20.160,00	186.572,15	186.469,57
2017	190.571,94	237.449,32	0,00	190.602,84	189.898,22
2018	200.771,69	254.814,94	0,00	73.757,11	73.510,70



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
85,71	82,05	51,11	77,33	3	BOM
Desritivo do Desempenho do Programa					

1 INTRODUÇÃO

O Programa 217 – Esporte e Lazer, conforme o PPA-P vigente, possui 5 Compromissos, 14 Metas e 7 Indicadores, cuja execução envolve 3 Órgãos (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR e Secretaria de Relações Institucionais - SERIN) e 3 Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 5 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (presente nos 5 Compromissos) e Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos e Metas.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Esporte e Lazer apresentou um **Bom Desempenho** no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **77,33%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **85,71%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **82,05%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **51,11%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de seis Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto um apresenta evolução contrária à sua polaridade. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1- Número de atletas e paratletas de alto rendimento apoiados;
- IP2- Número de equipamentos de esporte e lazer construídos, ampliados ou recuperados;
- IP4- Número de gestores públicos capacitados em gestão de esporte e lazer;
- IP5- Número de municípios beneficiados pelo Programa Esporte e Lazer;
- IP6- Número de Pessoas Atendidas no Esporte de Participação (comunitário); e
- IP7- Número de projetos beneficiados pelo Programa Fazatleta.

Já o Indicador abaixo se enquadra no desempenho negativo:

- IP3- Número de eventos esportivos de alto rendimento, promovidos e apoiados.

Dentre os comentários sobre a evolução positiva dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merecem destaque: (i) a ocorrência de oportunidades e parcerias que favorecem à realização de entregas relacionadas às respectivas variáveis que compõem tais Indicadores; e (ii) uma maior atuação, no âmbito dos Compromissos, seja na divulgação de programas e ações, seja em diversas formas de apoio. Por outro lado, as informações que ainda não foram contabilizadas no exercício 2018, até a data de corte, são apontadas como possível influência na variação negativa do Indicador até o momento.

Com relação à sua representatividade, observa-se que os Indicadores apresentam um grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, em relação ao IP3, a sua evolução negativa não corresponde ao desempenho do conjunto de Metas do Compromisso ao qual está vinculado, visto que, das suas cinco Metas, quatro apresentam uma execução igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4. Vale registrar que uma outra Meta (M7 – Apoiar financeiramente projetos científicos de inovação tecnológica para o esporte), se encontra na situação “Não se Aplica”, por não ter sido programada execução até 2018. O Compromisso é:

- C11 – Fomentar o esporte de alto rendimento, com apoio aos atletas e paratletas).

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que todos os cinco Compromissos possuem vinculação com, pelo menos, um Indicador do Programa. Por sua vez, a maioria dos Indicadores está associada a um Compromisso, com exceção do IP5 que está associado aos cinco Compromissos do Programa, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa, a saber:

- IP1, IP3 e IP7: C11 – Fomentar o esporte de alto rendimento, com apoio aos atletas e paratletas;
- IP2: C15 – Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social;

- IP4: C20 – Fortalecer o sistema público de esporte e lazer;
- IP5: C4 – Ampliar a oferta de infraestrutura adequada para a prática de lazer e esporte propiciando a saúde física e mental; C11 – Fomentar o esporte de alto rendimento, com apoio aos atletas e paratletas; C14 – Promover o esporte de participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, preservando a cultura, o desenvolvimento integral e a formação da cidadania, permitindo o acesso dos povos e comunidades tradicionais; C15 – Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social; C20 – Fortalecer o sistema público de esporte e lazer; e
- IP6: C14 – Promover o esporte de participação, as práticas esportivas tradicionais e não tradicionais, preservando a cultura, o desenvolvimento integral e a formação da cidadania, permitindo o acesso dos povos e comunidades tradicionais;

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de dois novos Indicadores, que passaram a ter vigência a partir de 2018. São eles: IP3 e IP5.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 2 Metas (14,29) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 3 Metas (21,43%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 8 Metas (57,14%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 3 (21,43% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 5 (35,71% do total de Metas), com execução superior a 100%;
- 1 Meta (7,14%) está enquadrada na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) atendimento de demanda variável por meio da disponibilidade dos recursos, conforme dispõe a Lei nº 9.615/98; e ii) agilidade nos processos de prestação de contas de convênio dos parceiros de execução. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão associadas à insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, bem como ao fato de que tais Metas se encontram em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não foi capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 como valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 8 Metas (57,14%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 5 Metas (35,71%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e

- 1 Meta (7,14%) está com execução inferior a 25%, observando que esta se encontra com 0% de execução no ano III do PPA-P, que contempla aquela Meta enquadrada na situação “Não se Aplica”.

Considerando as 14 Metas relacionadas aos 5 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 11 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que, em certa medida, influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído, em parte, para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que pode indicar a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Esporte e Lazer.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **73,33%** em 2016, **46,67%** em 2017 e **33,33%** em 2018, resultando na média de **51,11%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 92,06%;
- 2017: 80,27%; e
- 2018: 28,95% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Destaca-se que o Programa Esporte e Lazer manteve uma elevada execução orçamentário-financeira nos dois primeiros exercícios do período em análise (2016-2018). No entanto, até a data de corte 31/10/2018, a execução do exercício 2018 encontra-se muito aquém do padrão estabelecido nos anos anteriores, situação que pode se configurar de forma diferente com os valores consolidados no encerramento do exercício. Esse comportamento se reflete no desempenho alcançado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

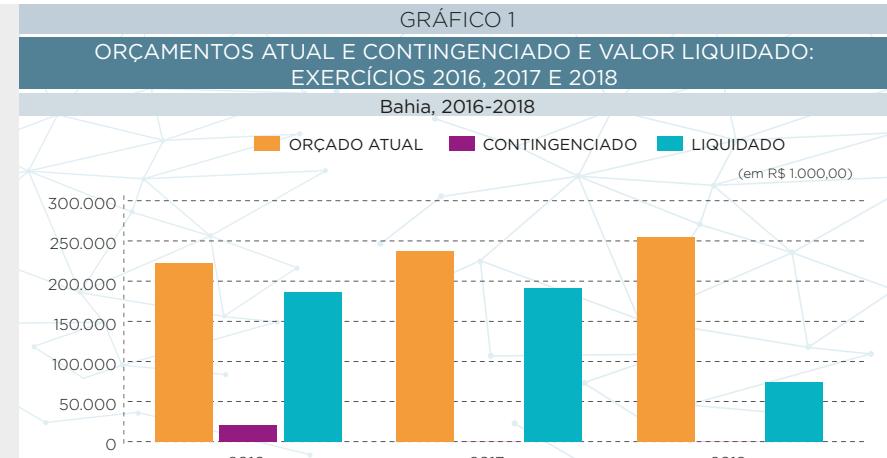
Cabe salientar que dois Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 88,46% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abarca, em média, 76,41% do valor do Orçamento Atual:

- C15 – Promover a melhoria da infraestrutura esportiva necessária ao desenvolvimento do desporto, paradesporto e lazer, dentro dos princípios de acessibilidade, sustentabilidade e ação social; e
- C4 – Ampliar a oferta de infraestrutura adequada para a prática de lazer e esporte propiciando a saúde física e mental.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 68,93% e 54,09%.

É possível verificar que os Compromissos relacionados com a maior participação no montante do Orçamento abrangem Metas com perfil de implantação de infraestrutura física, dentre as quais projetos de infraestrutura física, de equipamentos e espaços esportivos e de lazer, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos a eles direcionados. Por sua vez, a maioria dos Compromissos com menor participação possuem Metas que guardam relação direta com atividades de apoio e de realização de eventos, cuja execução requer, em geral, menor volume de recursos em relação ao grupo anterior.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é regular (**54,14%**), mas o seu efeito no IDP do Programa Esporte e Lazer é amenizado pelo desempenho positivo dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/10/2018)

peso é menor no cálculo do IDP. No Entanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo, particularmente, no exercício de 2018. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento da execução de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem negativamente para o comportamento da Dimensão Esforço, assim como aqueles com grande participação no Orçamento Atual e com baixa execução.

É importante considerar que o comportamento da execução orçamentário-financeira pode refletir possíveis impactos de continuidade sofridos pelos respectivos projetos, programas e ações dependentes de recursos oriundos de transferências da União, de recursos externos ou de outras fontes que estão submetidas a um cenário político e econômico restritivo.

2.3 Conclusão

O Programa Esporte e Lazer alcançou um **Bom Desempenho**, registrando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Os componentes da Dimensão Resultado contribuíram fortemente para esse desempenho, com a Evolução dos Indicadores e a Eficácia das Metas apresentando valores acima de 80%. Por outro lado, a Dimensão Esforço, representada pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, apresentou desempenho regular. No entanto, esse comportamento pode indicar que Programa está dinamizando sua gestão e conseguiu realizar a maioria das entregas programadas em suas Metas.

Esse desempenho do Programa Esporte e Lazer se materializa, primordialmente, em ações voltadas ao fomento e fortalecimento da prática de atividades esportivas e de lazer, destacando:

- Recuperação e reforma dos equipamentos esportivos:
 - Estádio Municipal de Futebol Adauto Moraes, em Juazeiro;
 - Estádio Municipal de Futebol José Rocha, em Jacobina;
 - Ginásio de Esportes Nicécio Bráulio Dantas, em Ibicaraí;
- conclusão das obras de:
 - ampliação do Estádio Municipal de Futebol Paulo Souto em Caetité;
 - estruturas de arquibancada, cercas altas e módulos habitacionais do Centro Olímpico de Natação da Bahia;
 - construção do estádio municipal de futebol, em Mansidão;
 - ampliação dos estádios municipais de futebol, em Condeúba, Licínio de Almeida, Tremedal de Igaporã, Macaúbas, Guanambi e Poções;
 - construção do Parque Aquático da Sudesb – 2ª Etapa, no Município de Salvador.

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PPA PARTICIPATIVO 2016 – 2019 • ANO III – 2018

- conclusão de 30 equipamentos voltados à prática de esporte e lazer (quadras poliesportivas, equipamentos de ginástica, campos de futebol etc.), distribuídos em 11 Territórios de Identidade;
- conservação e revitalização dos parques Costa Azul, Dique do Tororó e São Bartolomeu;
- revitalização, requalificação e construção de praças, em diversos municípios do Estado da Bahia;
- conclusão de projetos de infraestrutura física na área de desporto e lazer nos municípios: Lapão, Aurelino Leal, Luís Eduardo Magalhães, Capim Grosso, Riachão do Jacuípe, Várzea do Poço, Jeremoabo, Mortugaba, Muniz Ferreira, Macururé , Pindobaçu, São Gabriel, Barra da Estiva, Várzea do Poço, Serrolândia, Cardeal da Silva, Conceição da Feira, Terra Nova e Pé de Serra;
- entrega de equipamentos urbanos (praças) voltados para lazer e esporte nos municípios de: Aracatu, Ituaçú, Itaetê, Ubaira, Uibai, Pindai, Jeremoabo, Itiuba, Ibiassucê, Coribe e Salvador.

Fonte: Fiplan / Extração: 21/12/2018 / Data de corte: 31/10/2018



PROGRAMA 218 GESTÃO PARTICIPATIVA

PROGRAMA 218 – GESTÃO PARTICIPATIVA

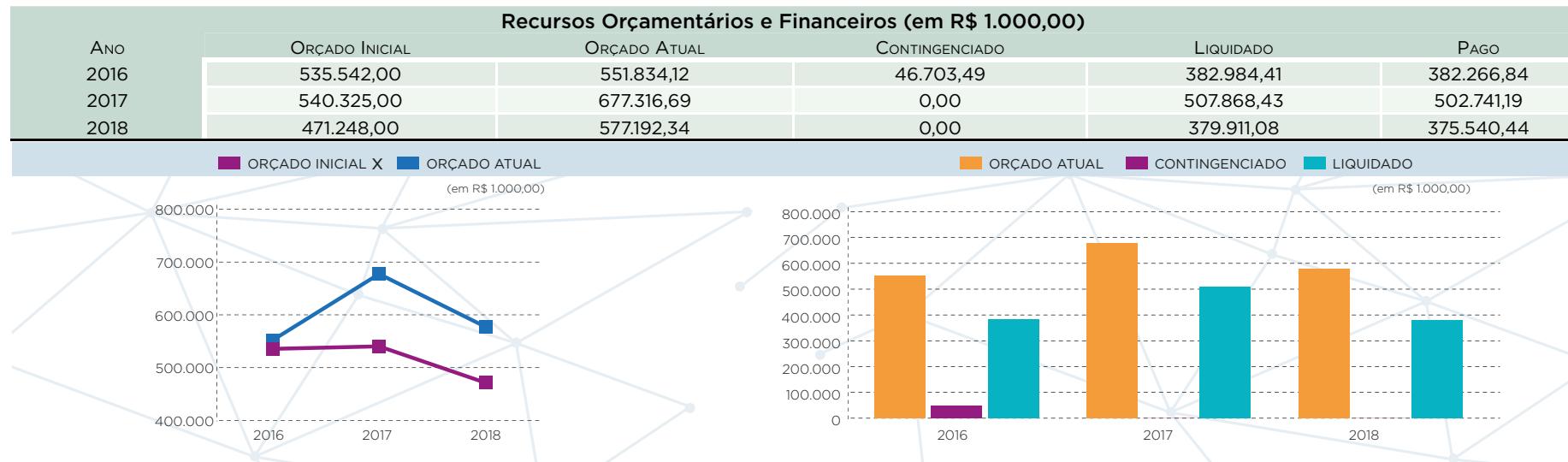
Temas Estratégicos

Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades • Saúde e Assistência Social • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte • Segurança Pública Cidadã • Consolidação e Diversificação da Matriz Produtiva Estadual • Infraestrutura para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável • Inserção Competitiva e Integração Cooperativa e Econômica Nacional e Internacional • Meio Ambiente, Segurança Hídrica, Economia Verde e Sustentabilidade • Mulheres, Gênero e Diversidade • Igualdade Racial e Identidades • Geração, Cidadania e Direitos Humanos • Gestão Governamental e Governança Socioeconômica

Ementa

Gestão do Conhecimento; Tecnologia da Informação (TI); Tecnologias de Gestão Organizacional; Qualificação dos Serviços Públicos; Produção e uso da Informação; Gestão Estratégica; Planejamento Estratégico; Zoneamento Ecológico e Econômico (ZEE); Qualidade do Gasto Público; Planejamento e Gestão Territorial; Participação Social; Comunicação; Modelos Institucionais; Consórcios Públicos; Comunicação; Gestão fiscal e tributária; Gestão previdenciária do servidor público sob a ótica fiscal; Gestão de Logística e Suprimentos; Gestão Patrimonial; Obras Públicas Administrativas; Gestão de Pessoas; Gestão previdenciária do servidor público.

ÓRGÃO(S)	INDICADORES	Componentes do Programa			INICIATIVAS
		COMPROMISSOS	METAS		
CASA CIVIL	0	3	5		6
GAB GOV	0	1	3		4
PGE	0	5	18		21
SAEB	4	13	36		59
SDE	0	0	4		4
SEAGRI	0	0	1		1
SECOM	1	1	4		14
SEDUR	0	1	3		3
SEFAZ	2	4	4		13
SEINFRA	0	0	0		1
SEMA	1	0	7		7
SEPLAN	5	8	21		41
SEPROMI	0	0	1		1
SERIN	0	1	2		13
SESAB	0	0	1		1
SETUR	0	0	1		1
SSP	0	0	1		1
TOTAL	13	37	112		191



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – Ev _{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex _M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamento-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex _{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
65,38	84,50	49,06	69,76	3	BOM

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 218 – Gestão Participativa, conforme o PPA-P vigente, possui 37 Compromissos, 112 Metas e 13 Indicadores, cuja execução envolve 16 Órgãos (Procuradoria Geral do Estado - PGE; Secretaria da Administração - SAEB, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI, Secretaria da Fazenda - SEFAZ, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, Secretaria do Planejamento - SEPLAN, Secretaria da Saúde - SESAB, Secretaria da Segurança Pública - SSP, Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, Secretaria do Meio Ambiente - SEMA, Secretaria de Relações Institucionais - SERIN, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI, Secretaria de Turismo - SETUR, Gabinete do Governador - CABGOV e Secretaria de Comunicação Social - SECOM) e 47 Unidades Setoriais de Planejamento - USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 13 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Gestão Governamental e Governança Socioeconômica (presente nos 37 Compromissos), Geração, Cidadania e Direitos Humanos (presente em 5 Compromissos) e Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades (presente em 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Gestão Participativa apresentou um **Bom Desempenho**, no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho de Programa (IDP) alcançando **69,76%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **65,38%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **84,50%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **49,06%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de oito Indicadores no sentido da sua polaridade, enquanto quatro apresentam evolução contrária à sua polaridade e um, com evolução nula. São representativos da primeira situação os Indicadores:

- IP1 - Índice de Aprimoramento do ZEE;
- IP2 - Índice de Atualização de Limites Territoriais;
- IP3 - Índice de Consolidação dos Processos do Sepege;
- IP4 - Índice de Provimento de Geoinformação para o Estado;
- IP5 - Índice do número de prestação de serviços online pelo DETRAN;
- IP11 - Proporção de microrregiões com rede de prestadores PLANSERV suficiente;
- IP12 - Proporção de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários; e
- IP13 - Proporção dos territórios de identidade com planos de desenvolvimento elaborados.

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nessa ordem:

- IP6 – Nível de execução orçamentária do Poder Executivo Estadual;
- IP7 – Nível de satisfação do cidadão na avaliação do atendimento na Rede SAC;
- IP9 – Número índice da relação entre os gastos com medicamentos e o total de gastos do PLANSERV;
- IP10 – Percentual da dívida ativa recuperada; e
- IP8 – Número de veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, destaca-se a ocorrência de novas oportunidades ou a alteração nas formas de atuação como aspectos que contribuem para a evolução no sentido de sua polaridade. Por outro lado, a dificuldade na medição do Indicador e impedimentos de ordem legal estão entre as explicações sobre a evolução dos Indicadores no sentido contrário da sua polaridade.

Com relação à sua representatividade, observa-se que a maioria dos Indicadores apresenta algum grau de aderência aos respectivos Compromissos aos quais estão vinculados, de modo que a sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito dos Compromissos, expressos pelo nível de execução das Metas. No entanto, a evolução negativa dos indicadores IP6, IP7 e IP10 não corresponde ao desempenho do conjunto de Metas dos Compromissos ao quais estão vinculados, ou seja:

- IP6: C8 – Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do Estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público e C9 – Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal;
- IP7: C13 – Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento;
- IP10: C5 – Aperfeiçoar a cobrança judicial e extrajudicial de débitos tributários e não tributários, permitindo a recuperação dos créditos e C9 – Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal.

Ainda em relação à representatividade, ressalte-se que tanto existem Compromissos vinculados, individualmente, a vários Indicadores, quanto Indicadores sensibilizados por mais de um Compromisso, aspecto que contribui para a representatividade do conjunto de Indicadores do Programa. Também merece ser observado o fato de que 25 Compromissos (67,57%) não estão vinculados a Indicador, embora possam contribuir indiretamente para o comportamento do conjunto de Indicadores do Programa.

Vale registrar que esse componente do Programa foi revisado, resultando na definição de sete novos Indicadores, que passaram a ter vigência a partir de 2018. São eles: IP1, IP2, IP3, IP4, IP5, IP9 e IP11.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 13 Metas (11,61%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular);
- 8 Metas (7,14%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 65 Metas (58,04%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 40 (35,71% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 13 (11,61% do total de Metas), uma execução superior a 100%; e
- 26 Metas (23,21%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e, dentre estas, 11 (18,64% do total de Metas) podem ser definidas como Metas com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P. Isso implica que o registro da sua apuração será realizado apenas no momento da conclusão, o que inviabiliza o conhecimento sobre o que ocorre entre o inicio da execução da Meta e a sua finalização.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do planejamento; e ii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) impedimento de ordem legal; ii) insuficiência de recursos; e iii) dependência da demanda de outros órgãos.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua execução, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 59 Metas (52,68%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 17 Metas (15,18%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 36 Metas (32,14%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 32 (28,57% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 26 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica” e 6 com Grau de Eficácia 1.

Considerando as 57 Metas relacionadas aos 12 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 38 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Gestão Participativa.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **59,60%** em 2016, **55,21%** em 2017 e **32,38%** em 2018, resultando na média de **49,06%**. Vale destacar o fato de dois Compromissos do Programa (C34 – Viabilizar junto a organismos nacionais e internacionais, financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado e C46 – Implementar um processo de gestão da estratégia formalizado e permanente para acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho) não possuírem ação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P, de modo que foram considerados 35 Compromissos para o cálculo desse Indicador. Além disso, quatro Compromissos do Programa não tiveram execução orçamentária nos três exercícios do PPA-P, a saber:

- C6 – Promover a prevenção e redução da litigiosidade, diminuindo os conflitos envolvendo a Administração Pública. Cabe a ressalva de que houve disponibilidade de orçamento apenas nos exercícios 2016 e 2018;
- C10 – Modernizar a Empresa Gráfica da Bahia – EGBA, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz;
- C14 – Intensificar o uso da Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC para facilitar o acesso à informação e qualificar a prestação de serviços públicos, ressaltando que este Compromisso teve contingenciamento total no exercício 2016; e
- C19 – Aperfeiçoar os processos organizacionais, para melhorar a qualidade dos serviços prestados, observando que este Compromisso teve contingenciamento total no exercício 2016.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2016: 75,82%;

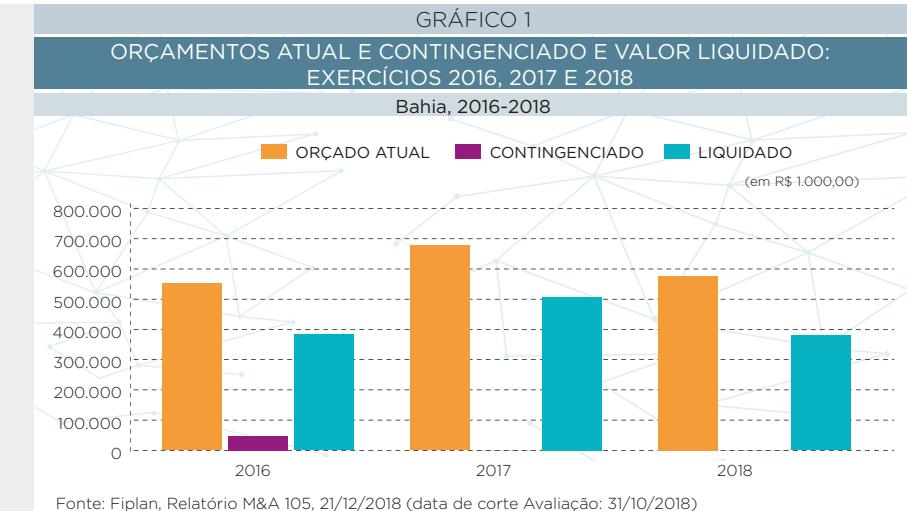
- 2017: 74,98%; e
- 2018: 65,82% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

Cabe salientar que cinco Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 62,02% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). Esses Compromissos são elencados a seguir, ressaltando que o primeiro deles abrange, em média, 23,07% do valor do Orçamento Atual:

- C2 – Promover a democratização da Comunicação na perspectiva da universalização do direito à informação, educação e cultura;
- C13 – Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impensoalidade do atendimento;
- C40 – Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada os serviços do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, previstos no Código Nacional de Trânsito – CNT;
- C43 – Modernizar institucionalmente os órgãos do Executivo, mediante o aporte de novas tecnologias de gestão; e
- C44 – Fortalecer o suporte organizacional para as ações de gestão fazendária e a transparência fiscal.

Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esses Compromissos apresentam, respectivamente, os seguintes valores: 97,86%, 85,59%, 90,57%, 42,99% e 48,24%.

O resultado alcançado pela **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa é relativamente baixo (**49,06%**), mas o seu impacto no IDP do Programa Gestão Participativa é suavizado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado relativamente baixo da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

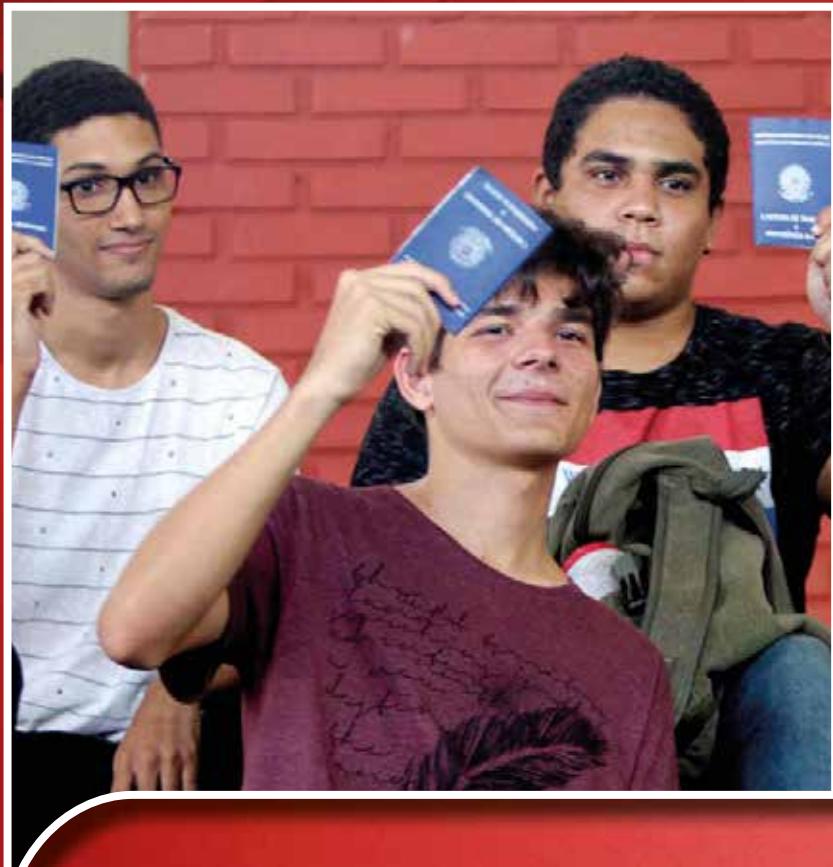


2.3 Conclusão

Apesar do Programa Gestão Participativa apresentar um **Bom Desempenho** até o momento, dois pontos merecem atenção. O primeiro diz respeito ao fato de, aproximadamente, 23% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no terceiro ano de execução do PPA-P. A forma de conceber algumas Metas pode ter contribuído para esse comportamento, impossibilitando a observação do que ocorre entre o início da execução destas Metas e a sua conclusão. O segundo refere-se à concentração do Orçamento Atual em poucos Compromissos, mesmo com a perspectiva de que em um Programa de Gestão as realizações possam ocorrer sem programação orçamentária, possibilitando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas no âmbito das suas Metas.

Por fim, cabe salientar que no contexto do Programa Gestão Participativa ocorrem ações importantes que, em um ambiente de crise econômica e política, conduzem à melhor gestão dos recursos, contribuindo para: o controle das contas públicas; a disseminação da política de educação fiscal; a otimização das receitas tributárias; a promoção de projetos especiais propulsores do desenvolvimento econômico e social sustentável; o aprimoramento dos processos de planejamento e gestão estratégica; a promoção da governança territorial. Nesta perspectiva, merecem destaque as seguintes ações:

- a gestão fiscal dos recursos por meio da Coordenação de Qualidade do Gasto Público;
- a implantação de melhorias na sistemática de Estimativa da Receita;
- o projeto Nota Premiada Bahia;
- a gestão do Projeto Sistema Viário Oeste-Leste (SVO) – Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, com a conclusão das etapas de reestruturação da modelagem econômico-financeira;
- a implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), com integração dos seus processos;
- a conclusão da primeira etapa do planejamento estratégico de longo prazo do Estado, o Plano de Desenvolvimento Integrado – PDI Bahia 2035;
- a implantação da Agenda Territorial da Bahia (AG-TER), com a instalação do Comitê Territorial da Agenda – CTA no Território de Identidade Bacia do Rio Grande; e
- a inauguração da Superintendência de Atendimento ao Cidadão – SAC nos municípios de Simões Filho, Jaguaquara e Itamaraju, beneficiando, aproximadamente, 500 mil habitantes.



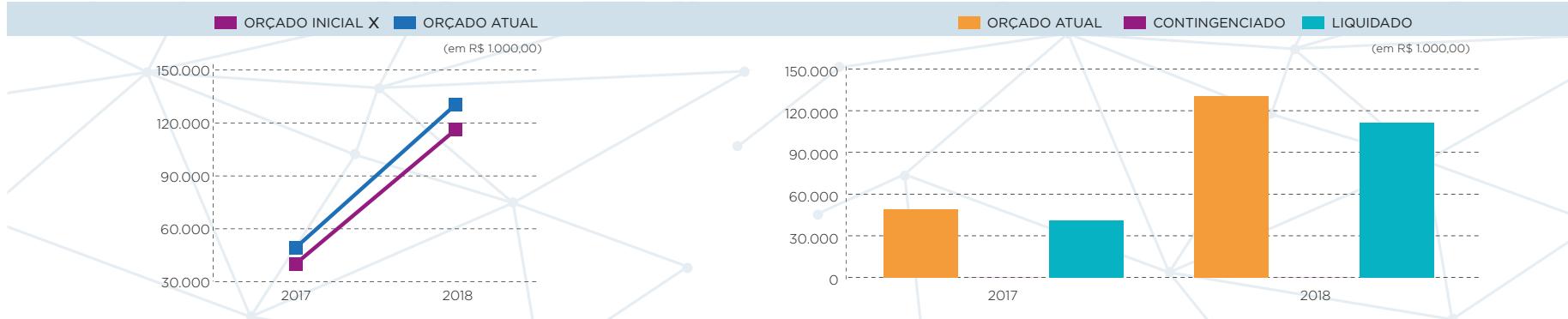
PROGRAMA 219 PRIMEIRO EMPREGO

PROGRAMA 219 – PRIMEIRO EMPREGO

Temas Estratégicos	Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho • Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar • Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte
Ementa	Educação Profissional; Mundo do Trabalho; Acesso e Permanência na Educação; Assistência Técnica e Extensão Rural; Qualificação Profissional.

ÓRGÃO(s)	Componentes do Programa			
	INDICADORES	COMPROMISSOS	METAS	INICIATIVAS
SAEB	0	0	2	2
SDE	0	1	6	7
SDR	0	0	2	2
SEC	0	1	3	3
SETRE	4	1	2	2
TOTAL	4	3	15	16

ANO	Recursos Orçamentários e Financeiros (em R\$ 1.000,00)				
	ORÇADO INICIAL	ORÇADO ATUAL	CONTINGENCIADO	LIQUIDADO	PAGO
2017	40.100,00	49.238,53	0,00	41.043,37	41.043,37
2018	116.300,00	130.551,06	0,00	111.117,67	111.117,67



DESEMPENHO DO PROGRAMA

COMPONENTES			RESULTADO		
Indicador da Evolução dos Indicadores do Programa – EV_{IP} (%)	Indicador da Eficácia das Metas do Programa – Ex_M (%)	Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – Ex_{OFC} (%)	Indicador de Desempenho de Programa – IDP (%)	Grau	Situação
100,00	88,10	75,00	90,24	4	ÓTIMO

Desritivo do Desempenho do Programa

1 INTRODUÇÃO

O Programa 219 – Primeiro Emprego, conforme o PPA-P, possui 3 Compromissos, 15 Metas e 4 Indicadores, cuja execução envolve 5 Órgãos (Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria da Educação – SEC, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE) e 7 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 3 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de Pobreza, Inclusão Socioprodutiva e Mundo do Trabalho e Educação, Conhecimento, Cultura e Esporte (ambos presentes nos 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), e associadas ao Programa, cabe registrar que estão abrigadas em 2 Compromissos e 3 Metas, dizendo respeito a:

- Inserção do Jovem no Mundo do Trabalho.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Primeiro Emprego apresentou um **Ótimo Desempenho** no ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/10/2018, com o Indicador de Desempenho (IDP) alcançando **90,24%**, o que corresponde ao Grau 4. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise:

- Dimensão Resultado do Desempenho do Programa representada pela Evolução dos Indicadores – com **100%** – e pela Eficácia das Metas do Programa – com **88,10%**; e
- Dimensão Esforço do Desempenho do Programa expressa pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa – com **75,00%**.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução dos quatro Indicadores no sentido da sua polaridade:

- IP1 – Proporção de vagas preenchidas no Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional, em relação às vagas disponibilizadas;
- IP2 – Proporção de vagas preenchidas no Programa Primeiro Emprego no setor público por egressos da rede de Educação Profissional, em relação às vagas previstas;
- IP3 – Proporção de vagas preenchidas no setor privado pelo programa; e
- IP4 – Proporção de vagas preenchidas no terceiro setor vinculado à agricultura familiar.

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, merece destaque a ocorrência de convergências na relação entre os números de vagas e de contratações.

Com relação à sua representatividade, observa-se que todos os Indicadores do Programa são sensibilizados por apenas um Compromisso (C1 – Promover a inserção de egressos e estudantes da rede de Educação Profissional no mundo do trabalho), aspecto que contribui pouco para a representatividade do conjunto de Indicadores. Desse fato resulta que dois Compromissos não estão vinculados diretamente a qualquer um dos Indicadores, embora os seus resultados, em função da natureza dos seus objetivos, contribuam indiretamente para o comportamento dos Indicadores. São eles:

- C2 – Promover a permanência no Ensino Superior do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica; e
- C3 – Reduzir as assimetrias existentes entre a oferta de qualificação profissional e a demanda dos principais setores estratégicos da economia.

Ainda em relação à representatividade, merece ser observado o fato que os Indicadores apresentam algum grau de aderência ao Compromisso a eles vinculados, de modo que sua evolução captura, em certa medida, os resultados gerados no âmbito desse Compromisso expressos pelo nível de execução das Metas.

Vale registrar que este componente do Programa passou por uma revisão, resultando na definição de um novo Indicador (IP2), que passou a ter vigência a partir de 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018:

- 1 Meta (6,67%) apresenta uma execução abaixo de 60%, com Grau de Eficácia 2 (Regular);
- 3 Metas (20,00%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 10 Metas (66,67%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais, 5 (33,33% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 4 (26,67% do total de Metas), com execução superior a 100%; e

- Uma meta (6,67%) está enquadrada na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018.

Os motivos apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e novas parcerias; e ii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão associadas à insuficiência de recursos orçamentários e financeiros, bem como o fato de que tal Meta se encontra em andamento, com conclusão prevista para o final do exercício de 2018, o que não foi capturado na data de corte dos dados para a presente análise.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua realização, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III do PPA-P em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação:

- 8 Metas (53,33%) apresenta uma execução igual ou superior a 75%;
- 5 Metas (33,33%), com execução igual ou superior a 25% e inferior a 75%; e
- 2 Metas (13,33%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 1 (6,67% do total de Metas) se encontra com 0% de execução no ano III do PPA-P, contemplando aquela Meta enquadrada na situação “Não se Aplica”.

Considerando as oito Metas relacionadas ao Compromisso associado diretamente aos Indicadores de Programa, sete apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia, o que influencia positivamente o comportamento dos Indicadores de Programa. Nesse sentido, é possível que a relação entre a evolução dos Indicadores de Programa e a Eficácia dessas Metas tenha contribuído favoravelmente para a Dimensão Resultado do Desempenho do Programa, aspecto que evidencia a relevância dos componentes desta dimensão para o comportamento geral do Programa Primeiro Emprego.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise desta Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada neste relatório, na Seção 4.1 – Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);

- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, observando que o Programa foi criado no ano II do PPA-P (2017), verifica-se os seguintes valores: **83,33%** em 2017 e **66,67%** em 2018, resultando na média de **75,00%**. Vale destacar o fato do Compromisso 3 – Reduzir as assimetrias existentes entre a oferta de qualificação profissional e a demanda dos principais setores estratégicos da economia não possuir ação orçamentária nos dois exercícios de sua execução, considerando que o Programa passou a vigorar em 2017.

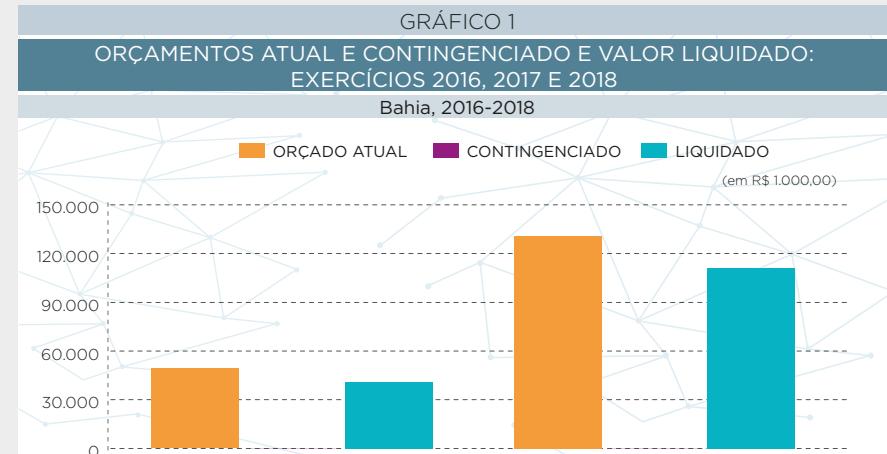
Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os dois exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 1, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira:

- 2017: 83,36%; e
- 2018: 85,11% (este valor é parcial, com data de corte 31/10).

O Programa Primeiro Emprego apresenta uma execução orçamentário-financeira elevada no período em análise (2016-2018), destacando-se que o valor do exercício 2018 é parcial, com data de corte 31/10/2018, e que o Programa passou a constar no PPA-P a partir do exercício 2017. Essa performance se reflete no bom desempenho da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, o qual tende a melhorar com os valores consolidados do exercício 2018.

Cabe salientar que o Compromisso 1 – Promover a inserção de egressos e estudantes da rede de Educação Profissional no mundo do trabalho concentra o maior volume de recursos, sendo responsável por 78,22% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2017 a 2018). Sob a perspectiva da Média da Execução Orçamentário-Financeira, esse Compromisso apresenta o seguinte valor: 83,14%.

É possível verificar que o Compromisso relacionado com maior participação no montante do Orçamento abrange Metas com perfil de realiza-



ção de estudos, capacitação e implementação de sistemas informatizados, o que possivelmente justifique o maior aporte de recursos direcionado a esse Compromisso. Por sua vez, as outras Metas possuem perfil de complementariedade ao Compromisso com maior volume de recurso.

A **Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira** do Programa alcançou um bom desempenho (**75,00%**), reflexo da boa execução orçamentário-financeira no período de análise (2016-2018), mesmo com a execução do exercício 2018 sendo parcial e ressaltando que o Programa entrou em vigor em 2017. Por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP, mas esse resultado contribuiu para o ótimo desempenho do Programa Primeiro Emprego.

2.3 Conclusão

O Programa Primeiro Emprego alcançou um **Ótimo Desempenho**, registrando resultados satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas por meio das Metas do Programa. Destaca-se que as duas dimensões de análise apresentaram boa performance. Assim, na Dimensão Resultado, a Evolução dos Indicadores atingiu o valor máximo e a Eficácia das Metas apresentou valor muito expressivo. Por sua vez, na Dimensão Esforço, a Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos também apresentou comportamento significativo para o período, mesmo considerando os valores parciais para a execução do orçamento em 2018.

Este desempenho se materializa, primordialmente, em ações voltadas à inserção de egressos do ensino técnico da Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no mercado de trabalho, destacando:

- Construção de sistema intermediário para possibilitar a classificação e a convocação de alunos e egressos da Rede Estadual de Educação Profissional do estado da Bahia;
- encaminhamento de mais de cinco mil egressos da Educação Profissional e Tecnológica para o mercado de trabalho, principalmente, nas áreas de saúde, tecnologia e gestão, em órgãos vinculados à Administração Estadual e instituições públicas e privadas;
- disponibilização de auxílios permanência para alunos de nível superior das Universidades Estaduais da Bahia;
- oferta de 3,2 mil vagas de estágio para alunos de cursos presenciais de instituições de nível superior com sede no Estado da Bahia para mais de 40 municípios, com mais de 18 mil inscritos.